

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2011/2013

Anna Mehoudar (Representante da Comissão de Admissão), Eva Wongtschowski (Publicações), Heidi Tabacof (Grupos de Formação Contínua), Isabel Mainetti Vilutis (Relações Internas e Representante do Departamento no Núcleo de Departamentos), Mara Caffé (Transmissão e Pesquisa), Maria Antonieta Whately (Administração e Tesouraria), Maria Aparecida Kfoury Aidar (Cursos), Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi (Relações Externas), Maria Marta Assolini (Clínica) e Noemi Moritz Kon (Eventos)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXIII : JUNHO DE 2011

Conselho Editorial

Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria Elisa Pessoa Labaki

Grupo Administrativo

Eva Wongtschowski, Maria Antonieta Whately e Maria Elisa Pessoa Labaki

Grupo de Entrevistas

Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Breyton, Deborah Jean de Cardoso, Silvio Hotimsky, Susan Markuszower

Grupo de Debates

Gisela Haddad e Vera Zimmermann

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Darcy Haddad Daccache, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Renata Udler Cromberg, Sergio Telles

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena Stahl (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingerhann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Nelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificacion Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Digitação de originais

Angela Maria Vitorio • Tel.: (11) 6799-8255 • angela.vitorio@uol.com.br

Revisão

Simone Zaccarias • Tel.: (11) 9897-1362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Capa

Patrícia Furlong. *After the fight*. Acrílica sobre tela, 116 x 149 cm, 1986 • www.patriciafurlong.art.br

Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: www.uol.com.br/percurso • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretário dos Departamentos:
Juliano Pedrosa Chrisostomo
deptodepsicanalise@sedes.org.br



Gráfica e Editora Santuário
Rua Pe. Claro Monteiro, 342
12570-000 Aparecida SP
Tel.: (12) 3104-2000
Fax: (12) 3104-2036
0800-16-00-04

A clínica do trauma

Percursos 46

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXIII : JUNHO DE 2011

Sumário

Table of contents

3 Sumário
Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 Elementos para a teoria contemporânea do trauma
Building blocks towards a contemporary theory of trauma
Judit Mészáros

21 A obra da transferência
The work of transference
Heitor O'Dwyer de Macedo

29 A perversão: o olhar de Gérard Bonnet
Gérard Bonnet's conception of perversion
Terezinha Maria de Mélo Barros

41 O problema do foco nas primeiras sessões com crianças vítimas de abuso sexual
The problem of focus in the first sessions with sexually abused children
Eugênio Canesin Dal Molin

53 Quando o pensamento se esvai na motricidade
When thought leaks into motricity
Vera Blondina Zimmermann

- 65 Do infanticídio à função materna
From infanticide to the mother-function
Vera Iaconelli
- 75 Considerações sobre o complexo de Édipo
Remarks on the Oedipus complex
Paula Regina Peron
- 85 A histeria do amor
The history of love
Adriana Campos de Cerqueira Leite
- 95 O psicanalista só se autoriza por si mesmo
... e por alguns outros
*The analyst is authorized only by himself
... and by some others*
Evandro Fernandes Alves + Sérgio Scotti

ENTREVISTA

INTERVIEW

- 105 Maria Cristina Kupfer
Entre duas profissões impossíveis
Between two impossible professions

DEBATE

DEBATE

- 125 O futuro do presente
The future of the present
Diana Lichtenstein Corso & Mário Corso + Lea B. Nuss
de Bigliani & Guillermo Bigliani + Patricia Vianna Getlinger
& Nelson Coelho Junior

LEITURAS

BOOK REVIEWS

- 135 Um criado muito peculiar [*Jakob von Gunten, um diário*]
A very peculiar employee
Sergio Telles
- 141 Diz-me, espelho meu, quem sou Eu? [*A psicanálise
na Terra do Nunca: ensaios sobre a fantasia*]
Tell me, my mirror, who am I?
Maria Laurinda Ribeiro de Souza

- 147 Direito e psicanálise, algumas intersecções
[*Psicanálise, direito, sociedade, encontros possíveis*]
Law and Psychoanalysis: some intersections
Márcio José de Moraes
- 152 Herança e apropriação [*Fazer-se herdeiro: a
transmissão psíquica entre gerações*]
Heritage and appropriation
Daniele John
- 155 Primeiro tratado brasileiro de psico-oncologia
[*Temas em psico-oncologia*]
The first Brazilian manual of Pshyo-oncology
Camila Salles Gonçalves
- 159 Vergonha e Humilhação, duas emoções centrais 5
[*Humilhação e Vergonha, um diálogo entre enfoques
sistêmico e psicanalítico*]
Shame and humiliation, two basic emotions
Valeria Bigliani Ferreira
- 162 Pesquisa e clínica no campo da violência sexual
contra a criança [*Perversão: As engrenagens da
violência sexual infantojuvenil*]
*Research and treatment in the area of sexual abuse
of children*
Flávio Carvalho Ferraz
- 165 Lutando por nossas reservas florestais: a clínica
psicanalítica [*O tempo, a escuta, o feminino:
reflexões*]
*Fighting for our forest reserves: the psychoanalytic
kind of therapy*
Miriam Chnaiderman
- 169 O novo no velho: ruptura ou continuidade?
[*A herança psíquica na clínica psicanalítica*]
The new in the old: break or continuity?
Leda Maria Codeço Barone

- I72 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- I74 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- I76 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- I79 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

O prazer do Conselho Editorial com a composição de um número de *Percurso* tem diferentes matizes. É surpreendente a transformação que este trabalho de leitura, releitura e apreciação dos textos realiza na experiência de conhecimento e apreensão dos mesmos. Fragmentada nos primeiros contatos, alcança, com o fechamento do número, uma integração capaz de promover a suposta síntese dos assuntos, base para este editorial.

O outro gosto da atividade com publicações reside no seu efeito de ativar o coletivo. Resgatar o texto da relação binária com o autor é inseri-lo na tradição do regime dialógico, permitindo, assim, o encontro com o outro, o leitor.

A reunião de artigos, algumas resenhas e a entrevista constitui, neste número 46, uma espécie de leque de temas da psicanálise que se sucedem articulados a um campo insistente: Trauma. Nos seis primeiros artigos da seção Textos, incluindo a tradução da autora húngara Judit Mészáros, encontramos teorizações sobre a psicopatologia do trauma, as condições psíquicas para sua emergência, suas múltiplas feições sintomatológicas, além de proposições clínicas para seu tratamento analítico. Ajustando-se o foco, é possível enxergar mais um ponto em comum no horizonte das formulações teórico-clínicas contidas nestes artigos: o *outro*, sua intromissão ou ausência retumbantes, enquanto condição de possibilidade para o surgimento do trauma. Seja na humilhação ou culpa vivida pela criança violentada sexualmente, na aberração que tinge o desejo de vingança do perverso, nos transbordamentos das crianças hiperativas ou no infanticídio, é em torno do estatuto

metapsicológico da participação do *outro* na cena traumática que vão sendo tecidas as construções teóricas sobre o trauma e seus impasses para a clínica psicanalítica.

Os autores deste número dialogam com algumas das mais centrais teorizações de Ferenczi, Laplanche e Winnicott, além de Freud, é claro. “A teoria faz parte do tecido da transferência. Ela é para o terapeuta um lugar onde é bom estar, ela tem a ver com o familiar, com o descanso, com o hábito, com o conforto” (Heitor O’Dwyer de Macedo). Neste sentido, alguns artigos chamam a atenção do leitor para o contraponto que se opera entre as teorias sobre o trauma em Freud (a primeira e a segunda, esta última englobando a noção da resignificação e reinstalação do trauma no tempo do *a posteriori*) e as formulações de Ferenczi, trinta anos depois, contidas, sobretudo, no trabalho “Confusão de línguas entre adultos e crianças – a língua da ternura e a da paixão”. Contrariamente à enunciação freudiana sobre a fantasia de sedução, estes artigos destacam a existência real de um outro que expõe o infante – em situação de dependência ou vulnerabilidade, por razões relacionadas ao momento específico do desenvolvimento psicosexual – a maus tratos, privações, humilhações, molestamento sexual, etc. Enfim, o outro pode ser traumatogênico e, para os três autores mencionados, esta é a origem do trauma e das correspondentes feições psicopatológicas a ele associadas.

Vem também fazer parte dessa discussão a resenha “O novo no velho: ruptura ou continuidade”, que, discutindo os fenômenos transgeracionais, “traz para cena a questão da realidade do trauma” e ressalta a estreita relação que há para Ferenczi entre teoria do trauma e a questão da filiação.

Quanto ao espaço analítico, os artigos em questão destacam o caráter inaugural da criação mútua analista/analizando que deve estar na fundação da relação transferencial destes casos. Isto é, não se trata aqui de buscar rememorar os traumas para compartilhá-los com o analista e, através da interpretação dos desejos inconscientes associados com a castração, obter o alívio e o grau de enten-

dimento necessários para a resolução do conflito. Diferente disso, antes de buscar ativar representações intrapsíquicas desconhecidas do paciente, a clínica do trauma almeja criá-las! Isto porque o trauma faz furo, como dizem os lacanianos, inspirados na metáfora freudiana da vesícula. Ou instaura um sentido de terror de aniquilamento (Winnicott). Ou, ainda, uma experiência de irrealidade, urgência e solidão (Ferenczi). Oferecer a palavra plena numa comunicação autêntica que nasce de uma relação baseada na confiança e no testemunho carrega a potência de uma nova realidade “pelo contraste (que produz) entre o presente e o passado traumatogênico”.

A entrevista com Maria Cristina Kupfer vai no mesmo sentido. Fala-nos sobre seu trabalho com crianças psicóticas e autistas, desenvolvido no Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica, que completou 20 anos em 2010. No entanto, nos desafia com uma questão sobre a outra face do trauma, relacionada com sua percepção acerca do aumento de crianças na atualidade que dispensam o *Outro*. Pergunta-se: que novas formas de subjetivação são estas, que novo narcisismo é este? Neste sentido, a resenha “Lutando por nossas reservas florestais: a clínica psicanalítica” destaca uma passagem interessante em que a autora do livro analisa os efeitos do “predomínio das imagens e seu uso pela mídia na sua função hipnótica da captura e fascinação (que) favorecem uma passivação, ao mesmo tempo que acen-tua a identificação especular com o apagamento das diferenças entre o eu e o outro. As imagens devoram o eu, nós devoramos os objetos”.

As novas parentalidades e formas de reprodução humana, o lugar da família, da diferença entre os sexos, a hipótese sobre o declínio da função paterna e ascensão da função fraterna são outros temas presentes neste número. E, ainda, tema do número anterior de *Percurso*, mas dando evidência de sua atualidade, ressurge neste 46 a questão da formação do analista, agora sob a ótica lacaniana, em uma discussão sobre o passe.

Boa leitura!

Elementos para a teoria contemporânea do trauma

a mudança de paradigma de Ferenczi

Judit Mészáros

Judit Mészáros Ph.D., é analista didata e supervisora da Sociedade Húngara de Psicanálise. É também presidente da Sociedade Sándor Ferenczi. Uma versão deste artigo foi publicada em italiano, em 2006, com o título de “I mattoni della moderna teoria del trauma”, in C. Bonomi (a cura di) *Sándor Ferenczi e la psicoanalisi contemporanea*, Materiali dell’Istituto H.S. Sullivan di Firenze, Borla, 2006, p. 62-76. A presente tradução é do texto em inglês, “Building Blocks Toward Contemporary Trauma Theory: Ferenczi’s Paradigm Shift”, *The American Journal of Psychoanalysis*, 2010, 70(4), p. 328-340, publicação a que agradecemos pela permissão de traduzir o artigo.

Tradução Eugênio Canesin Dal Molin

Revisão Renato Mezan

Resumo Estabelecendo os elementos da teoria contemporânea do trauma, Ferenczi afirmou que o *trauma se fundamenta em eventos reais* e ocorre na dinâmica interpessoal e intersubjetiva das relações de objeto. Salientou a importância da presença ou da falta de uma pessoa de confiança na situação pós-traumática. Depois do trauma, a solidão e o isolamento da vítima representam sérias fontes patogênicas. Na situação traumática, a vítima e o perseguidor/agressor utilizam diferentes mecanismos de defesa. Ferenczi foi o primeiro a descrever o mecanismo de defesa chamado “identificação com o agressor” e apontou os aspectos característicos do papel do analista que podem ajudar na elaboração do trauma. Entre eles, figura o desenvolvimento de uma atmosfera terapêutica baseada na confiança, onde as experiências traumáticas podem ser revividas, sem o que não ocorre uma mudança efetiva. Do lado do analista, a contra-transferência como parte da comunicação autêntica é incorporada ao processo terapêutico. Esses são os principais elementos estabelecidos por Ferenczi em seus escritos, e que também aparecem em textos posteriores sobre a teoria do trauma.

Palavras-chave teoria do trauma; identificação com o agressor; transferência; contra-transferência; Ferenczi.

¹ O termo utilizado na versão americana é *building blocks*, que designa as peças de formatos geométricos utilizadas em brinquedos infantis para construções simples, e também os elementos básicos, os componentes, por exemplo, de uma proteína, ou, no caso, de uma teoria (N.T.).

² Ver J. B. Frankel, “Ferenczi’s trauma theory”.

As bases para a teoria contemporânea do trauma se constituíram através de várias mudanças de paradigma. Neste estudo, pretendo salientar os elementos¹ que determinaram a mudança de paradigma com a qual Ferenczi ajudou a estabelecer as bases para a teoria contemporânea do trauma.

A *mudança de paradigma* de Ferenczi na teoria do trauma é um processo que se iniciou na década de 1920. Elementos essenciais de tal mudança podem ser distinguidos em vários de seus textos²; no entanto, suas mais importantes descobertas são encontradas em “Confusão de Línguas entre Adultos e a Criança”, ou simplesmente “Confusão de Línguas”³, assim como em seu *Diário Clínico*⁴.

Em 1932, Freud escreveu a Anna: Ferenczi “regressou totalmente à visão etiológica em que eu acreditava e abandonei há 35 anos, de que brutais traumas sexuais da infância são a causa habitual das neuroses”^{5,6}. No entanto, a abordagem de Ferenczi não representava um retorno à primeira teoria freudiana sobre o trauma. Freud se referia à leitura não solicitada que Ferenczi lhe fizera de sua conferência, “Confusão de Línguas”, durante uma visita antes do congresso de 1932, em Wiesbaden⁷. Segundo ele, nesse artigo Ferenczi ressuscitava sua teoria da sedução de muitas décadas atrás, sem dar importância ao fato de Freud ter questionado as histórias dos pacientes sobre seduições na infância e na adolescência, e também sem dar importância ao fato de dele ter usado o papel da fantasia para dar conta de experiências factualmente inverificáveis, e com toda a certeza completas fabricações da realidade. E agora, seu velho amigo e



enquanto desastres naturais, acidentes e até ataques terroristas geram quase imediatamente sinais de solidariedade no entorno esses mesmos gestos normalmente faltam em atos envolvendo pessoa-contra-pessoa que produzem traumas

colega vinha fazer a afirmação absurda de que as experiências traumáticas relatadas pelos pacientes tinham de fato ocorrido.

Foram a amargura e o desapontamento de Freud quanto à suposta ressurreição da sua primeira teoria do trauma que o impediram de compreender Ferenczi e a abordagem revolucionária da metáfora da *confusão de línguas*, presente naquele que é hoje um de seus trabalhos mais citados. A nova abordagem reconhecia o erro na interpretação feita pelos adultos dos *motivos divergentes da criança e do adulto*; o efeito recíproco *interpessoal e intersubjetivo*; os diferentes *mecanismos egoicos de defesa* na criança e no adulto; e também a complexa dinâmica psicológica da situação traumática como um todo. Foi graças a esses elementos que, em 1932, Ferenczi pôde ir bem além da antiga teoria freudiana da sedução, e estabeleceu a perspectiva das relações de objeto na moderna teoria do trauma.

Antes de falar de como ele chegou a esta mudança de paradigma, gostaria de esclarecer alguns pontos básicos, mas essenciais, da abordagem do fenômeno traumático que adoto neste artigo.

Trauma envolvendo pessoa-contra-pessoa

Primeiramente, distinguirei entre a dinâmica do trauma envolvendo *pessoa-contra-pessoa* (e, como subcategoria deste, o que ocorre dentro da família nuclear ou ampliada, e dentro das comunidades) daqueles produzidos por *grandes acidentes e desastres naturais*. Em minha opinião, estes podem ser diferenciados devido a um elemento extremamente importante: o fenômeno da *solidariedade*. Enquanto desastres naturais, acidentes e até ataques terroristas geram quase imediatamente sinais de solidariedade no entorno, assim como formas e gestos de ajuda psíquica, às quais se pode também recorrer mais tarde, esses mesmos gestos normalmente faltam em atos envolvendo pessoa-contra-pessoa que produzem traumas dentro da família ou da comunidade. Mas por que é assim? A resposta mais comum à questão é que os participantes – e não me refiro apenas à vítima e ao perseguidor, mas também aos membros da comunidade, em sentido amplo, que participam tacitamente – *procuram encobrir o evento traumático*, cada um por motivos diferentes.

Em desastres naturais e grandes acidentes, pode-se contar com a simpatia do ambiente, com expressões objetivas e psicológicas de ajuda, e com várias formas de cuidado, graças às quais o processo interno de elaboração do trauma pode começar imediatamente. A pessoa recebe ajuda, e portanto não é abandonada. O que aconteceu não é um segredo, a vítima não é isolada, e assim as experiências fragmentadas resultantes do trauma começam a encontrar expressão, criando um impedimento natural à formação de um tabu. É importante mencionar que um tabu, e com ele a própria comunidade que o sustenta, isola a vítima e a deixa emocionalmente abandonada. Disso resulta o desenvolvimento de reações patológicas, como a fixação e o profundo enraizamento da experiência traumática. Isto monta o cenário para a recorrência do trauma, o que hoje chamaríamos de *trauma transgeracional*.

A teoria do trauma

Hoje, quando discutimos o trauma, não é sempre claro a que nos referimos, pois o termo é usado tanto no sentido ordinário quanto numa acepção “profissional”. Frequentemente usamos as palavras *trauma* ou *situação traumática* para descrever experiências de dor, desprazer, perda ou desapontamento. Oceanos de literatura encobrem a diluição do sentido da palavra. Num esforço para chegar a um terreno comum, retorno à definição de trauma do *Vocabulário de Psicanálise*, e no espírito deste trabalho – com algumas adições – descrevo o trauma assim:

Evento na vida que se caracteriza pelo fato de que uma gama de estímulos físicos e/ou psíquicos afetam o sujeito e excedem seu nível de tolerância em um dado estágio ou condição de seu desenvolvimento. Por isso, o indivíduo é incapaz, pelos meios usuais a sua disposição, de prevenir, parar ou processar efetivamente essa gama

- 3 S. Ferenczi (1933), “Confusion of tongues between adults and the child”.
- 4 S. Ferenczi, *The clinical diary of Sándor Ferenczi*.
- 5 S. Freud, *The diary of Sigmund Freud 1929-1939: A record of the final decade*, p.131.
- 6 A edição brasileira da correspondência Freud-Anna Freud é preciosa em muitos aspectos, mas, nesta carta em particular, apresenta um erro: encontra-se “sonhos sexuais da infância” onde se deveria ler “traumas sexuais da infância” (*sexuelle Traumen der Kindheit*). Alessandra Hellner esclareceu-me que o equívoco provavelmente se deve à semelhança na grafia de “sonhos”, *Träume*, e “traumas”, *Traumen* (N.T.).
- 7 O título anunciado, em húngaro, da conferência no congresso de Wiesbaden, em setembro de 1932, era “A felnöttek szenvedélye és hatása a gyermekek szexuális és karakterfejlődésére” (Adult passion and its effect on sexual and character development in children, *International Journal of Psychoanalysis*, Vol. xxx, 1949, 225). Sua primeira publicação, em alemão, era intitulada “Sprachverwirrung zwischen den Erwachsenen und dem Kind. Die Sprache der Zärtlichkeit und der Leidenschaft” (*Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, 1933, XIX, p. 5-15). Sua primeira publicação em inglês foi como “Confusion of tongues between adults and the child. The language of tenderness and of passion”. (*International Journal of Psychoanalysis*, Vol. xxx, 1949, p. 225-230). A primeira versão em húngaro foi publicada em *A pszichoanalízis és modern irányzatai*, (Szerk: Buda Béla, Budapest, Gondolat, 1971, p. 215-226). A publicação mais recente está em *Technikai írások (1921-1933)*, Animula, Budapest, 1997, p. 102-112.
- 8 J. Laplanche & J.-B. Pontalis, *The language of psycho-analysis*.
- 9 S. Freud & J. Breuer (1893) “On the psychical mechanism of hysterical phenomena. A lecture”.
- 10 Citado por J. Herman, *Trauma and Recovery*, p. 13.

»
na primeira teoria
de Freud sobre o trauma,
todo neurótico é lesado,
e a lesão fundamental
ocorre na área
da sexualidade

de estímulos danosos ao psiquismo, ou de restaurar o estado anterior de equilíbrio.⁸

As teorias de Freud sobre o trauma são modelos intrapsíquicos (1895-1917)

A primeira teoria do trauma

Nesta visão, todo neurótico é lesado, e a lesão fundamental ocorre na área da sexualidade. Traumas sexuais precoces são expulsos da consciência/memória devido à repressão e, dessa forma, tornam-se inconscientes⁹. Freud escreveu em *A Etiologia da Histeria* que “no fundo de todo caso de histeria existe uma ou mais experiências sexuais precoces”¹⁰.

A segunda teoria do trauma

Freud logo abandonou a teoria traumática quanto à patogênese da histeria. Ele estava preocupado com as ferozes disputas que haviam surgido por causa da radicalidade do seu pensamento, mas, muito mais importante, percebeu que o abuso



*chegamos a uma solução
que é uma forma de compromisso:
traumas podem ser causados
até por fantasias patológicas;
não é absolutamente necessário
que haja eventos reais
na base deles.
Não há diferença
entre fantasia e realidade*

12

PERCURSO 46 : junho de 2011

sexual tantas vezes mencionado era irracionalmente frequente, até mesmo para ele. E desabafou em sua carta de 1897 a Fliess: “Não acredito mais em minha *neurotica*”¹¹.

Então, para onde vamos daqui? Como resolvemos esse dilema? Os pacientes estão mentindo? Não estão se lembrando corretamente? Freud escreve sobre isso em “Um Estudo Autobiográfico”:

Quando, no entanto, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução nunca aconteceram, e que elas eram somente fantasias que meus pacientes criaram, ou que talvez eu mesmo as tivesse forçado sobre eles, fiquei por algum tempo completamente perdido.¹²

Chegamos a uma solução que é uma forma de compromisso: traumas *podem* ser causados até por fantasias patológicas; não é absolutamente necessário que haja eventos reais na base deles. Não há diferença entre fantasia e realidade. Essa visão foi refinada por André Haynal com base nos escritos de Freud. Haynal sugere que houve uma mudança nas proporções. É possível que um evento real esteja por trás do trauma; também é possível

que fragmentos de fantasia constituam a narrativa¹³. Uma coisa, porém, é certa: questionou-se a realidade como base dos eventos contados pelo paciente. O efeito traumático da realidade externa foi substituído pelo papel da fantasia no desenvolvimento das experiências traumáticas.

O modelo econômico da teoria do trauma

Continuando o trabalho sobre o papel da fantasia e “na rede de eventos, desejos e fantasias”¹⁴, Freud chegou à experiência de frustração: o trauma é causado por falta de satisfação, quer tenha sido a fantasia ou a realidade a responsável pela excitação de desejos. Além disso, acrescentou o conceito de “ego desamparado”: alguém se torna neurótico quando seu ego, de alguma forma, perde a habilidade de regular a libido. O indivíduo fica desamparado porque é deixado *sozinho*, ou porque é *estimulado em demasia*¹⁵.

Este conceito do sujeito solitário aparece na teoria do trauma de Ferenczi¹⁶, na ideia de ansiedade básica de Karen Horney (“sentimento generalizado de estar sozinho e desamparado em um mundo hostil”¹⁷), na síndrome do hospitalismo de René Spitz¹⁸, no modelo de individualização-separação de Mahler¹⁹, e na abordagem da ansiedade precoce de separação proposta por Bowlby²⁰.

Até aqui, as teorias de Freud representavam essencialmente compreensões intrapsíquicas, mesmo que o “objeto da pulsão” significasse “outra pessoa”. A razão para isso é que os eventos reais ou fantasiados acionados pelo objeto externo, trabalhando instintivamente, sugerem uma dinâmica intrapsíquica.

As experiências terapêuticas
e as abordagens teóricas de Ferenczi
facilitaram sua mudança de paradigma

1. Em *O Desenvolvimento da Psicanálise*²¹, Ferenczi e Rank perceberam que a “experiência” abarca um

grande número de elementos subjetivos, e colocaram a *experiência emocional (Erlebnis)* no centro tanto das doenças psíquicas quanto da terapia psicanalítica. Isto se reflete na noção de “verdade subjetiva”, proposta por Ferenczi em um de seus primeiros textos, “Espiritismo”, de 1899²². Eles haviam se dado conta de que os resultados terapêuticos na psicanálise não são obtidos pela procura da verdade objetiva, mas *revivendo experiências traumáticas e elaborando-as* em um nível mais emocional que intelectual.

Ferenczi e Rank concluíram que Freud não tinha uma genuína teoria da vida emocional, mas apenas uma teoria da libido altamente abstrata e intelectualizada²³. Nem toda experiência emocional pode ser reduzida a derivativos disfarçados da libido. Ferenczi e Rank substituíram o processo freudiano de (a) reconstrução intelectual de eventos traumáticos e (b) análise didática – um trabalho centralizado na interpretação e na comunicação emocionalmente unilateral baseada na transferência – por um relacionamento de mão dupla entre analista e paciente, que também é experienciado afetivamente pelas duas partes. O analista identifica-se com, ou reflete, a experiência emocional do paciente, independente-

- 11 Freud: carta a Fliess, 21 de setembro de 1897, in J. M. Masson, *The Complete Letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess 1887-1904*, p. 264.
- 12 S. Freud. (1925), *An Autobiographical Study*, p. 37.
- 13 A. E. Haynal, *Disappearing and Reviving. Sándor Ferenczi in the History of Psychoanalysis*, p. 43-44.
- 14 A. E. Haynal, *op. cit.*, p. 44.
- 15 S. Freud (1916-1917), *Introductory Lectures on Psycho-Analysis*.
- 16 Ver J. B. Frankel, “Ferenczi’s trauma theory”, *American Journal...*
- 17 K. Horney, *The neurotic personality of our time*, p. 89.
- 18 R. Spitz (1945), “Hospitalism: An inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood”.
- 19 M. Mahler (1975), *The psychological birth of the human infant. Symbiosis and individuation*.
- 20 J. Bowlby (1973), *Attachment and loss*.
- 21 S. Ferenczi & O. Rank (1924), *The development of psycho-analysis. Nervous and mental disease*.
- 22 S. Ferenczi (1899), “Spiritizmus”, p. 477-479; também em J. Mészáros (ed.), “Spiritizmus”, *Ferenczi Sándor a pszichoanalízis felé. Fiatalkori írások 1897-1908 (Ferenczi: Toward psychoanalysis. Works of Young Ferenczi)*, p. 27-30.
- 23 R. Kramer, “Otto Rank and ‘The Cause’”, p. 222.
- 24 S. Ferenczi (1928), “The elasticity of psychoanalytic technique”; A. Hoffer, “Asymmetry and Mutuality in the Analytic Relationship: Contemporary Lessons from the Freud-Ferenczi Dialogue”.
- 25 S. Ferenczi (1908), “Psychoanalysis and Education”, p. 280-290.

desenvolver a
confiança entre
analista e analisando
torna-se o meio
indispensável para
abordar experiências
traumáticas

mente da “verdade objetiva” dela. Desenvolve-se, assim, uma nova atmosfera na situação analítica, no coração da qual estão a *comunicação autêntica e a confiança*²⁴.

2. A psicanálise torna-se um sistema de *processos multidirecionais de elementos interpessoais e intersubjetivos*. Desenvolver a confiança entre analista e analisando torna-se o meio indispensável para abordar experiências traumáticas. A comunicação autêntica por parte do terapeuta torna-se requisito fundamental, pois afirmações falsas resultam em dissociação e repetem a dinâmica patológica de relações anteriores. Como poderíamos dizer atualmente, reflexos falsos geram objetos internos também falsos. Um dos primeiros textos psicanalíticos de Ferenczi, “Psicanálise e pedagogia”, discute o efeito patogênico sobre as crianças do comportamento de adultos que se investem com o mito da infalibilidade, assim como a ocorrência frequente dessa dinâmica no contexto mais amplo das relações sociais de superior e subordinado²⁵. Ferenczi salienta que a capacidade do terapeuta de lidar com a crítica é parte da autenticidade:





a segurança logo ganha importância não somente pelo papel que desempenha na atmosfera terapêutica, mas também como parte do desenvolvimento ideal da personalidade. Michael Balint via a perda da confiança básica como um dos traumas mais precoces

14

PERCURSO 46 : junho de 2011

A liberação dos sentimentos críticos [do paciente], a vontade, de nossa parte, de admitir nossos erros, o esforço honesto para evitá-los no futuro, tudo isso vai no sentido de criar no paciente a confiança no analista. É essa confiança que estabelece o contraste entre o presente e o insuportável passado traumatogênico [...] o passado não mais como reprodução alucinatória, mas como memória objetiva.²⁶

Nessa interação, qualquer tipo de expressão ou gesto fornece informação e possui poder comunicativo – até mesmo o silêncio. De fato, o silêncio do terapeuta, “o som do silêncio”, representa para o paciente uma experiência tão carregada de sentido quanto o inverso para o terapeuta: um paciente silencioso também aciona inúmeros sentimentos e pensamentos contratransferenciais no terapeuta. Posso oferecer como ilustração um caso que atendi, no qual, na fase de encerramento, depois de anos de análise, o paciente disse: “Eu também conheço seus silêncios. Algumas vezes você fica em silêncio porque está cansada, outras vezes porque sabe que o que estou dizendo é importante para mim, mas insignificante para você. Outras vezes,

você está interessada no que estou dizendo, mas não quer que eu saiba...”

3. Ferenczi reconhece que a aceitação empática de um paciente pelo terapeuta, ou o amor pelo paciente em sentido amplo – uma expressão positiva de aceitação básica, que não exclui a presença de sentimentos contratransferenciais negativos – tem um papel tão importante no trabalho do psicanalista quanto no desenvolvimento apropriado da personalidade. Clara M. Thompson, analisando e colega americana de Ferenczi, escreveu sobre isso:

Ferenczi também acreditava que o amor é tão essencial ao crescimento saudável da criança quanto o alimento. Com ele, a criança sente-se segura e tem confiança em si mesma. Sem ele, ela se torna neuroticamente doente [...] [ou] com frequência morre por falta de amor [...]. Hoje, outros analistas – em particular Fromm e Sullivan – apresentaram ideias similares, mas acredito que, por volta de 1926 na Europa, Ferenczi estava sozinho neste tipo de pensamento.²⁷

A *segurança* logo ganha importância não somente pelo papel que desempenha na atmosfera terapêutica, mas também como parte do desenvolvimento ideal²⁸ da personalidade. Sullivan via tanto a segurança quanto a redução de ansiedade que dela resulta como necessidades fundamentais do indivíduo. Assim como Ferenczi, localizava a fonte da ansiedade na natureza social da psique humana, e encontrava sua origem na humilhação de relacionamentos anteriores, na angústia e na vergonha, que ensinam ao indivíduo que o mote principal da vida é tentar evitar essas situações e alcançar a segurança²⁹. Michael Balint via a perda da confiança básica como um dos traumas mais precoces, e pensava que durante o tratamento ela precisa ser restaurada³⁰. Margaret Mahler, ao falar do aparecimento da “consistência afetiva dos objetos”, menciona a importância da confiança no período de separação e individualização como um meio de superar a frustração que se instala entre separação e retorno. Representações do self internalizadas são capazes de resistir a frustrações temporárias³¹.

Winnicott chegou à mesma noção de amor aqui atribuída a Ferenczi: “Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas a ausência de amor ou relação interpessoal não pode produzir uma nova criança humana autônoma”³². Como Ferenczi, Winnicott também enfatizou a importância da relação mãe-bebê no desenvolvimento psicológico do indivíduo³³. Ele via o mecanismo terapêutico efetivo da psicanálise como sendo permitir que a subjetividade do indivíduo surja e possa ser aceita. Para isso, o analista satisfaz certas necessidades do ego, anteriormente não atendidas.

4. No começo da década de 1920, o repertório terapêutico de Ferenczi expandiu-se com uma nova compreensão. A autenticidade e a intersubjetividade na dinâmica da relação terapêutica descritas há pouco demandavam a adição da contratransferência à transferência no processo psicoterapêutico. A contratransferência se tornaria parte da dinâmica central da terapia organizada em torno da transferência-contratransferência³⁴. O papel do analista mudou: a atitude de “refletor” por parte dele³⁵ passou também a compor

»
*o papel do analista mudou:
a atitude de “refletor” por parte
dele passou também a compor
o quadro da atmosfera terapêutica.
Essa atitude tornou-se parte
do estilo de trabalho da maioria
dos analistas de Budapeste*

o quadro da atmosfera terapêutica. Além de Ferenczi, essa atitude tornou-se parte do estilo de trabalho da maioria dos analistas de Budapeste. O trabalho de Michael e Alice Balint, Vilma Kovács, Fanny Hann Kende e de outra seguidora de Ferenczi, Therese Benedek, incorporou essa convicção já nos anos 1930; mais tarde, ao emigrar, eles exerceram uma importante influência em outros lugares da Europa, e do outro lado do Atlântico³⁶.

Não podemos superestimar a importância da qualidade das relações no desenvolvimento psíquico e na prática psicoterapêutica. As teorias do apego subjacentes às modernas pesquisas com bebês reforçam isto, e abrem novas direções na compreensão dos efeitos que as primeiras relações têm ao longo de toda a vida³⁷.

5. Ao mesmo tempo, para Ferenczi a psicanálise não é somente um processo interativo, mas uma espécie de criação mútua. Em 1928, escreveu: “[O analista] deve deixar a associação livre do paciente brincar com ele; simultaneamente, deixa sua própria fantasia trabalhar com o material da associação”³⁸.

26 S. Ferenczi, (1933), “Confusion of tongues between adults and the child”, in *Final Contributions...*, p. 160.

27 C. M. Thompson, “Sándor Ferenczi, 1873-1933”, p. 187.

28 A palavra em inglês é “optimal”, que já foi utilizada para traduzir algumas ideias de Ferenczi acerca da relação mãe-bebê. Traduzir o termo com seu correlato direto em português, “ótimo”, pode dar a impressão de um cientificismo – o termo costuma ser usado em estatística, por exemplo – que aparece nos textos de Ferenczi mais devido à sua formação que ao conteúdo das ideias que ele apresenta. “Ideal”, parece-me, é uma escolha justa, já que o sentido é claro: “o melhor possível para um dado sujeito; nem ausência, nem excesso” (N.T.).

29 H. S. Sullivan, *The interpersonal theory of psychiatry*.

30 M. Balint (1933), “Character analysis and new beginning”.

31 M. S. Mahler (1975), *The psychological birth...*

32 D. W. Winnicott (1971), *Playing and Reality*, p.127.

33 F. Borgogno, “Ferenczi and Winnicott: Searching for a ‘missing link’ (of the soul)”.

34 S. Ferenczi (1919), “On the technique of psychoanalysis”; S. Ferenczi (1928), “The elasticity of psychoanalytic technique”.

35 P. Fonagy, *Attachment theory and psychoanalysis*.

36 J. Mészáros, “Psychoanalysis is a Two-Way Street”.

37 P. Fonagy; M. Target, A kötődés és a reflektív funkció szerepe a szelf fejlődésében (Attachment and reflection in the development of the self); P. Fonagy, *Attachment theory...*

38 S. Ferenczi (1928), “The elasticity of psychoanalytic technique”, in *Final Contributions...*, p. 96.



em “Confusão de Línguas”,
Ferenczi descreve
pela primeira vez
os mecanismos de defesa
que entram em jogo
durante a traumatização,
e que diferem para a vítima
e para o agressor

16

PERCURSO 46 : junho de 2011

Combinando o modelo intrapsíquico com a abordagem interpessoal das relações de objeto

Algumas novas ideias sobre a mudança de paradigma de Ferenczi

Ferenczi restaura a validade da primeira teoria freudiana do trauma, e adiciona ao modelo intrapsíquico abordagens interpessoais na perspectiva das relações de objeto. Além disso, enfatiza a presença ou a falta de uma pessoa confiável em situações pós-traumáticas. Baseando-me em seus últimos textos – especialmente em “Confusão de Línguas” – tentarei agora reconstruir os pontos que acabaram se tornando elementos básicos para a moderna teoria do trauma.

1. *O trauma é um evento real.* Não é a fantasia que toma o lugar de eventos reais; não é a fantasia que causa o trauma.

2. *A experiência é subjetiva.* A verdade subjetiva deve ser aceita pelo psicanalista ou psicoterapeuta. “Verdade subjetiva” é um meio de processar a experiência pessoal a partir da realidade interna do indivíduo, e da realidade externa do mundo.

Como resultado, a questão de saber se uma experiência é “certa” ou “errada”, “verdadeira” ou “falsa” está simplesmente mal colocada. O analista aceita as experiências relatadas pelo paciente e não questiona seu conteúdo de verdade³⁹.

3. *A experiência traumática é composta de elementos dinâmicos intrapsíquicos e interpessoais.* O processo mostra sinais de um sistema de relações de objeto. Na situação de sedução sexual, os motivos dos adultos e das crianças são diferentes. A necessidade de ternura da criança é interpretada erroneamente e explorada pelo adulto; ela também é danificada para criar espaço para os desejos eróticos do adulto. Ao mesmo tempo, isso aponta para os mecanismos egoicos de defesa dos envolvidos, tanto quanto para o relacionamento que os une.

4. *O fator patogênico mais forte é a introjeção pela criança da ansiedade e da culpa do perpetrador*⁴⁰. Ferenczi escreve que a criança é paralisada por uma enorme ansiedade, cujas fontes são a ansiedade e a culpa do adulto, que ela introjeta.

5. *Identificação com o agressor.* Em “Confusão de Línguas”, Ferenczi descreve pela primeira vez os mecanismos de defesa que entram em jogo durante a traumatização, e que diferem para a vítima e para o agressor. (a) Do lado da vítima: dissociação e identificação com as intenções do agressor, a culpa e a ansiedade são internalizadas através da introjeção; (b) do lado do agressor: banalização/minimização, projeção, negação, fingimento, etc.

Ferenczi é o primeiro a descrever, em “Confusão de Línguas”, o fenômeno da identificação com o agressor. Em 1936, Anna Freud generalizou o uso deste termo para se referir à identificação com o agressor no quadro dos mecanismos de defesa do ego. Isso quer dizer que o que está em questão não é meramente o mecanismo de defesa que entra em jogo durante a traumatização, mas também a reação da criança, que se sente ameaçada em um sentido mais amplo, e se arma com expressões características do agressor mediante a introjeção dos traços dele⁴¹. Judith Dupont faz uma clara distinção entre o conceito de identificação com o agressor em Ferenczi e em Anna Freud, apontando que

Ferenczi o usou para falar de crianças abusadas, enquanto Anna o entendeu como um mecanismo de defesa do ego contra as chamadas agressões mais leves, ou fantasiadas⁴². De minha parte, acredito que não existe diferença, em essência, no funcionamento deste mecanismo de defesa, isto é, na defesa oferecida ao ego pela introjeção do agressor, mesmo que o “campo de aplicação” dela se estenda desde os abusos sofridos em agressões mais leves até a “possessão” do poder e da influência de uma autoridade temida/desejada. Ferenczi oferece uma descrição clara do funcionamento do mecanismo:

[quando a ansiedade] atinge um certo máximo, compele-as [as vítimas] a se subordinar como autômatos à vontade do agressor, [...] elas se identificam com o agressor [...]. Através da identificação [...] [o perseguidor] desaparece como parte da realidade externa, e torna-se intra- ao invés de extra-psíquico [...].⁴³

Portanto, é com Ferenczi que o conceito de identificação com o agressor nasce em 1932: um dos mais fortes mecanismos de defesa na luta para sobreviver à desproteção frente à agressão, a ataques que põem a vida em risco, e a aprisionamentos prolongados. Ele captou um mecanismo de defesa que vai além da proteção desenvolvida em situações de sedução erótica: é característico de uma estratégia de sobrevivência contra uma variedade de agressões, um mecanismo que pode ser aplicado largamente. A identificação com o agressor traz uma situação paradoxal: ela garante a sobrevivência ao custo da perpetuação da situação traumática, isto é, autorizando a possibilidade da repetição; levada *ad absurdum*, a agressão torna-se aceitável, e o agressor é domado.

39 J. Mészáros, “Ferenczi’s Trauma Theory – Solving a Dilemma /Intra- and Interpersonal Dynamics of the Traumatization Process”.

40 Mantive o correlato direto em português porque abaixo o “agressor” é especificamente discutido. Mas a tradução também poderia ser esta, sem prejuízo ao texto (N.T.).

41 A. Freud (1936), *The ego and the mechanisms of defence*.

42 J. Dupont, “The concept of trauma according to Ferenczi and its effects on subsequent psychoanalytical research”.

43 S. Ferenczi (1933), “Confusion of tongues between adults and the child”, in *Final contributions...*, p.162.

44 S. Ferenczi, *The clinical diary...*



é com Ferenczi que o conceito de identificação com o agressor nasce em 1932: um dos mais fortes mecanismos de defesa na luta para sobreviver à desproteção frente à agressão

6. *Dissociação*. Em seu *Diário Clínico*⁴⁴, Ferenczi escreve extensamente sobre o mecanismo da *dissociação* da vítima. A vinheta abaixo fornece uma ilustração da dissociação retirada de meu trabalho clínico.

Uma garota de nove anos foi abusada por seu tio durante anos. Durante a terapia, quando ela finalmente foi capaz de encarar o que havia acontecido, uma imagem lhe veio à mente. Estava deitada numa cama, e seu tio estava sobre ela, brincando com a medalha pendurada no pescoço dele, balançando-a para trás e para frente, para trás e para frente... Isto é o que mais tarde seria descrito por muitos autores como a experiência que facilita a sobrevivência: a de assistir, em transe, a um filme. O que está acontecendo não está acontecendo exatamente desse jeito, ou de qualquer modo não está acontecendo comigo. Emoções tornam-se separadas dos eventos, e a dissociação serve como um meio de sobrevivência.

7. *A realização do princípio do prazer no trauma*. Por absurdo que pareça, a persistência do trauma também fornece uma resposta à questão de por que vale a pena para a vítima manter-se no



a vantagem dos mecanismos de defesa do ego é que eles estabelecem um novo equilíbrio – embora à custa de um compromisso patogênico. O maior benefício deste compromisso é garantir que a pessoa amada não precisa ser abandonada

18

PERCURSO 46 : junho de 2011

trauma e aguentar esta condição. Ferenczi escreveu que durante a traumatização o processo intrapsíquico pode se desenvolver até pelas linhas do princípio do prazer: “[...] no transe traumático, a criança consegue manter a situação prévia de ternura”⁴⁵.

A vantagem dos mecanismos de defesa do ego é que eles estabelecem um novo equilíbrio – embora à custa de um compromisso patogênico. O maior benefício deste compromisso é garantir que a pessoa amada não precisa ser abandonada. Existe, porém, um enorme preço a pagar: a probabilidade de que a situação traumática se repita permanece alta. Gostaria de ilustrar a experiência extremamente complexa dessa ambivalência temor-desejo com o seguinte excerto de uma sessão de uma paciente:

Em seu terceiro ano de análise, uma paciente de quase quarenta anos frequentemente lembrava vários detalhes do relacionamento erótico que teve com seu padrasto. Nesta sessão, porém, ela acrescenta aos moti-

vos de sua própria participação um elemento que ainda não havia sido enfrentado.

O histórico, brevemente: desde o começo da infância, a paciente esteve presa a um relacionamento odioso com seu padrasto, a quem também temia devido a abusos físicos. Quando era adolescente, sua mãe deixou-a por vários dias sozinha em casa com o padrasto. A garota estava com muito medo da possibilidade de sofrer abusos físicos, e pensou bastante sobre como poderia sobreviver àqueles dias. Assustada, ela, usualmente amuada e tímida, escolheu uma estratégia pouco comum: começou a sorrir para o temido padrasto. Este entendeu mal os sorrisos, e passou a molestá-la. Quando sua mãe voltou para casa, a garota contou imediatamente o que havia acontecido, mas a mãe recusou-se a acreditar e tomou partido contra a filha, acusando-a de ter inventado tudo para afastar seu marido. A garota, então, tornou-se terrivelmente assustada; agora sentia que todos se voltaram contra ela e a olhavam como uma inimiga. Mais tarde, quando a sedução continuou, ela primeiro protestou e depois “cedeu”. No entanto, com a repetição dessas situações eróticas, a menina passou a não só temê-las, mas ainda a desejá-las.

Depois de muitos anos lembrando em terapia suas experiências traumáticas, de repente, em lágrimas, ela deparou com um aspecto que até então não havia aparecido: a ambivalência que a manteve naquela situação durante longos anos. Não fora somente a sedução por seu padrasto que a presenteara com um brilhante troféu de triunfo sobre sua mãe, que falhou em protegê-la, mas também o fato de que os jogos eróticos despertaram tanto o horror quanto o prazer ligados a “domar o agressor”, por um lado, e ao seu próprio prazer sexual, por outro. Enquanto fala dessas coisas, chorando, ela desabafa: “Teria sido muito melhor se [meu padrasto] tivesse me estuprado, porque então eu teria me sentido livre para odiá-lo”.

8. *Condição pós-traumática.* Em seu já mencionado último texto, Ferenczi explicita a questão da presença ou falta de uma pessoa de confiança na situação pós-traumática. Existe alguém a quem a criança pode recorrer quando tem um problema, ou não? O papel da pessoa

de confiança é de particular importância no destino posterior do indivíduo traumatizado – e isso é verdadeiro não somente para crianças, mas também para quem sofre um trauma em sentido geral.

Espero não cair na armadilha da generalização excessiva quando afirmo que o resultado intrapsíquico do trauma é determinado na situação pós-traumática – seja com, ou sem, a presença da pessoa em quem se confia. Com um pouco de simplificação, podemos dizer que a presença ou a falta da pessoa de confiança decide em que extensão a experiência traumática afeta o sujeito e influencia seu destino no longo prazo. Em geral, mesmo se há chance de dividir a experiência com outras pessoas depois do trauma, não necessariamente se consegue uma mudança duradoura no eventual destino da personalidade. Aqui, mais uma vez, vemos a importância extraordinária da situação social, o papel da publicidade⁴⁶, da solidariedade e da ajuda emocional e intelectual da pessoa ou pessoas de confiança; tudo isso fornece uma oportunidade para processar o trauma.

É neste momento que a ansiedade, a culpa, os sentimentos de vergonha e a experiência de estar desamparado e sem defesa diminuem rapidamente. Na presença de um outro em quem se confia, o indivíduo que sofre o trauma não fica sem ajuda ou sozinho, e tampouco fica isolado. O evento traumático não se torna um segredo, e depois um tabu; o processo do trauma transgeracional não é iniciado. Falar com a pessoa de confiança e dividir a experiência traumática representam o primeiro passo na elaboração do trauma. É uma sorte quando esta oportunidade surge logo após o fato.

45 S. Ferenczi, (1933), "Confusion of tongues between adults and the child", in *Final contributions...*, p.162.

46 No sentido de tornar algo público, do conhecimento dos outros, e de dar fim ao segredo (N.T.)

47 J. Mészáros, "Szubjektivitás, interszubjektivitás az analitikus-páciens kommunikációban".



*na psicoterapia,
nos tornamos parte da
realidade externa, da publicidade.
Corporificamos a pessoa
de confiança na vida
adulta, aquela que estava
faltando antes*

O psicoterapeuta como testemunha

Todos nós, psicanalistas e psicoterapeutas, somos "testemunhas da existência" de experiências sofridas – nós somos os que autenticam experiências traumáticas⁴⁷. Na psicoterapia, nos tornamos parte da realidade externa, da publicidade. Corporificamos a pessoa de confiança na vida adulta, aquela que estava faltando antes. Tornamo-nos ferramentas indispensáveis para processar as experiências traumáticas, e para um novo começo – parceiros profissionais, companheiros e favorecedores de reparação para uma pessoa até então forçada a manter objetos do self deteriorados ou falsos.

Referências bibliográficas

- Balint M. (1933/1965). Character analysis and new beginning. In *Primary love and psycho-analytic technique*. London: Tavistock Publ., p. 157-173.
- Borgogno F. (2007). Ferenczi and Winnicott: Searching for a 'missing link' (of the soul). *American Journal of Psychoanalysis*, 67(3), p. 221-234.
- Bowlby J. (1973). *Attachment and loss. Vol. 2. Separation: Anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Buda B. (Ed.) (1971). *A pszichoanalízis és modern irányzatai*. Budapest: Gondolat, p. 215-226.
- Dupont J. (1998). The concept of trauma according to Ferenczi and its effects on subsequent psychoanalytical research, *International Forum of Psychoanalysis*, 7, p. 235-240.
- Ferenczi S. (1899). Spiritizmus, *Gyógyászat*, 39 (30), p. 477-479.
- _____. (1908/1980). Psychoanalysis and Education. In *Final Contributions to the Problems and Methods of Psycho-Analysis*. London: Maresfield, p. 280-290.
- _____. (1919/1980). On the technique of psychoanalysis. In *Further Contributions to the Problems and Methods of Psycho-Analysis*, London: Maresfield, p. 177-189.
- _____. (1928/1980). The elasticity of psychoanalytic technique. In *Final Contributions to the Problems and Methods of Psycho-Analysis*. London: Maresfield, p. 87-101.
- _____. (1933/1980). Confusion of tongues between adults and the child. In *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis*. London: Maresfield, p. 156-167.
- _____. (1988). *The clinical diary of Sándor Ferenczi*. J. Dupont (Ed.). Cambridge: Harvard University Press.
- Ferenczi S.; Rank O. (1924/1925). *The development of psycho-analysis. Nervous and mental disease*. New York, Washington: Pub.Co. (Reprinted: International Universities Press, Madison, CT, 1986).
- Fonagy P. (2001). *Attachment theory and psychoanalysis*. New York: Other Press.
- Fonagy P.; Target M. (1998). A kötődés és a reflektív funkció szerepe a szelf fejlődésében (Attachment and reflection in the development of the self). *Thalassa*, (9)1, p. 5-43.
- Frankel J. B. (1998). Ferenczi's trauma theory, *American Journal of Psychoanalysis*, 58(1), p. 41-61.
- Freud A. (1936). *The ego and the mechanisms of defence*. London: Hogarth Press.
- Freud S. (1916-1917). *Introductory Lectures on Psycho-Analysis*. Standard Edition, Vol. 15-16.
- _____. (1925). *An Autobiographical Study*. New York & London: W.W. Norton & Company.
- _____. (1992). *The diary of Sigmund Freud 1929-1939: A record of the final decade*. M. Molnar (Ed. and Trans.). London: The Freud Museum.
- Freud S.; Breuer J. (1893). "On the psychical mechanism of hysterical phenomena. A lecture". Standard Edition, Vol. 3, p. 25-39.
- Haynal A. E. (2002). *Disappearing and Reviving. Sándor Ferenczi in the History of Psychoanalysis*. New York: Karnac Books.
- Herman J. (1992). *Trauma and Recovery*. New York: Basic Books.
- Hoffer A. (1996). Asymmetry and Mutuality in the Analytic Relationship: Contemporary Lessons from the Freud-Ferenczi Dialogue. In P. Rudnitzky (Ed.), *Ferenczi's Turn in Psychoanalysis*. New York: New York University Press, p. 107-119.
- Horney K. (1937). *The neurotic personality of our time*. New York: W.W. Norton & Co.
- Kramer R. (1997). Otto Rank and "The Cause". In T. Dufresne (Ed.), *Freud Under Analysis: Essays in Honor of Paul Roazen*. Hillsdale, NJ: Jason Aronson.
- Laplanche J.; Pontalis J.-B. (1973). *The language of psycho-analysis*. London: Hogarth Press.
- Mahler M. (1975). *The psychological birth of the human infant. Symbiosis and individuation*. New York: Basic Books.
- Masson J. M. (Ed.) (1985). *The Complete Letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess 1887-1904*. Cambridge, MA: Belknap.
- Mészáros J. (Ed.) (1999). *Ferenczi Sándor a pszichoanalízis felé. Fiatalkori írások 1897-1908 (Ferenczi: Toward psychoanalysis. Works of Young Ferenczi)*. Budapest: Osiris Kiadó, p. 27-30.
- _____. (2002). Ferenczi's Trauma Theory – Solving a Dilemma /Intra- and Interpersonal Dynamics of the Traumatization Process. In S. Varvin and T. Štajner-Popovič (Eds.), *Upheaval: Psychanalytical perspectives on trauma*. International Aid Network, Belgrade, p. 195-205.
- _____. (2003). Szubjektivitás, interszubjektivitás az analitikus-páciens kommunikációban. In K. Petho (szerk), *Szexualitás a pszichoanalízis és a társadalomtudományok tükrében*, p.71-78.
- _____. (2004). Psychoanalysis is a Two-Way Street, *International Forum of Psychoanalysis*, 13, p. 105-113.
- Spitz R. (1945). Hospitalism: An inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood, I. *Psychoanalytic Study of the Child*, 1, p. 53-74.
- Sullivan H. S. (1953). *The interpersonal theory of psychiatry*. New York: Norton.
- Thompson C. M. (1988). Sándor Ferenczi, 1873-1933, *Contemporary Psychoanalysis*. Vol. 24, n. 2.
- Winnicott D. W. (1971). *Playing and Reality*. Middlesex, England: Penguin.

Building blocks towards a contemporary theory of trauma

Abstract In laying down the building blocks of contemporary trauma theory, Ferenczi asserted that trauma is founded on real events and that it occurs in the interpersonal and intersubjective dynamics of object relations. He stressed the significance of the presence or lack of a trusted person in the post-traumatic situation. After the trauma, the loneliness and later the isolation of the victim represent a serious pathogenic source. In the traumatic situation, the victim and the persecutor/aggressor operate differing ego defense mechanisms. Ferenczi was the first to describe the ego defense mechanism of identification with the aggressor. Ferenczi pointed out the characteristic features of the role of analyst/therapist with which (s)he may assist the patient in working through the trauma, among them being the development of a therapeutic atmosphere based on trust, so that the traumatic experiences can be relived, without which effective therapeutic change cannot be achieved. For the analyst, countertransference, as part of authentic communication, is incorporated into the therapeutic process. These are the key building blocks that are laid down by Ferenczi in his writings and appear in later works on trauma theory.

Keywords trauma theory; identification with the aggressor, transference-countertransference; Ferenczi

Texto recebido 02/2011

Aprovado 05/2011

A obra da transferência*

Heitor O'Dwyer de Macedo

Heitor O'Dwyer de Macedo é psicanalista radicado na França desde 1968, tendo atuado em várias instituições de saúde mental. Foi professor da Universidade Paris VII. Entre seus trabalhos, encontram-se traduzidos para o português os livros *Ana K., a conjugação do corpo – História de uma análise* (Via Lettera), *Do amor ao pensamento* (Via Lettera), e *Cartas a uma jovem psicanalista* (Perspectiva). Atualmente realiza, junto à Federação dos Ateliês de Psicanálise, um trabalho de releitura da obra de Dostoievski – *La clinique de Dostoievski*.

Resumo Este trabalho apresenta as particularidades do manejo clínico da transferência do trauma. Parte da longa convivência do autor com o pensamento de Winnicott e faz dialogar seu conceito de *transicionalidade* com o de *multirreferenciado*, de François Tosquelles. Lembrando que a defesa maníaca se constrói contra as carências primitivas, o autor propõe que, nesse tipo de transferência, o psicanalista, como a mãe primária, deve oferecer seu espaço psíquico como *um lugar* onde o paciente possa se reconstruir e possa inaugurar outra relação com o mundo. O analista também ocupa *o lugar do ausente*. E se o psicanalista consegue acolher a tradução transferencial do trauma, então, graças ao caráter inédito dessa relação, o paciente encontrará uma primeira afirmação primordial, uma *Bejahung*.

Palavras-chave transferência; primeira identificação; lugar do ausente; transicionalidade; multirreferenciado; coletivo de trabalho.

* Comunicação apresentada no XII Encontro da C.R.I.E.E [Coletivo de reflexão sobre o institucional e a ética], *La fabrique du soin, création et démocratie*, junho de 2010, em Reims, França. Tradução de Cláudia Berliner.

[para Patrick Chemla]

Começo com três exemplos clínicos.

Primeiro: Uma paciente acaba de perder o filho que estava esperando, no sexto mês de gravidez. Durante várias sessões o analista chora com ela a morte desse filho.

Segundo exemplo: anos depois de ter apresentado ao terapeuta os contornos de uma psicose infantil autocurada, uma paciente se apaixona por um psicótico que está passando um período na instituição em que ela trabalha, e ela será sua amante durante um fim de semana. Inicialmente muito feliz com a intensidade fusional desse encontro e com o imenso prazer sensual e erótico que se apoia nessa intensidade, ela ficará, num segundo momento, afogada na qualidade de presença tão absoluta para o outro de que seu amado é capaz. A ponto de decidir lhe comunicar sua necessidade de ficar só. Ao sair para tomar um banho ela diz: me espera aqui, meu amor. E ele responde: claro que vou esperar. Duas horas depois, ao sair do banheiro, encontra-o, esperando, na mesma posição em que estava quando ela saiu. Ela chegará segunda-feira no seu analista aterrorizada com todos esses acontecimentos – qualquer um ficaria por bem menos. A sessão termina e o analista a leva a um restaurante onde conversam durante horas. E onde, evidentemente, eles comem, se restauram.

Terceiro exemplo clínico: uma paciente, filha de um paranoico e de uma mãe esquizofrênica, consegue, depois de anos de análise, desejar ir ao enterro do pai. É evidentemente importante

21

PERCURSO 46 : p. 21-28 : junho de 2011



*a teoria serve para nos impedir
de sempre querer o melhor
para nossos pacientes*

estar no enterro de seu assassino – isso afasta as assombrações. Mas, problema, a mãe, que a paciente não via há quinze anos, também estaria presente. O analista acompanha a paciente ao enterro e às cerimônias associadas, fica ao seu lado durante as conversas que ela tem com a mãe, conversas estas que foram decisivas na continuação da análise.

Para que serve a teoria? A teoria serve para nos impedir de sempre querer o melhor para nossos pacientes. Corolário: a teoria ajuda a temperar nossa megalomania terapêutica. Megalomania necessária e, aliás, aquele que não puder mobilizá-la, que escolha outro trabalho. Nesse sentido, a teoria nutre o respeito por aqueles que escutamos. Graças a ela, tal paciente terá toda a latitude para expressar sua singularidade no seu ritmo próprio, e o terapeuta, as ferramentas para esperar que essa expressão se dê e que o reconhecimento dessa singularidade seja possível. Pode-se, portanto, dizer que a temporalidade é um dom da teoria. Tempo de escuta, tempo de elaboração, tempo de invenção. E também, evidentemente, tempo da interpretação.

Assim definida, a teoria instaura e garante *um espaço entre* o terapeuta e seu paciente. Ela estabelece um enquadre que regula a distância, que enuncia as possibilidades de presença do terapeuta para seus pacientes. Esse enquadre é a condição de todos os desvios: de uma modalidade de presença que invade a cena do tratamento – por exemplo, uma palavra ou uma iniciativa que surpreende os dois protagonistas – até o corpo a corpo psíquico quando isso é incontornável, como nos exemplos que dei no começo.

A teoria faz parte do tecido da transferência¹. Nesse sentido, ela é, para o terapeuta, um

lugar onde é bom estar; ela tem a ver com o familiar, com o descanso, com o hábito, com o conforto.

A teoria também lembra essa outra distância, dada pela fantasia em relação à realidade. A fantasia introduz um jogo entre o sujeito e o mundo, entre o sujeito e seu desejo, entre sua história presente e aquela para a qual ele se dirige graças ao modo como apreende os outros e o mundo. Ora, como sabemos, esse jogo que a fantasia possibilita não é inato; ele é um dom da mãe como ambiente primário, quando esta consegue se identificar bem com as necessidades psíquicas do bebê, antes de este se identificar, por sua vez, como o lugar que lhe é dado no mundo interno dela – identificação que marca o estabelecimento do sujeito. *Para mim, a primeira identificação é a apropriação pelo sujeito de um lugar que a mãe fez para ele no mundo interno dela.*

Winnicott entendeu bem a importância dessa distância dada pela fantasia e que tem na possibilidade de brincar um indicador fundamental. A ponto de ele dizer:

“Quando um paciente não é capaz de brincar, o terapeuta deve se preocupar com esse *sintoma principal* antes de interpretar fragmentos do comportamento.” E mais adiante:

Não tenho a intenção de fazer uma comparação entre a psicoterapia e a psicanálise e nem mesmo de tentar definir esses dois processos para traçar uma linha de demarcação nítida entre ambos. O princípio geral que me parece válido é que *a psicoterapia se dá ali onde duas áreas de jogo se superpõem, a do paciente e a do terapeuta. Se o terapeuta não consegue brincar, isso significa que ele não foi feito para esse trabalho. Se o paciente não consegue brincar, é preciso fazer algo para lhe permitir ter a capacidade de brincar, depois do que a psicoterapia poderá começar.* Se o jogo é essencial é porque é brincando que o paciente se mostra criativo.²

Essa concepção situa de outra maneira a interpretação no tratamento. Winnicott reserva um grande espaço, no processo psicanalítico, para uma experiência de *não comunicação*, para

uma *experiência do informe*, do sem sentido, para uma experiência de não integração ativa, como uma passagem essencial, constitutiva do sujeito. O exemplo em que o analista chora com a paciente a morte do filho no sexto mês de gravidez está relacionado com esse informe, com a importância do silêncio, com essa experiência de não integração ativa. Ao fazer isso, o analista levou em conta, como ninguém antes dele fizera, um desespero que, até então, não tivera lugar para ser depositado.

Em certas situações clínicas, o que impede o analista de interpretar é a ausência de valor simbólico nas produções imaginárias do paciente. Ao contrário, na experiência do informe, em que o valor simbólico é esse não desejo de se comunicar, o silêncio do terapeuta evita uma intrusão, procura favorecer o estabelecimento de uma área de jogo. Em ambos os casos, o psicanalista está em plena atividade psíquica.

É no âmbito dos fenômenos transicionais que melhor se pode resumir a concepção winnicottiana da interpretação.

Interpretar supõe que a problemática do paciente esteja situada na esfera das dificuldades causadas pelo movimento pulsional de um indivíduo que já alcançou uma relativa autonomia em relação ao ambiente. O quadro do conflito é a onipotência do desejo confrontada com os limites do possível. Em suma, é a angústia de castro que dá sentido às questões e aos impasses que atravessam o sujeito. Nesses casos, a concepção freudiana e a de Winnicott não se distinguem: a interpretação do material que pertence à zona da onipotência deve ser feita em termos de projeção e o quanto antes, ou seja, no momento mais próximo daquele em que o material faz aparecer o que cabe interpretar da relação transferencial. Sempre nessas mesmas condições, quanto mais rápido o analista interpreta o in-

1 M. Neyraut, *Le transfert*. Cf. também meu livro *Cartas a uma jovem psicanalista*, carta n. 16: Freud, Michel Neyraut, Piera Aulagnier: a angústia entre a teoria e a clínica.

2 *Objets transitionnels et phénomènes transitionnels*, in D. Winnicott, *De la Pédiatrie à la Psychanalyse*, p. 78. (grifo meu).

»
*o campo do trauma abrange
as problemáticas de sofrimento
que dizem respeito às carências
primitivas do ambiente*

consciente, melhor será, porque mais rápido a relação irá se estruturar como uma relação psicanalítica. Em suma, num caso de neurose, o analista deve interpretar o amor e o ódio tão logo eles apareçam na neurose de transferência; isso significa que remetemos o que acontece na relação entre paciente e analista à infância e que o essencial do trabalho consiste na verbalização dos conflitos inconscientes. A verbalização realizada no momento certo mobiliza as forças intelectuais. Nessa constelação clínica, Winnicott se satisfaz com uma interpretação por sessão, desde que ela concirna ao material produzido pela cooperação inconsciente do paciente.

Totalmente diferente deve ser o trabalho do psicanalista na clínica do trauma. Nesta, o que predomina no paciente são as diversas figuras da defesa maníaca contra a depressão, defesa cuja organização mais bem sucedida é a de um *self* falsificado. O campo do trauma abrange as problemáticas de sofrimento que dizem respeito às carências primitivas do ambiente, cuja característica mais importante é a angústia de aniquilamento. É contra essa angústia inimaginável que o sujeito constrói a defesa de um *self* falsificado. Ora, abandonar um *self* falsificado supõe uma passagem pelo informe e, portanto, um imenso risco psíquico.

Quando um psicanalista trabalha o trauma no tratamento, portanto com pessoas em quem predominam as figuras da defesa maníaca contra a depressão (quer chamem isso de psicanálise ou não), a interpretação baseada na compreensão profunda torna-se menos importante. O mais importante é que o psicanalista possa ensinar o paciente a brincar, possa *sustentar* a relação que se estabelece: é a primeira vez que o sujeito vive



*o que se pede ao analista
é que ele aceite ser uma prótese
narcísica, um objeto subjetivo*

uma relação em que pode confiar. Ao contrário da neurose de transferência, nesses casos não se trata de uma relação de que seja possível se lembrar e que é revivida no espaço da análise. E, por não ser uma neurose de transferência, interpretar em tais circunstâncias clínicas terá como resultado, na melhor das hipóteses, um mau analista que dá boas interpretações. Por quê? Porque toda interpretação remete a um processo de separação, e interpretar no próprio momento em que o paciente aceita compartilhar sua depressão (com a dependência que isso implica em relação ao analista) é repetir a situação de uma intrusão num espaço psíquico em vias de constituição, o espaço do Eu³.

Uma não adaptação no momento em que a lógica do espaço do sujeito exige uma adaptação quase perfeita é uma separação prematura. E toda separação prematura é uma intrusão. Em suma, sempre se “podê” interpretar em termos da realidade interna do paciente. (Isto é, supondo-o capaz de reconhecer uma realidade externa e levando em conta a insistência pulsional). Mas isso é completamente inútil (e traumatizante) quando o que se pede ao analista é que ele aceite ser uma prótese narcísica, um objeto subjetivo pertencente à área da experiência de onipotência do sujeito. Somente quando ele aceita esse lugar é que a experiência da análise será uma experiência real para o paciente; este poderá, então, considerar o psicanalista um sujeito real, com uma existência objetiva e exterior. Tendo o paciente se apropriado, por meio da identificação, desse lugar psíquico que o espaço da análise se tornou para ele, opera-se uma mudança: as dificuldades concernentes às interpretações sobre a insistência pulsional já não mobilizarão um penoso estado

clínico confusional e o sujeito se tornará cada vez mais capaz de fazer face a outras complexidades do processo analítico. Se o *confusional* cessa é porque a *apropriação do espaço da análise como um lugar* – que é uma obra da transferência – supõe a realização de um *recalcamento primário*. Para que esse *recalcamento* ocorra é preciso, primeiro, que o paciente possa fazer uma longa experiência da presença e da *fiabilidade do analista* – que, na transferência, ocupa o lugar de um outro que outrora esteve ausente. Acho que era isso que Winnicott chamava de “uma lição de relação com o objeto”.

“Fico consternado”, dizia Winnicott, “quando penso nas mudanças profundas que impedi ou retardei em pacientes [...] por minha necessidade de interpretar. Quando nos mostramos capazes de esperar, o paciente consegue entender de maneira criativa, com um intenso prazer”⁴.

É em *O brincar e a realidade* que Winnicott expõe todas as consequências clínico-teóricas implicadas na noção de espaço transicional. Começa abordando os ensinamentos da psicopatologia sobre a não constituição dessa zona intermediária, cuja causa está sempre relacionada com uma separação ou perda precoce do portavo, aqui confundido com o ambiente. Essa separação pode ser apenas uma má adaptação do ambiente primário (a mãe) às necessidades psíquicas do bebê no momento em que essa adaptação tem de ser perfeita. Essa inadaptação é vivida como intrusão.

A principal consequência desse tipo de intrusão é a *dissociação*, cujas produções defensivas secundárias não podem ser tratadas ou entendidas em termos de *recalcamento*. No caso de o psicanalista não reconhecer essa impossibilidade essencial, o tratamento terminará em impasses insolúveis, ou numa falsa evolução – na qual o(a) paciente se adaptará à concepção teórica do terapeuta, repetindo assim sua relação falsificada com o mundo, mundo com que, desde sempre, ele(a) se encontra com a parte falsificada de sua pessoa. Essa falsificação, fonte permanente de tristeza e de dor, é a razão pela qual o sujeito procurou um psicanalista. Em suma, se o psi-

canalista não reconheceu essa impossibilidade essencial, o paciente nunca assumirá o risco da experiência do informe. E o trabalho do tratamento será, simplesmente, um novo fracasso na tentativa do sujeito de conhecer uma *integração* e um *real* encontro com o outro.

Por isso, essas reflexões se aplicam aos tratamentos em que a questão do trauma é central, em que a confiança depositada no psicanalista determina o desenrolar da transferência e sem a qual a transferência não se instala. Os tratamentos em que o trauma é central trazem para o primeiro plano as *qualidades afetivas* do encontro entre o psicanalista e seu paciente. O acolhimento ocupa, evidentemente, um papel fundamental, já que o espaço da análise e o espaço da transferência têm de ser, antes de mais nada, um lugar em que seja bom estar.

Essa possibilidade de prestar atenção à tonalidade afetiva do encontro transferencial, de ter a preocupação de inflecti-lo, de modulá-lo de tal modo que o paciente se sinta *confortavelmente instalado na transferência* é algo que se adquire com o tempo. A clínica psiquiátrica é uma excelente escola para o aprendizado dessa instalação. Os teóricos da psicoterapia institucional propuseram a expressão *técnicas de ambiência* para essa preocupação com a atmosfera sensível. Nos tratamentos em que o trauma é central, o mais importante não é o que se repete, *mas o que não se repete*. A relação com o analista *inaugura* uma experiência do outro até então desconhecida para o sujeito.

Os três exemplos clínicos apresentados no início deste texto ilustram uma das principais consequências que o terapeuta terá de acolher se aceitar sustentar esse lugar de um outro ainda inédito na história do paciente. Nesses casos, a relação que a transferência inaugura poderá fazer emergir um novo sujeito. No entretanto, porém, o paciente será obrigado, para se descolar da área do trauma, a convocar para a relação com o analista os nacos de real que o acossam.

3 O Eu em Winnicott não é especular. Cf. nosso comentário in H. Macedo, *Do amor ao pensamento*.

4 In D. Winnicott, *Jeu et réalité*, p. 120 e 121.

»
Ferenczi, a quem todos devemos a invenção da clínica do trauma, afirma que o terapeuta será sempre obrigado a repetir o trauma

Essa passagem obrigatória é – também – obra da transferência. O segundo exemplo é uma figura muito eloquente disso: por intermédio de seu amor por um paciente de quem trata, a paciente produz para seu analista uma situação em que ela é capaz de amar a criança psicótica que foi outrora. Essa possibilidade de correr o risco – total, vertiginoso – desse reencontro é uma obra da transferência. Obra da transferência, também, essa passagem ao ato – simultaneamente terrível, estruturante e libertadora. Como mencionei no início, terminada a sessão em que a paciente corre esse risco, o analista a leva a um restaurante onde eles conversam durante horas. E onde, evidentemente, eles comem, se restauram.

Ferenczi, a quem todos devemos a invenção da clínica do trauma, afirma que o terapeuta será sempre obrigado a repetir o trauma. Acho que hoje, graças à pesquisa que ele inaugurou, podemos ser menos categóricos.

É certo que o psicanalista será inevitavelmente convocado ao lugar do agente do trauma. O paciente depositará no mundo interno do terapeuta, e sem que ele saiba, traços do assassino da alma, seus afetos de ódio, sua insensibilidade. Esses depósitos obstruirão a contratransferência, farão do paciente um perseguidor.

Mas o reconhecimento de seus afetos, sua nomeação, bem como seu compartilhamento com o paciente, são ferramentas para a criação por parte deste último de um novo tecido psíquico. Ora, o que possibilita a criação desse novo tecido psíquico não pode ser o lugar de agente do trauma que o analista ocupa na transferência. De que lugar pode ele, então, favorecer a construção de um espaço até aquele momento inexistente? Evidentemente, do *lugar do ausente*.



*quando o terapeuta ocupa
o lugar do ausente, isso permite
a criação de um novo tecido
psíquico no paciente*

Essa evidência nos permite formular as dificuldades encontradas por Ferenczi na teorização que nos foi tão preciosa, porque, afinal, seus gigantescos avanços continuavam subordinados à concepção freudiana da transferência, concepção que a reduz sobretudo à repetição. Ferenczi iria esbarrar com essa redução durante sua análise, ao Freud se recusar a ocupar o lugar do ausente, que teria sido inaugural, e que ele identificou com o lugar de uma mãe. E também por Freud não reconhecer a transferência negativa que sua recusa mobilizou.

A preocupação com a tonalidade afetiva da transferência e o reconhecimento de que o mais importante é o que não se repete na relação transferencial (porque o analista ocupa o lugar do ausente) cruzam-se com a teoria winnicottiana da importância do brincar no tratamento, teoria que coincide com a do espaço transicional.

Portanto, quando o terapeuta ocupa o *lugar do ausente*, isso permite a criação de um novo tecido psíquico no paciente, de onde ele poderá ter um ponto de vista sobre o trauma. Esse ponto de vista é a condição para que o trauma seja pensável. Atenção: um trauma nunca é recalcado, nunca é esquecido. Mas um ponto de vista pode possibilitar o fim da vergonha e da culpa. Vergonha de ter pais violentos e culpa de pensar essa violência. E, vergonha ainda maior, de se sentir a causa dessa violência (cf. o trabalho de Ferenczi sobre *A confusão de línguas*).

Um ponto de vista autoriza a indignação, a cólera. E a cólera permite um juízo de condenação dos pais. E se o ponto de vista supõe, como creio que supõe, que a transferência crie as condições de um recalçamento primário, então é impossível deixar de conceder ao inominável todo o

lugar que merece. Por vezes, o inominável adota a roupagem das passagens ao ato. E o que possibilita o recalçamento primário é a repetição incessante, no tratamento, de uma experiência: a de encontrar o terapeuta sempre presente ali onde um outro esteve ausente.

Portanto, depois de Winnicott o analista que trabalha na cidade já sabe: se quiser se aventurar no tratamento da devastação causada pelo trauma, terá de saber brincar. Mas, ao atravessar o território do massacre, ele terá de ser, sozinho, uma instituição de tratamento.

Terá de instalar, se necessário, um atendimento concomitante com um psiquiatra – para que os medicamentos estejam a serviço da emergência da palavra. Ele será um agente de empregos, procurando eventualmente trabalho para seu paciente. Ou será um educador especializado, ou um assistente social, encontrando lugares de socialização. Ele será um agente de viagens, organizando férias seguras. Será um serviço jurídico que fornece um bom advogado ou a ajuda para realizar procedimentos simbólicos de reparação, de solução de antigos contenciosos. Ele procurará um bom clínico geral que cuidará do somático como uma boa mãe arcaica, quando o paciente, deixando de ser locatário de seu próprio corpo, tentar nele se instalar definitivamente. Encontrará um professor particular e um colega para a criança que, ao deixar de precisar ser o terapeuta de algum de seus pais, pode finalmente apresentar suas próprias dificuldades escolares e existenciais. Será terapeuta de casal, recebendo o cônjuge para quem é penoso suportar os remanejamentos identificatórios produzidos pelo tratamento. Ou analista de família, convocando os pais (até mesmo de um paciente adulto) para entender melhor a constituição de um Supereu devastador ou para conhecer melhor a pré-história do paciente⁵.

Em princípio, o terapeuta não convoca todos esses lugares num único tratamento. Que seja. O que importa reter é o sentido dessas derivações, a saber: *a experiência que o paciente tem de um outro uso da realidade*.

Em outras palavras, ocupar-se do trauma e de seus efeitos devastadores exige que o analista se comprometa a sustentar o que os teóricos da psicoterapia institucional nos legaram: ser capaz de desempenhar vários papéis sem abandonar sua função!

Note-se, contudo: sempre que o terapeuta propõe alguém além dele para ajudar o paciente numa passagem importante da vida, ele reconhece os limites de seu poder. E, no mesmo movimento, *in fine*, ele reafirma o enquadre do tratamento, bem como a extensão do poder deste: o remanejamento do espaço psíquico.

Haverá quem lhes diga que essa concepção do tratamento não é do âmbito da psicanálise. É claro que isso não tem a menor importância. E é claro que se trata do tratamento psicanalítico. Mas vale a pena nos determos nisso para esclarecer alguns pontos. A objeção de que tudo isso não é do âmbito do tratamento analítico se apoia, em geral, no mesmo argumento: intervir a tal ponto na realidade da vida do paciente fecha o acesso à fantasia. Ora, essa objeção supõe um tratamento cujas questões centrais concernem aos avatares do recalçamento. O que dizer, porém, quando o recalçamento primário não ocorreu, quando a fantasia pode mobilizar angústias inomináveis? O que dizer quando o investimento da percepção vem saturar o encontro com o mundo? (Como uma mulher que, para afastar a angústia, lê em voz alta todos os *outdoors* da estrada.) O que dizer quando a realidade, que nada mais é senão um recorte subjetivo do real, não existe ou existe muito precariamente? *O que dizer quando o recorte da realidade está à espera da obra da transferência, precisamente quando a extração de uma realidade da mixórdia do real espera que o analista adivinhe o ausente, para cujo lugar a obra da transferência o designa? Nos tratamentos em que as defesas decorrem do trauma, não se deve tratar o objeto perdido, porque o analista é o primeiro que reconhece o sujeito no paciente, que afirma sua existência. Graças a sua relação com o*

5 Ler, a esse respeito, P. Kammerer, *L'enfant et ses traumatismes*.



*o que dizer quando
o recalçamento primário
não ocorreu, quando a fantasia pode
mobilizar angústias inomináveis?*

analista, o paciente encontra uma primeira afirmação primordial, uma Bejahung.

Repito: ocupar-se do trauma e de seus efeitos devastadores exige que o analista se comprometa a sustentar o que os teóricos da psicoterapia institucional nos legaram: ser capaz de desempenhar vários papéis sem abandonar sua função! Jean Oury, na discussão que se seguiu à apresentação destas reflexões, reconheceu na pluralidade de espaços que o analista deve convocar nesses tratamentos o conceito de *multirreferenciado* de François Tosquelles. Ele tem toda a razão. Aliás, o multirreferenciado é uma exigência que se impõe a qualquer psicanalista; trabalhar como psicanalista exige a existência de um coletivo de amigos a quem ele submete de forma regular o avanço de seus tratamentos. Um coletivo: a fábrica do possível.

Tudo o que eu disse aqui é sabido por qualquer terapeuta que trabalha com o trauma em todas as duas declinações. A única novidade foi ter tentado reunir toda essa pluralidade de facetas numa teoria do tratamento organizada em torno de quatro pontos:

- ✦ a importância do acolhimento;
- ✦ o tratamento como experiência inédita de encontro com o outro;
- ✦ um outro ausente que o analista, graças à obra da transferência, deve adivinhar;
- ✦ um coletivo de amigos psicanalistas onde o analista dá regularmente testemunho de seu trabalho clínico.

Espero que isso possa, eventualmente, servir de enquadre para uma troca mais organizada entre aqueles a quem essa pesquisa clínica apaixonada.

28 Referências bibliográficas

- Kammerer P. (2010). *L'enfant et ses traumatismes*. Paris: Gallimard.
- Macedo H. (2011). *Cartas a uma jovem psicanalista*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1999). *Do amor ao pensamento*. Trad. Monica Seicman. São Paulo: Via Lettera.
- Neyraut M. (1974). *Le transfert*. In Collection *Le fil rouge*. Paris: PUF.
- Winnicott D. W. (1969). *De La Pédiatrie à La Psychanalyse*. Paris: Payot.
- _____. (1975). *Jeu et réalité*. Paris: Gallimard.

Certo dia, eu disse que o terapeuta do trauma era um analista épico. Falei pela primeira vez de *analista épico* ao comentar o termo *Therapon* proposto por meus amigos Françoise Davoine e Jean Max Gaudillière em seu livro *Histoire et Trauma*⁶. Se prefiro o de analista épico é para sublinhar que o terapeuta não é apenas o ajudante de seu paciente, já que muitas vezes o precede no combate, antecipa os golpes, transformando uma coleção de anedotas sobre um massacre na narrativa épica de uma Odisseia. Ele constrói essa narrativa a partir da distância que lhe dá o lugar de um ausente dos acontecimentos, ausente cuja pre-

sença teria evitado o trauma. É desse lugar que, para evitar o suicídio, ele convida uma paciente, por intermédio do alimento, a um *festim canibalístico* em que ela pode devorá-lo. Devorá-lo para que ele seja o vínculo que integra a psicose infantil à vida. Também é desse lugar que ele chora com sua paciente, festeja a celebração de uma conquista, parte com ele para o interior – por exemplo, no enterro de um pai louco na presença louca da mãe, para evitar um novo exílio na psicose. Em suma: o que um(a) paciente cuja infância foi massacrada necessita profundamente encontrar no seu psicanalista é uma *pessoa viva na vida*.

6 In *Cartas a uma jovem psicanalista*.

The work of transference

Abstract This paper presents some aspects of the clinical handling of transference in cases of trauma. Winnicott's concept of the transitional area is put in relation with the notion of "multireference" proposed by François Tosquelles. Since maniac defenses are built against unfulfilled primitive needs, the author suggests that in these cases analysts must offer his psyche space as a place where the patient can reconstruct himself and initiate a different relationship with the world.

Keywords transference; first identification; place of the absent; transitional area; multireference; workgroup.

Texto recebido: 11/2010

Aprovado: 05/2011

A perversão: o olhar de Gérard Bonnet

Terezinha Maria de Mélo Barros

Terezinha Maria de Mélo Barros é psicanalista, membro aspirante do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, integrante do Grupo de Pesquisas sobre o Feminino do mesmo departamento e doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Resumo Gérard Bonnet propõe uma teorização original dos mecanismos perversos, referindo-os a um sistema organizador do sintoma solidamente estruturado conforme uma lógica de vingança: uma brutal interrupção na situação de sedução originária gera na criança, ao mesmo tempo, objetos internos persecutórios, um desejo inconsciente de vingança e uma fixação à pulsão parcial prevalente na época da ruptura relacional, para manter, a qualquer preço, o eixo das relações perdidas.

Palavras-chave Gérard Bonnet; perversão; lógica da vingança; afeto; passagem ao ato; sexualidade perversa; sexualidade pulsional.

Introdução

Gérard Bonnet nasceu em Lille, no dia 10 de janeiro de 1934. Defendeu tese sobre voyeurismo-exibicionismo sob a direção de Jean Laplanche, em 1975. Desenvolve pesquisas psicanalíticas há mais de trinta anos, tendo se especializado no estudo das perversões e da dimensão inconsciente do ver, no quadro do laboratório de psicanálise e de psicopatologia da Universidade Paris VII. A atualidade de suas pesquisas é confirmada pela reedição recente de vários dos seus trabalhos anteriormente publicados, dentre os quais um *Que sais-je?*, sobre *Les perversions sexuelles*, de 1984, e outras obras importantes sobre voyeurismo-exibicionismo, como *Voir – être vu –* de 1981 e *La violence du voir*, de 1996.

O livro de Gérard Bonnet, *La perversion: se venger pour survivre* (2008), que nos propomos estudar neste trabalho, ainda não está traduzido em português, mas tem sido muito prestigiado pela crítica francesa especializada, que nele enxerga o testemunho de um compromisso profundo do autor com as possibilidades de compreensão do comportamento humano nos limites da sua tragicidade. Nele, Bonnet nos oferece uma teorização original dos mecanismos e funções dos comportamentos perversos, referindo-os todos, quaisquer que sejam suas diferenças, às vezes consideráveis, a um sistema organizador do sintoma, sistema rígido e solidamente estruturado, cujas especificidades cuidará de definir, ao longo de todo o

29

PERCURSO 46 : p. 29-40 : junho de 2011



as referências
de Gérard Bonnet
remeteu, no essencial,
a Jean Laplanche

30

PERCURSO 46 : junho de 2011

texto. Para ele, o ato perverso nada tem a ver com o comportamento brutal ou instintivo ao qual é frequentemente reduzido. É um ato humano, de uma complexidade desafiadora, e as sugestões que oferece de enfrentamento terapêutico desses pacientes são sustentadas pela longa e dedicada experiência clínica e pela rigorosa reflexão teórica com a qual a acompanhou.

Essa sensibilidade pela causa da perversão e o interesse no desenvolvimento de pesquisas e elaboração de trabalhos científicos concernentes à questão, para o próprio autor, devem-se à conjugação de dois fatores circunstanciais, por ele vistos como a origem modesta e anedótica do seu trabalho. O primeiro desses fatores foi o impacto, e a riqueza, da experiência clínica, já que o segundo atendimento de que foi encarregado, ainda no período de formação, o desafiou seriamente no que dizia respeito à estrutura clínica do paciente. Tratava-se de um homem completamente dominado por alucinações passionais inquietantes e que, ao longo do tratamento, se constatou estar sob governo de uma pulsão visual particularmente vigorosa. Este caso clínico é relatado no livro de 1981, acima citado. Também nessa época, iniciando a carreira em hospital psiquiátrico, é colocado em um setor de atendimento a pacientes envolvidos em processos judiciais, sendo logo encarregado dos casos mais graves, cujas dificuldades captam de imediato o seu interesse, e a sua dedicação revela-se incondicional.

A segunda influência ressaltada por Bonnet situa-se na experiência acadêmica. Seu orientador

de tese, Jean Laplanche, então laureado pela publicação do *Vocabulário de Psicanálise* (1975), era também o autor de uma obra, *Vida e morte em psicanálise* (1985), na qual se inclui uma demonstração da importância das duplas pulsionais opostas. Valendo-se dos seus engajamentos clínicos precedentes, Bonnet propõe ao mestre escolher para tema de trabalho a dupla voyeurismo-exibicionismo. Laplanche encoraja fortemente esse projeto e o convida para ser o primeiro estudante a desenvolver uma tese sob sua orientação.

Isto posto, não é de estranhar que suas referências teóricas nos remetam, no essencial, a Jean Laplanche, com as marcas inevitáveis, no contexto contemporâneo da reflexão francesa sobre a psicanálise, da retomada por Lacan da obra freudiana. Resumimos o essencial: para Bonnet, a situação de sedução originária que, segundo Laplanche, funda a sexualidade e concorre para o despertar da vida psíquica, foi ao longo da infância do perverso ao mesmo tempo muito excitante e brutalmente interrompida, deixando a criança em total desamparo porque bruscamente largada só, com mensagens enigmáticas intraduzíveis. Esta frustração radical gerou na criança, ao mesmo tempo, objetos internos persecutórios, um desejo inconsciente de vingança e uma fixação à pulsão parcial prevalente na época da ruptura relacional, para manter, a qualquer preço, o eixo das relações perdidas. Esta é a chave para compreender a *lógica da vingança* que o autor atribui ao perverso e que, segundo ele, não visaria tanto a fazer ao outro o que a ele fora feito mas, sobretudo, a restabelecer na violência e na destruição um vínculo indispensável à sobrevivência psíquica.

No que diz respeito à questão metapsicológica, Gérard Bonnet considera necessário alargar as formulações freudianas, limitadas à economia pulsional, para aí anexar a necessária consideração das particularidades do afeto e das representações. Isto porque, para ele, embora aparentemente ausente, *o afeto tem importância radical na estratégia perversa*: tudo é lapidarmente preparado para lançar à distância e projetar no outro um afeto

negativo dificilmente suportável, para recuperá-lo em seguida na sua face positiva e então gozar. Trata-se, por exemplo, de transformar a humilhação em onipotência (como ocorre com o sádico) ou a vergonha em orgulho (como mostra o exibicionismo), tudo preparado segundo um mecanismo de inversão-retorno sempre essencial nessas organizações.

A nosso ver, ainda um terceiro ponto precisa ser levado em consideração para bem compreendermos as elaborações e inovações de Bonnet: trata-se da sua leitura das diversas formas da sexualidade já enxergadas por Freud e que ele, Bonnet, minuciosamente rastreia, ao longo da obra do mestre, buscando, na articulação das várias formulações, uma compreensão em profundidade do conceito de pulsão, sem dúvida um dos mais ricos e complexos de toda a teoria psicanalítica. Essa busca de precisão e de rigor teórico vai permitir a Bonnet melhor compreender e explicitar o que ele considera a maior inovação do pensamento freudiano: *a passagem da perversão sexual às tendências equivalentes presentes em todos os humanos*.

Uma lógica da vingança

A teoria psicanalítica recente ressalta que o fantasma da sedução não é um fantasma como os outros, pois que corresponde a uma realidade vivida. Esta é a tese de Jean Laplanche, para quem todo adulto é efetivamente sedutor para a criança, ainda que involuntariamente, por ser, ele mesmo, portador de desejos sexuais que, à sua revelia, se manifestam em palavras, gestos e atitudes, cada vez que ele se ocupa da criança. Para Laplanche, esta sedução não está apenas na origem da sexualidade, ela é a origem mesma do inconsciente. Trata-se de uma sedução que não se pode pensar mais real, mesmo que não se revele a partir de atos ou de gestos sexuais no sentido explícito do termo.

A partir dessa teoria, Bonnet reconhece que o agressor sexual tem razão quando afirma que foi

»
*mesmo reconhecendo
que o agressor sexual passou
pela experiência comum a todos nós,
de uma sedução originária, estamos
no direito de colocar
algumas questões*

seduzido na infância, na medida em que todos nós também o fomos, de uma maneira ou de outra. Seria possível dizer que, ao agredir uma criança, como ele o faz, o agressor manifesta, para todos, a violência e o alcance da sedução originária.

Mas, continua Bonnet, esta explicação não é suficiente. Mesmo reconhecendo que o agressor sexual passou pela experiência comum a todos nós, de uma sedução originária, talvez até na sua forma excessiva, estamos no direito de colocar algumas questões. Bonnet propõe duas. Primeira questão: seria esse fato – da sedução originária – razão suficiente, justificativa plausível para o ato perverso? Por que o perverso quer refazer a um outro – e a um outro inocente – aquilo que lhe fizeram?

Para responder a essa questão, Bonnet demonstra, inicialmente, que a lógica da transmissão em que se situaria o agressor não se sustenta. Essa lógica funcionaria mais ou menos assim: tudo começou com a sedução brutal exercida pelos pais, deixando marcas profundas na criança que interiorizou essa sedução e, ao chegar à idade adulta, recomeça o roteiro, na esperança insensata de dele libertar-se, e ao risco também de transmiti-lo de novo. Bonnet rejeita essa teoria com os seguintes argumentos:

- ♦ não é verdade que todos os violentadores de crianças tenham sido vítimas de abuso sexual na infância; além do que nem sempre aqueles que foram vítimas dessa violência passaram ao ato;



*seria possível dizer,
num primeiro momento,
que aquilo que o perverso faz
agora ultrapassa enormemente
o que lhe fizeram na infância*

- ♦ essa teoria da transmissão também não se sustenta do ponto de vista analítico e formal. No ser humano, salvo no plano biológico, não existe nunca transmissão automática. Para a psicanálise, não existe transmissão sem apropriação, e somente existe apropriação quando ela serve aos interesses do sujeito;
- ♦ disso resulta que se poderia dizer ao agressor que, mesmo tendo sofrido seduções precoces, ele recria agora a situação originária de sedução para alcançar fins pessoais e para atender a um desejo que lhe é próprio.

Resta identificar qual é esse desejo do qual ele nada sabe, por ser totalmente inconsciente. Seria possível dizer, num primeiro momento, que aquilo que ele faz agora ultrapassa enormemente o que lhe fizeram na infância, pois que ele está vivo e, sobretudo, ainda é capaz de reagir. O que significa dizer que seu desejo é um desejo de vingança e, sobretudo, da pior vingança possível. Bonnet conclui que nas explicações do perverso o que tanto nos choca não é o fantasma da sedução, ou a sua encenação exagerada, mas é sobretudo essa devastadora, assustadora lógica da vingança, ao mesmo tempo visual e fálica.

A segunda questão poderia ser assim formulada: o que conduz um agressor sexual a destruir sua vítima ou, pelo menos, a feri-la psicologicamente de maneira irreversível? De que ele se vinga, exatamente, para ter chegado aonde chegou, ou seja, ter transformado um sujeito particularmente idealizado em instrumento de gozo, des-

cartável, em objeto que se manipula para fazer dele o que se quer? Como explicar tal aberração? De onde vem esse desejo de vingança?

A teoria da sedução generalizada, de Laplanche, permite-nos pensar essas questões e ultrapassá-las. Senão, vejamos: se a reação de vingança encontra sua origem numa separação brutal, recalcada, é em razão do impacto que teve esta separação sobre o processo de sedução. A sedução generalizada que acompanha os primeiros tempos da vida da criança não é um fato único, isolado, é um longo caminho que se desenrola dia após dia, onde os pais emitem mensagens enigmáticas incessantes. Em um primeiro tempo, a criança está numa posição puramente passiva, receptiva, aberta a todas as solicitações, ela engole tudo, no sentido próprio do termo. Mas, quando adquire os meios para isso, ela reage, responde, numa interação constante, vigorosa, que lhe permite pouco a pouco tirar partido da situação. Porque, se é evidente que ela é totalmente dependente do processo, submetida a solicitações incessantes das quais não possui as chaves, observa-se também que ela não perde ocasião de obrigar o adulto em questão a ajustar o passo. Esta é a origem de inumeráveis sintomas e minirreações da primeira infância, que tomam sentido na troca permanente, induzida e mantida pelos pais.

Pode-se bem imaginar o que acontece quando a criança se vê brutalmente remetida a si mesma, quando os pais lhe faltam, em um estágio muito precoce, quando eles a deixam sozinha com certas mensagens particularmente excitantes enxertadas, sem tradução possível, e então a criança privilegia um modo de expressão pulsional. Neste caso, ela se descobre habitada por uma solicitação interna enorme que não pode associar ao que quer que seja. Nos estágios mais precoces, isto vai acarretar depressões graves, do tipo que, através dos anos, tem desfilado pelos consultórios psicanalíticos. Mas se a separação dos pais ocorreu na época em que a criança investia preferencialmente uma pulsão de tipo sádico, por exemplo, a criança vai ser levada a fixar-se nela para tentar manter a todo custo o

eixo das relações perdidas, erotizando, por isso mesmo, a lógica da inversão que lhe permitiria restabelecê-las.

É nessas condições que a criança lança as bases de uma dialética da vingança – e da pior das vinganças – que se inscreve no mais profundo de si mesma. Bastará que se encontre um dia em circunstâncias análogas às que conheceu naquele momento crucial para que o processo de vingança retorne à superfície. Ela reconstitui então a situação de sedução em seu proveito, de maneira cega e brutal, para tentar reencontrá-la na realidade. Mas, levando em conta o que lhe aconteceu, não busca a troca mas a impõe, descarrega-a, e a vingança expressa a violência que lhe fora feita no momento em questão. Se o perverso chega a matar, é porque a criança que ele inconscientemente escolheu encarna a criança que ele foi e que deixaram sem reação possível. Ele ataca um sujeito que é, ao mesmo tempo, sujeito de sedução e sedutor, porque foi esta dupla potencialidade que lhe foi deixada por conta, como débito a pagar, no momento da separação e que ele destrói na pessoa do outro, como a ele mesmo outrora destruíram. E, como é habitado por uma solicitação interna para a qual não tem nenhuma tradução possível, ele suprime aquele que a desperta, na esperança de livrar-se disso de uma vez por todas, fazendo o mesmo que lhe fizeram, mas nunca no sentido que pensa.

O que o agressor sexual põe em causa não é a sedução enquanto tal, mas uma sedução que parou, que congelou, que lhe ficou atravessada na garganta e da qual acredita poder libertar-se atacando um sujeito que encarna a dupla potencialidade que nele foi quebrada. O agressor é, de alguma maneira, possuído por maus objetos internos, restos intraduzíveis da sedução que o habitam, e torna-se cego pela lógica de inversão que o anima em profundidade: ele confunde as crianças que o excitam com esses objetos interiorizados, pois acredita que, atacando suas vítimas, fazendo-as desaparecerem, suprimirá os objetos em questão. Espera desembaraçar-se de suas pulsões atacando aqueles que as despertam e como

»
*é preciso agir com cuidado
para que os agressores
não se sintam, por seu turno,
tomados numa lógica de vingança,
de revanche pura e simples
da parte da sociedade*

tal não acontece ele recomeça – e isso não tem fim. É assim que de uma sedução de vida ele faz uma sedução de morte, com todas as consequências que se seguem.

Por isso debate-se em todos os sentidos, violentamente, como criança aprisionada, a risco de se ferir ou de ferir os outros. Para Bonnet, é exatamente por conta dessa energia devastadora, dessa força fundamental, que a primeira ação a empreender consiste em utilizar as medidas de coerção que se impõem, de tal sorte que esta lógica da destruição se choque com a realidade. Mas é preciso agir com cuidado para que os agressores não se sintam, por seu turno, tomados numa lógica de vingança, de revanche pura e simples da parte da sociedade, o que acarretaria ser o remédio pior que o mal.

Mas esse primeiro passo não basta, é claro, porque, embora bloqueada, a lógica da vingança estará subjacente, prestes a ressurgir de um modo ou de outro. Para se livrar verdadeiramente dessa ameaça o terapeuta só tem uma solução: colocar-se na posição do terceiro, tomar distância do sistema dual, criticá-lo e usar um outro registro. Se há vingança é porque houve suspensão brutal da sedução no sentido original do termo e porque o sujeito concernido se descobriu só, não tendo à disposição senão uma pulsão sádica para gerir e explicitar na relação com o outro. É também por esta razão que ele procura formas de restabelecer contato. Portanto tudo deve ser tentado para que uma relação humana ocupe a cena e abra as vias de uma comunicação em profundidade.



*quanto ao agressor, tudo
que importa é que ele chegue
a falar de seu ato, abrindo
assim a via para uma
análise rigorosa*

É necessário criar um espaço de palavra em substituição ao espaço do ato. Simbolizada pela palavra, a vingança mortal, em ato, perderá sua razão de ser.

Resta uma questão: como suscitar a palavra do lado do agressor? Bonnet oferece pistas. Primeiro no que concerne ao terapeuta: é comum argumentar-se que a abordagem terapêutica de um agressor é difícil porque não existe demanda. Isto é verdade, mas, considerando o contexto psicopatológico, nada impede que o terapeuta e os que o cercam se mostrem algo sedutores, sem perder o necessário rigor, é claro. Muitos encaminhamentos fracassam porque o terapeuta solicitado recusa-se a tomar a iniciativa de restabelecer, à sua maneira, uma comunicação, cuja ruptura data às vezes de tanto tempo!...

Quanto ao agressor, tudo que importa é que ele chegue a falar de seu ato, abrindo assim a via para uma análise rigorosa. É fato conhecido que os agressores em série têm em comum escolherem sempre o mesmo tipo de vítima, e agirem segundo um ritual que lhes é próprio e com meios que os caracterizam. O roteiro não é elaborado somente para chocar, paralisar, envolver numa sobrecarga mortífera. Ele está lá também para fazer passar na força um certo número de significantes que esses sujeitos não chegariam a exprimir ou formular de outra maneira. Acontece mesmo que esses significantes constituem o equivalente do conteúdo manifesto de um sonho e, quando o sujeito concernido chega a associar livremente na pista deles (dos referidos significantes), a

dialética intersubjetiva congelada anteriormente retoma seu lugar. Isso demanda às vezes muito tempo, mas é certo, assegura Bonnet, que se for concedida prioridade ao olhar sobre o ato, e à escuta sobre o olhar, sai-se progressivamente da lógica mortífera e abre-se também a via ao delinquente para encontrar uma expressão que lhe convenha.

Percebe-se então que se o perverso apresenta seu ato como uma resposta à sedução do adulto, como forma de caricaturar uma sedução excessiva, ou de devolvê-la ainda pior, isso é de fato uma invenção desesperada para exercer a sedução à sua maneira e recolocar em profundidade aquela (sedução) que foi interrompida, tentando uma passagem à força em direção aos outros. É na medida em que se chegue a facilitar essa passagem pela via dos significantes que ela deixará de se produzir pela via dos atos. Por isso Bonnet não se cansa de insistir: quando o perverso se beneficia de capacidades de expressão abertas e múltiplas, reencontra um eco favorável a suas elaborações e a tendência para a qual está inclinado pode dar lugar a verdadeiros fogos de artifício. Exuberante metáfora, que procura dar conta da possibilidade de canalizar a inventividade e engenhosidade da estratégia perversa para formas não incendiárias de realização dos desejos que o habitam, formas inéditas de acesso ao prazer. Por outro lado, quando, por uma razão ou por outra, esta explosão é impossível, o sistema comprimido pelo peso que carrega faz retorno sobre si mesmo e produz uma espécie de petrificação da qual a passagem ao ato é a expressão mais corrente. É preciso enxergar essas duas possibilidades, contrárias em espírito, para que possa ser apreendida toda a complexidade do fenômeno perverso.

Finalmente, ainda para o terapeuta, e este é o imenso problema que nos colocam essas pessoas, é preciso nos situarmos em dois terrenos ao mesmo tempo, e de maneira que um não chegue a invadir o outro. Que primeiro seja ocupado o terreno da explosão pulsional, cega e vingativa, que nada pode deter: ela exige de todos os

interlocutores a recusa nítida e sem equívocos de todas as justificativas, sejam elas quais forem, as providências para as proteções indispensáveis. Mas é necessário que nos situemos também no terreno da identificação, do reconhecimento preciso dos elementos significantes em jogo no ato, para que nos seja possível restabelecer a comunicação. Todo esse percurso exige uma atenção e uma escuta sem crítica e sem *a priori*, mas esta é a única maneira de sair da implacável dialética da inversão, sujeita aos golpes dos objetos primários, para dar prioridade às mensagens humanas de comunicação e de troca.

O lugar do afeto na estratégia perversa

Já no início do capítulo onde trata desta questão, Bonnet esclarece o que entende por *afeto*: é o que se chama comumente de emoção, percebida a partir de seu surgimento inconsciente. Trata-se do primeiro modo de reação ativa à sedução originária, um modo de comunicação primária essencial na infância, não sendo raro que venha acompanhado de uma manifestação corporal – enrubescimento, tremor, paralisia motora – indo de simples sinais transitórios a verdadeiras explosões de alegria ou de sofrimento.

Evidentemente, esta manifestação ordinária de reação humana normalmente não se verifica no perverso, sempre visto como um ser frio, insensível, que não experimenta nenhuma emoção, ou pelo menos não revela sentir. Bonnet debruçou-se também sobre esta questão e concluiu que, quando se olha de perto, percebe-se que o afeto ocupa um lugar preponderante na organização pulsional do perverso, embora se apresente de um modo bastante paradoxal. Falamos rapidamente desse paradoxo na introdução, agora voltamos à questão com o intuito de melhor explicitá-la. Na verdade, o perverso não ignora o afeto, ele lhe reconhece importância vital, faz parte da sua estrutura. A questão é que, como a carga afetiva que arrasta é mortífera, ele está sem-



*Bonnet concluiu que,
quando se olha de perto,
percebe-se que o afeto ocupa
um lugar preponderante
na organização pulsional
do perverso*

pre atento a suscitar o afeto fora de si, no outro, para, numa estratégia surpreendente, resgatá-lo em seguida, na versão positiva que lhe autoriza o gozo.

Para Bonnet, esse esquema é tão rígido que chega a colocar a questão de se a perversão não é elaborada para chegar ao desejado resultado de provocar no outro, em negativo, um afeto tornando insuportável, de maneira a se apropriar dele em seguida, na sua forma positiva, e gozá-lo no mais fundo de si mesmo, da sua solidão, do seu abandono. Essa estratégia revela outra face da lógica da vingança e aparece em todas as formas de perversão, em arranjos diferenciados, mas sempre com o mesmo resultado.

Bonnet adverte que somente a partir de Lacan e dos seus seguidores ficou claramente demonstrado que cada tendência pulsional está associada a uma expressão, a um discurso, como uma música está acompanhada de palavras ou de emoções. Contudo, embora não tenha tratado detidamente da relação da pulsão com as representações ou os significantes, Freud não ignorou que o afeto é essencial na perversão, ao reconhecer, por exemplo, que não existe perversão sádica senão quando o sujeito somente pode gozar infringindo ao outro um sofrimento real.

No caso do exibicionismo, prática perversa onde o afeto aparece de forma evidente e cumpre um papel decisivo na evolução do quadro, Bonnet ressalta que, na maioria das vezes, o sujeito transpõe para seu sexo um sentimento de mal-estar ou de vergonha, experimentado por ocasião



na pedofilia, é possível identificar outra estratégia perversa com relação ao afeto: não se trata apenas de projetá-lo no outro, mas de confundi-lo com o outro que é considerado apenas como um simples objeto

de um acontecimento, de uma situação de fato ou de um problema primário, que o marcou tão profundamente que dele não pode libertar-se. A saída que encontra é obrigar o outro a experimentar o mesmo sentimento, exibindo o sexo em questão. Na verdade, o que o exibicionista procura é suscitar vergonha no espectador que ele agride e, em contrapartida, retirar desse fato um sentimento de orgulho, apenas disfarçado. Quer livrar-se da vergonha de que fora vítima lançando-a sobre quem agora vitimiza; em retorno, goza secretamente uma pasmosa sensação de orgulho. Visivelmente, o sexo funciona aqui como uma espécie de pré-texto, um mobilizador de afeto, mas o afeto não existe *a priori* no sujeito interessado, ele existe enquanto projeto no outro.

Na pedofilia, é possível identificar outra estratégia perversa com relação ao afeto: não se trata apenas de projetá-lo no outro, mas de confundi-lo com o outro, que é considerado apenas como um simples objeto. Nesse caso, o perverso assume o controle do afeto pela mediação de uma pessoa interposta, e esse domínio muitas vezes pode provocar a destruição pura e simples do mencionado objeto. Essencialmente, verifica-se aqui a presença de um sobreinvestimento do afeto, mas desta vez trata-se de um afeto que é posto à distância, que se faz objeto e se confunde com ele. Se a criança atrai o pedófilo de forma especial, se ela é para ele o objeto sexual por excelência, não é porque ele espera encontrar nela um prazer genital mais intenso, mas antes e acima de

tudo porque esse pequeno ser é foco de uma força emotiva fantástica, ele é impressionante, mobiliza a afeição, a ternura. O afeto está na criança, confunde-se com ela, e é isso que o pedófilo deseja consumir, a todo custo, de tal forma que, quando isso não é possível, o afeto assume o rosto da violência. É esta violência que vai matar a criança. É justamente nesses casos do cúmulo do horror que se assiste, de forma paradigmática, à objetivação do afeto, à sua perversão e à revelação de seu caráter explosivo. Nessa situação, o afeto se encontra na lógica da pior vingança possível.

A maioria dos estudos recentes nessa área confirma que os sujeitos que confundem o afeto com o objeto, e, mais precisamente, com a criança-objeto, tiveram um dia, ainda que sob modalidades extremamente diferentes, a mesma experiência. Foram abandonados quando estavam expostos a emoções sexuais muito fortes e foram tratados como criança-objeto. Entregues a eles mesmos nesses momentos cruciais, não encontraram outra solução senão assumir a emoção ressentida. A dialética da vingança emerge então de forma automática. E como o que carregam com eles é insuportável, não enxergam outro recurso senão o de inverter, um dia, essa dialética alienante. Eles agem na realidade, investindo contra pessoas que correspondem ao roteiro que interiormente construíram, segundo a lógica de retorno e inversão que analisamos na parte anterior.

Sugestões de Bonnet para o tratamento: o perverso não suporta o peso do afeto e da emoção em geral, por razões que têm a ver com a sua história pessoal. Sua prática consiste em elaborar uma estratégia para colocar o afeto à distância, livrar-se dele e gozar através do elemento interposto. Este elemento pode ser o outro ou o outro transformado em objeto; pode ser também um órgão, ou um elemento que a seus olhos simbolize a pressão pulsional. Quando essa estratégia dá nascimento a uma prática repetitiva, mais ou menos congelada, uma primeira atitude se impõe: agir de maneira que o afeto retorne para o sujeito, que ele o assuma e o identifique. Só quando

experimenta efetivamente o afeto e no quadro de uma relação com um outro sujeito o perverso poderá vir a descobrir a sua origem e significação. Portanto não há mudança possível enquanto um trabalho pessoal, ou uma situação inesperada, não provoquem a reapropriação do afeto, favorecendo uma clarificação das razões que tornaram necessária essa estratégia onerosa.

Como agir para chegar a esse resultado? Bonnet adverte que não se deve colocar o foco no afeto, mesmo indiretamente, sob pena de se caminhar para uma sobrecarga que logo se tornará incontrolável, correndo-se o risco de se fechar para sempre o acesso às representações recalcadas. O caminho mais fecundo parece ser, inicialmente, o de opor uma certa frieza às bazófilas confusas que os exibicionistas costumam expressar durante as sessões, com o intuito de canalizá-las e evitar o entusiasmo exagerado. Mas, sobretudo, trabalhar para identificar a significação desse fato: se o exibicionista se entrega a suas práticas, não é apenas para fazer com que o outro experimente o constrangimento da vergonha, mas é também para procurar vivê-la de volta, na sua forma invertida, libertando-se do seu império.

Lembremos que cada uma dessas estratégias tem seu prolongamento criativo. Na vida cotidiana não faltam equivalentes para o roteiro perverso, onde os sujeitos denotam uma frieza evidente mas chegam a despertar nos outros emoções de todo tipo, das quais eles se apropriam em seguida e delas gozam a seu bel prazer. Por outro lado, também vale lembrar que as artes cênicas, as artes plásticas e a música são manifestações que podem funcionar como estratégia e abrir caminho para um investimento privilegiado de afeto, o que revela que existem vias de escape possíveis para o excesso de pressão e que essas vias já são utilizadas, ainda que inconscientemente, por um número enorme de pessoas. Assim também o trabalho de análise poderá vir a abrir para a perversão as possibilidades de saída das práticas excessivas, destrutivas, descobrindo ressonâncias no sentido da invenção, da construção, da libertação.



*o propósito de Bonnet
é preencher o que considera
como insuficiências
nas duas teorias freudianas
das perversões*

Das perversões sexuais à sexualidade pulsional

Como já adiantamos na introdução, na concepção de Bonnet, o que existe de mais importante e revolucionário no legado freudiano, e que constitui a razão primordial de sua permanente atualidade, reside no fato de que Freud efetuou uma passagem essencial, difícil e fundamentalmente inovadora: a passagem da perversão sexual propriamente dita para as tendências ou expressões pulsionais equivalentes presentes em todos os homens, abrindo assim a via para a compreensão de muitos problemas, de outra maneira inacessíveis. Para Freud, as tendências perversas, que até então eram consideradas como aberrações humanas, encontram-se presentes no coração de todo ser humano, inclusive nas crianças. O inconsciente de todos os homens é habitado e animado pelos desejos que os perversos realizam de forma tão virulenta e extrema.

Mas, o propósito de Bonnet é preencher o que considera como insuficiências nas duas teorias freudianas das perversões. Com relação à segunda, exposta em 1927, no artigo sobre o fetichismo, que apresenta a negação da castração e a clivagem do eu como elementos estruturais das perversões, entende que estes dois elementos, certamente observáveis, são antes consequências que causas da construção de uma perversão. Ele se apoia, de preferência, na primeira teoria, aquela dos *Três Ensaios* de 1905, que estabelece uma



ele se esforça para diferenciar radicalmente as pulsões parciais da infância, que são, no seu entender, a segunda forma de sexualidade, daquilo que chamou de sexualidade primária, saída diretamente do id

ponte entre as perversões e as pulsões parciais da criança perversa polimorfa.

Para Bonnet, as pulsões parciais pré-genitais são concebidas como instrumento privilegiado da tradução e da simbolização da pulsão sob todas as suas formas, instrumento esse que no perverso teria congelado em sua elaboração significativa, por conta da ausência do outro sedutor das origens, cujas mensagens se tornaram intraduzíveis. Ele se esforça para diferenciar radicalmente as pulsões parciais da infância, que são, no seu entender, a segunda forma de sexualidade, daquilo que chamou de sexualidade primária, saída diretamente do id. Para ele, as pulsões parciais permanecem ativas, durante toda a vida, no inconsciente de todos os homens, mas se expressam de maneira muito diferente segundo a capacidade do sujeito para colocá-las na palavra e no jogo.

Considerando que a contribuição mais preciosa de Freud para o estudo das perversões situa-se na análise que ele faz da pulsão parcial e nos processos e elementos que nela descobriu, Bonnet procura identificar o alcance dessa verdadeira revolução na teoria psicanalítica. Surpreende-o profundamente a constatação clínica de que os quatro elementos constitutivos da pulsão não são apenas significantes ou reveladores, eles são também utilizados de tal maneira que servem para concentrar e colocar em ação as principais modalidades de acesso ao prazer. Vejamos isso mais de perto.

Sabendo o quanto Freud sempre achou que a sexualidade estava no coração da economia inconsciente, Bonnet procurou identificar exatamente o que ele (Freud) entendia por *sexualidade* e percebeu que esse termo designa, ao longo das reflexões freudianas, cinco modos diferentes de acesso ao prazer: trata-se primeiro da *sexualidade genital*, a mais conhecida e cujos problemas Freud examina atentamente a partir de 1895, a propósito da neurose de angústia. Designa também a *sexualidade pulsional ou pré-genital*, que ele descobre e explicita a partir de 1905, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, que já constitui uma inovação capital. Nos anos 1920, Freud vai mais longe ainda quando afirma que se experimenta um verdadeiro prazer sexual no amor dos ideais, o que faz que se possa também falar de uma *sexualidade ideal ou passional* que exerce no ser humano uma função considerável. Ao lado dessas três formas de sexualidades conscientes e manifestas, Bonnet identifica duas outras: uma que Freud designa logo no começo de sua obra a ela se referindo em termos de *libido*, feita das pulsões originais mais recalçadas, cuja pressão é constante e jamais satisfeita, que Bonnet propõe chamar de *sexualidade fundamental*; à outra, que resulta da análise dos sonhos, dos fantasmas e dos sintomas, Bonnet vai chamar de *sexualidade do eu*, caracterizando-a como aquela dos desejos, que encontra seu prazer na articulação e expressão das quatro precedentes na relação com o outro e investindo certos objetos privilegiados.

Nesse contexto teórico, tanto as perversões sexuais quanto as tendências perversas se enquadram no campo da pulsão parcial, embora de forma diferenciada. Na perversão, a pulsão parcial é reinvestida tal qual, ao risco de ferir, de chocar, e se afirma explicitamente através de atos e de comportamentos específicos. Na sexualidade pré-genital ou pulsional, que permanece atuando no inconsciente de cada um, pelo contrário, as pulsões agem na clandestinidade, impõem-se sob os mais diversos disfarces, através dos fantasmas, dos sintomas, dos lapsos, dos sonhos, e se manifestam de forma brutal onde menos se

espera, sobretudo em momentos de guerra, conflitos e provações.

Bonnet reconhece que essa sexualidade pulsional apresenta uma face positiva, na medida em que contém e veicula mensagens, palavras, votos, desejos radicais que as palavras não conseguem traduzir e que alimentam a comunicação entre os homens; mas ressalta a dimensão mortífera dessa expressão da sexualidade, como Freud já havia feito, ao tratar da pulsão de morte e do automatismo da repetição, afirmando que as pulsões que animam a sexualidade pré-genital são intrinsecamente destruidoras, quando abandonadas a elas mesmas. É o que acontece, acrescenta Bonnet, quando a sexualidade pulsional se coloca a serviço do que ele chama de sexualidade fundamental, primária, aquela do id, sem forma e sem rosto, cuja exigência de prazer ilimitado empurra o indivíduo para tudo e contra tudo.

Preocupado em encontrar formas de limitar os efeitos destruidores desse modo de sexualidade, abrindo caminhos para o tratamento clínico, Bonnet retoma a teoria dos quatro elementos estruturais do sistema pulsional: uma *força* enraizada nas pulsões de origem; uma *fonte* ou uma zona erógena que lhe fornece a base somática: um *objeto* onde ela encontra satisfação; e um *fim* que dá conteúdo ao gozo. Na sexualidade pulsional, como na perversão, o outro é utilizado como uma coisa, uma peça no jogo pulsional. O essencial é manter a articulação entre esses quatro elementos, porque, quando eles se reduzem a dois ou até a um, o jogo se torna mortífero: é o retorno ao passional, ao inanimado. A análise deve procurar, de início, inscrever o desejo num sistema de dois polos para restabelecer a comunicação, para que as mensagens circulem, mas essa estratégia privilegia o eixo fonte-objeto e radicaliza o desejo. Por este motivo, ela deve procurar também restabelecer o sistema pulsional em sua integralidade, voltando-se para os outros dois elementos que conferem à pulsão sua estrutura e sua razão de ser, ou seja, a força, que a coloca diretamente em contacto com a sexualidade fundamental, a ponto de muitas vezes se confun-

»
*para Lacan a pulsão
é o tesouro dos significantes;
mas é também o tesouro
de nossas imagens, o lugar por
excelência onde se criam
as representações visuais*

dir com ela; e o fim, que confere um sentido ao movimento pulsional e o remete para o lado dos ideais, articulando a sexualidade pulsional à sexualidade ideal e lhe fornecendo certos objetos privilegiados.

Uma outra forma de lidar com essa questão consiste em levar em consideração a multiplicidade das pulsões e do entrecruzamento que dela resulta. A pulsão é sempre legião, qualquer que seja o sintoma dominante. Nesse sentido, Lacan afirma que a pulsão é o tesouro dos significantes; mas é também o tesouro de nossas imagens, o lugar por excelência onde se criam as representações visuais que orientam e regem nossa existência. O analista toma conhecimento daquelas que são impressas em momentos cruciais da história do sujeito, mas seu trabalho deve ir além, tornando possível um retorno, levando em consideração a violência experimentada outra pelo paciente e favorecendo sua expressão nas condições que a tornam suportável. O essencial é jamais permanecer vinculado a um só sistema pulsional, como pretende o perverso, ou sobre um dos polos desse mesmo sistema; e menos ainda a uma ou outra de suas modalidades.

Finalmente, conclui Bonnet, para que a sexualidade pulsional seja possível, praticável, e não conduza aos excessos da repetição mortífera sob qualquer forma, é preciso que se estabeleça uma ruptura sólida e clara entre o mundo de hoje e aquele das relações do passado.

Referências bibliográficas

- Bonnet G. (1981). *Voir-être vu: études cliniques sur l'exhibitionnisme*, t.1. Paris: PUF.
- _____. (1981). *Voir-être vu: aspects métapsychologiques*, t.2. Paris: PUF.
- _____. (1984). *Les perversions sexuelles*. Que sais-je, n. 2144. Paris: PUF.
- _____. (2001). *La violence du voir*. Bibliothèque de psychanalyse. Paris: PUF.
- _____. (2008). *La perversion: se venger pour survivre*. Paris: PUF.
- Freud S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. VII.
- _____. (1927/1996). Fetichismo. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XXI.
- Laplanche J.; Pontalis J.-B. (1975). *Vocabulário de Psicanálise*; sob a direção de Lagache, Daniel. Santos/SP: Livraria Martins Fontes Editora.
- Laplanche J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Gérard Bonnet's conception of perversion

Abstract Gérard Bonnet proposes an original theorization of perverse mechanisms: they are linked to a logic of vengeance, which also structures the perverse symptom. According to him, a severe interruption during the phase of originary seduction creates in the child several simultaneous conditions: a cluster of internal persecutory objects, an unconscious desire of vengeance and a fixation on the partial drive operative at that time.

Keywords Gérard Bonnet; perversion; logic of vengeance; acting out; perverse sexuality; instinctive sexuality.

Texto recebido: 04/2010

Aprovado: 04/2011

O problema do foco nas primeiras sessões com crianças vítimas de abuso sexual

Eugênio Canesin Dal Molin

Eugênio Canesin Dal Molin é especialista em Teoria Psicanalítica pelo COGAE-PUCSP e em Psicoterapia Psicanalítica pela USP, mestrando no IPUSP e aluno do curso Psicanálise no Instituto Sedes Sapientiae. Trabalha no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS-III) em Londrina/PR, onde são atendidas crianças e adolescentes vítimas de violência.

Resumo Este artigo procura refletir sobre algumas questões inerentes ao foco presente nas primeiras sessões com crianças vítimas de abuso sexual, quando o objetivo é averiguar a veracidade da situação de violência que traz a criança à psicoterapia. Partindo da clínica com pacientes que passaram por traumas sexuais, o autor discute a posição do psicanalista frente à comunicação da criança e às reações da família ao que é dito.

Palavras-chave abuso sexual; primeiras sessões; posição do analista.

À guisa de introdução a um termo corrente

“Foco” significa, para a física, qualquer ponto para o qual converge, ou do qual diverge, um feixe de ondas ou de raios. Aten-temos ao sentido duplo, que põe ênfase no ponto, mas também traz à baila o movimento. Seu uso corrente também traz a ideia de um ponto para o qual converge algo – a atenção, o olhar –, ou de um ponto do qual esse algo diverge.

O conceito de foco pode parecer estranho à psicanálise, envolver algo avesso a ela: ter um ponto para onde converge a atenção antes de o paciente começar a falar. Mas seria irreal crer que numa sessão analítica a atenção flutue livre de focos, de pontos de fixação, de nós cegos para onde convergem, ou do qual divergem, não só as associações do paciente, mas também a atenção e as associações despertadas no analista.

Procurarei neste texto tratar do problema do foco num tipo particular de trabalho e de sessão, sem me limitar a discutir somente dentro dos limites dessa prática. O problema se coloca porque, aqui e ali, existem pontos para onde converge, ou do qual diverge, a atenção de quem ouve. O escritor polonês Witold Gombrowicz, ao tratar de tema diverso deste a que me dispus a discutir, elabora um problema similar de maneira interessante. Escreve que não é “de espantar: uma exagerada concentração num objeto leva à distração; aquele único objeto encobre todo o resto, ao fixarmos o olhar em



a ideia de mapa é particularmente feliz para a questão que exemplificarei. Via de regra, as sessões iniciais de uma análise nos apresentam um primeiro esboço do caso, servem como um espaço que dá contornos ao sujeito que chega à clínica

um ponto num mapa, sabemos que nos escapam todos os demais pontos”¹.

No entanto, alguns enquadramentos clínicos pedem que deixemos escapar quase todos os demais pontos de um mapa. A ideia de mapa é particularmente feliz para a questão que exemplificarei. Via de regra, as sessões iniciais de uma análise nos apresentam um primeiro esboço do caso, servem como um espaço que dá contornos ao sujeito que chega à clínica. Um primeiro esboço – salientemos – porque ao longo do trabalho o mapa apresentará mais detalhes, ganhará particularidades: ao norte há um rio, a leste uma colina. Por vezes, o trabalho pode focar-se, nesse primeiro momento, em encontrar o ponto mais alto de um dado espaço geográfico. Se formos montanhistas, esse poderá ser o nosso intuito: queremos conhecer o terreno, mas nos interessa, num primeiro estudo, saber se existem ou não montanhas que valem a pena a continuidade do estudo e, posteriormente, da escalada.

Se a imagem cartográfica foi minimamente útil, posso trazê-la às primeiras sessões (ou entrevistas, ou triagem, ou como quer que o leitor prefira chamar esse momento inicial) realizadas em instituições. O trabalho terapêutico institucional que discutiremos aqui é o feito com crianças vítimas de abuso sexual. Vale então uma breve apresentação dos instrumentos – o compasso e a régua – com os quais se realiza e onde se realiza esse trabalho.

Réguas e compassos

No I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em 1996, em Estocolmo, o Brasil assumiu o compromisso de construir políticas públicas que garantiriam os direitos de crianças e adolescentes em situações de risco pessoal e social. Entre outras medidas, foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, em 2000. No ano seguinte, no âmbito da Política de Assistência Social, implantou-se o Programa Sentinela, com o objetivo de prestar atendimento especializado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como às suas famílias e a adolescentes autores desse tipo de violência².

Em Londrina, Paraná, o Programa Sentinela foi implantado em 2002 e naquele mesmo ano recebeu 124 casos de denúncia de abuso sexual. Ou seja, 124 crianças e suas famílias foram à instituição após uma denúncia de que a criança ou o adolescente fora ou estava sendo abusado sexualmente. Isso, obviamente, não significa que os 124 casos realmente apresentavam episódios de abuso sexual. Em vários deles, a denúncia, por vários motivos, estava equivocada. E, em um programa voltado ao atendimento de crianças vítimas de abuso sexual, as que não o foram de fato receberam outros encaminhamentos.

Da mesma maneira, podemos imaginar uma instituição que atenda um tipo específico de pacientes e que por isso precisa, inicialmente, distinguir, entre aqueles que a procuram, os que realmente podem ser atendidos por ela – como um Caps-i(nfantil), por exemplo, que não atenderá adultos. Tem-se, portanto, um primeiro motivo para o ajuste do foco: a atenção converge para o elemento que pode incluir o sujeito na população atendida pela instituição.

No Programa Sentinela de Londrina³, as intervenções compreendem ações de caráter: a) investigativo (quando há suspeita de abuso deve-se procurar identificar sua veracidade); b) de proteção (sempre que necessário, a criança deve ser

encaminhada aos serviços de proteção, de acordo com o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente⁴); c) preventivo (a fim de que a criança não se exponha a situações onde há risco de abuso); e d) o tratamento psicoterápico propriamente dito. “Propriamente dito” porque nada impede que as outras ações tenham efeito terapêutico. Basta que se pense em uma criança que tem afastado de si o agressor – uma medida de proteção – mas que pode ser em si mesma bastante terapêutica porque traz o fim da situação abusiva. Mesmo quando o agressor é o pai, o fim da situação confusional, que trataremos mais abaixo, permite uma possibilidade de reorganização psíquica para a criança.

O atendimento é gratuito e envolve instâncias legais – que podem realizar as ações de proteção – como o Conselho Tutelar, as delegacias e a Vara da Infância e Juventude. Isso posto, é claro que há uma implicação legal nos casos que o Programa atende, e que se deve comunicar às autoridades responsáveis situações em que a criança encontra-se em risco.

Este é o segundo motivo para o ajuste do foco. Podemos chamá-los, os motivos, de institucionais básicos e sintetizá-los da seguinte forma: o foco nas primeiras sessões é necessário para 1) triar a população que se apresenta para atendimento; e 2) distinguir, naqueles onde a experiência sexual abusiva for descrita ou sinalizada, o

»
*uma das cartas mais famosas
de Freud diz respeito
não a uma de suas extraordinárias
percepções clínico-teóricas,
mas ao abandono de uma delas*

que pode ter acontecido, e se existe a necessidade de a criança ser protegida.

Voltemos por um momento à metáfora cartográfica. O foco é necessário porque nos mostra se existem montanhas no terreno, mas também traz consigo alguns problemas. O maior deles é o descrito por Gombrowicz, e posso acrescentar-lhe outro, não de menor envergadura. O montanhista, em sua ânsia por montanhas, pode tomar colinas por possibilidades de escalada; ou, no seu receio de uma escalada ruim, tomar um pico por uma elevação sem atrativos. Noutras palavras, e quando o olhar “converge para” ou “diverge do” elemento que deveria ser buscado? E quando o foco, por necessário, é em si mesmo um problema?

Um ponto para onde convergem todos os pacientes⁵

Uma das cartas mais famosas de Freud diz respeito não a uma de suas extraordinárias percepções clínico-teóricas, mas ao abandono de uma delas. Em 21 de setembro de 1897, Freud escreve a Fliess que não acredita mais em sua *neurotica*, sua teoria das neuroses. Até ali Freud acreditava, com base em suas observações clínicas, suas inferências e sua autoanálise, que todos os neuróticos haviam sido seduzidos na infância. As histéricas haviam tido uma “experiência sexual passiva antes da puberdade”⁶, ou seja, haviam sido abusadas

- 1 W. Gombrowicz, *Cosmos*, p. 20.
- 2 Ministério da Previdência e Assistência Social, *Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Diretrizes Gerais: Programa “Sentinela”*, p. 4-6.
- 3 Em 2008 o Programa Sentinela mudou de nome, em Londrina tornou-se CREAS-III (Centro de Referência Especializado da Assistência Social-III), e o público atendido aumentou, passando a abranger crianças e adolescentes vítimas de violência em sentido amplo. O modo de trabalho, porém, ainda segue o descrito na sequência.
- 4 Artigo 13 – Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- 5 Uma discussão mais ampla sobre a teoria da sedução e seu abandono pode ser encontrada em E. Canesin Dal Molin, *Discussões sobre o trauma entre Freud e Ferenczi: um exercício clínico-teórico*, monografia apresentada no curso de especialização em Psicologia Clínica: Teoria Psicanalítica no COGEAE da PUCSP; disponível na biblioteca do COGEAE.
- 6 S. Freud, *Heredity and the Aetiology of the Neuroses*, p.152.



neurotica abandonada.
Rebeca nua. Freud estava certo em mudar de ideia, mas alguns de seus motivos me parecem equivocados

por um adulto (o pai, o irmão, o professor, a governanta, etc.) antes da puberdade. E os obsessivos haviam também tido uma experiência de sedução na infância, mas, depois de terem sido abusados, assumiram o papel ativo e repetiram a sedução com outra criança. É essa neurótica, essa teoria da sedução, que Freud abandona na famosa carta a Fliess. Cito a carta de 21/09/1897 no que ela toca os motivos para o abandono da neurótica:

Então vou começar historicamente e dizer-lhe de onde vieram as razões de descrença. Os contínuos desapontamentos em minhas tentativas de trazer uma única análise à conclusão real; a debandada de pessoas que por algum tempo estiveram muito tomadas (pela análise); a ausência do sucesso completo com o qual eu contara; a possibilidade de explicar a mim mesmo os sucessos parciais de outras maneiras, da maneira usual – este foi o primeiro grupo [de motivos]. Depois a surpresa de que, em todos os casos, o *pai*, sem excluir o meu próprio, deveria ser acusado de perversão – a percepção da inesperada frequência da histeria, com precisamente as mesmas condições prevalecendo em cada, quando, certamente, essa frequência de perversões contra crianças não é muito provável. A (incidência) teria de ser incomensuravelmente mais frequente do que a histeria (resultante) porque a doença, de qualquer forma, acontece somente onde houve uma acumulação de eventos e há um fator contribuinte que enfraquece a defesa. Depois, em terceiro lugar, a compreensão certa de que não há indicações de realidade no inconsciente, de forma que não

é possível a distinção entre realidade e ficção investida de afeto (Consequentemente, permaneceria a solução de que a fantasia sexual invariavelmente toma o tema dos pais). Quarto, a consideração de que na mais profunda psicose a memória inconsciente não irrompe, de forma que o segredo das experiências infantis não se mostra nem no mais confuso delírio. [...] Me ocorre uma pequena história de minha coleção: “Rebeca, tire seu vestido; você não é mais a noiva”^{7, 8}

Neurotica abandonada. Rebeca nua. Freud estava certo em mudar de ideia, mas alguns de seus motivos me parecem equivocados. Como nos lembra Monzani, “a sedução não é ‘sumariamente despejada’, mas ainda conserva um certo papel etiológico”⁹; e a prova que nos oferece dessa afirmação está na *Autobiografia*, de 1924:

Eu tinha de fato tropeçado pela primeira vez no *complexo de Édipo*, que depois iria assumir importância tão esmagadora, mas que eu ainda não reconhecia sob seu disfarce de fantasia. Além disso, a sedução durante a infância retinha certa parcela, embora mais humilde, na etiologia das neuroses. Mas os sedutores vieram a ser, em geral, crianças mais velhas.¹⁰

Se nos ativermos diretamente aos motivos para o abandono, temos que concordar com Renato Mezan, quando afirma que os argumentos não têm todos o mesmo valor. Para ele, alguns são claramente contraditórios ou se contrapõem a afirmações que o próprio Freud utilizou para defender a teoria da sedução de seus críticos; é o caso do primeiro e do segundo motivos¹¹. O desapontamento em trazer as análises a uma conclusão satisfatória implicava, em 1897, a remoção dos sintomas. Como isso não acontecia, a direção do trabalho terapêutico, que Freud estabelecera em 1896¹², de dirigir a atenção do paciente até o evento traumático anterior à puberdade, poderia ter falhado. E essa falha – que envolveria a permanência dos sintomas – decorreria de um equívoco teórico nada sofisticado: o trauma sexual não estava onde se *gostaria* que ele estivesse. Ou, nos termos que me propus a discutir, o foco

de Freud era um ponto para onde convergiam episódios de sedução.

O segundo argumento, que Freud colocara na boca de seus críticos quando escreveu *A Etiologia da Histeria*¹³, trata de uma questão numérica. Dada a frequência da histeria, existiria uma frequência equivalente de pais ou cuidadores perversos (na correspondência a referência é maior aos pais, nos textos publicados essa referência está mais diluída entre outras pessoas que cuidam da criança). Em primeiro lugar é importante notar o que Freud considera “perverso” nos idos de 1897. Da correspondência com Fliess surgem duas conceituações correlatas: a) perversão no sentido descrito por Krafft-Ebin¹⁴; e b) “a perversão dos sedutores que, devido à compulsão de repetir o que fizeram em sua juventude, obviamente procuram sua satisfação realizando as mais selvagens ilegalidades, piruetas e nojeiras¹⁵”¹⁶. A equação que subjaz a esse argumento é “filha histérica =

7 J. M. Masson (ed.), *The Complete Letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess, 1887-1904*, p. 264-266.

8 A tradução da carta 69 foi feita aqui seguindo, em primeiro lugar, a tradução do original em alemão realizada por Masson (*op. cit.*, p. 264-265); ainda foram utilizadas as traduções de Monzani (*Freud: o movimento de um pensamento*, p. 40), a partir do alemão e do inglês; e de Mezan (*Freud: a trama dos conceitos...*, p. 66), a partir do inglês. Prefiro, ainda, cortar o mínimo possível o trecho da carta referente aos motivos do abandono porque acredito que, mantida a integridade dessa passagem, o leitor pode, com mais liberdade, fazer o seu próprio juízo sobre a qualidade desses motivos.

9 L. R. Monzani, *op. cit.*, p. 42

10 S. Freud *apud* L. R. Monzani, *op. cit.*, p. 43. Cito a passagem a partir do texto de Monzani porque suas referências para a utilização da obra foram a Standard Brasileira modificada quando necessário pela sua leitura na *Gesammelte Werke*, somada à observação da tradução de James Strachey para a Standard Edition.

11 R. Mezan, *op. cit.*, p. 66.

12 S. Freud, *The Aetiology of Hysteria*, p. 202-203.

13 S. Freud, *op. cit.*, p. 207.

14 J. M. Masson, *The Complete Letters...*, p. 219.

15 Estes últimos três termos foram traduzidos para o inglês como “capers, somersaults and grimaces”. O primeiro diz respeito a algo perigoso e ilegal, daí a escolha de “ilegalidades”; o segundo, mais complicado, significa um movimento feito no ar em que o sujeito fica com a cabeça na altura dos pés – “piruetas”, por mais estranho que soe, ainda pareceu o termo em português mais apropriado; e o terceiro indica algo que gera nojo – “nojeiras”, por seu caráter mais coloquial, foi o equivalente escolhido em português (A. S. Hornby; S. Wehmeier, *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*).

16 J. M. Masson, *op. cit.*, p. 218.

17 L. R. Monzani, *op. cit.*, p. 43.



*noutras palavras,
a perversão do sedutor
é inferida do que relata o paciente
ou pelo que o próprio Freud
pensa acerca desse
tipo de comportamento*

pai perverso”. Se a equação é tomada como correta, toda a parte da teoria que liga histeria com abuso sexual deve, sem sombra de dúvida, sucumbir; a equivalência não existe. Mas, e aqui reside um ponto sobre o qual infelizmente não nos deteremos, Freud, até onde sabemos, não atendeu os sedutores – o pai de Katharina ou o vendedor referido por Emma, por exemplo – de modo que sua ligação entre abuso sexual de crianças e perversão dos abusadores é deduzida e ignora, entre outros aspectos, a natureza do abuso ou o funcionamento mental observável nos sedutores. Noutras palavras, a perversão do sedutor é inferida do que relata o paciente ou pelo que o próprio Freud pensa acerca desse tipo de comportamento. Um último ponto presente nesse segundo argumento e que implica outro equívoco lógico: se o número de pais perversos não corresponde ao número de histéricas, que opção resta à *neurótica*? Uma das respostas escolhidas por Freud posteriormente foi a da fantasia histérica de sedução, mas esta não é a única possível e não foi a única considerada. Como defende Monzani, outra, clinicamente coerente, é a do abandono da equação sedução na infância igual a neurose na vida adulta, que Freud também passa a considerar e que envolve uma mudança na fórmula etiológica que se expressa da seguinte forma: “Freud abandona a *teoria* da sedução, *minimiza* mas não nega o *fato* da sedução e aceita o *papel* preponderante da fantasia na explicação da etiologia dos sintomas”¹⁷.



*fantasia e realidade teriam,
no inconsciente, o mesmo peso.
É nessa constatação
que a teoria da sedução
perde seu status*

O terceiro e o quarto argumentos estão estritamente ligados à forma e ao peso dos elementos nesse novo modelo etiológico. Se não podemos distinguir entre o que é verdade e o que é ficção carregada de afeto no inconsciente do paciente, e se as experiências infantis escondidas no inconsciente não se mostram nem nos delírios psicóticos, temos um problema teórico que parecia intransponível.

O contra-argumento inevitável ao quarto motivo que Freud expressa para o abandono da sedução seria que ele implica o próprio abandono da psicanálise, “dado que esta se propunha precisamente a desfazer as resistências para trazer à luz os núcleos patogênicos”¹⁸, “o segredo das experiências infantis”. Mas se o quarto motivo do abandono traz esse contrassenso – como não se “mostra” o núcleo patogênico se é exatamente ele o que se está procurando e o que por vezes se encontra? –, a alternativa é que as cenas não aconteceram ou, melhor dizendo, algumas não aconteceram, foram fantasiadas. O que se prende diretamente ao terceiro motivo apresentado por Freud para o abandono da neurótica: a falta de diferenciação, no inconsciente, entre realidade e ficção investida de afeto. É no “psicológico”, no *Projeto*, e na ideia de “signo de realidade” (ou “indicação de realidade”, como expresso na carta), que uma possível alternativa poderia ser encontrada:

Sendo função do sistema secundário, encarregado de inibir os processos primários que conduziam à aluci-

nação e ao desprazer, seria radicalmente impossível sua presença no sistema primário, aqui chamado “inconsciente”. Portanto, uma formação inconsciente poderia ser tomada como pertencente à realidade exterior [...]. Se o mesmo ocorresse nesse caso, a cena de sedução poderia ter sido produzida pelo paciente e confundida com um evento real.¹⁹

Fantasia e realidade teriam, no inconsciente, o mesmo peso. É nessa constatação que a teoria da sedução perde seu *status*. Mais: é a partir desse ponto que a psicanálise pôde desenvolver-se na direção que as ideias de Freud tomaram. É importante salientar, porém, um outro aspecto. As pacientes de Freud eram, em sua maioria, do sexo feminino – como o gênero do artigo expressa – e, entre essas, até onde sabemos, não havia crianças. Podemos imaginar que existam diferenças entre um relato de sedução na infância expresso por uma paciente de vinte anos, que já atravessou a puberdade, e um relato de sedução expresso por uma criança de cinco anos. Nossa imaginação, se nos dermos essa liberdade, não estará longe do que é clinicamente observável.

Noutras palavras, uma coisa é uma paciente adulta relatar ter sido abusada sexualmente, outra coisa é uma criança contar que teve uma experiência sexual e mostrar um conhecimento sexual incomum para crianças de sua idade. Lembremos que, da mesma forma que o foco de Freud, antes de setembro de 1897, estava torcido e procurava episódios de sedução *avant le mot*, a fecunda ideia da fantasia (de sedução) pôde retorcer em outra direção o ponto, mas mantê-lo “foco”; agora, de onde divergem os episódios reais de sedução, mesmo os relatados por pacientes adultas.

Um texto do qual divergiram analistas²⁰

Trinta e cinco anos após a carta a Fliess, um dos seguidores de Freud, Sándor Ferenczi, apresentou, contra a vontade de Freud, um trabalho no décimo segundo Congresso Internacional de Psi-

canálise intitulado “Confusão de Línguas entre Adultos e a Criança – A linguagem da ternura e a da paixão”²¹. A conferência fora lida para Freud antes de sua apresentação no congresso, no dia dois de setembro de 1932²². A leitura rendeu uma ampla troca de telegramas e ao menos uma carta, a Anna, onde Freud escreve que Ferenczi “fez uma regressão total no que se refere a termos etiológicos nos quais eu acreditava há 35 anos e que abandonei, [...] e ele expressou tudo isso quase com as mesmas palavras que eu então”²³. Caso tenha lido a carta de seu pai antes de ouvir a conferência, Anna deve ter pensado, no mínimo, de que forma Ferenczi reproduziria o que seu pai escrevera há tanto tempo.

Um dos trechos que talvez chamasse a atenção de Anna era:

o trauma, especialmente o trauma sexual, não pode ser valorado alto o suficiente (sic). Mesmo crianças de muito respeitáveis, sinceramente puritanas famílias, são vítimas de real violência ou estupro com muito mais frequência do que alguém ousaria supor. Ou são os pais que tentam encontrar uma gratificação substituta a suas frustrações desse jeito patológico, ou são pessoas que se acreditava confiáveis como parentes (tios, tias, avós), governantas e serviçais, que fazem mau uso da ignorância e da inocência da criança. A explicação imediata – que essas são só fantasias sexuais da criança, um tipo de mentira histérica – infelizmente é invalidada pela quantidade de tais confissões, compreenda-se, de investidas contra crianças cometidas por pacientes atualmente em análise.²⁴

18 R. Mezan, *op. cit.*, p. 67.

19 R. Mezan, *op. cit.*, p. 67.

20 Remeto novamente o leitor a E. Canesin Dal Molin, *Discussões sobre o trauma...*, para maiores informações sobre como Ferenczi chegou às ideias contidas nesta conferência e sobre como ela repercutiu no meio psicanalítico.

21 S. Ferenczi, *Confusion of Tongues Between Adults and the Child*, p. 156-167.

22 E. Brabant; E. Falzeder (ed.), *The Correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi*, vol. 3, 1920-1933, p. 442.

23 I. Meyer-Palmedo (org.), *Correspondência 1904-1938/Sigmund Freud, Anna Freud*, p. 398.

24 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 161.

25 R. U. Cromberg, *Cena incestuosa*, p. 178.

»
*tentarei explicar a situação
de trauma sexual tal
como discutida por Ferenczi
com um caso clínico que serve
de modelo para inúmeros
casos de abuso sexual*

Pois bem, observemos o sentido do que acabou de ser dito. Não se trata de uma hipótese e não se trata ainda de qualquer teorização sobre esses abusos, o que temos é uma constatação: crianças são abusadas com mais frequência do que se imagina e isso é confirmado não só pelo que dizem os pacientes que foram abusados, mas também pelos pacientes que relatam em análise os abusos. Para Renata Cromberg, “Poder-se-ia pensar que Ferenczi esqueceu as fantasias sexuais infantis”, mas as confissões em análise que ele cita mostram que não é disso que se trata; “Ou seja, um dos argumentos de Freud para fazer cair sua teoria da sedução, a não quantidade de pais perversos, é derrubado aqui por Ferenczi”²⁵. Poderíamos acrescentar que não se trata somente de uma derrubada da equivalência que nunca existiu, mas que Freud citou como um dos motivos para despir Rebeca, e sim da constatação de que seja ou não o pai aquele que abusa, as crianças passam por essas experiências com muito mais frequência do que nós, Freud, ou os analistas que ouviam a conferência gostariam de imaginar.

Tentarei explicar a situação de trauma sexual tal como discutida por Ferenczi com um caso clínico que serve de modelo para inúmeros casos de abuso sexual. Uma menina de quatro anos sempre foi extremamente carinhosa com todos, com seu pai inclusive (essa é a linguagem da ternura). Esse pai, alcoolista e consideravelmente violento, tinha relações sexuais com a esposa



*os pacientes que sofreram
traumas sexuais identificam-se
com aquele que é surdo
à sua experiência traumática*

48

PERCURSO 46 : junho de 2011

a largos intervalos de tempo. Um dia, enquanto a mãe trabalhava, o pai estava desempregado, ele abusa sexualmente da filha. Não a penetra, mas a toca e faz sexo oral nela, e faz com que a filha faça o mesmo com ele (essa é a linguagem da paixão). A situação se repete algumas vezes; depois, por motivos que não cabe tratar aqui, para. O pai assume, então, uma atitude autoritária e moralista com a filha. A criança, agora aos sete ou oito anos, diz à mãe o que papai fez. Conta a seu modo, “deu beijo”, “mexeu”, “fez brincadeiras com o pipi”. A mãe não acredita. Esse momento da mãe não acreditando é, para Ferenczi, a reedição do traumático. Quando, em psicoterapia, não se dá crédito ao que a criança ou o adulto relata sobre suas experiências traumáticas, reedita-se mais uma vez o traumático.

Cito Ferenczi:

os pacientes têm uma refinada sensibilidade aos desejos, tendências, humores, simpatias e antipatias do analista. Ao invés de contradizerem o analista ou acusarem-no de erro ou cegueira [surdez, poderíamos dizer], os pacientes *identificam-se com ele* [analista]. Somente em momentos de excitação histórica [...] é que os doentes podem reunir coragem para fazer um protesto.²⁶

Ferenczi falará de reação ao abuso não pela defesa – nos moldes em que esta era compreendida – mas pela “ansiosa (sic) identificação e pela introjeção da pessoa que ameaça ou agride”²⁷. No caso que utilizamos como exemplo, é o pai que é

introjetado. Mas, se atentarmos ao que escreveu o psicanalista húngaro sobre a sensibilidade do paciente a aspectos do analista, a questão ganha complexidade e atravessa os conceitos de transferência e identificação.

Sabemos que a transferência é um modelo de relação não circunscrito à situação psicoterápica. A criança também pode identificar-se com a mãe, que não lhe deu crédito, e, mais tarde, também com o analista. Este último corre o risco de exercer ambas as funções traumáticas: a de agressor (não sexual – espera-se – mas autoritário) e a daquele que não reconhece como real a experiência vivida pela criança. Ou seja, os pacientes que sofreram traumas sexuais identificam-se com aquele que é surdo à sua experiência traumática. Tornam-se, eles mesmos, também surdos e cegos ao que vivenciaram. O que quero dizer é que *uma criança pode desacreditar-se vítima de abuso sexual se ninguém nela acreditar*. O que, obviamente, pode gerar angústia e confusão profundas, uma nova situação traumática. E fique claro que o sentido de trauma aqui é o psicanalítico e, nesse caso, abarca uma dupla natureza: trauma como “qualquer excitação vinda de fora que é capaz de abrir caminho no escudo protetor” e provocar distúrbio no psiquismo²⁸; e trauma como tendo dois momentos, um primeiro, do evento em si, e um posterior, no qual aquele primeiro é significado²⁹.

Como garantir que a criança será escutada, pelos familiares e pelo psicoterapeuta?

Os limites da convergência e da divergência

Antes, devemos observar dois extremos quanto ao posicionamento da família. O primeiro – de foco para onde converge algo – inclui casos, nos quais gostaríamos de encontrar o caractere da raridade, em que um dos genitores, normalmente a mãe, traz a criança ao atendimento dizendo que sua filha ou seu filho foi abusado quando na verdade não foi. Vários fatores costumam acarretar

essa situação. Cabe citá-los: divórcios litigiosos ou não, onde um dos genitores sente-se traído, magoado e/ou com raiva do ex-parceiro (que, então, teria abusado); quando um filho mais velho da família foi vítima real de abuso sexual (o que, é claro, não implicaria que todos seus irmãos também o foram); quando uma criança apresenta comportamento sexualizado dentro de uma família com padrões morais rígidos; quando há muita curiosidade sexual na criança; o efeito da mídia (que, em geral, traz benefícios muito grandes apresentando as situações e aumentando a atenção dos pais); quando um dos genitores foi vítima de abuso; etc. Gostaria de me deter neste último fator, o de quando um dos genitores foi vítima de abuso. Tilman Furniss identificou o que ele chama de “Síndrome de Munchausen por procuração de mães que foram abusadas sexualmente”. Na síndrome de Munchausen, o sujeito simula doenças a fim de receber atendimento, cuidado. Na variante discutida por Furniss, mães que foram abusadas sexualmente na infância trazem seus filhos para cuidado afirmando que eles foram vítimas de abuso quando não foram. É bastante claro, na perspectiva psicanalítica, que essas mães estariam buscando cuidado e reconhecimento para o abuso que elas sofreram. Podemos inferir daí que, em suas infâncias, a situação traumática não foi reconhecida. Estaríamos tratando de uma repetição por projeção ou repetição deslocada³⁰. Minha clínica corrobora essa ideia, o que torna duplamente importante saber qual a dinâmica familiar e a história dessa

26 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 157-158.

27 S. Ferenczi, *op. cit.* p. 163.

28 S. Freud, *Beyond the Pleasure Principle*, p. 29.

29 S. Freud, *Studies in Hysteria*, p. 123-124 e p. 133-134.

30 T. Furniss, *The Multiprofessional Handbook of Child Sexual Abuse*, p. 342-344.

31 T. Furniss, *op. cit.*, p. 344-348, discute aspectos do trabalho terapêutico quando a genitora foi abusada em sua infância. Embora procurem auxílio para seus filhos, na psicoterapia, invariavelmente, seus próprios traumas sexuais entrarão em jogo, o que conduziria à ambivalência em relação ao tratamento da criança.

32 Como o assunto não será tratado aqui, gostaria de remeter o leitor ao texto de Lucía B. Fuks, “Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas”, em que, dentre outros pontos, é abordada a questão do segredo e das dificuldades na revelação do abuso quanto mais próxima a criança é do agressor.

»
a crença de que “as crianças esquecem” responde por diversas falas de mães que afirmam querer continuar com o parceiro quando este é o agressor

família quanto à sexualidade e à violência. Devemos apontar então que, quando se torna mãe, ou pai, *uma criança que foi desacreditada quanto ao seu traumatismo sexual pode tender a repeti-lo, senão colocando o filho em situação de risco, projetando sobre ele suas próprias experiências traumáticas*. Embora não existam pesquisas amplas sobre a incidência de abuso sexual em famílias onde um dos genitores foi, ele mesmo, abusado, clinicamente pode-se observar um grande número de famílias em que, após a revelação da experiência sexual da criança, seguem-se narrativas de experiências sexuais abusivas vividas pelos genitores³¹.

O segundo extremo – de foco do qual diverge algo – diz respeito à reação da família ao comunicado da criança³². A crença de que “as crianças esquecem”, por exemplo, responde por diversas falas de mães que afirmam querer continuar com o parceiro quando este é o agressor; trata-se de um motivo declarado e, é claro, defensivo. A dificuldade clínica é que a estas mães não se pode confirmar ou desacreditar – muitas crianças, é verdade, esquecem o abuso sofrido. Fatores como idade, frequência do abuso e a própria forma de acolhimento da revelação influem no esquecimento ou não, obviamente consciente, da criança. Da mesma forma, é largamente utilizado o argumento de que a criança está fantasiando a situação abusiva. Este tende a ser o ponto de apoio preferencial das famílias que não acolhem *comme il faut* a comunicação feita pela



*uma tentativa de resposta
é que devemos escutar
a fala da criança aceitando
o postulado de Bion
ao tratar do analista:
Sem memória ou desejo*

50

PERCURSO 46 : junho de 2011

criança. Não se trata da alternativa mais fácil, longe disso; mas é a que, via de regra, atenua o problema consciente e moral que a família está enfrentando. A questão para o psicoterapeuta é que grande parte dos dados que a criança lhe fornece pode ser também utilizada para a família desacreditá-la na denúncia da violência sexual. Um exemplo: uma criança afirma que fez sexo oral no pai, que este assistia filmes pornográficos em sua presença e que mantinha relações sexuais com a mãe sem muita discrição. A primeira afirmação, tomada em conjunto com as duas seguintes, leva-nos imediatamente a duas suposições: 1) trata-se de uma família com funcionamento incestuoso, e as situações traumáticas por que passou a criança seriam variadas quanto à forma; ou 2) a criança, exposta à sexualidade adulta de forma constante dentro da família, incluiu-se na cena primária embora, de fato, não tenha participado de nenhum ato sexual; imiscuiu-se nele nas suas identificações e na compreensão do que presenciava.

Embora a segunda suposição também envolva o trauma, a indicação da realidade do evento é questionada e a criança é desacreditada. Esse costuma ser o mecanismo defensivo utilizado por grande parte das famílias e implica, na verdade, uma economia de desprazer bastante simples: dos males, os menores. Devemos compreender que a alternativa não é nada agradável, mas costuma manter a duras penas o funcionamento familiar e retirar boa parte da culpa que pesa sobre

os ombros dos membros envolvidos, à custa, é claro, de uma melhor resolução para a criança.

A primeira situação tratada envolve uma comunicação por procuração sem a realidade do fato; a segunda, o não acolhimento da comunicação pelo questionamento dessa mesma realidade. Para o esclarecimento de ambas é necessário, além de ouvir a criança, manter a atenção também voltada à família.

Ajustando o foco

Agora podemos voltar à pergunta anterior e reformulá-la: como garantir minimamente que a criança será escutada, pelos familiares e pelo psicoterapeuta, de forma correta, no que a denúncia que a envolve tem de verdadeiro?

Uma tentativa de resposta é que devemos escutar a fala da criança aceitando o postulado de Bion ao tratar do analista: *sem memória ou desejo*³³; uma primeira chave para essa escuta. E ainda, somando ao postulado as palavras escritas por Freud já nas primeiras páginas de seu *Pequeno Hans*, “No momento suspenderemos nosso julgamento e daremos atenção imparcial a tudo que há para ser observado”³⁴, com uma pequena adaptação, por acréscimo, na segunda oração: “e daremos atenção imparcial a quase tudo que há para ser observado”. Porque, se a máxima, na verdade de Demóstenes, de que “estamos sempre inclinados a acreditar no que desejamos”, for verdadeira, o melhor na situação psicoterápica é que o psicoterapeuta não tenha desejo. E conheça suas próprias inclinações para que não caia em erro ao creditar real uma denúncia descabida, ou desacreditar *a priori* uma denúncia descabida que seja real. Da mesma maneira, deve, ao ter um foco necessário, ser capaz de discriminar o elemento que poderá incluir ou não a criança na população atendida. Ou seja, ter o foco do montanhista com o mapa na mão, e dar atenção imparcial a quase tudo que há para ser observado, atendo-se aqui e ali às elevações mais promissoras do terreno. Aquilo que reprimimos,

social ou pessoalmente, tem nessa escuta um valor inestimável. Abuso sexual contra crianças é mais frequente do que gostaríamos de imaginar e acontece em todas as classes socioeconômicas, no que faço eco a Ferenczi e sua conferência de 1932. É preciso, e aqui está a segunda chave para essa escuta, ter um *lugar psíquico* que permita a formação de uma *fantasia clínica*³⁵ coerente, independente de qual linha psicanalítica se segue. Em outras palavras, quem escuta a denúncia ou quem escuta a criança deve ser capaz de imaginar que aquela criança tenha estado naquela situação. Não necessariamente de uma forma gráfica, mas numa ordem de eventos que estabeleça em primeiro lugar uma aceitação da possibilidade do fato; e, em segundo lugar, uma narrativa que dê nome e lugar aos eventos.

Assim podemos entender por que o traumatismo facilmente é reeditado quando a criança fala à mãe ou a outras pessoas, ou quando apresenta sinais, no caso de crianças muito pequenas, de sua angústia. Ali, onde estão os olhos e os ouvidos, não há lugar para o que fala aquela criança. Da mesma maneira podemos entender o outro extremo, onde quase tudo é percebido como abusivo (como nas mães com Munchausen). Ali o lugar psíquico está grande demais, está atraindo coisas que não lhe correspondem. Seria o mesmo dizer: quando, através de seus óculos, tudo o que você vê é histeria, ou todos são obsessivos, talvez tenha chegado a hora de limpar as lentes. Isso significa que

»
*quando, através de seus óculos,
tudo o que você vê é histeria,
ou todos são obsessivos,
talvez tenha chegado a hora
de limpar as lentes*

quem lida com pacientes que podem ter passado por situações traumáticas deve ter um lugar em seu psiquismo para a possibilidade daquilo que lhe dizem, e deve procurar, com alguma disposição, entender por que não é capaz de criá-los. Aqui, na terminologia psicanalítica, *os nós cegos de quem escuta podem reeditar o trauma*. O jogo presente na escuta, que é desencadeado pelo foco inerente a essas primeiras sessões, envolve uma necessária honestidade quanto à fala da criança, que deve passar pela disposição de desenvolver em si um lugar psíquico em que o abuso pode ter acontecido, não com todas as crianças, obviamente, mas com aquelas que o acusam – através da fala, ou através de sinais; e desse lugar assegurar a comunicação ou não do evento traumático inclusive, quando necessário, à família.

33 W. R. Bion, *Second Thoughts*, p. 163.

34 S. Freud, *Analysis of a Phobia in a Five-Year-Old Boy*, p. 22-23.

35 Este conceito foi-me apresentado por Renata Udler Cromberg.

Referências bibliográficas

- Bion W. R. (2007). *Second Thoughts*. London: Karnac.
- Canesin Dal Molin E. (2009). *Discussões sobre o trauma entre Freud e Ferenczi: um exercício clínico-teórico*. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Psicologia Clínica: Teoria Psicanalítica, COGEAE – PUCSP.
- Cromberg R. U. (2004). *Cena Incestuosa: Abuso e Violência Sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferenczi S. (1932-1933/2000). Confusion of Tongues Between Adults and the Child. In *Final Contributions to the Problems and Methods of Psycho-Analysis*. London: Karnac.
- Freud S.; Breuer J. (1895/2001). Studies in Hysteria. In *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: Vintage Books – The Hogarth Press, vol. II.
- _____. (1896/2001). Further Remarks on the Neuro-Psychoses of Defence. In *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: Vintage The Hogarth Press, vol. III.
- _____. (1896/2001). Heredity and the Aetiology of the Neuroses. In *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: Vintage Books – The Hogarth Press, vol. III.
- _____. (1909/2001). Analysis of a Phobia in a Five-Year-Old Boy. In *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: Vintage Books – The Hogarth Press, vol. X.
- _____. (1920/2001). Beyond the Pleasure Principle. In *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: Vintage Books – The Hogarth Press, vol. XVIII.
- Fuks L. B. (1998). Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas. *Percurso*, n. 20. São Paulo, ano X, 1. sem., p. 120-126.
- Furniss T. (1995). *The Multiprofessional Handbook of Child Sexual Abuse*. London: Routledge.
- Gombrowicz W. (2007). *Cosmos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hornby A. S.; Wehmeier S. (ed) (2002). *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*.
- Masson J. M. (ed.) (1985). *The Complete Letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess, 1887-1904*. Cambridge: Harvard University Press.
- Mezan R. (2006). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva.
- Ministério da Previdência e Assistência Social (2001). *Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Diretrizes Gerais: Programa "Sentinela"*. Brasília.
- Monzani L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da UNICAMP.

The problem of focus in the first sessions with sexually abused children

Abstract This paper concentrates on the focus in the first sessions with sexually abused children. The aim of these encounters is to ascertain the reality (or not) of the alleged violence against the child. Taking as a basis his experience in these situations, the author discusses the peculiar position of the analyst concerning the patient's communications and his/her family's reactions to what is told.

Keywords sexual abuse; first sessions; position of the analyst.

Texto recebido: 02/2011

Aprovado: 04/2011

Quando o pensamento se esvai na motricidade

a clínica psicanalítica da desatenção e da hiperatividade com crianças*

Vera Blondina Zimmermann

Vera Blondina Zimmermann é psicanalista, Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em Psicologia Clínica pela PUCSP, Coordenadora do CRIA/UNIFESP (Centro de Referência da Infância e Adolescência de Departamento de Psiquiatria da UNIFESP/Escola Paulista de Medicina).

Resumo A partir da clínica com crianças que apresentam queixas de dificuldades de aprendizagem e/ou hiperatividade, a autora discute as queixas que não se enquadram na etiologia neurológica, na deficiência mental, na psicose e na neurose. Busca respostas na teoria psicanalítica, focando o referencial metapsicológico usado por Sílvia Bleichmar nas suas investigações a respeito da constituição inicial do psiquismo, momentos onde o aparelho não está organizado o suficiente para que sejam produzidos sintomas, conforme conceito freudiano. Desta forma, a autora situa estas patologias como “transtorno” na constituição do psiquismo, segundo abordagem teórico-clínica de Sílvia Bleichmar. Também discute o conceito de “corpo-tubo” e de “acompanhante narcisista” desenvolvido por Ricardo Rodulfo nos quadros que ele denomina “transtorno narcisista não psicótico” e suas implicações no diagnóstico diferencial desta patologia via transferência, bem como os efeitos de seus dinamismos na vida escolar do sujeito.

Palavras-chave transtorno; sintoma; transferência; dificuldades de aprendizagem; hiperatividade; TDAH.

* Texto ampliado e modificado a partir de “O conceito de transtorno e sua atualidade na clínica com crianças”, publicado no Boletim do Grupo de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae em homenagem a Sílvia Bleichmar, por ocasião de seu falecimento em 2008.

Já no final da década de 1980, anos iniciais de meu percurso pela clínica com crianças, perguntava-me a respeito da etiologia de dificuldades que levam uma criança a não conseguir organizar seu corpo para aprender, mesmo quando ela não se enquadra em situações de prejuízo neurológico, deficiência mental, estruturação psicótica ou neurótica. Tratava-se de crianças cujas queixas constituíam o maior número na busca de atendimento (tanto na clínica particular como na pública) e socialmente acabavam sendo excluídas do sistema escolar, principalmente devido a problemas de conduta.

Nesta época iniciei investigações para entender a metapsicologia das questões ligadas a estas queixas. Fui buscar respostas para as questões ligadas a um sujeito cujo corpo se apresenta disfuncional, um corpo que se “esparrama” e não consegue organizar-se num tempo e espaço exigido pelo sistema escolar. Estas crianças quase sempre eram diagnosticadas como portadoras de Disfunção Cerebral Mínima, dificuldades que atualmente têm sido, muitas vezes, confundidas com o quadro de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

A realidade da clínica com este tipo de dificuldades era a de se indicar vários tratamentos de diferentes especialidades para uma mesma criança, quase sempre, realizados paralelamente: psicoterapia, psicomotricidade, psicopedagogia. No que diz respeito ao registro ético, mobilizava-me a possibilidade de eu estar realizando indicações terapêuticas e tratamentos não apropriados, possibilitando intervenções inadequadas, sem que



*Sílvia Bleichmar revisou
o conceito de neurose na infância,
pressupondo um sujeito
em estruturação, um inconsciente
não dado desde as origens*

fosse escutada a verdadeira questão denunciada pela criança através de seu corpo.

Numa Clínica-Escola¹, também acompanhava a evolução de atendimentos desses sujeitos com queixas de hiperatividade e desorganização temporal, situações onde havia impossibilidade de as famílias suportarem o encargo financeiro de atendimentos particulares. Observava que, nesta instituição pública universitária, na qual os sujeitos realizavam apenas acompanhamento psicológico, com escuta de profissionais iniciantes, ocorriam efeitos importantes na melhora do quadro.

Durante meus estudos conheci o trabalho de Sílvia Bleichmar e de Ricardo Rodolfo, cujas produções teóricas e clínicas logo provocaram grande ressonância com minhas próprias questões em relação ao tema.

No trabalho de Sílvia Bleichmar interessou-me seu percurso metapsicológico que investigava os primeiros tempos da constituição do psiquismo e as possibilidades de intervenção sobre esses “tempos” na clínica psicanalítica, considerando o inconsciente como não dado desde as origens e tendo como referencial básico os textos freudianos e as contribuições de Laplanche. Concomitantemente, as contribuições de Ricardo Rodolfo enriqueceram meus instrumentos clínicos para diagnóstico diferencial destes quadros via transferência.

Refazendo o seu caminho conceitual, busquei entender a constituição do sujeito psíquico e a relação desse movimento de constituição com as falhas instrumentais do seu corpo, falhas que impedem ou dificultam a aquisição de noções ligadas ao tempo, espaço e linguagem e que afe-

tam o próprio tônus. Pude entender, então, que se tratava de um sujeito portador de “Transtorno” na constituição psíquica, conceito desenvolvido por Sílvia Bleichmar e que se refere às falhas responsáveis por situações de disfunção corporal, diferente de falhas neurológicas, registros facilmente confundidos na clínica com crianças.

Responder a estas perguntas implicava aprofundar os processos que dizem respeito aos primeiros tempos de instalação do inconsciente, antes da instalação da repressão originária, caminho percorrido por Sílvia Bleichmar.

A constituição inicial do sujeito

Sílvia Bleichmar revisou o conceito de neurose na infância, pressupondo um sujeito em estruturação, um inconsciente não dado desde as origens, tendo como paradigma de base a repressão originária. Usa este conceito enquanto proposta ordenadora para entender os tempos de estruturação do aparelho, tempos estes não genéticos, não lineares, sendo percebidos num movimento sempre *après-coup*. Busca em Freud as formulações nos textos *Inconsciente* (1915) e *O Recalcamento* (1915), onde se afirma que o recalçamento originário cria a diferença entre os sistemas psíquicos, ou seja, são separados o inconsciente do pré-consciente/ consciente. Portanto, através dos efeitos do recalçamento originário é que podemos saber quando há inconsciente, para então abordá-lo analiticamente.

Retomando a teoria freudiana sobre o início da subjetivação, momento em que a criança humana se torna sujeito, Sílvia Bleichmar debruça-se em um de seus primeiros textos, *Projeto de uma Psicologia para Neurólogos* (Freud, 1895), no qual ele traça sua concepção inicial sobre o Aparelho Psíquico, concepção que será melhor delineada com a teorização da segunda tópica, onde o irrepresentável encontrou uma maior integração ao modelo, segundo leitura da autora.

É nesse texto, embora lance mão de um modelo de aparelho neurológico, que Freud formula

sua ideia de como se dão a circulação e o processamento da energia na cria humana. O esquema que constrói é capaz de descrever os primeiros movimentos que instauram o sujeito, as ligações que, por sua vez, originam as representações. É também nesse texto que formula o que será tomado sempre como referência pela Psicanálise, ou seja, o lugar da função materna, a intersubjetividade da tópica.

A partir destas concepções freudianas e de alguns conceitos de Laplanche, Sílvia Bleichmar discute a problemática da constituição inicial do sujeito: a questão fundamental não está simplesmente na resolução do âmbito autoconservativo, pois isto não conduz ao sistema de representações desligadas da necessidade; a transformação da energia somática em psíquica advém da intrusão do outro humano dotado de inconsciente, que inunda a cria com uma energia não qualificada, não traduzida, ocasionando o traumatismo. Como teoriza Laplanche a respeito da Sedução Originária, os gestos autoconservativos do adulto são portadores de mensagens sexuais inconscientes para ele mesmo e incapazes de serem traduzidos pela criança².

A repressão originária – repressão destes significantes intrusivos – instala-se a partir da impossibilidade de o bebê decifrar estas mensagens carregadas de sentido e desejo, ou, em outros termos, com o esforço de ligar o traumático que acompanha a sedução originária.

Quando falamos de Sedução Originária no sentido teorizado por Laplanche, falamos de uma situação não patológica, mas fundante do psiquismo: encontro de restos inconscientes de um adulto, restos que ele desconhece, com uma criança que busca a satisfação de suas necessidades autoconservativas. Encontro a partir do qual,

- 1 Pacientes atendidos na Clínica de Atend. Psic. da UFRGS, Clínica-Escola; desde 1995, pacientes do CRIA (Centro de Referência da Infância e Adolescência da UNIFESP/Escola Paulista de Medicina).
- 2 J. Laplanche, *La prioridad del otro en psicoanálisis*.
- 3 S. Bleichmar, *La fundación de lo inconsciente – destinos de pulsión, destinos del sujeto*, p. 48.



a passagem do autoerotismo ao narcisismo ocorre a partir das ligações que a mãe propicia, frente à ruptura que a sua sexualidade instala no bebê

através do recalçamento originário, instaura-se a pulsão e, conseqüentemente, o inconsciente, a tópica psíquica e a abertura de relações de conflito intrapsíquico e possibilidades de troca entre os sistemas.

Segundo tal perspectiva, o representante pulsional é a marca mnêmica da sexualidade pulsante materna. No autoerotismo, primeiro tempo dos possíveis e posteriores caminhos desta pulsão, ainda não existe “uma unidade comparável ao ego” (Freud, 1914), um sujeito capaz de amar. As pulsões se satisfazem independentemente uma das outras: são inscrições indiciais nos múltiplos signos de percepção, ligados à experiência de satisfação e de dor.

A passagem do autoerotismo ao narcisismo ocorre a partir das ligações que a mãe propicia, frente à ruptura que a sua sexualidade instala no bebê. Faz-se necessário, então, como apresenta Sílvia Bleichmar, diferenciar o inconsciente materno do narcisismo materno:

[...] a origem da sexualidade humana não se instaura a partir da articulação significativa, da linguagem, instalada no psiquismo materno, mas sim, precisamente do lado do inconsciente, das representações-coisa que circulam por meio dos modos do processo primário e dos investimentos massivos do autoerotismo reprimido.³

Portanto, o pré-requisito de ligação desta energia sexual originária encontra-se no funcionamento do narcisismo materno, diferenciado do autoerotismo, objetalizando-se numa comunicação que transvasa, dando possibilidades ao bebê de ingressar num horizonte saturante da



*a passagem do âmbito
do autoconservativo ao sexual
é o que instala a pulsão,
e que será “o verdadeiro motor
do progresso psíquico”*

castração. Neste sentido, ainda comenta Sílvia Bleichmar:

[...] a origem do inconsciente é exógena, mas de uma exogeneidade que deve ser concebida não como simples exterioridade, mas como estrangeiro (étrangeté). Nesta diferença entre a exterioridade (perceptual, familiar ou, simplesmente, do meio externo), e o estranho do outro, radica o aporte absolutamente original de Jean Laplanche, porque se trata de uma exterioridade que marca os começos da vida psíquica como excitante e traumática e define para sempre as relações do sujeito com o mundo.⁴

Estes destinos da intrusão do sexual, excitações que devem ser inibidas ou ligadas, são tarefas do ego. Antes da repressão originária, estes destinos devem encontrar resoluções através de conexões que são modos defensivos precoces. O movimento, a passagem do âmbito do autoconservativo ao sexual, do corpo da necessidade para o corpo pulsional, é o que instala a pulsão, e que será “o verdadeiro motor do progresso psíquico”. Seus movimentos definirão a constituição do sujeito.

Desta forma, entende-se que o ego não se constitui no vazio, mas sobre a base das ligações prévias entre sistemas de representações pré-existentes; ainda que estas ligações consistirão, de início, em investimentos colaterais, ou seja, num conjunto de manobras amorosas que acompanham os cuidados primários com os quais a mãe efraciona no real do bebê as zonas erógenas primárias, oral e anal. No começo da vida este ego que produz inibições e propicia ligações não está no sujeito inicial mas sim no semelhan-

te humano, e só a partir desta perspectiva é que se pode falar, segundo a autora, num “ego auxiliar materno”. Cabe à função materna, além de prover os recursos autoconservativos, inscrever, de início, estes recursos potenciais de “pulsão de vida”. Enquanto inscreve o corpo do bebê deve possibilitar-lhe o ordenamento e a articulação das representações, regulando a tendência à descarga.

Quando ocorrem falhas neste processo, segundo Sílvia Bleichmar, estas podem estar seja do lado das constelações narcísicas no caso da estrutura da mãe, que a incapacitam de funcionar enquanto objeto narcisizante, ou podem ser circunstanciais, como nos casos de depressão, quando a libido é retirada temporariamente.

Às vezes, é possível realizar as funções sexualizantes primárias que permitem a instalação da pulsão, propiciando os investimentos necessários à constituição de uma zona de excitação, porém, sem constituir-se em um objeto amoroso: o olhar materno centrado de forma autoerótica numa parte do corpo do bebê não verá sua totalidade, sobre a qual seria possível instalar-se uma representação da totalidade do corpo, posteriormente inscrita pelo ego. Portanto, haveria aqui um desencadeamento de energia traumática sexualizante, sem que houvesse vias de acesso regidas pelo princípio de prazer para derivá-la. Também, não haveria construção de investimentos colaterais através de gestos e carícias, que possibilitariam ao bebê o desenvolvimento da alucinação primitiva do objeto indiciático: a partir disso, o bebê não diminui sua tensão endógena, agarrando-se ao objeto que nunca lhe propicia alívio, mesmo resolvendo a questão da autoconservação. Dessa forma, haverá um déficit na narcisização primária.

Este desprazer tenderá a repetir-se, conforme coloca Freud no seu texto *Mais além do princípio do prazer* (1923), numa compulsão de repetição traumática que retorna porque não conseguiu vias de ligação. Usando as concepções de Freud neste texto e as de Laplanche com a sua teoria da Sedução Generalizada, Sílvia Bleichmar irá afirmar que as pulsões sexuais de morte funciona-

riam segundo o princípio de energia livre (princípio zero), sendo sua meta a descarga total, cujo preço é a aniquilação do objeto. A compulsão traumática deveria sua existência tanto à impossibilidade de ligar-se a uma significação, como à impossibilidade de descarregar-se: origina-se assim a repetição traumática a que está submetido um aparato incipiente. Nesta tentativa de simbolização, algo permanece irrepresentável e é este algo que deve ser reprimido, ficando fora da significação.

Sílvia Bleichmar toma de Laplanche a concepção de pulsão⁴, pensando-a como surgindo num tempo anterior à ocorrência do ataque produzido pela estimulação exercida, desde o interior, pelo ego, pelas representações-coisa reprimidas. Sua operância produz movimentos evacuativos antes mesmo de a repressão instalá-la no inconsciente. O destino dos remanescentes excitatórios deverá ser sua transformação em possibilidades de conexões e derivações que constituiriam modos defensivos precoces.

Pensando num bebê que apresente falhas num processo inicial, o que acontecerá se não for instalada uma possibilidade efetiva de processar-se a repressão originária que ordena e estrutura os sistemas psíquicos? Estas inscrições originárias sexualizantes permanecerão não sepultadas, nem enlaçadas em significações possíveis, retornando de formas irrepresentáveis, como restos que ficam impossibilitados de significação, e que acabam por se traduzir no que a autora chama de “Transtorno” na constituição psíquica.

O sujeito do “transtorno”, o corpo e a aprendizagem

Nesta linha de raciocínio metapsicológico, uma hiperatividade e/ou desorganização de funções corporais pode estar indicando a existência de uma energia não ligada de forma que possa ser sustentada por uma significação. Falhas no re-

4 S. Bleichmar, “O intraduzível da mensagem do outro”, p. 15.

5 S. Bleichmar, *La fundación de lo inconsciente...*, p. 40.

»
hiperatividade e disfunções corporais ligadas à angústia disruptiva, não enlaçada adequadamente em significações que possam lhe dar uma ordenação

calçamento originário dificultam a separação da carga da representação, o que leva ao ato, em vez da separação entre ato e discurso.

O “Transtorno” impede ou dificulta o sujeito de estruturar-se num segundo tempo de sexualidade, perturbações na instalação da tópica psíquica, que o limitam na organização de tempo e espaço e dos processos da lógica e do juízo. São falhas dos mecanismos básicos da constituição do psiquismo: aparelho que, então, permanece aberto, não organizado pela repressão originária, ou seja, onde os estímulos exteriores penetram e não encontram sistemas de escoamento organizado para a energia que transportam. Os efeitos no sujeito psíquico mostram-se como impossibilidade ou dificuldades em armar totalidades de significações, desarticulando as aquisições iniciais das categorias de tempo, espaço e da lógica, instrumentos necessários para a organização de uma realidade externa.

Desta forma, entendemos poder pensar aspectos de pacientes com queixas de problemas de aprendizagem: hiperatividade e disfunções corporais ligadas à angústia disruptiva, não enlaçada adequadamente em significações que possam lhe dar uma ordenação, e não sustentada pelas representações-palavras.

Ao contrário, quando se fala em sintomas, pressupõe-se um aparelho psíquico que já organiza as percepções, onde há formações inconscientes que fazem funcionar a repressão originária, ordenando significações. Um inconsciente formado em extratos diferenciados, e pensado em termos de economia libidinal, pressupõe um sistema de trocas entre os sistemas psíquicos



*as fraturas no entramado de base
tornam o corpo incapaz de sair
de cena, de deixar
as representações-palavras operarem
com eficácia no circuito pulsional*

instalados. A produção de sintomas neste aparelho já diferenciado acusa falhas nas defesas organizadas, desequilíbrio neste processo de economia libidinal, ou seja, uma tentativa substituta da repressão, visando manter esta ordenação das significações nestes extratos.

Sílvia Bleichmar ressalta que se todo sintoma se manifesta como um signo, nem todo signo é um sintoma. Segundo a autora, embora essa afirmação possa parecer trivial, elucidada muito da clínica infantil, onde muitos signos, manifestações da conduta infantil, não podem ser entendidos como sintomas no sentido psicanalítico, ou seja, como representação direta ou figurada de uma ideia ou conflito, de um desejo inconsciente.

Pode acontecer que o aparelho não tenha constituído as ligações necessárias para que o discurso do outro ingresse como representações-palavra, e que esse ingresso se dê em termos de representação-coisa, o que nos faria compreender por que a criança apresenta respostas apenas na motricidade. Poderiam então ser descritos como significantes que ingressam no aparato e disparam sistemas representacionais, produzindo passagem à motricidade, já que o aparelho não tem condições de processar aquelas questões. São exatamente estas as situações que entendemos serem pertinentes ao que Sílvia Bleichmar denomina de “transtorno” na constituição psíquica.

O conceito de recalçamento originário, que ela passa a denominar de repressão originária⁶, permite verificar a dominância estrutural no sujeito, pois é possível haver uma fratura em algum ponto, sem que isto leve necessariamente a diagnosticar uma estrutura que nela se baseie.

Nesta perspectiva, podemos pensar numa neogênese enquanto efeitos de tratamento, ou seja, numa recomposição, diferente da abordagem de análise com neuróticos. Assim, a infância poderia ser concebida como um momento onde os representantes pulsionais se inscrevem, são recalçados e encontram seus destinos. Nos casos onde o sujeito apresenta fraturas neste recalçamento, tais representantes pulsionais não chegam a se organizar enquanto sintomas no sentido psicanalítico, mas, conforme definição da autora, organizam-se como “Transtorno”.

A criança, portadora do “Transtorno”, desloca-se constantemente de um lado para o outro e, quando sentada, parece sobre “espinhos” que não lhe permitem pensar. Acaba também atrapalhando a atenção dos colegas, o que, aos poucos, irá justificar sua exclusão da sala de aula.

As fraturas no entramado de base tornam o corpo incapaz de sair de cena, de deixar as representações-palavras operarem com eficácia no circuito pulsional. O nível de heterogeneidade da organização psíquica deste sujeito encontra uma enorme dificuldade para que ele avance na direção da definição da estrutura edípica de chegada.

Ricardo Rodulfo, por sua vez, conceitua um quadro patológico que denomina de “Transtorno Narcisista não Psicótico” para contemplar a complexidade de alguns quadros clínicos que se recusam a serem entendidos pela psicopatologia tradicional. Nas suas palavras: “a psicanálise não foi inventada para este tipo de pacientes. [...] a psicanálise está classicamente acostumada a trabalhar no plano da significação, o que precisamente aqui não serve”⁷.

Para situar este conceito, Rodulfo⁸ nos fala de um sujeito cujo corpo se esparrama, como uma superfície contínua com dificuldade de “vertebração”, expressão da continuidade de seu aparato inicial, não organizado adequadamente pela repressão originária. Trata-se de um “corpo-tubo”⁹ mas não fragmentado – corpo não organizado, corpo que se esparrama como uma garatuja, mas já com diferenciação entre o eu e o não eu – um corpo que nos remete à imagem do sujeito da

sexualidade polimorfa de Freud, da qual emergirão as diferenças sexuais, mas que nesse dado momento ainda são indiscriminadas. Neste corpo as informações penetram, mas não conseguem se enlaçar numa organização inicial. Pensando neste fenômeno em termos freudianos, poderíamos dizer que um pré-consciente pouco estruturado impede que os estímulos que ingressam no organismo se enlacem em representações-palavras e sustentem uma derivação sublimatória. As associações escoam pelo corpo.

Falamos, segundo o autor, de um corpo que se distingue do corpo no autismo, onde ocorre uma impossibilidade de habitar o corpo e uma impossibilidade de escutá-lo, muitas vezes até na dor; do corpo na psicose, no qual predomina a fragmentação que não possibilita a organização de uma demanda e onde o sujeito apenas emerge de um modo incipiente na formação delirante; do corpo do neurótico, que tem acesso à representação-palavra e funciona como instrumento metafórico de suas significações.

Neste sentido, entendo que as disfunções corporais que impedem a criança de usar o corpo para se alfabetizar, por exemplo, podem estar falando de uma etiologia ligada ao “Transtorno” na constituição psíquica: o corpo não está fragmentado, mas tampouco se encontra suficientemente organizado para ser um instrumento metafórico, para que o sujeito possa se inscrever através dele. Apresenta falhas na elaboração de funções, funções essas indispensáveis para sua organização como instrumento, ou seja, pode ser descrito como um corpo onde as informações penetram mas apenas para escoar, sem a possibilidade de

- 6 Sílvia Bleichmar diz usar o termo “repressão originária” em vez de primária ou primordial, não apenas para marcar que ela se encontra antes da secundária, nem apenas aquilo que está desde o começo, mas em aquilo que funda, dá origem ao inconsciente (comentário feito por ocasião do lançamento de seu livro *As origens do sujeito psíquico* pela Editora Artes Médicas em Porto Alegre, 24 maio 1993).
- 7 R. Rodulfo, *Transtornos narcisistas nos psicóticos*, p. 24-25.
- 8 R. Rodulfo, *op. cit.*
- 9 O conceito de “corpo-tubo” também é trabalhado por Marisa Rodulfo na obra *El niño del dibujo – Estudio psicoanalítico del grafismo y sus funciones en la construcción temprana del cuerpo*, cap. 4 e 5.

»

*a inibição neurótica convoca
ao trabalho de desconstrução, ao
passo que a não instalação
da curiosidade intelectual convoca ao
trabalho de fazer emergir um sujeito*

uma adequada organização. Muitas vezes, falamos de um corpo ainda não habitado por um sujeito que se pergunte sobre si mesmo.

O “Transtorno”:
diagnóstico diferencial e transferência

Um diferencial importante a ser feito diz respeito aos quadros de inibição da curiosidade intelectual: ela pode ser efeito de fraturas nas origens do impulso epistemofílico ou ser um empobrecimento funcional, efeito de contracarregar do ego. Esta última está ligada a uma produção de repressão neurótica e a primeira com os movimentos iniciais, onde ainda não se instalou a diferenciação, efeito da repressão originária. Esta diferenciação é muito importante na clínica dos problemas de aprendizagem, pois estabelece diferentes abordagens na condução da técnica: a inibição neurótica convoca ao trabalho de desconstrução, ao passo que a não instalação da curiosidade intelectual, enquanto possibilidade de surgimento da angústia, convoca ao trabalho de fazer emergir um sujeito, como estamos focando neste trabalho.

É deste fracasso inicial que surgem as questões ligadas ao empobrecimento da capacidade de metaforizar, às dificuldades cognitivas para se entender palavras de duplo sentido e chistes, enfim, o comprometimento na capacidade de simbolização. Todos esses processos não devem ser equiparados ao desconhecimento, entendido como negação, defesa neurótica, mas, sim, trata-se de um não ingresso na diferença.



desta forma, o corpo do outro funciona como um “acompanhante narcisista”, segundo expressão de Ricardo Rodulfo

É também essa diferenciação que se encontra nas origens da organização da lógica e do juízo. Desconhecer, enquanto mecanismo neurótico, já implica se ter sofrido o efeito da repressão dos significantes pulsionais, enquanto resíduos do vínculo sexualizante das origens.

Desta forma também é possível diferenciar em termos clínicos as dificuldades de memória, tão comuns nas queixas de aprendizagem. O sujeito neurótico pode apresentar repressão de significantes cujo aparecimento na consciência desencadearia angústia; nas dificuldades de memória também podem dever-se a falhas na origem da instalação da tópica, traduzindo-se por lacunas nas ligações entre as significações. O primeiro fenômeno é resultante do não poder lembrar e, o segundo, do não ter nada organizado, ou seja, da ausência de marcas mnêmicas enlaçadas segundo o modo de organização do pré-consciente.

Rodulfo discrimina, em relação às patologias da memória, as categorias de “vazio” e “buraco”, para situar o último como próprio dos quadros psicóticos. Situa o sujeito do transtorno narcisista não psicótico como portador da “memória como lacuna”, ou seja, a ideia de uma “memória vazia”. Diz Rodulfo: [...] “o paciente declara não pensar em nada ou sentir-se vazio, que não é igual à tristeza”¹⁰. Aqui subentendida a tristeza como sintoma depressivo neurótico.

Falamos então, segundo este autor, de um corpo-tubo que funciona deixando entrar as informações, mas com dificuldades para realizar metamorfoses com esses materiais novos, deixando-os escoarem, fracassando na função de estabelecer nexos com o que já aprendeu. Porém,

o autor entende que, diferentemente dos problemas mais graves como nos quadros psicóticos, nos quais o vazio retorna por meio de produções alucinatórias e delirantes, no quadro do transtorno há uma certa reversibilidade, característica que explica por meio de um depoimento de uma mãe desse tipo de paciente: “Se nós estamos juntos ele tem vontade de brincar, ou pode fazer as tarefas da aula; porém, se não estamos, não pode fazê-lo e nem consegue brincar”¹¹.

Desta forma, o corpo do outro funciona como um “acompanhante narcisista”, segundo expressão de Ricardo Rodulfo¹², encarregado de organizar os quadros corporais e têmporo-espaciais e não como aplacador de angústia. Em termos de aprendizagem escolar isto repercute num melhor desempenho quando o aluno fica perto da professora ou dispõe de alguém para ficar ao seu lado enquanto executa suas tarefas¹³. Sem o olhar do outro o sujeito cai facilmente no descontrole motor, o que muitas vezes pode tomar a aparência de hipercinesia.

Uma importante questão a ser levantada quando consideramos as patologias que envolvem a noção de temporalidade é que o vazio da não constituição do sujeito irá impedi-lo de organizar séries temporais. Quanto mais próximo nos encontrarmos do funcionamento primitivo do aparato, mais prevalecerá à função de “borrão”¹⁴ sobre a função de registrar, mesmo que estejamos nos referindo a registros precoces fortes. As repetições desse tipo de fatos não indicarão o surgimento do reprimido, mas sim a impossibilidade da repressão.

Esta ideia coloca novamente na gênese do espaço e do tempo a relação primordial do sujeito com a figura materna. Enquanto o sujeito não possui uma autonomia corporal é a figura materna que assume a organização deste tempo, sendo que o tempo objetivo aparecerá, posteriormente, como prolongação e transformação do tempo inscrito no corpo. São estes efeitos que se manifestarão em transferência: predomina nos materiais clínicos um pedido de presentificação do corpo e, principalmente, do olhar do terapeuta.

Este sujeito que investigamos não estabelece transferência a partir de uma representação integrada de um objeto inconscientemente investido. Demanda o olhar do outro e ainda precisa do corpo concreto do analista para sentir-se existindo: o corpo do outro é a garantia da presença de si mesmo enquanto sujeito. Em muitas crianças este pedido chega a tal grau de exigência que nos lembra as modalidades amorosas marcadas pela fantasia de devorar e incorporar o objeto, descrita por Freud¹⁵ quando nos fala das etapas da organização pré-genital. Há uma tentativa de dominar o objeto, sem temor de danificá-lo, situações que deixam o analista exausto após uma sessão, sem que tenha como causa o excesso de movimentação física, mas sim a exigência pulsional destes estados pré-genitais.

As crianças que se apresentam com falhas na repressão originária e com isto trazem em seu corpo efeitos de desorganização falam de um momento de organização psíquica onde a possibilidade de ter um rosto ainda depende do rosto do outro.

Porém, o diagnóstico diferencial é fundamental: o pedido de olhar destes sujeitos crianças não é o mesmo pedido feito pela criança psicótica na qual ocorrem pictogramas de sensação e necessidade de toque corporal. Segundo Rodulfo¹⁶, as crianças portadoras de formações do tipo melancólico ficam permanentemente aderidas e nunca terminam de se inscrever; buscam o corpo do analista como uma segunda pele, num predomínio de simbiose. No “Transtorno Narcisista não Psicótico”, trata-se de um pedido de olhar que especulariza, portanto, a cena transferencial é outra, apesar de precisarmos enfrentar a tirania de um corpo real e de termos que retirá-lo da cena.

10 R. Rodulfo, *op. cit.*, p. 39.

11 R. Rodulfo, *op. cit.*, p. 39-41.

12 R. Rodulfo, *op. cit.*, p. 42.

13 No livro *Singularidade na inclusão – estratégias e resultados*, publicado em 2007 pela Pulso Editorial, São José dos Campos, do qual sou coautora, discutem-se alternativas inclusivas para este tipo de aluno, entre elas a “Tutoria”.

14 S. Freud (1924) Uma nota sobre o “Bloco mágico”.

15 S. Freud (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

16 R. Rodulfo, *op. cit.*, p. 26.

»
*outro diferencial importante
diz respeito aos quadros fóbicos
onde o corpo do outro funciona
como aplacamento e evitação de
angústia de perder-se*

Não se trata tampouco de uma busca de olhar da estrutura neurótica com formações histéricas, a serviço da sedução e do exibicionismo que busca o olhar de aprovação e admiração do analista, mas que já é portadora de um enigma inconsciente e por isto tenta disfarçar e esconder seu desejo. Este pedido de olhar deve ser recusado pelo analista.

Outro diferencial importante diz respeito aos quadros fóbicos onde o corpo do outro funciona como aplacamento e evitação de angústia de perder-se; na fobia o afastamento do outro gera desespero, mas no sujeito do “transtorno” significa perder o referencial, quase sempre via agitação e desatenção. Pode-se pensar o mesmo em relação às noções de tempo e espaço: um “perder-se” fazendo emergir a angústia – ou um deambular que traduz um sentido através da busca de uma determinada direção ou espaço – fala-nos de um sintoma que pode ser desvelado. Um ‘perder-se’ ou um deambular sem angústia, sem determinado sentido, fala-nos ao contrário de uma organização não adequada da repressão originária, o que impede conseqüentemente um desenvolvimento da temporalidade regida por processos secundários.

Nestas situações, partir de uma cena de “jogo” em transferência – subentendido aqui como a possibilidade de estabelecimento de comunicação – criam-se condições para que o sujeito coloque em cena pedaços desconectados de sua história. Seu corpo desorganizado na cena, representando os efeitos da sua desarticulação significante enquanto sujeito, move-se na direção do corpo do outro. Assim, nesta cena, onde os corpos desempenham



*com o sujeito do “Transtorno”,
urge ficar “à sua disposição”
de uma forma diferente daquela
onde basta dispormos de uma escuta
atenta ao sentido das palavras*

uma função de figura principal, instala-se uma possibilidade de articulação de simbolizações faltantes na história do sujeito, articulações não necessariamente ligadas ao registro verbal¹⁷ enquanto sentido intencional da palavra, mas ressoantes de todos os sentidos que elas contêm, quando proferidas.

É nesse sentido que nos referimos ao que parece ser uma necessidade da criança de que o corpo do analista funcione como presentificação de sua existência enquanto sujeito. Assim, neste ato de desenhar com o analista, ou mesmo só realizar qualquer outra atividade, desprende-se da criança uma visível satisfação por estar sendo acompanhada, independentemente dos resultados de sua produção.

Muitas vezes ela esboça um início de instalação de regra no jogo, estipulando, por exemplo, uma contagem de pontos ou qualquer outro limite. Mas, logo que a atividade começa a se desenvolver, esta tênue intenção se desvanece; isto ocorre não por seus impedimentos cognitivos ou neurológicos com respeito às categorias de temporalidade e espacialidade, mas porque ela ainda se encontra presa, se nos referirmos ao momento seu no processo de constituição como sujeito, num tempo anterior àquele que lhe possibilitaria colocar-se numa ordem quantitativa, num espaço definido. Sua busca visa apenas sentir-se existindo, mesmo funcionando corporalmente como um grande magma que se esparrama, como uma superfície contínua, para usar as palavras de Ricardo Rodulfo¹⁸. É neste “tomar emprestado o corpo do outro”¹⁹, num pedido de ordenação de sua experiência, que se abrem possibilidades

para que se organizem as significações faltantes. Em vez de enigmas, elas produzem associações por contiguidade, com dificuldades para se desprender das características concretas das sensações iniciais. Estão impedidas de metaforizar o aspecto traumático sofrido nestas vivências, e conseqüentemente não conseguem organizar a experiência para um relato segundo as leis da lógica, do tempo e do espaço produzidas pelo discurso neurótico.

Com o sujeito do “Transtorno”, urge ficar “à sua disposição” de uma forma diferente daquela onde basta dispormos de uma escuta atenta ao sentido das palavras. Toda a situação funciona como se ele fosse extraíndo pedaços de nosso corpo e, na maioria das vezes, não podemos ter clareza quanto aos aspectos de nossos atos e/ou palavras que produziram sobre ele certos efeitos. Entendo que é por isto que verifiquei, ao longo de anos de supervisora de estagiários de Psicologia Clínica, Residentes de Psiquiatria e de outros colegas iniciantes, cuja tarefa era aprender a escutar o paciente, antes de preocupar-se com maiores entendimentos teórico-clínicos, que estas escutas também produziam efeitos neste tipo de patologia. Os profissionais iniciantes possuem, antes de um saber organizado, uma grande disponibilidade para escutar e entender, aspecto primordial neste tipo de clínica. Os efeitos não estão sempre ligados ao conteúdo das palavras, mas sim à forma como elas são ditas, quer revelando um afeto, quer marcando um momento de limite no tempo e no espaço da cena. A voz, com todas as suas possibilidades de registro, é produtora de efeitos e não somente o conteúdo do discurso falado.

Esta situação clínica também pode nos remeter à ideia de jogo proposta via o “Jogo do Rabisco” de Winnicott (1977): uma possibilidade de fazer emergir uma significação, uma produção inicial do sujeito na qual o que importa é o traço, antes da forma.

Desarticulado o saber do analista, aumentam as possibilidades de produção de efeitos. Compara-se a situação ao momento inicial pós-nascimento, onde a figura materna tenta identificar

o que quer seu bebê e aquilo de que ele precisa. Mas esse processo de historização – que Sílvia Bleichmar²⁰ caracteriza como a gradativa estruturação de um modo significativo dos fatos inscritos e também, segundo esta autora, não passa necessariamente pelo campo da palavra: são trocas que se estabelecem através da voz, sorrisos, olhares, modulações afetivas diversas que vão tingindo a cena de diversas significações. Assim, a figura do analista vai, através de ações ou /e palavras intencionais ou não, fazendo próteses, produzindo significações em representações- coisas, possibilitando que estas sensações traumáticas primitivas, estes excessos de quantum pulsional, possam derivar-se para uma instância capaz de produzir efeitos de significação.

Seria este pedido uma busca de preenchimento de uma função materna inicial que falhou? A compulsão à repetição poderia ser definida como uma busca de olhar significativo? Sabemos ser impossível recriar aquilo que faltou num determinado momento da vida do sujeito, mas, como analistas, segundo Sílvia Bleichmar, podemos ajudar no estabelecimento de significações do ocorrido, o que produz efeitos de recomposição do passado por *après-coup*, no presente.

A compulsão à repetição estaria situada justamente neste corpo desconectado de um espaço e tempo objetivos, que repete um estado de não organização e, ao mesmo tempo, constitui uma busca do corpo do outro, sem que se articule uma pergunta metafórica para o analista.

»
*a compulsão à repetição estaria
situada justamente neste corpo
desconectado de um espaço e tempo
objetivos, que repete um estado
de não organização*

A impossibilidade de se apresentar com enigmas pode nos produzir uma contratransferência tipo “não estou fazendo nada” e, o que é pior, pensá-lo como portador de disfunção neurológica e desta forma favorecer o tamponamento de sua subjetividade que ainda não se organizou suficientemente nos registros do secundário, mas que se tamponada na infância poderá estimular a irrupção de quadros mais graves na adolescência²¹.

Enfim, organizar uma cena transferencial onde um sujeito do “Transtorno” possa produzir seus enigmas é ajudá-lo a passar pelo processo onde ele se inscreverá através dos movimentos de seu corpo e a partir do nosso, até que, aos poucos, sua concretude possa ser deixada de lado. Antes de tudo, é uma tarefa que exige a capacidade de sustentar uma duplicidade frente a este sujeito: a possibilidade de poder misturar-se e diferenciar-se. Sem pânico de “perder-se”, nem desagrado de “emprestar-se” temporariamente.

17 É no livro *La fundación de lo inconciente* que Sílvia Bleichmar fundamenta a teoria e a técnica deste trabalho de articulação de significações faltantes, o qual denomina de neogênese, de recomposição.

18 R. Rodulfo, *op. cit.*, p. 39.

19 R. Rodulfo, *op. cit.*, p. 40.

20 S. Bleichmar, *La fundación de lo inconciente...*

21 Em meu trabalho intitulado *Adolescentes estados-limite – a instituição como aprendiz de historiador*, publicado pela Editora Escuta em 2007, discuto esta problemática e suas repercussões na adolescência.

Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (1986). *En los orígenes del sujeto psíquico*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1993). *La fundación de lo inconciente – destinos de pulsión, destinos del sujeto*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. e outros (1990). *Lectura de Freud*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- _____. (1996). O intraduzível da mensagem do outro. *Projecto – Revista de Psicanálise*, n. 6, ano 5, Porto Alegre.
- Freud S. (1895/1995). *Projeto de uma Psicologia para Neurólogos*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1896/1996) Carta 52 – A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. 1.
- _____. (1905/1996). Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. VII.
- _____. (1915/1996). Repressão. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XIV.
- _____. (1915/1996). O Inconsciente. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XIV.
- _____. (1915/1996). Os Instintos e suas Vicissitudes. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XIV.
- _____. (1923/1996). O ego e o id. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XIX.
- _____. (1923/1996). Mais além do princípio do prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XVIII.
- _____. (1924/1996). Uma nota sobre o “Bloco mágico”. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XIX.
- _____. (1926/1996). Inibição, sintoma e ansiedade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. XX.
- Laplanche J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1992). *O Inconsciente e o Id. Problemáticas IV*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- _____. (1996). *La prioridad del otro en psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Rodolfo M. (1992). *El niño del dibujo*. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- Rodolfo R. (1989). *Seminarios Estudios Clínicos* (Seminários ditados na Facultad de Psicología da U.N.B.A.) Buenos Aires, Tékné y EDCEP.
- _____. (1995). *Transtornos narcisistas nos psicóticos*. Buenos Aires: Paidós.
- Winnicott D. (1982). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Zimmermann V. B. (1997). *O Transtorno na Constituição Psíquica: seus efeitos no corpo e no processo de alfabetização*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUCSP.
- _____. (2007). *Adolescentes Estados-limite – a instituição como aprendiz de historiador*. São Paulo: Escuta.

When thought leaks into motricity

Abstract Some difficulties in learning are not related to neurological problems, to mental deficiency, to neurosis or psychosis. To investigate them, the author of this paper – an experienced child therapist – searches support in Sílvia Bleichmar’s metapsychological schemes of the early constitution of the mind. In this phase, the psychical apparatus is not yet able to produce symptoms in the classical, Freudian sense. In Bleichmar’s opinion, this condition must be described as generating a *disturbance*. The paper also examines Ricardo Rodolfo’s concepts of “body-tube” and “narcissic companion” and their implications for the school life of the child.

Keywords disturbance; symptom; transference; difficulties in learning; hyperactivity; DAHT.

Texto recebido: 04/2011

Aprovado: 05/2011

Do infanticídio à função materna*

Vera Iaconelli

Vera Iaconelli é psicanalista, mestre e doutoranda em Psicologia pela USP, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, coordenadora do Instituto Gerar de Psicologia Perinatal.

Resumo No presente trabalho busca-se discutir as variáveis envolvidas na compreensão de uma situação clínica extrema, na qual uma adolescente tem seu bebê em segredo e o deixa no lixo do hospital. Pretende-se, com este fragmento clínico, articular as condições psíquicas de atribuição de humanidade ao bebê por sua mãe, as condições sociais nas quais estas se inserem e o lugar do discurso psicanalítico no trabalho clínico com mães e bebês.

Palavras-chave infanticídio; aborto; psicanálise com mães e bebês; desamparo; cultura.

Gravidez e maternidade na espécie humana são fatos, a princípio, dissociáveis. Gravidez entendida como evento biológico e maternidade como a construção psíquica que pode ou não estar ligada ao orgânico. É a partir desta não coincidência exata que podemos ter as adoções, nas quais o desejo de ser mãe supera as impossibilidades biológicas, ou a situação inversa, de alguns tipos de abandono motivados pela absoluta falta de investimento psíquico na maternidade¹. Basta abrirmos o jornal para constatar que nascem mais filhotes humanos do que mães. Joga-se o fruto da concepção no lixo, na lagoa, debaixo da terra, num banheiro público...

Para além das situações em que tudo acaba bem, temos uma frequência alarmante de casos cujo resultado é catastrófico no que tange à relação mulher e filho, com efeitos sobre o desenvolvimento psicossomático da criança, sobre o psiquismo da mãe e com repercussões sociais. Podemos reconhecer estes casos na clínica perinatal ou lidar com seus efeitos na análise de pacientes adultos, por vezes, revelando o aspecto transgeracional neles implicado.

Um caso clínico

Uma jovem que tomou medicação para abortar no sétimo mês da gestação, que teve seu filho no banheiro do hospital e o deixou no lixo, diz: “Fiz um aborto”.

Ela provocou um parto, mas ao ouvi-la² entendemos que aqui ela está se referindo a este momento em que o corpo do

* Trabalho apresentado no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, Niterói, set. 2008.

1 M. A. P. Motta, *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*.

2 Caso atendido na Clínica Social do Instituto Gerar de Psicologia Perinatal. A paciente foi encaminhada pela tia, que já ouvira falar do serviço de atendimento psicológico oferecido nessa instituição. A jovem chegou à clínica quatro dias após o parto.



*uma adolescente que não
desejava ser mãe, mas que, ao mesmo
tempo, desejava se impor perante
os pais como adulta, engravida
em um país onde a interrupção
da gravidez é proibida, mas nem por
isso deixa de ser realizada de forma
alarmantemente perigosa*

66

PERCURSO 46 : junho de 2011

bebê é apenas uma parte sua da qual ela pode dar cabo, pois não lhe parece ter existência própria. Ela olha o bebê e se espanta que esteja formado, perfeito, grande. Diz que imaginava que os bebês só se formassem após o sétimo mês³. Não acredita que esteja vivo, pois não abre os olhos, não infla o peito, o cordão umbilical ainda ligado à placenta. Olha, observa, examina demoradamente o filhote humano que foi capaz de conceber. Deixa-o no lixo, cobre com papel. Vai embora.

Estamos diante de uma ação complexa por parte da moça. Uma adolescente que não desejava ser mãe, mas que, ao mesmo tempo, desejava se impor perante os pais como adulta, engravida em um país onde a interrupção da gravidez é proibida, mas nem por isso deixa de ser realizada de forma alarmantemente perigosa. Uma jovem cujos pais não podem sequer imaginar que a filha não é mais virgem e que demonstra uma profunda ambivalência quanto a saber se seria capaz de *fazer um bebê* deixa as providências para o aborto se estenderem até se tornar um parto de um bebê capaz de sobreviver fora do útero.

A intervenção foi imediata: família, maternidade, profissionais de saúde todos foram ágeis diante da comoção que se seguiu à descoberta

do bebê. Como num conto de Clarice Lispector⁴ somos obrigados a ver, junto com este olhar sem anteparo, as entranhas de uma barata ancestral. Para acompanhá-la em seu olhar mortífero somos obrigados a experimentar da massa branca de que é feito o interior do inseto.

O bebê sobreviveu. Foi recebido na UTI neonatal com grande empenho da enfermagem. É essa equipe que irá oferecer uma primeira visão humanizante à criança e é dentro desse grupo que a função materna será exercida inicialmente.

Temem deixar o bebê sozinho com a mãe – ela o visita e coleta leite desde o primeiro dia. Cuidam bem essas mães-enfermeiras em sua função de prótese! Temem pelo bebê diante da violência dessa mãe. Só não sabem que não há ódio, nem depressão, nem loucura como veremos mais adiante. *Ainda não há nada. E é isso que é assustador.* Faz-se necessário conversar com a enfermeira chefe da equipe da UTI neonatal da maternidade, antes da intervenção junto à criança, para que possa desabafar sua indignação e descrever exaustivamente a cena da chegada da criança à UTI em condições lastimáveis. Ela conta em detalhes como foi difícil limpar o bebê, com sua pele frágil de prematuro de sete meses, dos resíduos do lixo. Nosso trabalho não será muito diferente do dela ao tentarmos separar este bebê da criança-dejeto-lixo com a qual a mãe depara no nascimento.

É preciso tentar assegurar transferencialmente que a suposta *loucura* da paciente – diagnóstico que o entorno supõe em resposta à angústia de se lidar com tal cena – está sob nosso cuidado, ou seja, que a loucura da mãe está sob nosso controle, de forma que a equipe possa fazer uma aposta nela⁵. Como boas mães salomônicas, as enfermeiras da equipe preferem um bebê inteiro a disputá-lo com aquela que reivindica a maternidade de direito, sem ainda tê-la provado de fato.

Passam a se ocupar solidariamente de ambos, mãe e bebê.

Vamos juntas à maternidade. Desde o nascimento, há seis dias, é a primeira vez que a jovem

encontra a filha de olhos abertos pois, apesar de visitá-la diariamente, a criança nunca estava acordada nestes momentos. Sugiro que contemos a ela o que houve. A mãe pede que eu o faça. Não omito nada, da gravidez ao abandono. O bebê chora e se agita, o oxímetro desencanaixa, o som do aparelho completa a cena com grande alarido. Digo que ela nasceu antes que sua mãe pudesse vê-la, que o bebê nasceu antes da mãe, mas que agora ambos podem se ver. O bebê dorme.

A jovem irá a júri popular acusada de tentativa de infanticídio. Pode ser presa, perder o poder familiar, pode talvez ser absolvida. Falamos sobre isso na sessão seguinte. Ela reconhece o medo da situação legal, mas reafirmamos a legitimidade da ação penal, com a qual concorda.

Na próxima visita à maternidade contamos diante do bebê que há uma lei acima de nós que não permite que façamos coisas erradas uns com os outros, que sua mãe lhe fez algo terrível e que responderá por isso. O bebê olha cada vez mais atentamente, tem um progresso espantoso, em vinte e cinco dias já estará fora da incubadora. Em mais uma semana mamará no peito. Recusa o leite industrializado. A mãe me conta que as enfermeiras perceberam que o bebê sentiu sua falta e chorou com a sua saída, só se acalmou *quando uma atendente parecida com ela se aproximou*. Esta atribuição de reconhecimento, de desejos e caprichos ao bebê, esta torcida pelo enamoramento que surge espontaneamente na

- 3 Nada indica que houvesse falta de informação sobre o desenvolvimento dos bebês, tendo a paciente acompanhado várias gestações na família. Essa ignorância sobre a *formação dos bebês* pressupõe o retorno das teorias sexuais infantis.
- 4 A releitura do livro *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector, nos foi recomendada por Mario Eduardo Costa Pereira em supervisão, e se mostrou uma indicação inestimável.
- 5 Não havia qualquer obrigatoriedade de esta mãe vir a se tornar mãe *de fato* deste bebê, podendo surgir outras soluções, como a entrega aos avós. Consideramos que o grau de ambivalência de nossa paciente em relação a essa gestação deu margem a que a tentativa de aborto fosse, na realidade, a consecução de um parto. Sua gestação foi uma atuação do desejo, comum nas gravidezes de adolescentes, de buscar reconhecimento de que ela havia acedido à condição de mulher – pela capacidade de procriar – superando assim sua própria mãe. Atuação que não sustenta, pois ela mesma não conseguiu se reconhecer tendo um bebê. No entanto, é dessa profunda ambivalência que surge, *a posteriori*, seu desejo de tornar-se mãe.

»
*a mãe me conta
que as enfermeiras perceberam
que o bebê sentiu sua falta
e chorou com a sua saída,
só se acalmou quando uma
atendente parecida
com ela se aproximou*

equipe é a própria atribuição de função materna feita à jovem pelo entorno. Apoiam-na em seus momentos de fraqueza, cansaço e arrependimento. Elogiam sua dedicação. Contêm as recriminações que expressavam inicialmente ao ato da mãe. Em trinta e cinco dias a criança estará na casa com a mãe e os avós, que têm a guarda provisória da criança.

Trabalhamos, antes de tudo, com o estancamento da ferida que se faz no laço social: instituição que acolhe, familiares, amigos, mídia. Neste sentido, tivemos muita sorte: a equipe da maternidade foi exemplar em sua capacidade de absorver a cena traumática que se abateu sobre todos ao receberem o bebê e a mãe. Também os familiares, em seu desespero, buscaram todas as formas legais de manter a bebê como parte integrante da família, lidando com a justiça e procurando o serviço psicológico imediatamente. Sorte em relação à mídia, que pôde ser afastada pela direção do hospital.

Não sabemos a quem a lei outorgará o poder familiar, mas podemos trabalhar com a esperança de que algum dia mãe e filha se olhem como dois seres humanos, talvez, com sorte, se perdoem. Perdão da filha por ter sido vista em sua



*diante da tentação
de criar a filha como irmãzinha,
a paciente impõe a presença
do pai legítimo. Este se mostra
receptivo a conhecer
a filha a quem pretende
dar seu sobrenome*

68

PERCURSO 46 : junho de 2011

condição pré-humana e tratada como tal, perdão da mãe por ter que dar conta do desejo imperioso de viver que a filha lhe impôs. Tema sobre o qual conversamos na presença de ambas.

Quando a chefe da enfermagem propõe um nome para a criança, de forma um tanto autoritária, a paciente o recusa, por ser muito parecido com o da sua irmã recém-nascida e escolhe, ela mesma, o nome para a filha. Assim, afirma um processo de emancipação junto à maternidade, de reivindicação de direito junto à filha e de nomeação.

Desde o nascimento, a paciente fala sobre o pai da criança, um homem casado de quem espera o reconhecimento da paternidade da filha. Os avós são contrários a qualquer aproximação, mas respeitam o direito paterno, desde que feito o exame de DNA. Diante da tentação de criar a filha como irmãzinha, a paciente impõe a presença do pai legítimo. Este se mostra receptivo a conhecer a filha a quem pretende dar seu sobrenome. Desta forma, a mãe afasta possíveis indícios de uso onipotente da gestação como sendo autoengendrada, institui o reconhecimento da paternidade, revelando a qualidade do recalque em relação às fantasias edípicas (ter um filho com o próprio

pai) e marca o corte que afasta a suspeita de um risco de psicose para a filha. A maior preocupação, em termos de prognóstico, tem sido em relação à possibilidade de construção de um *contrato narcisista*⁶ no qual a criança possa se inserir elaborando a questão da origem para além do estigma *da criança do lixo*. Até o momento, passado um ano e meio, a ligação entre mãe e filha se revela amorosamente investida, com reconhecimento dos papéis de cada uma.

Relação triangular, relação unilateral e relação primordial

O bebê só existe, a princípio, enquanto sentido atribuído. Sem o olhar do outro, é apenas conceito, massa orgânica, subjetividade potencial, ou seja, um ser com competências para estabelecer contato que, quando não encontram resposta, desaparecem rapidamente. Não havendo outro, no sentido de semelhante humano e humanizante, não há como ele aceder à condição de sujeito. Tema repetido à exaustão nos estudos sobre a constituição do sujeito.

Mas qual o fundo sobre o qual deverá incidir a antecipação de sujeito realizada pela mãe/ambiente? O que se descortina quando esta ação específica não está presente?

Reconhecemos este fundo como um espaço original do inumano, aquém das atribuições maternas, até mesmo das mais patológicas. Algo que antecede a deposição de atributos. Um olhar que não chega a instituir humanidade no bebê e que é capaz de vê-lo como massa orgânica, como pura estrutura biológica, que de fato ele é. Um olhar que lhe recusa a potencialidade e, com isso, impede sua atualização, pois que esta é fruto de uma alucinação antecipatória. Nem antecipação de sujeito, nem atribuição de parte de si mesmo, apenas um olhar para o orgânico, sem anteparo. Nesta condição o bebê pode ser visto como embrião ou recém-nascido, passível de vingar ou perecer, tecido biológico do qual se pode dispor segundo o desejo do sujeito que o gera.

Como vemos tão bem descrito por Aulagnier sobre o impedimento da mãe do psicótico: “Parece existir um tipo de impossibilidade para qualquer representação imaginária da criança que virá: a relação parece dar-se entre a mãe e essa massa no interior de si mesma, uma espécie de enchimento corporal, de órgão acrescentado que, nela e graças a ela, se desenvolve. Poder-se-ia dizer que, nesta primeira etapa, esse tipo de mulher é a única que tem uma relação com a criança real enquanto embrião”⁷.

No entanto, a questão de que tratamos no presente trabalho é justamente a da necessidade de se reconhecer que este olhar não é em si patológico, pois não surge apenas na mãe iatrogênica. O *olhar primordial*, como aqui o denominaremos, pode prevalecer mesmo fora da patologia. Ele será reconhecido como lícito ou ilícito segundo complexas regras sociais que vão mudando ao longo da história e num mesmo período histórico em diferentes contextos culturais e econômicos. Esta faceta não costuma ser contemplada devido ao tênue limite que apresenta com a patologia.

Esta percepção anterior à projeção de um bebê imaginário sobre o bebê real é que permite que uma mulher, com plena consciência e direito, opte por interromper uma gravidez, visto que para ela, naquela gestação específica, não há *bebê*, só *concepto*, não importando em que fase gestacional se encontre. É a situação que legitima o infanticídio em algumas culturas indígenas e algumas manipulações embrionárias realizadas pela tecnologia médica, e que é recalcada quando sobre o *concepto* ou recém-nascido “se despeja a libido materna”⁸.

O que está em jogo na relação da mãe do psicótico com seu filho não é apenas a permanência deste olhar primitivo, mas seu uso a serviço da fantasia onipotente e, principalmente, a necessidade de fazer “do corpo da criança o es-

»
*a projeção sobre o bebê
é a condição tanto para
a constituição do sujeito,
quanto para desenvolvimentos
patológicos*

cudo que acolhe e fixa qualquer erupção de um recalcado mal contido”⁹.

Apontamos, então, para dois posicionamentos possíveis diante do embrião: vê-lo em sua condição de embrião ou projetar sobre ele algo do psiquismo da mãe. A projeção sobre o bebê é a condição tanto para a constituição do sujeito, quanto para desenvolvimentos patológicos, pois não há garantia de que essa mulher vá desejar este bebê a quem ela reconhece como igual. Neste caso, o bebê não se identifica suficientemente com o bebê imaginário e permanece postergado em sua realização material, uma vez que para o inconsciente a representação dos bebês-fezes é imorredoura. Como nos diz Sophie de Mijolla-Mellor: “Para o inconsciente, ela (a criança) não é uma pessoa potencial, mas já bem real, herdeira dos desejos que datam da infância e portadora do traço daqueles de quem os próprios pais foram objetos em seu tempo e assim por diante, remontando as gerações. *Todavia, este espaço potencial reservado, à espera de realização, sofre também uma mutação quando lhe é enfim permitido abraçar a realidade fisiológica de um embrião iniciante.* O desejo por um filho, então, à medida que visa também a uma criança real que vai nascer, contém o obscuro

6 P. Aulagnier, *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*, p. 146-154.

7 P. Aulagnier, *Um intérprete em busca de sentido II*, p. 18.

8 P. Aulagnier, *op. cit.*, p. 14.

9 P. Aulagnier, *op. cit.*, p. 17.



*haverá, portanto, a mãe,
o bebê e o espaço necessário
entre ambos, ocupado pelo pai,
pela cultura..., uma vez
que a mãe já tem reconhecido
em si o terceiro da relação
desde antes da concepção*

70

PERCURSO 46 : junho de 2011

saber de que ela será um outro, imprevisível, talvez decepcionante”¹⁰.

Havendo por parte da mulher um olhar humanizante sobre seu filho, podemos distinguir, *grosso modo*, duas formas básicas de se lidar com a cria humana, cada qual tendo em si mesma um universo a ser explorado.

Na primeira forma, havendo recalque suficientemente bom, mãe e bebê podem partilhar uma existência que vai se desdobrando no sentido da separação e da autonomia, com as diferentes etapas a serem percorridas até que possam entrar em bom acordo mútuo; poderíamos chamar essa forma de uma *relação* desde sempre *triangular*. Haverá, portanto, a mãe, o bebê (percebido a cada etapa do *desenvolvimento do papel de mãe* como um outro singular) e o espaço necessário entre ambos, ocupado pelo pai, pela cultura..., uma vez que a mãe já tem reconhecido em si o terceiro da relação desde antes da concepção. Esta marca da existência do terceiro permite que a mãe suporte a castração vivida por ter de reconhecer, com o nascimento, que o bebê é um outro sujeito inédito. Aulagnier cunha o termo *corpo imaginado*, para nos falar desta representação que a gestante deposita no embrião:

[...] o início da gravidez coincide com, ou acentua, a instauração de uma relação imaginária na qual o sujeito criança *não é representado pelo que é na realidade, um embrião em vias de desenvolvimento*, mas por aquilo que chamei alhures de corpo imaginado, ou seja, um corpo já completo e unificado, dotado de todos os atributos necessários para isso.¹¹

Por outro lado, temos a *relação unilateral*, aquela em que o recalque não consegue conter a projeção maciça dos objetos internos da mãe sobre o bebê. Unilateral, pois o jogo de forças psíquicas pende para o lado da mãe que acaba por soterrar o psiquismo do bebê. Neste grupo temos um leque enorme de configurações patológicas, que não serão aqui discriminadas. Uma delas, porém, merece ser mencionada, o sintoma psicossomático, como recurso do bebê para se fazer ouvir, pois este *a mais* da mãe não deixa espaço para que reivindique sua diferença. Trata-se da prevalência do bebê recalçado sobre o bebê real, da prevalência da fantasia fálica de completude sobre o bebê real, que obriga o bebê a buscar saída nas somatizações.

Uma mãe diz: “O que este ‘cara’ quer de mim? Mamar!!! Chega! Eu não o quero.” Para ela existe “um cara”, um alguém na figura do bebê. Uma carga de ódio se desloca para o bebê, mas ainda se supõe que este bebê encarna um outro digno de ser odiado. Alguém que lhe demanda algo que ela não pode atender. Ódio de um objeto interno projetado no bebê. Tanto na *relação unilateral* como na *relação triangular a mãe vê um a mais*. Como Aulagnier bem descreve:

A fecundidade dessa imagem (do corpo imaginado) é tal que, nos primeiros tempos da vida, vêmo-la superpor-se à criança: não há necessidade de lembrarmos o tipo de *cegueira* com a qual toda mulher se inclina sobre seu recém-nascido, as semelhanças que descobre nele imediatamente, os traços de caráter que acredita reconhecer nele.¹²

A reflexão sobre o caso da jovem que deixa o bebê no lixo nos leva a descrever a terceira relação, que entendemos como *relação com o inumano* ou

com o humano potencial não realizável, a qual chamamos de *relação primordial*, caso sobre o qual nos debruçamos aqui e que pode nos abrir um leque surpreendente de derivações quanto aos aspectos psicopatológicos. Surpreendente porque relacionado com um *desde sempre lá*, que subjaz às outras formas de relação, *da mais saudável à mais patológica*.

A situação na qual a parturiente olha o bebê em sua forma original, em sua forma inumana, é aquela da qual partem todas as outras situações, das mais normais às mais patológicas, mas que é imediatamente recalçada. Percepção *do que está lá para não ser visto*, mas que está lá antes de tudo. Este nos parece ser o desamparo *anterior* a qualquer reconhecimento de que nascemos biologicamente dependentes e frágeis.

Este primeiríssimo olhar, que a mãe adoecida pela *preocupação materna primária* capitula e recalca, permanece, nestes casos. Este olhar sobre a nossa inumanidade primeira, original, da qual com sorte emergiremos para nos tornarmos um bebê, é o olhar do absoluto desamparo. Desamparo na nossa condição de seres vivos, antes de, uma vez na condição de bebê, experimentarmos que nossa subsistência depende da boa vontade de um outro. Antes disso existe um limbo do qual só a função materna pode nos salvar. Antes do desamparo diante das próprias necessidades a serem satisfeitas, há o desamparo do não reconhecimento como humano. Olhar cuja legitimação depende das deliberações socioculturais.

Entendemos que a preocupação materna primária tem por função, entre outras, mas primordialmente, a partir da regressão e seu caráter alucinatório, obliterar esta percepção. No entanto, este material pode aparecer, paradoxalmente, fora do âmbito da patologia, quando uma mulher decide legitimamente interromper uma gestação que não deseja. De forma semelhante, a violência da cena de tentativa de infanticídio, vista sob a perspectiva da *relação primordial*, do olhar sobre

»
*entendemos que a preocupação
materna primária tem
por função, entre outras,
mas primordialmente, a partir
da regressão e seu caráter
alucinatório, obliterar
esta percepção*

o inumano, nos remete ao avesso da constituição do olhar parental sobre a cria humana, ou melhor, para o fundo sobre o qual ele se apoia, e nos obriga a refletir sobre a atribuição de sentido ao bebê, que, como toda função da subjetividade está, necessariamente, referida à cultura e à história.

Mas estas relações não são estanques, são passíveis de mudar no sentido do primordial para o triangular, sendo a pré-condição psíquica necessária para que este deslizamento ocorra, a capacidade da mulher para estabelecer uma relação entre embrião/recém-nascido e *corpo imaginado* e, no momento oportuno, deixar emergir o bebê real. Há uma *dança das cadeiras* entres estes bebês, que exige considerável capacidade psíquica da mãe para investir, desinvestir e reinvestir sua libido num objeto ora externo, ora interno, mas que nunca deixará de ter uma conexão com investimentos em objetos inconscientes primitivos.

A face mortífera da *relação primordial* é reconhecível nas mães de psicóticos. Nestes casos, temos uma permanência de um olhar sobre o embrião e, *ao mesmo tempo, uma deposição maciça de conteúdos psicóticos latentes da própria mãe sobre a criança*. A relação psicotizante descrita

10 S. Mijolla-Mellor, "Monta-se uma criança" (grifo nosso).

11 P. Aulagnier, *Um intérprete...*, p. 13-14 (grifo nosso).

12 P. Aulagnier, *op. cit.*, p. 14 (grifo nosso).



*uma vez que o aborto,
mesmo quando permitido,
é fortemente combatido no âmbito
social, fica difícil acreditar
que toda mulher que leva a gestação
à frente o faz por desejo de ser
mãe e que possa verdadeiramente
identificar-se com este papel*

72

PERCURSO 46 : junho de 2011

por Aulagnier tem este caráter híbrido, pois se compõe do olhar primordial e da deposição da psicose latente da mãe, simultaneamente:

Além do mais, é possível e provável que o filho seja, nesse caso, ao mesmo tempo fator desencadeante de uma brusca descompensação ao nível das defesas [...] e, de outro lado, aquilo que lhes permite colmatar esta mesma brecha. [...] É certo que ser mãe representa para qualquer mulher uma experiência na qual ela reviverá, do modo mais surpreendente, aquilo que foi para ela sua relação primeira. Não é de se admirar que para esse tipo de mulher, em que essa relação sempre foi profundamente perturbada, a gravidez possa ser causa de um retorno maciço do recalcado, retorno que, se não acaba numa psicose, torna, todavia, psicógena sua relação com a criança.¹³

O limite entre a patologia e a saúde, entretanto, diz respeito também à possibilidade da mãe de reconhecer e formular seu desejo¹⁴ diante da gestação e de reconhecer e se posicionar diante da norma social que legisla sobre como se deve proceder diante do conceito ou do recém-nascido. Diz também respeito ao consenso cultural diante de uma *biopolítica*¹⁵ além do que

simplesmente à subjetividade materna, como se costuma atribuir, e deve-se levar em conta tais fatores sempre que se quiser discutir as relações materno-filiais. Aborto, parto anônimo, infanticídio, manipulação médica de embriões são ações submetidas à lei, mas não são consenso em absoluto, estando em constante discussão no âmbito social, legal e religioso.

Uma vez que as políticas públicas de planejamento familiar são contraditórias e pouco acessíveis¹⁶, que existe uma ampla expectativa social quanto à mulher exercer o papel de mãe ainda hoje, que a entrega em adoção é moralmente condenada¹⁷ e que o aborto, mesmo quando permitido, é fortemente combatido no âmbito social, fica difícil acreditar que toda mulher que leva a gestação à frente o faz por desejo de ser mãe e que possa verdadeiramente identificar-se com este papel.

O reconhecimento na mulher do desejo de não ser mãe, numa dada ocasião, ou de nunca vir a sê-lo, e as possibilidades de dar consequência a este desejo dependem tanto mais da ordem instaurada do que de sua subjetividade individual.

A não explicitação desta categoria de relação possível com a reprodução, a saber, *gerar um filho não desejado, sem que isso seja tomado como indicador de uma grave patologia* aparece como omissão teórica ideologicamente determinada diante do direito da mulher de dispor de seu corpo e ver reconhecido seu desejo, por um lado, e das inibições histórico-sociais que ela encontra para exercê-lo, por outro.

Conclusão

Acreditamos que, hoje, um olhar psicanalítico excessivamente voltado para uma dita clínica de bebês incorre no risco de pensar o bebê sem entorno, psicologicamente autoengendrado, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, teoriza-se à exaustão o lugar atributivo de subjetividade exercido pelos semelhantes.

Neste aspecto, reproduzimos a fala da medicina que prescinde cada vez mais da gestante para a sobrevivência orgânica do feto, tomando para

si a função uterina nas UTIS, assim como nossa legislação pensa o direito à vida do feto no útero como independente do desejo daquela que o gera, bem como muitas religiões pensam o corpo da mulher como receptáculo compulsório da vida do bebê. Também nos arriscamos, como psicanalistas, a perder o foco sobre a função atributiva de sentido pela mulher à existência do bebê. Se uma mãe opta por ter seu bebê em anonimato, como em alguns países, é porque, na nossa cultura, este tipo de arranjo é possível: o estado assume o poder familiar a partir do momento em que a mulher lhe outorga este poder. Já em outra cultura, porém, a resposta a esta mesma situação pode ser o infanticídio, igualmente aceito. O que buscamos enfatizar é que a ideia do estatuto do bebê recém-nascido é culturalmente determinada e subjetivamente atribuída, variando ao longo da história e do grupo de referência. Sendo assim, quando a psicanálise apregoa uma clínica de mães e bebês visivelmente focada nos bebês, reproduz em seu discurso a ideologia médica atual que tira a mulher do centro da questão da maternidade.

Muitas são as razões para que o *contrato narcisista*, que pode fornecer condições de pertencimento de uma gestação, não funcione. Para além da subjetividade da mãe temos o seu contexto. Assim como as bonecas russas que têm dentro de si pequenas bonecas umas dentro das outras, assim também o bebê é o elo final de uma cadeia de sobreposições, das quais a mulher é o penúltimo elo, e, se a relação destas peças finais (mãe-bebê) falha, podemos afirmar que a estrutura da qual faz parte também falhou primariamente. Neste sentido pensamos a função materna como grupal¹⁸.

13 P. Aulagnier, *op. cit.*, p. 17 (grifo nosso).

14 A mãe do psicótico, que tem na gestação a ameaça de ruptura de um frágil dique psíquico, não pode se haver plenamente com esta escolha, por sua própria fragilidade e pela necessidade de usar o filho como depositário da sua loucura latente.

15 M. Foucault, *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, p. 147-158.

16 E. A. C. Coelho *et al.*, "O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas de saúde: determinantes históricos".

17 M. A. P. Motta, *op. cit.*

18 Entendemos, portanto, a função materna como função grupal e referida ao grupo de pertinência simbólica do bebê.

»
*é necessário o reconhecimento
do amplo espectro na qual
se inserem as relações mãe/bebê,
tendo sempre em mente
se estamos tratando de mães
e bebês ou unicamente
de mulheres e conceitos*

Por isso, a clínica com mães de bebês tem sempre um mais além da subjetividade e da transgeracionalidade, que aponta para as instituições e para a cultura onde está inserida.

É necessário o reconhecimento do amplo espectro na qual se inserem as relações mãe/bebê, tendo sempre em mente se estamos tratando de mães e bebês ou unicamente de mulheres e conceitos. O bebê da fantasia é imorredouro no inconsciente, no entanto, na clínica nem sempre há relação entre estes conteúdos e a materialidade da gestação e do bebê real. Se por um lado tendemos a pensar este desencontro como algo da patologia a ser tratado em psicanálise, por outro temos de reconhecer que é dele que surge a possibilidade de liberdade de escolha da mulher diante da procriação, cujas mazelas, por vezes decorrentes de seu cerceamento legal ou moral, a clínica nos apresenta diariamente.

Referências bibliográficas

- Aulagnier P. (1979). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago. p. 146-154.
- _____. (1990). *Um intérprete em busca de sentido II*. São Paulo: Escuta, p. 11-33.
- Coelho E. A. C. et al. (2000). O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas de saúde: determinantes históricos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 34, n. 1, p. 37-44, mar.
- Foucault M. (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. p. 147-158.
- Lispector, C. (1998). *A paixão segundo G. H.* Rio de Janeiro: Rocco.
- Mijolla-Mellor, S. (2004). Monta-se uma criança. *Revista Psicanálise e Universidade*, n. 21, p. 17-29, set.
- Motta, M. A. P. (2001). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez.
- Winnicott, D. (2000). A preocupação materna primária. In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. p. 399-405.

From infanticide to the mother-function

Abstract The text discusses an extreme clinical situation, that of a teenager who secretly gives birth to a child and abandons the baby in the hospital garbage bin. There aspects are selected for examination; the psychic conditions under which a mother attributes humanity to her baby, the social conditions in which this process occurs, and the role of psychoanalytical discourse in the clinical work with mothers and babies.

Keywords infanticide; abortion; psychoanalysis with mothers and babies; deprivation; culture.

Texto recebido: 10/2010

Aprovado: 05/2011

Considerações sobre o complexo de Édipo

novas configurações familiares e a função paterna

Paula Regina Peron

Paula Regina Peron é psicanalista em formação no Instituto Sedes Sapientiae, doutora em Psicologia Clínica pela PUCSP.

Resumo O trabalho aborda questões relativas à atualidade das noções freudianas a respeito do mito que definiu as linhas mestras de nossa compreensão do funcionamento psíquico: o Complexo de Édipo. Estas questões são exploradas, desenhando um mapa de reconhecimento das novas complexidades familiares.

Palavras-chave Édipo; função paterna; configurações familiares atuais.

A partir da minha experiência cotidiana como psicanalista na clínica e na universidade, gostaria de abordar algumas questões relativas à atualidade das noções freudianas a respeito do famoso mito.

Freud desenvolveu ao longo de vários anos as tramas envolvidas nesta passagem fundamental dos seres humanos, e a partir delas definiu as linhas mestras de nossa compreensão do funcionamento psíquico. Obviamente estas descrições freudianas desenharam um cenário social parcialmente superado: a modernidade. Não há consenso se estamos na modernidade tardia, hipermodernidade, alta modernidade ou pós-modernidade¹, mas ninguém discorda de que as configurações familiares envolvidas na teoria freudiana sofreram modificações significativas nos últimos anos. Seriam essas modificações suficientes para concordarmos que o complexo de Édipo como pressuposto organizador das nossas leituras teórico-clínicas acerca do funcionamento psíquico estaria obsoleto? O que se escuta, de maneira geral, é que a função paterna, um dos operadores centrais do Édipo, está em declínio ou mesmo já falido na família pós-moderna. O que isto quer dizer? A família e o complexo de Édipo teriam perdido a eficácia na construção da subjetividade desejante das crianças? Estaríamos em uma sociedade tomada pela perversão e pela psicose, onde supomos falha na transmissão da função fundamental instituída na travessia edípica – a função paterna? Se sim, como poderíamos pensar as atuais travessias infantis dos sujeitos? Precisaremos sempre supor psicopatologia ou resolução edípica mal

¹ Há muito debate a este respeito e para uma discussão detalhada remeto a J. Birman, *Arquivos do mal-estar e da resistência*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p. 38. Trabalharei com a ideia de pós-modernidade para caracterizar a época atual, de crise absoluta do discurso moderno. Porém, o mais importante é sublinhar que, apesar das divergências, “as descrições apresentadas pelos diversos autores sobre a atualidade e o novo espaço social que se ordena são semelhantes”: alteridade esvaída e o outro reduzido a um objeto de gozo.



*o curso de 1990 revelou
que tamanho das famílias
foi reduzido em todas as classes
de renda. Os dados mostram
que o antes raro agora
se tornou geral*

76

PERCURSO 46 : junho de 2011

engendrada? Dedico-me nas próximas páginas a iniciar esta exploração, no intuito de desenhar um mapa de reconhecimento das complexidades envolvidas nestes questionamentos, disseminados pela comunidade psicanalítica.

A família pós-moderna

Começarei com alguns poucos dados brasileiros, tirados do censo do IBGE de 1990 (relativo à década anterior), apenas para embasar constatações que fazemos em nosso cotidiano, acerca das modificações sofridas pelo grupo familiar: houve redução da chamada família tradicional (casal com filhos) em aproximadamente 7%, e crescimento das unidades domésticas unipessoais em aproximadamente 22%; cresceram também as separações, os casamentos tardios, as famílias formadas por mulheres sem cônjuges e com filhos, os casais sem filhos, os pais (homens) com filhos. O tamanho das famílias foi reduzido em todas as classes de renda.

Os dados mostram que o antes raro agora se tornou geral. Conhecemos também novos desenhos familiares que colocam desafios para as representações éticas e jurídicas. Há famílias monoparentais, multiparentais e homoparentais, acompanhadas de novas práticas médicas no

campo da reprodução: inseminação artificial homóloga (com sêmen do próprio cônjuge ou companheiro) e heteróloga (com doação de sêmen), FIV (podendo esta ser com doação de sêmen, óvulo ou embrião), prática de útero de substituição e clonagem humana². Estas novas práticas, que a partir dos anos 1960 vêm com os progressos das tecnologias de concepção e com os direitos das mulheres, desvinculam a maternidade e a paternidade dos limites da biologia e da tradição. Este complexo cenário leva a repensar a ordem simbólica de nossas genealogias, como aponta o psicanalista Michel Tort.

Isto quer dizer que a família tradicional desapareceu? Ou que estamos caminhando para uma extinção geral da família? Ou que as relações familiares não estão mais no horizonte de desejos dos indivíduos?

Penso que aqui cabem algumas ressalvas iniciais, através dos dados trazidos pelo sociólogo sueco Goran Therborn. Ele destaca que as mudanças dos lugares sociais atribuídos aos homens e as mulheres não são globais e apontam para algumas regiões do mundo, ressaltando dois fatores: a influência de uma determinada cultura no padrão sexual, marital e familiar e as importantes diferenças nestes padrões entre uma cultura e outra. Mesmo dentro da Europa, há muita variação de comportamento relacional e sexual, e “portanto, é uma tarefa atemorizante tentar juntar tudo isto para transmitir um padrão de mudança secular global”³. As mudanças na família e no comportamento sexual foram temporalmente desiguais – com períodos de mudança discernível, períodos de nenhuma ou pouca mudança, sendo que os sistemas familiares, em suas mudanças, tenderam a preservar suas características específicas. Assim, falar em uniformidade e homogeneidade dos movimentos sociais é fundamentalmente um recorte simplificador.

Mas vamos segui-lo para pensar as mudanças. Therborn ressalta alguns marcos principais do início das grandes mudanças familiares (maiores especialmente na Europa e América do Norte):

- ✦ Erosão parcial do patriarcado, iniciado em 1910, mediante ampla reforma consensual na Escandinávia e violenta revolução na Rússia (1917). Alguns eventos sinalizam esta onda mundial contra os poderes e privilégios dos pais e maridos: nos anos 1940 e 1950, o Japão ocupado pelos EUA, a China e a Revolução Comunista, as Revoluções comunistas na Europa Oriental, a Declaração dos Direitos Humanos da ONU e 1975 – Ano Internacional da mulher.
- ✦ Instalação mundial do controle da natalidade/fecundidade.
- ✦ Declínio do casamento e aumento da idade ao casar.

Sobre o patriarcado, o autor afirma que este ainda governa a maior parte da Ásia, África e Leste Asiático. Onde pais e maridos não dominam, a ordem psicosssexual é geralmente controlada pela falocracia ou pelo poder sexual masculino assimétrico. Assim, patriarcado e a falocracia (domínio dos homens) ainda representam importantes fenômenos do século XXI e há pouca razão para crer que eles estarão em breve eliminados. Os pilares remanescentes do patriarcado, entretanto, estão sendo corroídos por redes internacionais, cultura de massa, forças da educação feminina, abertura de mercado de trabalho e políticas públicas a favor da igualdade de gêneros. O patriarcado está agora entrincheirado nas regiões pobres do mundo, e o ritmo de seu desaparecimento dependerá muito do vigor futuro do desenvolvimento econômico dessas regiões.

Estas informações implicam pelo menos relativizar nossas afirmações sobre as mudanças na família contemporânea. Mas o autor fornece ainda outras reflexões, antecipando cenários do século XXI. Para Therborn, os dados mostram que não estamos caminhando para um século de solidão. O fenômeno de “morar sozinho” está aumentando, mas é circunscrito aos países ricos e

»
a revolução sexual não foi necessariamente um assalto ao casamento e à formação de casais duradouros e sim uma afirmativa do direito ao prazer sexual

envelhecidos (no Brasil, havia 8% de pessoas morando sozinhas em 1990). Apenas na Escandinávia há mais pessoas sozinhas do que pessoas em famílias (a prosperidade geral torna isso mais amplamente possível). Viver sozinho não é uma invenção do século XX, deve aumentar, mas, segundo o autor, não conduzirá a nenhuma mudança muito fundamental, já que geralmente é uma passagem da vida do sujeito.

Em resumo, a revolução sexual não foi necessariamente um assalto ao casamento e à formação de casais duradouros e sim uma afirmativa do direito ao prazer sexual, antes do casamento, nele e fora dele. O fundamental é perceber que hoje temos um cenário de muita complexidade histórica, incluindo o não casamento, idades variáveis ao casar, coabitação informal e nascimentos extramaritais, também casal de dupla renda, casal sem filhos, filho único, casal de meia idade de ninho vazio, domicílio da pessoa sozinha idosa. Temos um painel completamente híbrido do que é a família. É bastante improvável que esta complexidade vá exclusivamente para o polo conservador ou para o polo das relações puras (como coloca Anthony Giddens). A queda do patriarcado não parece ter destruído o anseio por laços emocionais profundos, duradouros e exclusivos, mesmo que junto a uma demanda para maior autonomia individual

2 S. Perelson, “A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual”.

3 G. Therborn, *Sexo e poder – a família no mundo – 1900-2000*, p. 430.,



por mais que a família tenha mudado em seus componentes, ainda continua verdadeira a dependência, mesmo jurídica, da criança em relação aos pais, o que desenha um cenário de hierarquia e poder inevitáveis para a criança

78

PERCURSO 46 : junho de 2011

(o que nós psicanalistas vemos frequentemente nos consultórios). Ainda assim é preciso apontar que as relações pessoais e sexuais estão sujeitas ao processo de mercantilização na pós-modernidade que colide tanto com a equidade erótica quanto com o comprometimento romântico. Aqui temos um outro grupo de importantes questões que não serão abordadas neste artigo.

A função da família segundo a Psicanálise

Considerando o cenário complexo relativo aos formatos familiares, cabe questionar a essência funcional da família, segundo a Psicanálise. Caccarelli⁴ traz a ideia de que a família deve amparar duas passagens: a passagem da violência primária (Aulagnier, 1981) e da violência simbólica (Bourdieu, 2002). A criança é acolhida no mundo por alguém que faz uma função frente à prematuração psíquica patente do bebê. Esta função de prótese (Aulagnier, 1981) engendra uma violência primária, que tem relações com a ordem simbólica na qual a criança será inserida, ou seja, com a violência simbólica. Responder à função de prótese da psique do Outro, dar representações às pulsões, é uma expressão da violência primária, que conven-

cionamos chamar de função materna. Renunciar ao gozo narcísico em favor dos valores culturalizados é uma expressão da violência simbólica, que chamamos função paterna. A família teria a capacidade de suportar o sofrimento que essas duas violências impõem e, ao mesmo tempo, engendrará-las. Assim, a família é uma produção humana que transmite a lei simbólica, que caracteriza a ordem da cultura. Temos a partir disto a noção psicanalítica de que a proibição da endogamia, do incesto, permite o acontecimento de outros laços. Na exogamia, circulam pessoas, significados e palavras.

Ao mesmo tempo, temos que levar em conta que a família é também um celeiro de arbitrariedades, abusos e chantagens, enfim: “concentra o que de melhor e pior a humanidade já inventou”⁵. Qualquer apelo saudosista à família tradicional não leva isto em conta e esquece convenientemente que a própria teoria freudiana poderia ser considerada como uma resposta de reconhecimento das mazelas familiares, das quais o pai nunca deu conta⁶ (comentarei este ponto na parte final do texto).

Por outro lado, por mais que a família tenha mudado em seus componentes, ainda continua verdadeira a dependência, mesmo jurídica, da criança em relação aos pais, o que desenha um cenário de hierarquia e poder inevitáveis para a criança. A tarefa de humanização, socialização, educação, transmissão de linguagem ainda pertence aos adultos que recebem uma criança após seu nascimento. Estes adultos, que podem não ser os pais, têm a função de exigir a renúncia incestuosa e arrebanhar os infantes para os objetivos sociais, mesmo através de dispositivos não patriarcais⁷. Ainda não foi criada outra melhor alternativa para dar conta das necessidades infantis.

Geralmente pensamos a família como aquela que limita a expressão livre da agressão e da sexualidade. Ela é o lugar privilegiado dessas vivências e do estabelecimento das diferenças – entre pais e filhos, entre funções, entre os sexos e gêneros, entre o público e o privado. Para Freud, entretanto, o pai é o representante da lei no sentido de que impede a relação fu-

sionada com a mãe e a satisfação ilimitada dos impulsos – nossa parte mais pulsional. Aquela que frustra é, assim, o alvo da agressividade do infante. Tomemos como base o texto *Totem e tabu*, em cuja essência temos o seguinte mito: num tempo primitivo, os homens viviam no seio de pequenas hordas, cada qual submetida ao poder despótico de um macho que se apropriava das fêmeas. Um dia, os filhos da tribo, rebelando-se contra o pai, puseram fim ao reino da horda selvagem. Num ato de violência coletiva, mataram o pai e comeram seu cadáver. Depois do assassinato sentiram remorso, renegaram sua má ação e em seguida inventaram uma nova ordem social, instaurando a exogamia (renúncia à posse das mulheres do clã do totem) e o totemismo, baseado na proibição do assassinato do substituto do pai – o totem. O complexo de Édipo é então a expressão de dois desejos recalcados – matar o pai e o incesto, contidos nos dois tabus do totemismo. Neste aspecto, ele é ainda universal uma vez que traduz as duas grandes proibições fundadoras de todas as sociedades humanas. As duas proibições do totemismo (matar o totem e servir-se sexualmente de uma mulher pertencente ao clã do totem) coincidiam com os dois crimes do Édipo (que matou o pai e se casou com a mãe).

O mito exposto por Freud em *Totem e tabu* retrata que recalcar o desejo de incesto (de possuir a mãe) e do assassinato (do pai, do obstáculo ao incesto) é a base do direito do indivíduo à filiação simbólica, que o inscreve na rede das genealogias por meio do nome e o insere no sistema de trocas com os semelhantes. O cenário do mito freudiano mapeia com nitidez os pressupostos psicanalíticos sobre as bases e condições da cultura e civilização do passado, do presente e

»
*a função paterna é
a organizadora das relações,
o que não pode e o que pode,
e de que modo. Certamente este
papal foi durante muito tempo
prerrogativa masculina*

do futuro. Deve haver a supressão de uma figura de poder onipotente, detentora do gozo absoluto do incesto e da morte para existir obediência às leis que asseguram a linguagem – causa e efeito da cultura. Em *Totem e tabu* fica estabelecida a noção psicanalítica do pai como vetor de passagem do homem da natureza à cultura. O pai freudiano assegura as condições de produção da subjetividade.

A partir disto, temos que a função paterna é a organizadora das relações, o que não pode e o que pode, e de que modo. Certamente este papel foi durante muito tempo prerrogativa masculina. Na atualidade, vimos que isto se modificou: a mulher não é mais prisioneira da condição exclusiva de filha, mãe e esposa, e o homem também não é mais prisioneiro da condição assimétrica em relação à mulher, e ambos não são mais prisioneiros da divisão entre maternidade e erotismo. Para que esta passagem da natureza para a cultura se dê, a família faz-se necessária como uma estrutura de relações assimétricas que levem em conta as diferenças. No entanto, resta a questão: a assimetria é dada somente através da figura do pai? De qualquer forma, para seguirmos adiante, é preciso reconhecer que há uma distinção entre processos inconscientes gerais – identificação, por exemplo, e processos referentes

- 4 P. R. Ceccarelli, “Novas configurações familiares: mitos e verdades”.
- 5 M. R. Kehl, *A fratria órfã*, p. 56.
- 6 Segundo J.-D. Násio: “A teoria do Édipo é uma teoria da família e, em particular, a do declínio social da imagem paterna” e “Esse declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja com esse declínio que convenha relacionar o aparecimento da própria psicanálise”. *Édipo – o complexo do qual nenhuma criança escapa*, p. 157.
- 7 N. B. S. Miguez, *Complexo de Édipo*, p. 112.



*seria mais pertinente falar,
em vez de função materna e paterna
(que ainda remetem às figuras mãe
e pai), em campo desejante
e campo normativo, como sugere
Franklin Goldgrub*

80

PERCURSO 46 : junho de 2011

a formas históricas particulares de dispositivos sociais.

Pensemos, a seguir, nas funções paterna e fraterna.

Declínio da função paterna e ascensão da função fraterna

A partir de agora, assumo a premissa de que as mudanças dos lugares sociais atribuídos aos homens e às mulheres não significam necessariamente declínio da função paterna. Lugar do pai e função paterna não são a mesma coisa. É inequívoca a importância do diferente exercício das funções materna e paterna, geralmente ligado, mas não necessariamente exclusivo, ao sexo biológico. Então, seria mais pertinente falar, em vez de função materna e paterna (que ainda remetem às figuras mãe e pai), em campo desejante e campo normativo, como sugere Franklin Goldgrub. Ele também afirma que a criança irá perceber, independentemente das peculiaridades de sua vida familiar, a existência de diversos tipos de relacionamento – signos e discursos da existência dos gêneros – e para isto não fará qualquer diferença que a vivência infantil tenha por palco uma família heteros-

sexual, homossexual, ou que aconteça em uma instituição. É através da linguagem que a função paterna é instalada, a linguagem dá vigência à interdição e à castração.

Se for verdade que temos um declínio da função da interdição e uma crise de referenciais simbólicos (e não a primeira!), a partir de certas condições sociais, isto não pode ser atribuído necessariamente a ausência ou presença de um pai-homem na família que gera uma criança. Um homem ausente na função de pai também não significa que as mulheres não sejam alvo de forças sociais restritivas e regulatórias de suas relações com os filhos (por exemplo, a obrigatoriedade da instrução pública). Por outro lado, é viável pensar que em uma sociedade onde há a obrigação de gozar, nossa sociedade de consumo, a interdição é menos operante? Sobre o que não há dúvida é que a ideia de falta está muito presente em tal sociedade, mesmo que junto a ela sejamos levados a aderir a um imaginário de que consumindo chegaremos finalmente ao Éden. Gozar segundo as leis do mercado não parece um chamado verdadeiro à liberdade – trata-se de um imperativo, uma obrigação.

Alguns autores fazem equivaler o declínio do lugar do pai ao declínio da função paterna, como Jurandir Freire Costa. Este autor, no entanto, chega ao mesmo raciocínio que estou retomando aqui: que não podemos derivar deste suposto declínio “o caos, o gozo tranquilo das montagens perversas ou, o que é mais trágico, as psicoses”. Para ele, a noção de função paterna foi superestimada pela posteridade freudiana.

Vejamos outro exemplo do discurso psicanalítico sobre a função do pai. Tomarei como base, por indicação do texto de Simone Perelson, o livro de Joel Dor – *O pai e sua função em psicanálise*. Para Dor: “nenhuma outra saída é proposta ao ser falante a não ser curvar-se ao que lhe é imposto por essa função simbólica paterna que o assujeita numa sexualização”⁸. Este pai simbólico transmite a lei da proibição do incesto, ocupando o lugar de um terceiro na lógica da estrutura, a quem é atribuído imaginariamente

pela criança o objeto fálico, suposto objeto do desejo da mãe.

Basta que um terceiro, mediador do desejo da mãe e do filho, sustente esse lugar ou seja colocado nele pelo discurso da mãe, indicando que o desejo da mãe se encontra ou se encontrou a ele referido. Em outras palavras, o estatuto do pai é de referente, podendo ser da ordem de um significante – o Nome-do-Pai – cuja função simbólica é sustentada pela atribuição do objeto imaginário fálico. Entretanto, o autor ressalta que uma diferença sexual real precisa estar presente com relação ao sexo da mãe: “Certamente, basta que o significante Nome-do-Pai seja convocado pelo discurso materno para que a função mediadora do Pai simbólico seja estruturante. Mas é necessário ainda que este significante Nome-do-Pai seja explicitamente, e sem ambiguidades, referido à existência de um terceiro, marcado em sua diferença sexual relativamente ao protagonista que se apresenta como mãe. É só nessas condições que, na ausência do pai real, o significante Nome-do-Pai pode ter todo o seu alcance simbólico” (p. 58), ou seja, o sexo da mãe precisaria ser confrontado a um sexo diferente. Mas isto significa então o real da diferença anatômica entre os sexos, ou presença ou ausência do pênis, e não a confrontação com *diferenças*. Resta verificar na clínica se é possível que uma criança não veja nunca a diferença anatômica somente pela ausência do pai, ou se, inequivocamente, duas mulheres ou dois homens terão filhos psicóticos. Acho pouco provável que a definição se dê por este caminho. Este pensamento catastrófico que se esquece da ausência de naturalidade da função paterna é duramente criticado por Michel Tort, que aponta o alinhamento da psicanálise com a seguinte suposta verdade: “fora do Pai, é a loucura!”⁹ e assim somente o pai poderia transmitir a ordem simbólica. Tort afirma que “a tentação principal é considerar a afirmação da natureza simbólica

8 J. Dor, *O pai e sua função em psicanálise*, p. 14.

9 M. Tort, *op. cit.*

10 M. Tort, *O desejo frio*, p. 53.

11 N. B. S. Miguelez, *op. cit.*, p. 116.

»
*a outra possibilidade
que se apresenta aqui a nós
é pensarmos a instituição
da função paterna pela
fragmentação e multiplicação
de seus agentes*

do parentesco, da interdição do incesto, das diferenças de sexo e geração, que são com efeito dados universais, como solidárias da prevalência do pai e da dominação masculina, que são formas de relações históricas destinadas a desaparecer e que já entraram em declínio”¹⁰.

A outra possibilidade que se apresenta aqui a nós é pensarmos a instituição da função paterna pela fragmentação e multiplicação de seus agentes. A figura do terceiro termo perde a sua unidade; ela se fragmenta e se multiplica. Não há mais o Nome-do-Pai, e sim os nomes-do-pai: “No lugar de um pai principal e centralizador (encarnação do mito, a crença, o senso comum, os costumes), poderíamos ter uma multiplicidade deles. Talvez seja abusivo falar de “Nomes do Pai” para esses modos de sujeição e seria útil inventar-lhes nova denominação”¹¹.

Felizmente, temos ainda outra saída teórica para pensar o que se dá para além da função paterna. Jurandir Freire Costa, citado acima, aponta outra importante função participativa na construção dos sujeitos atuais: a função fraterna, que seria um princípio, entre outros, orientador de formas de vida particulares. Maria Rita Kehl, em seu trabalho de teorização sobre a questão, afirma a necessidade de “examinar os outros modos de operação da relação do sujeito com os seme-



*a função do irmão
na constituição do sujeito
pode ser pensada, seguindo Lacan
como um duplo que vem ameaçar
e desestabilizar a identidade
imaginária da criança em relação
à sua imagem no espelho*

82

PERCURSO 46 : junho de 2011

lhantes, presentes no nosso cotidiano mas cujo entendimento fica obscurecido pela nossa adesão à palavra forte, patriarcal, do fundador da psicanálise” (p. 32). Para ela, o pacto instituído entre os irmãos da antiga horda, que gerou o tabu do incesto, é a função paterna, mas fazer operar a função paterna é tarefa da fratria, ou seja, o pai simbólico está encarnado em renúncias voluntariamente aceitas pelos irmãos. A lei estabelecida pelo acordo entre os irmãos, diz a autora, exige a renúncia de algumas satisfações pulsionais, como condição para se pertencer à coletividade e se beneficiar das vantagens asseguradas pelo pacto civilizatório. A transmissão da lei é feita através do pai real, mas também através das diversas autoridades que podem substituí-lo (p. 35). Assim, podemos pensar as diversas regulações sociais como veículos de transmissão da função paterna.

A função do irmão na constituição do sujeito, para além da rivalidade edípica, pode ser pensada, seguindo Lacan e a ideia de complexo fraterno, como um duplo que vem ameaçar e desestabilizar a identidade imaginária da criança em relação à sua imagem no espelho: “o irmão força o rompimento da prisão especular daquele que até então se via como idêntico a si mesmo – como objeto do desejo materno ou como sujeito identificado ao traço instituído pelo nome do

pai” (p. 36), ou seja, a função fraterna permite a quebra da ilusão identitária, produzindo um campo horizontal de identificações para o sujeito, secundárias em relação à identificação como o ideal representado pelo pai, mas ainda assim essenciais pela diversificação que possibilita aos destinos pulsionais. Kehl considera que a função fraterna não substitui a função paterna, que opera para fundar o sujeito desejante, e pode não operar quando esta última falha. Ainda assim, a fratria participa da constituição da função paterna, faz suplência a ela e possibilita separar a lei da autoridade do pai real. Permite assim o início de uma nova série de campos de circulação libidinal que projeta os sujeitos para fora do triângulo edípico.

Para Joel Birman, que também teoriza sobre a função fraterna¹² e nos convoca a repensar suas representações no campo psicanalítico, diante do desamparo frente ao declínio do pai, há basicamente dois destinos possíveis – o da servidão voluntária, ou seja, colocar-se para o gozo alheio de maneira masoquista, renunciando ao desejo e à liberdade, ou a feminilidade – assunção da castração, da incompletude e da precariedade, e fazer uso dos recursos da sublimação e do erotismo nos pactos fraternos.

O autor considera que Freud tentou salvar a figura do pai ao afirmar que este não poderia ser o sedutor perverso do infante, no abandono da teoria traumática das neuroses. Desta maneira, Freud teria forjado um adulto protetor, mas foi obrigado a abandonar esta visão na virada teórico-clínica dos anos 1920, ao reconhecer a dimensão traumática da existência humana e das experiências do sujeito, cercado portanto de um pai faltante, que falha em proteger a criança, em seu papel de articulador da fissura entre a força da pulsão e o circuito pulsional constituído. Para Birman, a morte do pai teve entrada na psicanálise a partir dos textos sobre a cultura. Num discurso primeiramente dominado pela pregnância da sexualidade, Freud nos lançou na morte e apontou a derrocada moderna definitiva do poder absoluto e monárquico, que teve na decapi-

tação do rei no contexto da Revolução Francesa o seu símbolo maior. Uma modalidade de sociedade fundada nos laços fraternos substitui outra centrada na figura do soberano como um, e há em Freud uma transformação do discurso, a figura do pai se desloca de uma posição de proteção da subjetividade (pré-moderno) para outra de falta e falha (moderno crítico) – desamparo e masoquismo.

A fraternidade competitiva fundada na figura do pai ideal e do supereu seria uma defesa crucial do sujeito contra o desamparo, uma apenas das modalidades da fraternidade – busca do amor exclusivo, competição mortal. Outra modalidade seria aquela engendrada a partir de figuras marcadas pela precariedade e pelo pouco poder – velhos, mulheres, loucos. Para Birman, o afluxo de filmes novos, de diferentes origens, que destacam a fraternidade como imperativo, compõe uma modalidade de oposição e de resistência que se impõe no campo do imaginário estético. Cito, como exemplo, os filmes *Cidade Baixa*, *A partida*, *Tudo sobre minha mãe*, entre muitos. O autor destaca a feminilidade, presente em ambos os sexos, e sua implicação com o cuidado com o outro, como um dos polos atuais de força fraterna, a partir do reconhecimento da falta em si e no outro. A feminilidade é vista como a forma de ordenação erótica onde ao desamparo é conferida alguma positividade – valorização da não falicidade como base de constituição do sujeito.

A fraternidade não se restringe ao campo da família ou aos laços de sangue, e indica uma espécie de antídoto em face dos imperativos da cultura do narcisismo e da sociedade do espetáculo, na medida em que a categoria ética de fraternidade enuncia uma outra concepção possível de subjetividade, onde o outro importa muito para o sujeito. Esta ética supõe a existência de um sujeito incompleto e precário, que reconhece

»
*para Birman, o afluxo
de filmes novos,
de diferentes origens,
que destacam a fraternidade
como imperativo, compõe
uma modalidade de oposição
e de resistência*

que não é autossuficiente (geralmente o sujeito contemporâneo se caracteriza pela autossuficiência, promovida pela cultura do narcisismo e sociedade do espetáculo e por uma posição de superioridade ilusória). A fraternidade implica a igualdade, fundada na precariedade. Assim, a solidariedade é a consequência imediata da ética do laço fraterno.

Aqui há um campo amplo e pouco simples de reflexão, para a qual não podemos estar munidos de um espírito catastrófico, posto que a maioria de nós, ainda que reconheça falências de autoridade, também reconhece a multiplicidade delas regulando o campo social. Ainda somos um universo falante e, acredito, o fato é que os sistemas normativos estão ainda espalhados pelo âmbito cultural, mesmo que não funcionem sempre como nossos ideais, o que não invalida as considerações sobre o complexo de Édipo ou sobre a função paterna... Não estamos totalmente imersos em uma terra da cegueira, à moda de Saramago, ainda que focos de cegueira não sejam nenhuma novidade.

12 Há diferenças importantes do ponto de vista metapsicológico entre os dois autores que participam do debate brasileiro sobre a função fraterna, que não serão discutidas aqui, mas que apontam para consequências diversas na compreensão da estrutura do sujeito.

Referências bibliográficas

- Berenstein I. (1990). *Psicoanalizar una familia*. Buenos Aires: Paidós.
- Birman J. (2007). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, 40 (72): 47-62, jun.
- _____. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ceccarelli P. R. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, 40 (72): 89-102, jun.
- Dor J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Freud S. (1913/1995) Totem e tabu. *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. Londres: The Hogarth Press.
- Giddens A. (1992). *A transformação da intimidade – Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Goldgrub F.W. (2001). *A máquina do fantasma – aquisição de linguagem e constituição do sujeito*. Piracicaba: Unimep.
- Katz C. S. (2009). *Complexo de Édipo – Freud e a multiplicidade edípica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kehl M. R. (2008). *A fratria órfã*. São Paulo: Olho d'Água.
- _____. (org.) (2000). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lajonquière L. (2000). Psicanálise, modernidade e fraternidade. In M. R. Kehl, *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Miguel N. B. S. (2007). Complexo de Édipo. São Paulo: Casa do Psicólogo, .
- Násio J.-D. (2005). *Édipo – o complexo do qual nenhuma criança escapa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Perelson S. (2003). As novas formas de filiação: clonagem, reproduções artificiais, mono, multi e homoparentalidade. *Revista Contemporânea*, Publicação Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, ano 1, n. 1, dez 2003. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~fcs/contemporanea/conexclone.htm>.
- _____. (2004). O corpo face às novas formas de reprodução. Do mito ao resto: sobre clones e embriões congelados. *Logos*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 20, p. 116-133, 1. sem.
- _____. (2006). A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, v. 14, n. 3. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026-X2006000300008&script=sci_arttext>
- Roudinesco E. (2002). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Therborn G. (2006). *Sexo e poder – a família no mundo – 1900-2000*. São Paulo: Contexto.
- Tort M. (2001). *O desejo frio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Remarks on the Oedipus complex

Abstract This paper focuses on the relevance for present times of the myth that defined the frame of our understanding of mental life: the Oedipus complex. It explores some of the questions involved in this concept, and proposes a “road map” of the new family arrangements.

Keywords Oedipus; father-function; contemporary family arrangements.

Texto recebido: 05/2010

Aprovado: 03/2011

A histeria do amor

Adriana Campos de Cerqueira Leite

Adriana Campos de Cerqueira Leite é psicanalista, psicóloga clínica, doutora em Psicanálise e Psicopatologia Fundamental pela Universidade de Paris VII, doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Resumo Este artigo procura delinear e discutir metapsicologicamente os principais traços da histeria e da posição feminina. Busca também apontar a especificidade e contemporaneidade do sofrimento histérico, bem como indicar algumas aberturas para a clínica psicanalítica.

Palavras-chave psicopatologia; histeria; feminino; sofrimento; amor.

Por que me descobriste no abandono
Com que tortura me arrancaste um beijo
Por que me incendiaste de desejo
Quando eu estava bem, morta de sono?

Com que mentira abriste meu segredo
De que romance antigo me roubaste
com que raio de luz me iluminaste
Quando eu estava bem, morta de medo?

Por que não me deixaste adormecida
E me indicaste o mar, com que navio
E me deixaste só, com que saída?

Por que desceste ao meu portão sombrio
Com que direito me ensinaste a vida
Quando eu estava bem, morta de frio?¹

Não se render a nenhuma experiência de prazer com o outro é o preço pago, na histeria, para escapar da vivência traumática de sua incompletude protegendo sua imagem narcísica fragilmente conquistada. Aquilo que protege a histérica de ser tocada pelo outro é também o que provoca sua dor. Dor por não se deixar tocar, não no seu sexo mas no seu ser; dor pela incapacidade de amar outro. A histérica só conhece o frio do amor narcísico².

Clarice Lispector, através de Lóri e Ulisses, narra a preparação para um encontro. Lóri pressentia que esse encontro amoroso só poderia acontecer quando “... ser não fosse mais uma dor...”, só então “Ulisses a consideraria pronta para dormir

1 C. Buarque, “Soneto”, in A. B. Menezes, *Figuras do feminino na canção de Chico Buarque*, p. 147.

2 A. C. Cerqueira Leite. *Em busca do sofrimento histérico. A histeria e o paradigma da melancolia*. Tese de doutoramento defendida na Universidade Estadual de Campinas na Faculdade de Ciências Médicas e na Universidade de Paris VII no Laboratório de psicanálise e psicopatologia fundamental. Sob orientação do Prof. Dr. Mário Eduardo Costa Pereira e do Prof. Dr. Pierre Fedida. Campinas, Brasil – Paris, França, 2002.



a posição histérica pode ser definida, segundo Soller, por “gozar de abster-se ali onde se é chamado como objeto de gozo”

86

PERCURSO 46 : junho de 2011

com ele?”. Do caminho para esse encontro ou, nós diríamos, do rumo ao feminino é que *o Livro dos prazeres* nos fala. Sabemos que, determinada pela necessidade de mascarar a falta, a histérica aliena-se ao desejo do Outro, tentando ser o falo, aquilo que falta ao Outro, ela quer ser tudo no campo do desejo e do amor para o Outro, menos o objeto de seu gozo. Assim, mascarando a castração do Outro, a histérica mascara a castração em si mesma, encontrando um modo de *ser*, ainda que seja um *ser* um pouco manco, na falta de um modo de *ser* feminino. Manco como Lóri, personagem de Clarice Lispector em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*³. No início da travessia, Lóri decide não ir a um encontro marcado com Ulisses, mas, contrariando seu hábito, desta vez irá preveni-lo de sua ausência, não o deixará a sua espera. Ela quer poder fazer uma “ofensa mais positiva” ou ativa. Atividade que a protegeria de seu temor maior: o da passividade, da entrega absoluta ao Outro, ou ao gozo do Outro, do qual ela seria apenas um objeto.

Definindo uma clínica diferencial entre a histérica e a mulher, Colette Soller⁴ diz que a histérica, assim como Lóri, quer *ser*; enquanto a mulher quer *gozar* e goza da posição de objeto, sim, mas objeto na relação sexual. A histérica não pode entrar e sair desta posição. Ela teme, caso se ofereça como objeto, não poder mais libertar-se e perder-se como sujeito. Ela não conhece o ritmo e se apavora.

Lóri, em um momento já avançado de sua aprendizagem, vai à praia de madrugada e mer-

gulha no mar. “Era isso o que estava lhe faltando: o mar por dentro como o líquido espesso de um homem. [...] Mergulha de novo, de novo bebe mais água, agora sem sofreguidão, pois já conhece e já tem um ritmo de vida no mar. Ela é a amante que não teme pois sabe que terá tudo de novo”⁵.

Representante das histéricas do século xx, Lóri não tinha uma inibição sexual. A sexualidade não lhe trazia problemas, já tinha tido cinco amantes, embora se comportasse com Ulisses como se fosse virgem. “Amantes”, nas palavras de Ulisses, pois ela não os considerava amantes, não os tinha amado. Agora ela preferia o “sofrimento legítimo” ao “prazer forçado”. Quando Ulisses lhe pergunta como é que ela se dava com o sexo ela responde, despertando sua ira: “Era a única coisa em que eu dava certo”⁶.

Ela sabia que queria dormir com Ulisses, isso talvez fosse uma das poucas coisas que sabia, “no entanto era o seu pavor de uma possível intimidade de alma com Ulisses o que a deixava irritada com ele”⁷.

A posição histérica pode ser definida, segundo Soller, por “gozar de abster-se ali onde se é chamado como objeto de gozo”⁸. Não satisfazer o gozo do Outro dá à histérica um “a mais de ser”⁹. Assim ela sustenta seu narcisismo fálico.

Falamos então, ao falar da histeria, de uma das saídas para a dificuldade do ser feminino ou para a dificuldade da mulher em subjetivar-se a partir de uma ausência, a ausência de um significante que possa dizê-la totalmente. Querer dizer algo completamente é a impossibilidade engendrada desde sempre pela linguagem, pela castração simbólica. A histérica, entretanto, não cessa de querer alguém que lhe diga o que ela é. Ela demanda um saber, e, na tentativa de convocar um saber no Outro sobre seu ser de mulher, produz um saber sobre o objeto causa de desejo do Outro, não o seu próprio¹⁰.

Como uma criança que em determinada fase nos pergunta: – “Qual você prefere? Não vale dizer os dois. Tem que escolher”. Se, no caso da criança, lhe damos uma resposta ela provavel-

mente virá com outra pergunta até o momento profundamente decepcionante em que, não raramente irritada, a criança depara com a impossibilidade de o adulto responder a uma de suas perguntas. É como se o adulto lhe negasse um saber que ela supõe, entretanto, que ele tenha. Um saber sobre ela, sobre seu ser.

A mesma situação é frequente na clínica. Uma de nossas pacientes dizia: “Tudo seria tão mais fácil se você dissesse tudo o que de verdade pensa sobre mim”. Evidencia-se aí a conhecida facilidade da histérica em estabelecer transferência ou, como disse Lacan, em supor um saber no outro. O risco maior no tratamento de um caso de histeria também está aí, naquilo que é sua característica mais marcante: o analista, seduzido, vir a ocupar o lugar do mestre, daquele que sabe algo da verdade do paciente, o que inevitavelmente conduzirá à decepção. “Você, daí da sua vidinha organizada, não pode mesmo saber nada sobre a minha dor. Não adianta.” Era o que dizia outra paciente, decepcionada com o que ela percebia como uma falha da analista. “Nem você me compreende.”

Lóri, assim como Norbert na *Gradiva* de Jensen¹¹, tem a chance de ter alguém que a ame e quer esperar.

Ulisses pôde esperar por Lóri até que ela não mais se apavorasse em sentir-se ausente de si mesma, para depois reencontrar-se.

Mas o que, afinal, o histérico teme perder? Sua imagem narcísica fragilmente constituída, é a resposta. Desfazendo-se essa imagem, o histérico corre o risco de perder-se no real do cor-

3 C. Lispector (1969), *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, p. 155.

4 C. Soller, “A histérica e A Mulher: clínica diferencial”, p. 243.

5 C. Lispector, *op. cit.*, p. 80.

6 C. Lispector, *op. cit.*, p. 146.

7 C. Lispector, *op. cit.*, p. 41.

8 C. Soller, *op. cit.*, p. 243.

9 C. Soller, *op. cit.*, p. 243.

10 C. Soller, *op. cit.*, p. 245-247.

11 Conto de Willian Jensen que Freud analisa visando ao esclarecimento de alguns aspectos do processo de cura analítica e da transferência. S. Freud, (1907 [1906]), “Delírios e sonhos na *Gradiva* de Jensen”.

12 M.-C. Boons, “A propósito da estrutura histérica”, p. 105.

13 M.-C. Boons, *op. cit.*, p. 106.



*mas o que, afinal, o histérico
teme perder? Sua imagem
narcísica fragilmente
constituída, é a resposta*

po, o corpo orgânico. Aquele corpo esfacelado da criança antes que ela apreenda, no espelho, uma primeira imagem corporal unificada. Ele teme que as coisas percam o sentido.

A fragilidade na identificação imaginária revela uma carência no nível da identificação simbólica¹², ou seja, do olhar do Outro que o reconhece, o nomeia e, sobretudo, o ama.

Continua suspensa a questão sobre o que haveria falhado na constituição psíquica do histérico. Fala-se, desde Freud com Dora, de uma insuficiência paterna.

Nesse contexto estrutural, diz Boons, pode-se dizer que o pai da histérica seduziu sua filha mesmo que não a tenha tocado; prendeu-a a si “encerrando-a numa identificação fálica que tem o objetivo de completá-lo”¹³.

O pai/mestre que a histérica procura num homem a quem possa servir é o pai imaginário que por sua insuficiência não pôde oferecer à sua filha outra identificação senão a fálica. As falhas do pai são ressentidas pela filha, mas essas falhas são também, e mais frequentemente, identificadas na relação do casal parental. A mãe do histérico tem em geral o papel de vítima. É da mãe que viria o sentimento da insuficiência paterna. Uma das saídas da histeria e particularmente da histeria feminina é mascarar a falta no pai e decretar que o problema está na mãe, que não é a mulher de quem o pai precisa. A partir daí ela buscaria, incessantemente, descobrir o que uma mulher deve ser para preencher a falta do pai.



*aos olhos de uma de nossas
pacientes, os homens
que estavam com outras mulheres
tornavam-se mais interessantes.
Era como se isso garantisse que eles
tinham algo a lhe oferecer*

Missão impossível e cheia de riscos para aqueles que nela se arriscam.

Aos olhos de uma de nossas pacientes, os homens que estavam com outras mulheres tornavam-se mais interessantes. Era como se isso garantisse que eles tinham algo a lhe oferecer. Algo de que outra mulher se beneficiava e que os tornava interessante aos seus olhos. Nessa situação, típica da histeria, trata-se mais de uma identificação com outra mulher do que propriamente de um desejo pelo parceiro do sexo oposto. Como Dora, que mantinha um vivo interesse por aquilo que interessava a Sra. K. e que perde, subitamente, o interesse pelo Sr. K quando este lhe diz não se interessar pela esposa. Era justamente a ligação do casal que sustentava o seu interesse por ele¹⁴.

Falta-nos situar a mãe nessa constelação imaginária da histeria. Ela é aquela que encarna o grande Outro e que, através de sua presença e ausências bem dosadas, sustenta a criança na construção da base para as primeiras simbolizações. A mãe *suficientemente boa*, com seus cuidados e seu amor, suportando as primeiras frustrações de seu bebê, possibilita à criança a transição entre a vivência de um período de ilusão e onipotência e a desilusão necessária à constituição do eu.

As ausências maternas remetem a criança a um terceiro, o pai. Portanto, a possibilidade de simbolização dessa ausência está diretamente ligada à capacidade da criança de supor o desejo da mãe voltado a um outro. Pois bem, a mãe da his-

térica, denunciando a insuficiência paterna, torna essa operação mais complexa. Ela é, nessa constelação estrutural que tentamos delinear, a mãe-vítima que tentará obter de seus filhos aquilo que não encontrou em um homem¹⁵.

A dificuldade para a histérica é situar-se diante das queixas maternas vendo-se, aí também, encerrada em uma identificação fálica.

O pai pode até ser admitido como aquele que tem o falo, aquilo que mobiliza o desejo da mãe, mas a histérica sente que o pai só o tem por dele ter privado a mãe. A histérica restitui assim a possibilidade da mãe fálica e, conseqüentemente, a possibilidade de uma ligação intensa com a mãe a partir de uma identificação com o falo da mãe. Essa saída, entretanto, não é absolutamente confortável. Lembremo-nos de que o eu é ameaçado de dissolução nessa ligação absoluta com o Outro ou ainda quando se faz objeto do gozo do Outro. Essa ligação é desejada e temida ao mesmo tempo.

Resta à histérica desejar que seu desejo permaneça insatisfeito, guardando assim um ideal fálico ou sua frágil identificação fálica com aquele objeto do qual se sente privada. Essa seria a forma encontrada para não se dar conta da incompletude, da fragilidade narcísica mantendo o que se chama de narcisismo fálico. No lugar do desejo há o ideal.

Se ela imagina que o outro é alguém que pode satisfazê-la, isso a apavora; ela estaria, desse modo, assinando sua rendição ao objeto. Lóri preferia que o estado de graça durasse poucos momentos; do contrário ela temia que suas ambições infantis a levassem a “querer entrar nos mistérios da natureza”. O gozo fálico funciona como proteção contra a natureza ou contra o real. “Havia experimentado alguma coisa que parecia redimir a condição humana, embora ao mesmo tempo ficassem acentuados os estreitos limites dessa condição”¹⁶.

Encontrar uma testemunha do seu ser é o seu desejo. Lóri teme, contudo, que para isso seja preciso dar-se e não só “dar” seu sexo – isso não lhe seria penoso – mas dar-se inteira.



Ela “sabia que teria que dar a alguém o que ela era, senão o que faria de si? Como morrer antes de dar-se, mesmo em silêncio? Porque no dar-se teria enfim uma testemunha de si própria”¹⁷.

O temor histérico, estar entregue ao outro, é atuado através de seu corpo preservando intacto seu psiquismo. Ela parece oferecer-se ao outro mas, de fato, tudo o que entrega é seu corpo.

Mantendo seu funcionamento, tal como o compreendemos aqui, a histérica chega frequentemente aos consultórios profundamente ferida, ressentida e em um grave estado de privação fruto da dificuldade que tem em fazer-se entender. Seu idioma lembra uma língua morta, “um romance antigo” – como na poesia de Chico Buarque que abre este artigo – cuja compreensão exigirá muito trabalho do analista.

É desse ressentimento que Khan nos fala em seu artigo “O rancor da histérica”, iluminando outro caminho para compreender o apelo do histérico ao outro. Ele convoca o outro a atuar num roteiro escrito por ele, transformando a temida dependência do objeto na conhecida manipulação histérica¹⁸.

O medo maior da histeria é da rendição psíquica ao objeto. Utilizando-se do conceito de tendência antissocial de Winnicott, Khan nos oferece uma valiosa contribuição para a compreensão da histeria¹⁹.

À descoberta freudiana sobre os sintomas histéricos como símbolos de desejos recalcados inconscientes provenientes da sexualidade infantil, Winnicott trouxe sua contribuição que, de nosso ponto de vista, a complementa. Do sistema de desejos inconscientes, o *isso*, Winnicott distinguia o sistema de necessidades inconscientes,

“o histérico tenta realizar,
ao utilizar os aparelhos sexuais,
o que os outros conseguem graças
ao funcionamento do eu”

[Massud Kahn]

o *eu*. Esse sistema de necessidades inconscientes depende, até poder alcançar alguma autonomia, de uma facilitação do ambiente, da *maternagem suficientemente boa* que permitirá, aos poucos, a integração das capacidades ainda incipientes do eu da criança.

A hipótese de Khan é de que “o histérico, durante os primeiros anos de sua infância, responde às faltas de uma maternagem suficientemente boa com um desenvolvimento sexual precoce... O histérico tenta realizar, ao utilizar os aparelhos sexuais, o que os outros conseguem graças ao funcionamento do eu”²⁰.

Winnicott vê no *complexo de privação*, ou seja, nas falhas importantes do ambiente que deveria propiciar a integração do eu, a origem da tendência antissocial. Brevemente, a tendência antissocial seria a forma encontrada por esse eu frágil para conseguir uma intervenção do ambiente. “Um elemento nela (na tendência antissocial) compele o meio ambiente a ser importante”²¹.

O histérico, por sua vez, expressaria uma *tendência antissocial* pelo viés das experiências sexuais. Na histeria, segundo esse ponto de vista, haveria um desenvolvimento precoce da sexualidade camuflando as necessidades desatendidas do eu. Assim como na tendência antissocial, o histérico impele o ambiente a agir sobre ele permanecendo, contudo, “inacessível à mutualidade de um diálogo psíquico e de uma partilha”²².

Na histeria há frequentemente uma queixa de falta de amor, falta de um olhar amoroso no

14 S. Freud (1905 [1901]), “Fragmento da análise de um caso de histeria”.

15 L. Israël, *L'hystérique, le sexe et le médecin*, p. 94.

16 C. Lispector, *op. cit.*, p. 134.

17 C. Lispector, *op. cit.*, p. 61.

18 M. Khan, “O rancor da histérica”.

19 M. Khan, *op. cit.*

20 M. Khan, *op. cit.*, p. 50-51.

21 D. Winnicott, (1956), “A tendência antissocial”, p. 130.

22 M. Khan, *op. cit.*, p. 57.



saber o que mobiliza o desejo do outro é a grande ambição do histérico, tornando-se mestre na arte da sedução. Ele faz de tudo, entretanto, para não ser posto a prova

qual teria sido possível reconhecer-se e constituir uma imagem de si. O histérico sente que foi utilizado como objeto pelo Outro para, em seguida, ser descartado. Não é raro que a queixa histérica seja formulada como uma queixa de traição. Pensamos poder localizar essa traição na perda precoce ou traumática da ilusão e da onipotência infantil.

Uma adolescente queixava-se em sua análise de que não gostava quando sua mãe encontrava um namorado, pois ela esquecia-se dos filhos. “Quando tudo termina, nós (os filhos) voltamos a ser tudo para ela. Mas enquanto ela está com alguém não somos nada.”

O histérico sente como se nunca tivesse sido o objeto ideal do Outro e busca ao longo da vida convencer, aos vários outros que assumirão esse lugar do grande Outro, de que ele pode ser aquilo que imagina ser: o objeto ideal do desejo. Saber o que mobiliza o desejo do outro é a grande ambição do histérico, tornando-se mestre na arte da sedução.

Ele faz de tudo, entretanto, para não ser posto a prova, para manter as ilusões que, ainda que muito úteis, não deixam de ser ilusões e ele sabe disso. Ele não quer jogar de verdade, prefere imaginar uma partida a ter que deparar com a castidade. O histérico experimenta uma permanente sensação de que está blefando e de que será convocado, em algum momento, a dar a prova.

Quando o outro já está seduzido perde a graça. Não há nada mais a ser feito. De fato, para o sujeito histérico trata-se principalmente de man-

ter uma identificação imaginária com o objeto fálico mais do que desejar o outro.

Essa reivindicação do *ter* aparecerá de forma diferente na histeria feminina ou masculina, embora o motor seja o mesmo em ambas²³.

É, pois, na relação com o sexo que se delinea o perfil tipicamente reconhecido como histérico e que as diferenças de manifestação da neurose em homens e mulheres se evidenciam com mais clareza. Na histeria feminina observa-se uma reivindicação incessante do falo, de que ela se considera injustamente privada, e na histeria masculina há uma necessidade perturbadora de dar provas do atributo fálico²⁴.

Na histeria, feminina ou masculina, o sujeito busca constituir-se como podendo ser o falo do outro para, como vimos acima, não lidar com a dimensão da falta que, no entanto, é a dimensão que mobiliza a relação com o desejo e com o sexo. Está dada a dificuldade básica do histérico para seus encontros sexuais. A incompletude é essencial ao erotismo, é nela que o sujeito histérico tropeça.

O histérico masculino está sempre atormentado; por um lado porque não se sente como possuidor do falo, o que ele confunde com falta de virilidade e, por outro lado, porque imagina que tem que dar provas da atribuição fálica: guarda, entretanto, fidelidade à mãe fálica que lhe garantiu, em algum momento, ser ele seu objeto fálico.

A histeria está, então, relacionada com o feminino em homens ou mulheres, ou com a diferença entre os sexos. É ela que o histérico não suporta ver na difícil experiência de entregar-se a um outro, pelo pavor de diluir-se, desaparecer como sujeito, transformando-se em mero objeto do gozo do outro. Neste artigo, contudo, privilegiaremos a histeria feminina assim como a trajetória da menina para a mulher.

A histérica busca incessantemente uma resposta para a pergunta: O que é ser uma mulher? E, ao mesmo tempo, defende-se pela recusa da feminilidade.

Lóri era uma mulher que procurava, nas palavras dela mesma, “um modo, uma forma”. Mas

através do amor de Ulisses e do encontro que eles finalmente podem ter ela alcança algo “muito mais perfeito: era a grande liberdade de não ter modos nem formas”.

Ao falar sobre a importância do amor para a mulher, Colette Soller adverte que ela não tem o mesmo papel para homens e mulheres. Para estas “o amor corrige a castração, ele a cura temporariamente”²⁵. Baseando-se na elaboração lacaniana sobre o gozo feminino, Soller afirma que este ultrapassa o sujeito feminino na medida em que não identifica a mulher como mulher. O homem, por outro lado, identifica-se como homem através do gozo fálico, e isso se evidencia não somente no terreno das conquistas sexuais, mas em todos os campos de sua vida: poder do dinheiro, poder profissional, força física e muitas outras conquistas fálicas que o tranquilizam sobre sua masculinidade e, acima de tudo, o marcam como homem.

Com as conquistas femininas das últimas décadas o acesso ao gozo fálico está cada vez mais aberto às mulheres. Já vai longe o tempo de Freud em que restava às mulheres satisfazerem-se na maternidade. Entretanto, nem as conquistas no plano profissional, financeiro ou outros nem tampouco a saída da maternidade evocada por Freud solucionam a questão subjetiva da identidade feminina.

Observamos claramente, seja na clínica ou na mídia através de entrevistas das estrelas da televisão, uma mesma queixa: lamentam a falta de amor e frequentemente suspeitam que o seu sucesso em áreas antes reservadas aos homens os afasta delas. Esses indicativos sugerem que a problemática da paciente de Joan Rivière²⁶ permanece bastante atual. A paciente, a propósito de quem a autora utilizou o termo “mascarada”, gozava de um prestígio profissional raro para uma

23 J. Dor, *Estruturas e clínica psicanalítica*, p. 67.

24 J. Dor, *op. cit.*, p. 75.

25 C. Soller, *op. cit.*, p. 247.

26 J. Rivière (1929), “La féminité em tant que mascarade”, p. 197-214.

27 C. Soller, *op. cit.*, p. 249.

28 P. Aulagnier, “Observações sobre a feminidade e suas transformações”, p. 91.

»
*o caminho do amor
não nos é indicado só por Lóri,
personagem de Clarice Lispector;
muitos analistas indicam
esse caminho para
uma identificação feminina*

mulher no fim do século XIX. Após suas apresentações públicas era tomada por uma grande angústia ainda que, em geral, obtivesse aprovação evidente da plateia. A forma encontrada pela paciente de Joan Rivière para aliviar essa angústia era, em seguida a uma dessas “demonstrações fálicas”, oferecer-se sexualmente para um homem. A autora e psicanalista interpreta o sintoma de sua paciente da seguinte forma: seu sucesso profissional advinha de uma identificação com o pai, de quem ela sentia ter roubado o falo, portanto, tomada por muita culpa a paciente buscava compensar o pai, através dos homens em geral, devolvendo-lhes a força fálica ao submeter-se a eles como objeto de gozo. Assim, mascarando-se de mulher redimia sua culpa pelo gozo fálico.

O caminho do amor não nos é indicado só por Lóri, personagem de Clarice Lispector; muitos analistas indicam esse caminho para uma identificação feminina.

“Em outras palavras, por falta de poder ser ‘A mulher’, resta às mulheres ao menos serem ‘uma’ mulher. Mas como uma mulher não pode se especificar ‘uma’ por seu gozo, resta-lhe ‘ao menos ser a mulher de um homem’”²⁷.

Na *feminidade normal*, segundo Aulagnier, a mulher encontra o investimento narcísico no olhar desejante do homem e, dessa forma, aceita que é na qualidade de “sujeito da falta que ela pode encontrar seu lugar de desejada. A feminidade será não mais o véu enganador ou a arma que ela brande, mas a oferenda, o dom por excelência”²⁸.



*atribuindo a si própria valores
provisórios que ela determina
a partir de suas relações de objeto
e da imagem de si mesma
que o outro reflete, a histérica sempre
corre o risco de repentinamente
não valer mais nada*

A autora acrescenta que esse dom, substituto da inveja daquilo que ela não tem, só pode sustentar-se do amor que ele desperta em troca.

Recorramos a Lóri novamente. Depois do encontro consigo mesma através de Ulisses, não precisa mais perguntar-se sobre quem é, seu “corpo se transformava num dom. E ela sentia que era um dom porque estava experimentando, de uma fonte direta, a dádiva indubitável de existir materialmente”²⁹.

A respeito do conflito entre amor e sexualidade na histeria, Piera Aulagnier³⁰ propõe que a mulher aposta numa mentira de que só goza por amor pois do contrário deveria assumir sua falta, sua incompletude e desmoronaria toda sua valorização narcísica. É no desejo que vê despertado no homem que estaria, para a mulher, seu investimento narcísico. Na frigidez ou na neurose, o prazer revela para a mulher ter sido simplesmente um instrumento de gozo do parceiro que, então, designar-lhe-ia o lugar do “objeto da ausência”. A saída para não se sentir absolutamente entregue ao desejo do outro seria sacrificar seu próprio prazer, recuperando seu poder. Amor e ódio estariam, então, absolutamente misturados a força ou fraqueza fálica.

Lóri parece ter conseguido apropriar-se de seu sexo e de seu corpo, bem como de suas emoções, e embora temesse acordar como a antiga mulher que era, tinha de algum modo a sensação de que aquela conquista não seria mais perdida; mesmo que perdesse seu amor. A oposição entre

amor e sexualidade, típica da histeria, parecia ter sido superada. Bollas vê nessa separação um repúdio do histérico que vê na sexualidade a perda do *amor de tipo materno*³¹.

“Depois que Ulisses fora dela, ser humana parecia-lhe agora a mais acertada forma de ser um animal vivo.”

Clarice Lispector permite-nos, na beleza de seu texto, acompanhar uma travessia da histeria rumo à posição feminina.

A mímica histérica representa o trabalho desenvolvido pela menina ou pela histérica para salvar sua sexualidade de uma repressão total ou do desaparecimento das pulsões. Erotizando tudo, salvo seu sexo, a histérica busca proteger-se da ruptura de sentido produzida pela castração.

Pela falta de se saber, a histérica busca saber o que o outro quer dela, quanto ela vale para o outro. Atribuindo a si própria valores provisórios que ela determina a partir de suas relações de objeto e da imagem de si mesma que o outro reflete, a histérica sempre corre o risco de repentinamente não valer mais nada. Justamente aí identificamos o sofrimento da histeria. Sofrimento que exige, para que nos aproximemos dele, uma referência paradigmática à psicopatologia da melancolia.

A sexualidade consolida-se como um terreno apropriado para essa frágil atribuição de algum valor, um valor fálico que não resolve sua questão sobre a identidade feminina. Ao abandonar a cena histérica em que elementos do mundo externo são utilizados como suporte, o repertório da histeria entra em colapso e, jogando o carretel mas soltando o barbante, a histérica pode encontrar o nada com o qual se identifica. A afirmação crua da castração elimina o campo das ilusões e da esperança presente na histérica, que está sempre relançando seu desejo de desejo. Ela não acredita mais que algo possa completá-la, preencher sua falta, o que a leva a aproximar-se do mecanismo melancólico que afirma a verdade da castração que a histérica procura evitar.

O preço que a histérica paga para escapar da experiência traumática de sua incompletude

é não viver nenhuma experiência de prazer com o outro a fim de manter sua imagem narcísica fragilmente conquistada. Aquilo que protege a histérica de ser tocada pelo outro é também o que provoca sua dor. Dor por não se deixar tocar, não no seu sexo mas no seu ser; dor pela incapacidade de amar o outro. A histérica só conhece o amor narcísico.

Como nem todas as histéricas têm a chance de Lóri que se fez acompanhar em sua travessia de Ulisses, um grande amor, resta-nos pensar em como pode se dar essa travessia na análise. A imagem de um deserto nos ajuda e descrever alguns aspectos dessa aventura possível. O deserto, sob “o céu que nos protege”³², figura um lugar vazio, onde o tempo passa diferente e o viajante que lá se aventura descobre-se também diferente, descobre-se outro. A aventura anunciada traz promessas e riscos. Os riscos apresentam-se como miragens para o viajante que, por não suportar o vazio do deserto, insiste em procurar algo por trás delas. Atrás da miragem, assim como atrás do espelho, não há nada.

A miragem ameaça a situação analítica dos dois lados: do lado da histérica que busca assegurar-se de uma imagem de si a qualquer custo, arriscando-se ao nada, e, do lado do analista, que, capturado pelo efeito ofuscante e espetacular de uma miragem que a histérica reflete, não devotará mais sua escuta ao silêncio do vazio, impedindo a constituição do espaço continente, potencialmente criativo onde o jogo, a fantasia e o pensamento são possíveis.

Estar no deserto, que utilizamos aqui como figura do vazio, não é estar no nada, há o “céu que nos protege” do vácuo, do nada. O céu que, como

29 C. Lispector, *op. cit.*, p.132.

30 P. Aulagnier, *op. cit.*, p. 90.

31 C. Bollas, *Hysteria*, p. 40.

32 P. Bowles, *O céu que nos protege*.

33 Expressão de uma de nossas pacientes. Cf. A. C. de Cerqueira Leite, “Em busca do sofrimento histérico: a dimensão melancólica da histeria”.

34 J.-B. Pontalis, *Entre le rêve et la douleur*.

35 C. Lispector, *op. cit.*, p. 151.

»
o “trabalho da morte”
ou a travessia do deserto
não pretende reeditar
a situação primitiva, mas exige
do analista uma posição
transferencial específica

a mãe do bebê, nos dá a ilusão de que há algo que estará sempre lá. No início da travessia do deserto, o céu deve mostrar-se previsível, deixando as grandes tempestades para quando o viajante já se sentir um ser no/do deserto.

A travessia do deserto vazio nos fala ainda do luto da criança e da mãe fálicas preservadas pela incorporação num “cemitério de fantasmas”³³ de onde só podemos falar de morte e não de ausência. Trata-se, segundo Pontalis, de descobrir na análise a morte da qual se é portador, o “trabalho da morte”, através de um “desinvestimento do tempo e investimento da ausência”³⁴.

O “trabalho da morte” ou a travessia do deserto – promessa de descoberta de um outro de si mesmo para o paciente e para o analista – não pretende reeditar a situação primitiva, mas exige do analista uma posição transferencial específica que supõe ter, ele próprio, feito a travessia do deserto, entrado em contato com sua dor alcançando uma potencialidade criativa.

A experiência do vazio é, finalmente, constituinte da feminilidade, permitindo que a menina, futura mulher, encontre na criação ou no amor algo que diga de si mesma, permitindo-lhe simplesmente ser.

“Existir é tão completamente fora do comum que se a consciência de existir demorasse mais de alguns segundos, nós enlouqueceríamos. A solução para esse absurdo que se chama ‘eu existo’, a solução é amar um outro ser que, este, nós compreendemos que exista”³⁵.

Referências bibliográficas

- Aulagnier P. (1990). Observações sobre a feminidade e suas transformações. In J. Clavrel et al., *O desejo e a perversão*. Campinas: Papirus.
- Bollas C. (2000). *Hysteria*. São Paulo: Escuta.
- Boons M.-C. (1992). A propósito da estrutura histérica. In *Mulheres/Homens: ensaios psicanalíticos sobre a diferença sexual*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Bowles P. (1991). *O céu que nos protege*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Cerqueira Leite A. C. (1999). Em busca do sofrimento histérico: a dimensão melancólica da histeria. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. II, n. 1, mar. p.71-89.
- _____. (2002). *Em busca do sofrimento histérico. A histeria e o paradigma da melancolia*. Tese [Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, Brasil.
- Dor J. (1994). *Estruturas e clínica psicanalítica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Taurus.
- Freud S. (1907 [1906]/ 1995). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. IX. p. 15-90.
- _____. (1905 [1901]/1995). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. vol. VII. p. 15-118.
- 94 Israël L. (1976). *L'hystérique, le sexe et le médecin*. 10. ed. Paris: Masson.
- Khan M. (1997). O rancor da histérica. In M. T. Berlinck (org). *Histeria*. São Paulo: Escuta. Coleção Biblioteca de Psicopatologia Fundamental, p. 49-60.
- Lispector C. (1969/1998). *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Menezes A. B. (2000). *Figuras do feminino na canção de Chico Buarque*. São Paulo: Ateliê/Boitempo.
- Pontalis J-B. (1977). Sur la douleur (psychique). In *Entre le rêve et la douleur*. Saint-Amand, França: Gallimard.
- Rivière J. (1929/ 1994). La féminité em tant que mascarade. In M.C. Hamon, *Féminité mascarade*. Paris: Seuil. pp. 197-214.
- Soller C. (1998). A histérica e A Mulher: clínica diferencial. In *Psicanálise na civilização*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Winnicott D. (1956/1987). A tendência antissocial. In *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

The history of love

Abstract This paper presents a metapsychological discussion of the main traits of hysteria and of the feminine position. In our era both present specific aspects; this fact opens some new perspectives for Psychoanalysis

Keywords psychopathology; hysteria; feminine; suffering; love.

Texto recebido: 03/2011

Aprovado: 06/2011

O psicanalista só se autoriza por si mesmo... e por alguns outros*

Evandro Fernandes Alves
Sérgio Scotti

Evandro Fernandes Alves é psicanalista, doutorando do PPG em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí (SC).

Sérgio Scotti é psicanalista, doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do departamento de Psicologia e do PPG em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

Resumo Procura-se problematizar a questão da formação do psicanalista, a partir do seminário n. 21 de Lacan, denominado: *Les non-dupes errent*. Neste seminário, Lacan refaz sua proposição acerca da formação dos analistas ao compará-la às leis da sexualidade. Segundo ele, assim como ocorre com o ser sexuado que precisa autorizar-se por si mesmo a assumir seu lugar na sexualidade, mas não está sozinho para isso, da mesma forma o analista só se autoriza por si mesmo e... por alguns outros.

Palavras-chave formação; desejo; alguns outros.

* Neste artigo, a fórmula de Lacan foi vertida segundo o uso corrente da língua: alguém se autoriza por (e não de) si mesmo [Renato Mezan, coordenador editorial].

1 As citações deste seminário são extraídas do exemplar da biblioteca da Escola da Causa Freudiana – de Paris, inédito, já que este seminário ainda não se encontra publicado.

2 É o *Witz* de Freud ou o *Chiste* em português.

3 No dicionário Aurélio (1993), o vocábulo *itinerário* significa: 1. concernente a caminhos; 2. descrição de viagem, roteiro; 3. caminho a percorrer, ou percorrido e 4. caminho, trajeto. Já o vocábulo *itinerante* diz respeito àquele que viaja ou percorre itinerários.

4 V. Safatle, Lacan.

Em 1973, Jacques Lacan dá início ao seu seminário de número 21 denominado *Les non-dupes errent*¹. Neste seminário, faz de seu título um *mot d'esprit*², onde, segundo ele, seu som se assemelha ao *Les noms du père* (os nomes do pai), título do seminário de 1963, que fora interrompido por ocasião de seu rompimento com a Sociedade Francesa de Psicanálise.

Numa crítica dirigida à International Psychoanalytical Association – IPA, Lacan acrescenta a palavra *errent* à expressão *Les noms du père*, dando a ela o sentido de que os nomes do pai erram. O nome do pai a quem ele se refere é do próprio Freud e seu erro diz respeito à forma como as sociedades psicanalíticas foram por ele constituídas.

O vocábulo *errant* terá, também, o sentido de itinerante³. Neste jogo de palavras, numa alusão ao fenômeno da repetição, Lacan fará o acréscimo deste vocábulo, para significar que os *não tolos* são itinerantes ou viajantes. Para ele, os *não tolos* são todos aqueles que se recusam a submeter-se à estrutura da linguagem e, dessa forma, não se colam às leis do simbólico. Para Lacan, é preciso ser *dupe* e deixar-se apreender pela estrutura do inconsciente e do desejo, o que levará o sujeito a uma viagem que o acompanhará até a sua morte.

Segundo Safatle⁴, os dez últimos seminários – entre eles o *Les non-dupes errent* – giram em torno da peculiaridade do estatuto da psicanálise como discurso. É neste momento do seu ensino, que Lacan se dedicará de maneira mais sistemática a uma conceitualização que visava abranger um novo quadro de



*quanto a esses alguns outros,
neste seminário, Lacan não
os nomeará diretamente. Lançará
a interrogação sobre seu estatuto,
mas não voltará a falar
sobre eles*

96

PERCURSO 46 : junho de 2011

objetividade para a psicanálise, através da formalização da matemática, da lógica e da topologia.

Entretanto, uma das principais contribuições de Lacan, neste seminário, foi de ter reposicionado a questão da formação dos psicanalistas. Na sessão de 9 de abril de 1974, ele citará a já célebre proposição de que *o psicanalista só se autoriza por si mesmo*, e a ela acrescentará as quatro palavras fundamentais: *e por alguns outros*.

Quanto a esses *alguns outros*, neste seminário, Lacan não os nomeará diretamente. Lançará a interrogação sobre seu estatuto, mas não voltará a falar sobre eles. No exame da literatura, constatamos que essas proposições são algumas vezes citadas; entretanto, cremos que os autores que as trabalham o fazem de forma parcial ao não levarem em conta a analogia deixada por Lacan entre o processo de sexualização e a formação dos analistas.

Numa pesquisa por nós realizada no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, buscamos problematizar e propor possíveis soluções para a questão. Seguindo a analogia feita por Lacan entre as leis da sexualização e a formação dos analistas, procuramos discorrer acerca do estatuto desses *alguns outros*, haja vista que, neles, sua postulação é fundamental para avançarmos na nossa compreensão da

questão da formação e da autorização dos psicanalistas.

Neste trabalho, num primeiro momento, percorreremos o que Lacan nos traz sobre as leis da sexualização. Num segundo momento, discorreremos sobre a posição do analista e o processo subjetivo de formação do analista, para, em seguida, empreendermos a analogia entre as leis da sexualização e a formação dos psicanalistas.

As leis da sexualização

Durante seu ensino, o que Lacan faz questão de deixar claro é que sua definição para o homem e para a mulher não tem relação direta com a biologia. Partindo dessa ideia central, para a psicanálise, podemos perceber que muitos sujeitos biologicamente femininos podem apresentar uma estrutura masculina, e outros biologicamente masculinos revelam uma estrutura feminina.

A diferenciação dos sexos é um processo complexo. Nos três primeiros níveis, de que trataremos a seguir, os sexos não se distinguem, e será somente no quarto nível que será possível se estabelecer uma distinção. O que Lacan nos esclarece é que só a partir da conceituação do *falo* é que é possível a compreensão desse processo⁵.

No primeiro nível dessa diferenciação, os dois sexos, tanto o masculino como o feminino, irão se identificar com o *falo*. Ao fazer essa identificação, eles procurarão se posicionar como o *falo* para a mãe. Por isso, neste primeiro nível não haverá a diferença entre os sexos, ambos procurarão se posicionar no lugar do *falo*.

Porém, logo a criança se dará conta de que ela não é o *falo*, ou seja, que ela não é o objeto para o desejo da sua mãe. Ela irá perceber que não haverá possibilidade de dar conta da falta para o desejo do Outro. Assim, os dois sexos se aperceberão privados do *falo*. Desse modo, neste segundo nível, também podemos concluir que não haverá diferença entre os sexos, onde os dois

se perceberão como castrados, ou não possuidores do *falo*.

Essa castração está relacionada ao fato de que o sujeito é forçado a renunciar a algum gozo. A implicação imediata desta afirmação é que a noção de castração está ligada à renúncia do gozo e não ao pênis e, portanto, essa noção se aplica tanto ao sujeito homem como à mulher.

Já num terceiro momento, os dois sexos buscarão o *falo* que lhes falta, porém, o buscarão no Outro. Aqui, podemos afirmar que ainda não haverá diferenciação sexual, visto que os dois desejam o *falo*, porém, acreditam que o outro é possuidor do que lhes falta. Um perceberá no outro o *falo*, mas não se dão conta de que os dois são faltantes.

Será somente no quarto momento, onde ocorre a escolha do objeto de amor e do desejo, que se instalará a diferenciação entre os sexos. Numa relação sexual inexistente, ou impossível, é que haverá um encontro *imaginário* onde um parceiro será visto como aquele que tem o *falo* e outro que não o tem. Como vimos, essa posição não terá a ver com o órgão biológico do sujeito, mas com uma posição subjetiva, onde ele poderá posicionar-se na relação com esse outro como o que possui ou não o *falo*. Assim, tanto o homem quanto a mulher terão um encontro com uma ilusão privada ou dotada, castrada ou potente.

Nos três primeiros níveis da sexuação haverá o reconhecimento do si próprio e da posição de assexuado. Será somente no impulso para o outro, no reconhecimento do objeto de sua escolha, no seu objeto de desejo que se instalará a diferença. Ao final deste processo, o sujeito deverá posicionar-se do lado do homem ou da mulher.

Na estrutura masculina, poderíamos afirmar que ela recai sob a função fálica, o que implicará necessariamente a existência do pai. A ideia central trazida por Freud em *Totem e tabu*⁶ é que,

5 No seu livro: *O Sujeito Lacaniano: entre a linguagem e o gozo*, Bruce Fink faz um exame detalhado do assunto.

6 S. Freud, "Totem e Tabu", in *Obras Completas*.

7 J. Lacan, *Seminário n. 21: Les non-dupes errent*, 1973-74, inédito.

8 B. Fink, *O Sujeito Lacaniano – entre a linguagem e o gozo*.

»
*partindo de Freud, o que Lacan
defenderá é que apenas
o pai mítico poderia ter uma
relação sexual verdadeira com
uma mulher. Para este pai existe,
a relação sexual*

embora todos os homens sejam marcados pela castração simbólica, existe um homem que não se sujeita à lei da castração; este homem é o pai.

Partindo de Freud, o que Lacan⁷ defenderá é que apenas o pai mítico poderia ter uma relação sexual verdadeira com uma mulher. Para este pai, existe a relação sexual. Todos os outros homens têm uma relação com o objeto *a* e não com uma mulher em si. Desse modo, podemos concluir que embora tenha havido essa exceção à regra da castração, poder-se-á considerar que todo o homem é castrado.

Já no que se refere à estrutura feminina, nem tudo numa mulher estará sujeito à lei do significante. Ao dizer isso, Lacan não estaria afirmando que a mulher é menos completa do que o homem – como inúmeras vezes somos levados a crer – mas que ela não possui um significante mestre da mulher como tal.

Bruce Fink⁸, ao comentar Lacan sobre o processo de sexuação, dirá que aqueles sujeitos com estrutura masculina devem subjetivar ou encontrar uma nova relação com o objeto, enquanto aqueles com estrutura feminina devem encontrar uma relação com o significante.

Para Lacan, não haverá nenhuma relação direta entre homens e mulheres uma vez que são homens e mulheres. Ou seja, eles não interagem



Lacan surpreenderá seus ouvintes com a seguinte afirmação: l'être sexué ne s'autorise que de lui même (o ser sexuado só se autoriza por si mesmo)

entre si como um homem para uma mulher e uma mulher para um homem. Há o impedimento de tais inter-relações.

Para que uma relação entre os dois existisse, seria necessário que houvesse uma espécie de opostos ou uma inversão simples como atividade e passividade. Porém, Lacan será categórico ao afirmar que tal complementaridade é da ordem do impossível. Assim, não há nada que se possa qualificar como uma relação verdadeira entre os sexos.

A tese central de Lacan é a de que não há lugar para uma relação entre os sexos – impossibilidade de inscrição dessa relação no inconsciente – visto que o inconsciente não reconhece a diferença entre eles. A fantasia é o que vai tentar preencher esse vazio, ou recobrir a ausência desta inscrição. Dessa forma, Lacan colocará a impossibilidade da relação entre os sexos como o núcleo do Real, ou seja, aquilo que foge à simbolização.

Será na sessão de 9 de abril de 1974, do seminário *Les non-dupes errent*, que Lacan dará um passo fundamental para a compreensão da questão da sexuação e surpreenderá seus ouvintes com a seguinte afirmação: *l'être sexué ne s'autorise que de lui même* (o ser sexuado só se autoriza de si mesmo). Segundo ele, isto significa que ao sujeito caberá fazer uma escolha. Mesmo que no estado

civil ele tenha um registro, isto não o impedirá de classificar-se e de autorizar-se como masculino ou feminino. Porém, a esta fórmula, Lacan fará um acréscimo: *Il ne s'autorise que de lui-même, j'ajouterai ... et de quelques autres*⁹.

Por esta fórmula, Lacan sugere que ao sujeito caberá sustentar um lugar onde deve posicionar-se e autorizar-se como homem ou mulher. Só a ele caberá cavar um lugar para si na sexualidade.

Isso não significa que caiba somente ao sujeito o processo da sexuação. Por ser esse processo longo e complexo, nas primeiras fases da sexuação, o sujeito estará à mercê dos outros. É condição para que ocorra a constituição desse sujeito que ele se coloque na posição de assujeitado ao desejo desse outro, que o deverá conduzir ao grande Outro.

Esse outro o remeterá às representações da cultura que dizem o que é ser homem ou mulher, mas, num primeiro momento, ele não terá compromisso com essas nomeações. Entretanto, chegará o momento em que o próprio sujeito precisará se reconhecer como sexuado e assumir para si as representações do que é do masculino ou do feminino. O sujeito terá duas possibilidades de escolha: posicionar-se do lado da estrutura masculina, ou da estrutura feminina. Entretanto, somente a ele caberá esse processo de autorizar-se a ocupar o lugar de ser sexuado.

A partir daí, o sujeito sexuado também não estará mais sozinho para isso. Ele precisará dos outros que o nomeiem e o reconheçam (ou não o reconheçam) naquela posição que se decidiu por ocupar. A nomeação, feita por estes alguns outros, será necessária para ratificar a posição que o sujeito se autorizou a assumir.

Assim, podemos concluir que isto significa que, na sexualidade, o sujeito precisa autorizar-se a ocupar um lugar subjetivo como aquele que possui ou não o falo, ou seja, deverá posicionar-se do lado masculino ou feminino, mas não estará sozinho para isso.

Quanto à formação dos psicanalistas, a sessão de 9 de abril de 1974 será um marco importante para a questão. Após haver exposto a teoria da se-

xuação e concluído pela impossibilidade da relação entre os sexos, Lacan afirma que, da mesma forma que ocorre com o ser sexuado, que precisa autorizar-se de si mesmo, o analista só se autoriza de si mesmo, mas não estará sozinho para isso.

Lacan defenderá, no seu ensino, o preceito de que o *psicanalista só se autoriza por si mesmo*, ou seja, através do desejo do analista. Isto não significa que qualquer um possa autorizar-se, no momento que quiser e quando quiser, a ocupar o lugar do analista.

Assim como ocorre com o ser sexuado, o analista só poderá autorizar-se de si mesmo a ocupar o lugar do analista após ter passado por um complexo processo subjetivo que terá a ver com sua própria análise e com a passagem de psicanalizando a psicanalista. Só a partir daí, defenderá Lacan, o sujeito poderá posicionar-se como analista.

A posição de analista e o fim da análise

Quando Lacan introduz a questão de quem autoriza um psicanalista a exercer a psicanálise, o faz retomando os questionamentos freudianos acerca da psicanálise dirigida pelos não médicos. O objetivo principal de Lacan era o de questionar quem teria o direito de autorizar e de ser autorizado a exercer a psicanálise.

Procurando manter-se fiel à letra freudiana, ele questiona sobre os quesitos ou os atributos que serão exigidos daqueles que se decidem por exercer a psicanálise e qual o lugar que o analista deve ocupar numa análise.

Afirma ele que, na análise, o lugar que o analista deve ocupar é de objeto – objeto causa de desejo. E vai além, no seminário livro 17: *O avesso da psicanálise* (1969-70/1992), ao afirmar que o

9 Ele só se autoriza de si mesmo, eu acrescentarei... e de alguns outros.

10 Informação verbal realizada pelo prof. Dr. S. Scotti, com o título "O desejo de, ou do analista?", por ocasião da 8ª jornada de cartéis em Psicanálise do Traço Freudiano (atual Escola Brasileira de Psicanálise), seção de Florianópolis.

11 J. Lacan, *O seminário, livro 17*, p. 36.

12 I. Morin, "Le désir du psychanalyste dans la passe".

»
*o desejo de Freud permanece
em cada analista que se propõe
a continuar o exercício de um saber
que Freud transmitiu*

que está em jogo no discurso do analista é que ele, o analista, é o agente e que deve atuar sob a forma de objeto. Objeto causa do desejo do analisante (objeto *a*), mas deverá assumir, também, o lugar do desejo do analista. Lugar que, segundo ele, fora herdado do próprio Freud.

O desejo de Freud permanece em cada analista que se propõe a continuar o exercício de um saber que Freud transmitiu. Dessa forma, o desejo de Freud se liga ao desejo de cada analista quando este, sustentado pelo saber inaugurado por aquele que fundou a psicanálise, procura ocupar um determinado lugar frente ao desejo do analisante. Esse lugar é um lugar de objeto – objeto causa do desejo – ou objeto pequeno *a*¹⁰.

O lugar de objeto *a*, ocupado pelo analista, é sustentado por um desejo que tem como ponto de mira o desejo do analisante e será o lugar de objeto causa do desejo. "Ele, o analista, se faz de causa do desejo do analisante"¹¹, porém, esse desejo só poderá advir onde o lugar do analista estiver vazio, já que o desejo do analista é um lugar orientado por uma falta.

Segundo Morin¹², esta falta é uma falta bem particular que não tem correspondentes nas sociedades capitalistas ou científicas já que, nestas sociedades, é tratada com a oferta de objetos substitutos destinados a suturar os seus



*o que será demandado
ao analista não é, simplesmente,
que ele responda do lugar
de um sujeito suposto saber.
Do que se trata, verdadeiramente,
é que o analista é suposto saber
não grandes coisas*

100

PERCURSO 46 : junho de 2011

efeitos. Já do lado do analista, ele deve ocupar o lugar da falta, referida a seu saber, e suportar os seus efeitos. Assim, o lugar do psicanalista será o que Lacan denominará de lugar do *sujeito suposto saber*.

No seminário livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1995), Lacan introduz essa questão do *sujeito suposto saber*, para nos fazer compreender que o analista não pode responder do lugar do qual lhe é convocado, ou seja, como possuidor de um saber absoluto. Ele, o analista, é um sujeito que *supostamente* detém o saber. “Em certo sentido, pode-se dizer que aquele a quem a gente pode dirigir-se só poderia existir se um existe, apenas um. Esse apenas um foi, enquanto vivo, Freud”¹³. Isto quer dizer que Freud era aquele que poderíamos *supor saber* sobre aquilo que concerne ao que é do inconsciente, mas, com sua morte, este lugar ficou vazio – e é esse lugar que pertencerá ao analista.

Ainda no seminário livro 17: *O avesso da psicanálise*, Lacan retoma a questão do *sujeito suposto saber*. Diz que o que será demandado ao analista não é, simplesmente, que ele responda do lugar de um sujeito suposto saber. Do que se trata, verdadeiramente, é que o analista é suposto saber não grandes coisas. Ao contrário, a análise

demonstra que é o analista quem institui o analisante como sujeito suposto saber quando lhe dá a palavra e determina que fale. “O que se espera de um psicanalista é que faça funcionar seu saber em termos de verdade”¹⁴.

Mas, para que o processo analítico se efetive e chegue a um possível término, o que se espera do analista é que ele sustente esse lugar de objeto da transferência, ou lugar do *sujeito suposto saber*, e conduza seu analisando numa espécie de tapeação, da qual o analisante só se aperceberá no final da análise.

O fim da análise terá a ver com a liquidação desta transferência e com uma posição depressiva através da qual o analista será situado pelo analisando do lado de um *des-ser*, ou seja, de uma *destituição subjetiva*. O analista é progressivamente situado como um resto na medida em que se dá a sequência dialética do tratamento. Nestes termos, a liquidação do tratamento terá a ver com a destituição do *sujeito suposto saber*.

Este processo fundará o desejo do psicanalista que se originará deste encontro com o objeto *a*. Após este encontro com o Real, os ideais do eu tombam e o analisando entra em contato com o essencial do seu desejo. Assim, após ter passado por este processo, ele não estará mais no mesmo lugar de outrora.

Dessa forma, podemos afirmar que o desejo de ser analista não terá nada a ver com o desejo do psicanalista. Enquanto o desejo de ser analista se dará no início de uma análise, e estará no campo do imaginário, o desejo do psicanalista é o que o sustenta no seu ato e no lugar do vazio, ou seja, o lugar do objeto *a*, e que terá a ver com o fim da análise.

Será somente ao ter passado por esse processo, e chegado ao fim da sua análise, que o sujeito poderá autorizar-se de si mesmo a ocupar o lugar do analista, ou seja, poderá ocupar o lugar deixado por Freud. E, aqui, podemos compreender por que, na sua proposição, Lacan defenderá que é o psicanalista quem deverá autorizar-se de si mesmo a exercer a psicanálise, e não o analisando, ou seja, somente quem passou pela pró-

pria análise, chegou ao seu término e fez essa passagem poderá autorizar-se a ocupar o lugar do desejo do analista.

A fim de testemunhar essa passagem, Lacan criará dentro da sua Escola o dispositivo do *passé*¹⁵. Segundo Roudinesco¹⁶, no ano de 1969, a Escola Freudiana de Paris havia mudado seus estatutos para se transformar numa “associação mais moderna e especificamente psicanalítica”. Seu regimento interno ratificava o procedimento do passe como meio de acesso dos analistas à condição de *Analistas da Escola* (AE).

Ao instituir o passe, o que ele nos deixa claro é que seu objetivo era colocar esse mecanismo a serviço da instituição, a fim de acolher o testemunho da passagem de psicanalisante a psicanalista – apesar de não haver impedimento algum, àqueles que não se submeteram ao *passé*, de conduzir as análises, desde que tenham passado por sua própria análise.

Entretanto, na sessão de 9 de abril de 1974, do seminário *Les non-dupes errent*, Lacan alertará para que, apesar de o analista só autorizar-se de si mesmo a ocupar o lugar do analista, isso não lhe confere o direito de praticar a análise da forma que bem entender. E, além do mais, não estará sozinho para essa nomeação. Dirá ele que, assim como o ser sexuado só se autoriza de si mesmo, mas precisa da nomeação e do reconhecimento de alguns outros, da mesma forma, o *psicanalista só se autoriza por si mesmo...* e acrescenta: *e de alguns outros*.

Buscaremos responder à questão do estatuto desses outros que autorizam o analista a exercer a

13 J. Lacan, *O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, p. 220.

14 J. Lacan, *op. cit.*, p. 50.

15 No *passé*, o *passante* (aspirante a analista) fala aos *passadores* (membros da escola responsáveis em colher o testemunho dos candidatos) sobre a sua formação e o término da sua análise. Os *passadores* transmitem então esse depoimento ao júri de aprovação para que tomem suas decisões. O testemunho assim transmitido tem por objetivo fazer ouvir o ato específico que transforma um psicanalisando em psicanalista. Esse mecanismo terá um sentido prático na instituição, onde todos os membros da escola poderão se submeter a ele, independentemente da posição que ocupam e de hierarquia.

16 E. Roudinesco, *História da psicanálise na França*.

17 M. A. C. Jorge, “Introdução” in *Lacan e a formação do psicanalista*.

»
quanto à supervisão, Coutinho Jorge afirma que a contribuição de Lacan foi de ter tirado o poder das instituições de torná-la obrigatória para a formação dos analistas

psicanálise, de alguns teóricos e, na sequência, traçaremos as suas considerações sobre o assunto.

Para Coutinho Jorge¹⁷, as palavras *e por alguns outros* foram acrescentadas para introduzir os aspectos da formação que se situam para além do âmbito da própria análise do sujeito que deseja ocupar o lugar do analista e se referem ao ensino teórico e à supervisão clínica.

De fato, o ensino teórico é um aspecto indispensável à formação de um analista. Para o autor, trata-se de realizar uma travessia da teoria que, ao contrário da travessia do fantasma, que tem seu fim no término da análise, será interminável. Da mesma forma, a invenção dos cartéis representa uma inovação que busca incentivar o trabalho de elaboração teórica e otimizar as trocas entre os analistas, formando um verdadeiro laço entre eles.

Quanto à supervisão, Coutinho Jorge afirma que a contribuição de Lacan foi de ter tirado o poder das instituições de torná-la obrigatória para a formação dos analistas. Segundo ele, ao tornar a supervisão uma prática obrigatória, os institutos de formação impediam que o sujeito escolhesse o momento em que iria submeter-se a essa experiência. Na sua Escola, Lacan incluirá a supervisão no tempo lógico de cada sujeito e não mais como um controle institucional que lhe retirava sua força inerente.



*não é qualquer pessoa
que pode autorizar-se psicanalista,
do mesmo modo, não são
todos os outros que podem
autorizar um psicanalista
a exercer a psicanálise*

102

PERCURSO 46 : junho de 2011

Já para Didier-Weill¹⁸, a teorização de Lacan acerca da questão da formação dos analistas toma um novo impulso no momento em que Lacan consegue passar de uma descontinuidade entre o íntimo que representa o autorizar-se de si mesmo e o coletivo das instituições. Ao acrescentar *e por alguns outros*, ele estaria introduzindo uma noção de continuidade entre o íntimo e o coletivo. O que garantiria essa continuidade seria o dispositivo do *passe*.

Como citamos acima, ao lançar essa proposição, Lacan não nomeará diretamente quais são os outros que participam na autorização dos analistas. Assim, não fica descartada a hipótese de que, nela, Lacan esteja se referindo à transmissão teórica ou à supervisão clínica. Tampouco se pode afirmar que não se trata da questão do *passe*. Não poderíamos assegurar com certeza que ela fora trazida por Lacan para tentar justificar a existência das instituições e manter o poder da sua instituição. Entretanto, no seminário *Les non-dupes errent*, não há indícios lógicos de que é a isso que ele se refere e, dessa forma, os argumentos apresentados pelos autores acima citados tornam-se insuficientes para sustentar tais afirmações.

Numa alusão ao processo de sexuação do sujeito, podemos fazer algumas considerações a res-

peito de quem são esses *alguns outros* que podem autorizar o psicanalista a exercer a psicanálise.

Primeiro, ao analisarmos a estrutura lógica desta proposição, perceberemos que a primeira coisa que nos fica claro é que, ao utilizar a palavra *alguns* na expressão *e por alguns outros*, Lacan estava dando a alguns a possibilidade de autorizar o psicanalista, mas não a todos. Como ele afirmara anteriormente, não é qualquer pessoa que pode autorizar-se psicanalista, do mesmo modo, não são todos os outros que podem autorizar um psicanalista a exercer a psicanálise.

Segundo, está mantida a ideia central de que caberá ao próprio analista autorizar-se de si próprio, ou seja, guiado pelo desejo do analista. Entretanto, o analista precisará de um outro que sirva de suporte para a transferência e o remeta ao Outro, ou seja, que o acompanhe na travessia da sua própria análise. Dito de outro modo, o sujeito que deseja se posicionar no lugar do analista precisará ocupar, num primeiro momento, o lugar do analisando, e colocar alguém na posição do analista, até que se efetive a passagem subjetiva de analisante a analista. Então, ele precisará de um outro que é o seu analista e que ocupará o lugar de sujeito suposto saber, até que sua análise chegue ao seu término. A partir daí, esse sujeito precisará de alguns outros que o nomeiem e o reconheçam.

Neste momento, as instituições psicanalíticas serão responsáveis pela ratificação desta posição que o sujeito se autorizou a ocupar. A nomeação e o reconhecimento institucional colocarão o sujeito, simbolicamente, no lugar do analista. Porém, caso o sujeito não tenha passado pelo dispositivo analítico e feito sua passagem de psicanalisante a psicanalista, de nada adiantará essa nomeação. Da mesma forma, não são as regras burocratizadas e rígidas que darão essa garantia a um sujeito que queira ocupar o lugar do analista.

Podemos afirmar que há uma diferença entre nomear alguém e autorizá-lo a exercer a psicanálise. Neste caso, o que a instituição poderá fazer é nomear o psicanalista, porém a autorização em ocupar o lugar do analista dependerá do

desejo do analista, ou seja, de sustentar esse desejo no lugar do objeto *a*.

Assim, o que podemos afirmar com certeza é que o reconhecimento institucional é importante neste processo, pois colocará o sujeito, simbolicamente, no lugar do analista. Porém, caso o sujeito não tenha passado pelo dispositivo analítico, de nada adiantará essa nomeação, nem tampouco a transmissão teórica e a supervisão clínica.

Dito isto, são duas as constatações que podemos tirar dessas proposições trazidas por Lacan com relação à formação dos analistas:

1. cometeríamos uma omissão significativa se, ao tratarmos desta questão, não considerássemos a analogia deixada por Lacan entre as leis da sexuação e a formação dos psicanalistas. Ao considerá-la, cremos que saímos do registro do imaginário e pudemos propor uma solução simbólica para responder à questão do estatuto desses *alguns outros*;

2. ao acrescentar o *e por alguns outros* à expressão de que o psicanalista só se autoriza de si mesmo, Lacan cria um aparente paradoxo para a questão da formação dos analistas.

É um paradoxo na medida em que, ao afirmarmos que o analista só se autoriza por si mesmo, fica excluída a necessidade da conjunção do *e por alguns outros*. Pela lógica formal o *só* exclui, automaticamente, a possibilidade de qualquer outro neste processo de autorização.

Sobre os paradoxos, Lacan jamais falará na possibilidade de solucioná-los de maneira formal. Assinala ele que os paradoxos só existem em relação a uma lógica “formal demais”. Sobre isso, no seminário *Les non-dupes errent*, Lacan fará algumas considerações que nos servirão de maneira aproximativa para compreendermos essa

»
se o paradoxo que citamos não se sustenta pela sua lógica formal, ele deve ser analisado cuidadosamente para que seja decifrada qual é a outra lógica – se há alguma – que está subjacente aos seus enunciados

afirmação. Dirá ele que, anteriormente a Freud, se o inconsciente era definido como o ilógico ou o irracional, isso não queria dizer que ele o fosse, mas, simplesmente, que esta racionalidade precisava ser construída. Dirá ele, ainda, que mesmo que algo não ocupe o papel que cremos na lógica clássica, então, é preciso construir outra lógica.

Assim, se o paradoxo que citamos não se sustenta pela sua lógica formal, ele deve ser analisado cuidadosamente para que seja decifrada qual é a outra lógica – se há alguma – que está subjacente aos seus enunciados. Dessa forma, investigarmos qual é a lógica que sustenta o possível paradoxo contido nas proposições lacanianas, de que “o psicanalista só se autoriza de si mesmo... e de alguns outros”, será fundamental para avançarmos na compreensão acerca da formação dos analistas, mas este é o tema central da nova pesquisa que estamos desenvolvendo no nosso departamento.

18 A. D. Weill, “A questão da formação do psicanalista para Lacan”.

Referências bibliográficas

- Ferreira A. B. de H. (1986). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fink B. (1998). *O Sujeito Lacaniano – entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Freud S. (1913/1996) *Totem e tabu. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIII.
- Jorge M. A. C. (2006). Introdução. In *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacan J. (1995). *O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1992). *O seminário, livro 17. O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1973-74). *O seminário, livro 21. Les non-dupes errent*. Inédito.
- Morin I. (1991). Le désir du psychanalyste dans la passe. In *La passe: fait ou fiction?* Paris. Revue de psychanalyse: École de la cause freudienne.
- Roudinesco E. (1986). *História da psicanálise na França. A batalha dos cem anos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roudinesco E.; Plon M. (1998/2007). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- 104 Safatle V. (2007). *Lacan*. São Paulo: PubliFolha.
- Weill A. D. (2006). A questão da formação do psicanalista para Lacan. In *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

The analyst is authorized only by himself... and by some others

Abstract Taking as a basis J. Lacan's Seminar XXI (*Les non-dupes errent*), the authors suggest that his famous formula about becoming an analyst is connected with what he calls "the laws of sexuation". In the same manner as the sexuated being has to authorize himself to occupy his place in sexuality, he who wants to become an analyst has to take his risks... and be supported by "some others".

Keywords formation of the analyst; desire; "some others".

Texto recebido: 02/2011

Aprovado: 05/2011

Maria Cristina Kupfer

Entre duas profissões impossíveis

Realização Bela M. Sister, Danielle Breyton, Deborah Cardoso, Silvio Hotimsky e Susan Markuszower.

A trajetória de Maria Cristina Kupfer, psicanalista e professora titular do Departamento de Psicologia da USP, está associada ao Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica, referência para aqueles que trabalham com o autismo e a psicose infantil.

No início de sua vida acadêmica, como psicóloga escolar, M. C. Kupfer foi buscar na Psicanálise as informações conceituais e clínicas para as complexas questões relativas ao campo da Educação. Suas principais inquietações levaram-na a insistir na ideia da aproximação entre a Psicanálise e Educação – duas das três profissões impossíveis citadas por Freud –, de onde surgiu a concepção da Educação Terapêutica. Concepção teórica-clínica que propõe um atendimento psicanalítico e educacional integrados, e que encara a relação entre esses dois campos por um ângulo diferente ao apostar na inclusão escolar como uma alternativa ao Outro desregrado. Afinal, a designação de um lugar social é especialmente importante para crianças incapazes de produzir laços sociais, como no caso de crianças com distúrbios globais de desenvolvimento. Para elas, podemos considerar que “educar é tratar, e tratar é educar”.

Mas M. C. Kupfer foi além. Encarando também as dificuldades que passam a surgir no âmbito escolar, criou o Grupo Ponte justamente como um circuito de estudo e discussão para psicanalistas, professores e pedagogos, de maneira a tornar possível a inserção e permanência dessas crianças nas escolas.

Também, junto com colegas, tomou iniciativas nas áreas universitárias do ensino, da investigação e da extensão em torno de reflexões interdisciplinares tendo por eixo a psicanálise. Participou, igualmente,

de importante pesquisa de indicadores de risco para o desenvolvimento da criança, em escala nacional.

Sua contribuição teórica pode ser observada nos diversos livros que publicou, como *Freud e a Educação* (1989), *Educação para o Futuro* (2007), *Psicanálise e Educação* (2000), assim como em muitos artigos escritos para revistas especializadas. Recentemente organizou a publicação de *Lugar de Vida*, vinte anos depois – Exercícios de educação terapêutica (2010), e é responsável pela edição da *Revista Estilos da Clínica*.

O *Lugar de Vida* completou, em 2010, vinte anos de existência e foi, durante todo esse tempo, “uma usina de ideias e de projetos acadêmicos e clínicos”. Nessa entrevista conversamos com M. C. Kupfer sobre vários aspectos desse difícil trabalho. Como sustentar um projeto tão complexo, que teve seu início como um serviço do Instituto de Psicologia dentro da USP e que se emancipou, para se tornar uma Associação?

Nas páginas a seguir, M. C. Kupfer partilha conosco o balanço de sua rica e coerente trajetória como psicanalista e acadêmica. Faz também um balanço da experiência do *Lugar de Vida*, espaço singular de atendimento psicanalítico e educacional de crianças, e exemplar para o aprimoramento de profissionais e estudantes das áreas de Saúde Mental e da Educação, espaço esse que está em constante questionamento, produzindo um saber vivo e significativo.

PERCURSO Sua vida profissional e acadêmica teve início na área da Psicologia Escolar e depois se direcionou também para a Psicanálise. Como se deu esse movimento?

MARIA CRISTINA KUPFER Eu ia fazer um relato de como se deu esse movimento, mas percebo que essa é uma questão que vou visitar, porque escrevi sobre isso no Memorial¹. E, agora, ao revisitá-la, me dou conta de que esse movimento se deu a partir de uma ilusão. Isso eu não escrevi no Memorial. Aliás, agradeço a vocês, porque agora posso olhar o Memorial de uma forma mais livre, porque ele foi escrito de uma maneira muito acadêmica.

»
*procurei a psicanálise, me iludi,
 me decepcionei, mas redefini e
 redescobri até a própria possibilidade
 de olhar o campo educativo*

E foi uma ilusão, no sentido em que eu estava colocada da perspectiva do pensamento educativo, de supor que os chamados problemas emocionais tinham que ser tratados pela psicanálise. Era como se eu pensasse que as crianças tinham problemas na escola porque faltava quem escutasse a dimensão afetiva, a assim chamada dimensão emocional. Logo que fui para o campo da psicologia escolar, vi que faltava uma outra leitura. Uma leitura que ultrapassasse a dimensão cognitiva, a leitura da psicologia, chamada hoje de instrumental, que estuda as capacidades de percepção, de conhecimento do mundo. Crianças que, então, tropeçariam porque teriam fantasias, problemas, angústias, que iriam interferir no seu percurso educativo e intelectual, enfim, em sua aprendizagem. E hoje penso que isso é uma ilusão. Aliás, foi a própria psicanálise que me mostrou isso. Você vai buscar uma coisa e encontra outra. Felizmente...

Procurei a psicanálise, me iludi, me decepcionei, mas redefini e redescobri até a própria possibilidade de olhar o campo educativo. A psicanálise me disse: “Escuta aqui, você está achando que o que falta, a angústia etc., tudo isso vai ser resolvido com a escuta psicanalítica? Nem pense nisso!” Frente a isso, primeiramente, fico decepcionada, mas depois encontro um universo extremamente interessante. Quando você pensa que se pode produzir por causa do vazio, do real, da falta, por causa do não saber, da impossibilidade do saber todo, então você redefine. A psicanálise me ajudou a redefinir o campo educativo. Eu queria que ela viesse completá-lo e ela me disse: “Eu não completo nada, ao contrário. Só venho para mostrar o que falta, o vazio, e que toda



o importante é a busca do meu desejo de autonomia, de me fazer mestre de mim mesma

produção humana vem para dar conta da sexualidade e da morte”. Existem momentos em que fico bem com isso, tem momentos em que não – sou neurótica, todos somos –, em que eu queria assim mesmo... É o título de um livro do Octave Mannoni, *Eu sei, mas mesmo assim...* Existem dois títulos maravilhosos dele. *Eu sei, mas mesmo assim...* e *Um começo que não termina de começar*². Este último serve para a psicanálise e serve para o meu percurso. Eu gosto de dizer que é sempre o começo, estou sempre começando.

PERCURSO Em sua trajetória você revela, fruto de muito estudo e muita prática, ter mudado de posição no que se refere às relações entre Psicanálise e Educação. De 1989, quando escreveu *Freud e a Educação*, até 1999, quando dez anos depois foi convidada pela APOOA para escrever um artigo comentando esse seu livro³, as aproximações tornaram-se cada vez mais significativas. Seu livro parte da análise de *Freud antipedagogo*, trabalho de Catherine Millot, no qual a tese principal é que a Psicanálise não pode interessar à Educação; já seu artigo, que deu origem à sua tese de livre-docência, revela sua disposição em casar essas duas disciplinas. Como você vê isso? O que poderia nos dizer sobre esse debate?

- 1 Memorial apresentado por Maria Cristina Machado Kupfer, em 2008, ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para concurso público de Professor Titular no Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.
- 2 Mannoni, Octave, “Eu sei mas mesmo assim ...” em *Chaves do imaginário*, Petrópolis, Vozes, 1973 e *Un comienzo que no termina*, Barcelona, Paidós, 1982.
- 3 Trata-se do artigo “Freud e a Educação, dez anos depois”, publicado na *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APOOA)*, Porto Alegre, v.1, n. 16, p.14-26, 1999.

M.C. KUPFER Agradeço a leitura cuidadosa de vocês. Há realmente uma passagem do livro *Freud e a educação* para esse outro momento em que eu digo que, de fato, a psicanálise tem alguma coisa a oferecer... Primeiro, tenho que dizer que isso é fruto da minha teimosia. E teimosia tem outro nome em psicanálise. É um movimento de desejo do qual eu não posso me furtar, não posso escapar. Ele está ali, me impulsionando o tempo todo.

PERCURSO Tem relação com as ilusões que você mencionou?

M.C. KUPFER Isso mesmo. Eu acho que não renunciei a elas. Não posso, não é? A gente recoloca, redimensiona, reinscreve, mas ela está lá. É ainda uma ilusão. A teimosia é isso, é acreditar. Voltando a Millot, ela me faz lembrar uma coisa muito importante. Quando começamos e estamos nesse campo, no campo da psicanálise especialmente, ficamos muito aprisionados, somos levados a um tipo de escravidão à mestria: aos mestres, à teoria, às escolas, àquilo que é psicanaliticamente e teoricamente correto. Tem um policiamento feroz. Cada um entra nesse discurso – isso é um discurso – pela porta da sua fantasia. Gosto muito dessa ideia, trabalho muito com a relação entre sujeito e discurso. Sempre estive muito prisioneira disso, o que sempre me fez muito mal, pois me engessava, embora o meu desejo, minha ilusão, minha teimosia, me levassem a quebrar isso sistematicamente de uma maneira, muitas vezes, até contrafóbica. Vou na direção sabendo que vou encontrar um muro, que eu vou bater a cabeça e que vou apanhar. Mas os problemas foram os muros. O importante é a busca do meu desejo de autonomia, de me fazer mestre de mim mesma.

PERCURSO De não se conformar?

M.C. KUPFER De não me conformar. O embaite era com as igrejas, com as doutrinas, as teorias... Foi preciso um tempo para eu perceber o seguinte: as possibilidades de tomar um instrumento chamado Psicanálise e ir para a escola



por que o saber da psicanálise não é morto? Porque ele é organizado em torno de questões que são muito humanas, que têm muito a ver com o âmago do ser.

ou para onde quer que eu vá, são inúmeras. As entradas, os casamentos são inúmeros, sem que eu, vamos dizer, fira a novidade freudiana. Porque Freud também fez isso. E ele também caiu nessa armadilha. Ele queria que a novidade se conservasse. Mas para conservar a novidade, ele precisou criar instituições. Ao criar instituições, ele matou a novidade. É um impasse. Isso, para mim, é um grande impasse. A instituição, ao instituir, mata. Você precisa instituir, desinstituir, reinstituir o tempo todo! O tempo todo! A partir do momento em que eu vi que o movimento era esse, que eu não tenho que me curvar, que não tenho que ficar preocupada se sou milleriana, melmiana, lacaniana ou o quê..., vi que estava muito preocupada com minha identificação com um certo dialeto.

importante a articulação do corpo com a linguagem, do objeto com a linguagem, da pulsão com a linguagem. E aí é muito mais interessante! Fiquei muito interessada em tudo que dizia respeito à linguagem, ao significante, ao discurso, à noção de discurso, que é um pouco foucaultiana, mas principalmente lacaniana – eu uso um pouco de Michel Foucault –, e que é operativa. Quando organizo uma escola, por exemplo, em termos de formações discursivas, e meu trabalho consiste em pensar a relação do sujeito com aquele discurso e como é que cada um entra com sua fantasia nessa formação discursiva, eu tenho um instrumento de leitura que produz efeitos, que tem consequências. Lacan produziu um tipo de saber que tem consequências, não é um saber morto. É diferente de muitos saberes da psicologia no sentido de que não produzem consequências, não têm eficácia no sentido de que não têm uma eficiência, não fazem alguma coisa no real, não produzem efeito no real. Quando digo eficiente, é no sentido de fazer alguma coisa que altere, modifique a experiência. Isso, para mim, é um saber que produz consequências.

108

PERCURSO 46 : junho de 2011

PERCURSO Então, quem você diria que são suas grandes influências?

M.C. KUPFER Aí, é diferente. Antigamente, eu estava preocupada em falar da minha filiação. Quem sou eu? Sou aquela que segue as ideias de fulano. Aliás, isso não é filiação, é identificação. Agora, posso recuperar minhas influências, o que é diferente. Eu tenho uma transferência tumultuada com Lacan, que ainda preciso acabar de resolver. Porque, quando me encontro com algumas formulações do Lacan, acho que elas são de uma grande operatividade, elas vão para minha mão, e vejo a possibilidade de transformação que elas têm. A possibilidade de abertura de escuta, o que eu aprecio muito! Sou uma estudante do Lacan dos primeiros tempos. Estudei menos o segundo tempo, a segunda clínica, mas tenho descoberto coisas muito interessantes sobre a segunda clínica. Ainda assim estou, principalmente, na primeira clínica. Por identificação também com a [Maud] Mannoni e a [Françoise] Dolto. Elas também ficaram, mas ficaram por escolha. Eu fiquei porque quero saber e o Lacan no primeiro tempo é o Lacan do inconsciente estruturado como linguagem. É o Lacan que põe em relevo o simbólico, toda a questão da linguagem. Agora é que estou vendo que é muito mais

Por que o saber da psicanálise não é morto? Porque ele é organizado em torno de questões que são muito humanas, que são muito abissais, que têm muito a ver com o âmago do ser. E, quando a psicanálise constrói o saber em torno desse âmago, ela não o constrói para fechá-lo, para apagá-lo. Por isso fica vivo, por isso se renova. Porque, como esse âmago é irresolúvel, insolúvel, inalcançável, ele está o tempo todo se manifestando. E como eu não deixei quieto, ele vem, se manifesta, transforma. Então, é um saber vivo. O saber psicológico que diz que “a criança



*a psicanálise tem esta vivacidade...
Ela não deixa de escutar
que este sujeito é disruptivo
do saber*

tem fases de desenvolvimento assim, assim e assado” é um saber morto, no sentido em que ele está ali, feito para não ouvir a voz do que não é desenvolvimento, do que é disruptivo, do que é singular, do que irrompe. O saber é, em geral, universalizante. Quando ele é universalizante, ele acachapa, fecha, esconde o singular. E o problema do singular não é que ele é bacana, que temos que levar em conta a pessoa, não é porque é politicamente correto. É porque o singular é disruptivo. Ele vem e quebra com o saber. Ele vem e diz: “Olha aqui, a senhora está dizendo que as crianças se desenvolvem assim, que aos quatro anos a criança não pode mais trocar letras, que todas as crianças nessa idade têm que falar direito e eu não falo direito!” Então, ele faz, como os lacanianos gostam de dizer, furos no saber.

A psicanálise tem esta vivacidade... Ela não deixa de escutar que este sujeito é disruptivo do saber. Por isso, o saber produzido pela psicanálise é um saber vivo e o saber produzido pela universidade é um saber morto. Nesse sentido. Existem outros sentidos, políticos, que têm também a ver com esta morte. Outro sentido do qual se falou no último LEPSI⁴ que fizemos, [em 2008, no VII Colóquio Internacional], e que me ajudou muito a pensar essa minha questão com a universidade.

4 Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância – IP/FEUSP: Laboratório interunidades, fundado em 1998 pelos professores Maria Cristina Machado Kupfer, do Instituto de Psicologia, e Leandro de Lajonquière, da Faculdade de Educação, com o objetivo de reunir e desenvolver iniciativas nas áreas universitárias do ensino, da investigação e da extensão, em torno de temáticas relativas à educação familiar e escolar, bem como à educação terapêutica na infância, através de uma reflexão interdisciplinar que tem como eixo a psicanálise.

Ali se falou do declínio dos saberes na universidade e a razão para isso tem a ver com uma questão política. Com a mercantilização dos objetos do saber, na hora em que você transforma o saber em mercadoria. A universidade pública ainda escapa um pouco disso, mas não vai escapar mais, porque a universidade pública já não é mais pública. Porque na universidade pública também já ocorre a transformação do objeto do saber em mercadoria. Em que sentido? A pesquisa é paga pelas grandes empresas! Na psicologia ainda não acontece, mas existem programas de pós-graduação em muitas universidades nos quais o doutorando tem que entrar na universidade com sua pesquisa já financiada por uma empresa. Ele tem que trazer dinheiro para o programa ou para o laboratório.

PERCURSO Como acontece com a indústria farmacêutica na psiquiatria, por exemplo...

M.C. KUPFER Exatamente. Existe a mercantilização. Ora, o que isso quer dizer? Esse objeto, que vem como um objeto mercantil, faz exatamente essa função de fechar o furo, de não deixar ver, de não deixar aparecer o singular do sofrimento da pessoa. Você toma Ritalina, puff, acabou! E ainda por cima é um objeto comercializável, intercambiável. É uma maravilha, o capitalismo adora isso! Essa é mais uma razão para o saber na universidade estar morto. Estou em um momento de *turning point*. Passei a vida trabalhando com grande dedicação à universidade, acreditando muito nas possibilidades de transformação, em levar a psicanálise para a universidade, e a psicanálise na universidade poder usar o seu potencial de transformação, e me decepcionei bastante ultimamente – estou fazendo um grande luto – e agora estou gostando de poder falar sobre isso de outra maneira, não como um problema individual com os colegas que não reconhecem... Tudo isso é bobagem! O importante é pensar no que fui procurar na universidade, o que encontrei e o que não encontrei. E o que não encontrei minha teimosia, minha ilusão, vão me fazer procurar em outro lugar. Não está na universidade. Encontrei

muita coisa boa na universidade, mas muito que fui procurar não encontrei.

PERCURSO A saída do Lugar de Vida⁵ da USP, em 2007, tem a ver com isso? Como foi que aconteceu? Quais as dificuldades que vocês viveram com a Universidade?

M.C. KUPFER Eu não tinha ideia do quanto a Universidade, entendida como corporação, pode não ajudar, do quanto a Universidade emperrava. E isso, estou falando de uma forma tranquila, quer dizer, não é um problema de fogueira de vaidades. Houve um tempo em que eu situei assim: “O pessoal não quer o Lugar de Vida!”. Eu lia que a Universidade estava emperrando porque apoiava a burocracia, então eram os colegas que não queriam. Havia uma grande resistência, uma indiferença em relação ao Lugar de Vida. Há episódios que me ajudam a relatar como eu situava o problema. Lembro-me bem de uma cena, de uma colega que sentou comigo em uma reunião na universidade e falou que uma criança autista havia agredido uma aluna da pós-graduação, que a aluna tinha ficado mal, com dor de cabeça – porque levou um coque na cabeça – e que nem pôde assistir à aula por causa disso. Não era nem uma criança do Lugar de Vida, mas ela não sabia! Era uma criança que estava sendo atendida na clínica e que fugira. Era outra coisa. Mas a maneira como a colega falou sobre isso me deu toda a clareza da resistência de uma instituição em relação à loucura! Em outra ocasião, ocorreu algo delicado em relação a um aluno com problemas psíquicos, que entrou no Instituto de Psicologia em 2000. Em 2004, a diretora, à época, me pediu para fazer um trabalho de tutoria. Então, eu tutoriei esse aluno, ajudando quando surgia algum conflito com os colegas. Eles vinham para minha sala e conversávamos. Tutoriei o aluno durante um período e depois outra colega assumiu a tutoria. Ele é um aluno que produz, escreve, faz os trabalhos, mas de vez em quando tem uns momentos de agressividade... Num desses momentos de maior agressividade, o aluno ameaçou um inspetor com uma faca. Ele foi levado pelo



isso tem a ver

com uma forma de pensar.

Com o quanto é possível produzir

um saber que faz limiar

com a loucura

SAMU e ninguém saiu ferido, mas a providência tomada foi a abertura de uma comissão de sindicância. Embora falemos muito de inclusão no curso, a instituição universitária não tem recursos para incluir a loucura: só pode propor o seu disciplinamento.

PERCURSO Vocês avaliaram que o Lugar de Vida não tinha mais lugar dentro da USP?

M.C. KUPFER Eu entendia que o Lugar de Vida estava sendo impedido de crescer por questões daquele tipo. Ainda pensando que eram questões muito pessoais, de conflitos institucionais. Depois que saímos, em 2007, passados três anos e meio, temos outros problemas institucionais fora da Universidade, mas podemos respirar! Houve um ganho muito grande. E aí não tem a ver com a minha colega que tem medo do coque do autista, não tem a ver com uma instituição limitada em sua possibilidade de acolher a loucura. Tem a ver com uma forma de pensar. Com o quanto é possível produzir um saber que faz limiar com a loucura. Se você for produzir um saber na clínica, dentro da universidade, na psicologia, vai ter que ser um saber bem comportado, ainda que seja sobre a loucura. Tem que ser bem comportado. Tem que ser uma descrição da paranoia, justamente articulando-se com as possibilidades de medicação, visando eliminar a paranoia. Qualquer coisa nessa direção. Mas como eu elimino a paranoia? É claro que há pesquisas muito interessantes lá dentro. Não estou dizendo que não. É claro que durante 17 anos nós produzimos pesquisas, mas o espírito geral é um espírito que não está interessado em um tipo de trabalho que faz fronteira com a loucura, com aquilo que



o fato de serem crianças em situações muito graves, para mim, apareceu como um desafio clínico.

não está bem comportado. Não pode, não cabe. O acadêmico é muito ritualístico.

PERCURSO Será que isso também tem relação com a projeção que o Lugar de Vida alcançou?

M.C. KUPFER Paira um silêncio, uma indiferença sobre a projeção de cada um dos colegas. Porque estamos na Universidade de São Paulo, a maior universidade do país, e cada um que está ali tem reconhecimento fora. Com o Lugar de Vida foi a mesma coisa, mas é verdade que o Lugar de Vida é uma instituição por onde passou muita gente, muito aluno, mestrando, doutorando... porque ali tem uma experiência clínica. Então, acho que tenho uma pequena resposta, ainda inicial. Quer dizer, paira um silêncio, uma indiferença... Mas, principalmente, porque a missão da universidade, segundo essas cabeças pensantes que estão lá, nada tem a ver com extensão. Isso é um grande contrassenso na psicologia. Eles estão ali para produzir pesquisa. Eu ouvi uma colega falando: "Extensão não tem valor nenhum para o CNPq". A missão da universidade é fazer pesquisa e formar alunos. Isso que eu coloquei no Memorial eu gosto. Porque eles ficam debatendo: o que é mais importante? Atender os pacientes ou formar os alunos? Onde vamos pôr a ênfase? É uma enorme falsa questão, porque aí eu digo: "é claro que é formar alunos! Porque eu preciso

5 O Lugar de Vida foi criado em 1990 e fazia parte do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP. Tornou-se depois a Pré-escola terapêutica Lugar de Vida e assim permaneceu até 2007, quando foi fechada por decisão da equipe que ali trabalhava. Essa mesma equipe criou então a Associação Lugar de Vida, organização privada e sem fins lucrativos, que desenvolve trabalhos fora da USP.

6 Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, localizado em Recife, Pernambuco, fundado em 1981, tendo Paulina Rocha como uma de suas fundadoras.

de um aluno que atenda bem a população, porque a população é mais importante, obviamente!" Agora, quem está na universidade não acha. Então, qualquer coisa de extensão que seja feita lá dentro é entendida como um pequeno câncer, um apêndice... E o Lugar de Vida, com muita pesquisa, mas também com muita extensão, não fugiu à regra... E não se trata de posições pessoais: todos os quatro últimos diretores do Instituto apoiaram o Lugar de Vida, mas isso não impede que ele tenha sido, institucionalmente, uma excrescência.

PERCURSO Como e quando nasceu a ideia de constituir um lugar de tratamento para crianças com graves dificuldades no desenvolvimento psíquico (e escolar) como o Lugar de Vida, na USP? Nessa ocasião você já tinha ido para a psicanálise?

M.C. KUPFER Já, isso foi em 1988, 1989. A ideia começou como um grupo de estudos, que desde o começo visava estudar praticando. Ainda não tinha nenhum modelo, mas eu queria muito não dissociar o estudo teórico da nossa prática. Queria uma prática comum, não que cada um de nós contasse seus casos de consultório.

PERCURSO Você queria uma prática comum, mas se direcionou para crianças mais problemáticas, mais comprometidas psiquicamente...

M.C. KUPFER É, foi casual, foi sem querer querendo... Porque o casual veio pela Lia Grillo, que tinha trabalhado no CPPL⁶ de Recife. Ela estava nesse grupo e nos contava como tinha sido a sua experiência ali. O fato de serem crianças em situações muito graves, para mim, apareceu como um desafio clínico. Eu achava que, se trabalhássemos com essas crianças, teríamos um ganho muito grande na compreensão da estrutura psíquica. E também achava – era um pensamento que tinha na época, absoluta racionalização, claro – que eram essas as crianças que mais precisavam de nós. As crianças neuróticas não precisavam de um trabalho analítico, reproduzindo um pouco essa ideia de que o trabalho analítico é raro. En-

fim, queria um trabalho que tivesse consequências maiores em termos de ganho. Há uma frase freudiana para explicar isso: “É no vaso de cristal quebrado que se conhecem as linhas de força do psiquismo”. Porque, como o vaso de cristal quebra nos pontos fracos da sua estrutura, quando você observa o cristal quebrado, é possível descobrir a estrutura do cristal. Então, assim, pela via da loucura, da psicose, eu poderia entender o psiquismo humano, como funciona o ser humano.

Só recuperei depois, lá na frente, o porquê de querer trabalhar com essas crianças com problemas mais graves... Só recuperei depois que me lembrei de uma criança que conheci quando eu era criança, e que era um menino autista. Era um amigo com quem “íamos brincar” e que não brincava. Isso é uma marca de infância. Tinha aí uma questão que veio lá de muito longe, eu tinha os meus cinco ou seis anos de idade. Eram filhos de amigas da minha mãe. Esse menino e um outro, que tinha uma paralisia cerebral muito forte, a ponto de ter vivido deitado 18 anos. Esses dois me marcaram muito. Lembro muito desse da paralisia cerebral, porque a mãe tinha, para com ele, um carinho muito grande. E eu não entendia por quê. Pensava: “Nossa, ela gosta dele mesmo sendo quase um vegetal?”, claro, não pensava exatamente nesses termos. Pensava: “como ela pode gostar dele?”. Até me emociono lembrando disso. Essa era a questão: como posso me ligar a uma pessoa tão... aparentemente sem vida? Como é que pela loucura eu posso entender o amor?

Resolvemos, então, começar um trabalho parecido com o do CPPL. Lá no meu consultório, montamos um pequeno grupo. Logo que começamos, entregamos um projeto para o CNPQ, com um pedido de bolsa. Lembro que a resposta chegou uma semana depois. Uma linha negando o pedido, dizendo que não havia metodologia de pesquisa na proposta. Vi que estávamos muito fora do discurso acadêmico e da pesquisa. E pensei em colocar o trabalho na USP e propô-lo como projeto de pesquisa, porque eu achei que a USP poderia nos dar – essa é a faca de dois gumes – a estrutura para pesquisa. Ali eu vi que



*fomos para a USP,
trabalhamos, fizemos um projeto
de pesquisa adequado,
a Fapesp concedeu um auxílio
individual à pesquisa*

poderíamos pesquisar muito, e que de outra maneira não seria possível. Foi o que fizemos logo em seguida. Fomos para a USP, trabalhamos, fizemos um projeto de pesquisa adequado, a Fapesp concedeu um auxílio individual à pesquisa. Então, enquadrámos bonito o trabalho no referencial acadêmico de pesquisa. E foi a tal faca de dois gumes. Ao mesmo tempo que deu possibilidade de crescimento, o enquadramento engessou. Então, também não posso dizer que a USP foi terrível com a gente. Ela deu uma possibilidade de início.

PERCURSO O fato de ter a psicanálise como embasamento também gerou alguma questão com a USP?

M.C. KUPFER Se a psicanálise for um conhecimento a mais, não tem problema nenhum. Ao contrário, eles querem esse conhecimento a mais e bem estruturado. Lembro que logo que cheguei, em 1989, íamos comemorar os 50 anos da morte de Freud. Aí, eu queria fazer uma comemoração e na época eu pertencia a uma instituição chamada *Associação Livre*⁷, na qual fiquei algum tempo. Falei para a diretora que gostaria de fazer um evento com a *Associação Livre* e ela respondeu “de jeito nenhum!”. Ela afirmou que a *Associação Livre* era uma instituição sem nenhuma inserção. E disse que eu fizesse com a Sociedade [Brasileira de Psicanálise de São Paulo] ou não fizesse. Num certo momento ela chegou a dizer até que eu não era psicanalista. Psicanalistas são os da Sociedade. Pus meu rabinho no meio das pernas e fui embora. Ali, eu vi que a psicanálise, se entra, tem que entrar de forma, digamos, oficial, no sentido mais oficial da palavra. Se for



*não estou querendo
me contrapor a ninguém.
Só estou querendo dizer que,
na psicanálise, existe uma dimensão
de inovação*

assim, entra. E hoje eu entendo o porquê. Será que posso dizer? A psicanálise oficial também está morta. Quanto mais ela for conhecimento teórico, quanto mais ela for uma transmissão do autor, Freud, quanto mais ela for universitária, mais ela é morta. Então, toda psicanálise que for praticada assim é morta. Essa psicanálise cabe na universidade. Hoje, eu estou muito descrente. A psicanálise como formação, como teoria, com um conhecimento psicológico junto com os outros, cabe muito bem na universidade. Muitos escutam isso que eu estou falando como uma arrogância. Quando dizemos que a psicanálise não é a psicologia, os psicólogos ficam bravíssimos. Porque é como se eu estivesse tirando o mérito da psicologia. Quando eu digo que o conhecimento está morto, aí não é a psicologia. É o conhecimento. Quando digo isso para os psicólogos, eles tinham que pensar que eu estou com eles nesse meu desejo de fazer o nosso trabalho não ser um trabalho inútil, estéril. Quero que, se eles quiserem continuar com seus objetos de trabalho, que olhem comigo o quanto esse saber pode estar sendo produzido e transmitido de maneira estéril. Não estou querendo me contrapor a ninguém. Só estou querendo dizer que, na psicanálise, existe um núcleo, uma dimensão de inovação que, se a gente discutir, inclusive levar e conversar com os psicólogos, há uma chance de esse conhecimento ser revolido. Não é uma arrogância do psicanalista, é só diferente. Porque tem uma raiz epistemológica e metodológica que não coincide com a raiz da ciência produzida pela psicologia, que é a ciência positiva e que

está na raiz da medicina atual. Ela é diferente. Quando a psicanálise é posta nos mesmos moldes da psicologia, ela se descaracteriza, ela perde o seu núcleo, que pode ser nem melhor nem pior. Só estou querendo dizer que existe esse núcleo para o qual podem ser dados vários nomes, inconsciente, o sujeito do inconsciente, o desejo, o real... Isso que não cessa de se inscrever... O real, que é esse âmago, o real, que é impossível de se falar a respeito e que insiste e que eu quero falar e não consigo... Isso que a psicanálise me ensinou. Que eu falo, falo e não consigo falar tudo. Por isso que eu falo sem parar...

PERCURSO Podemos voltar ao Lugar de Vida? Como se estrutura o Lugar de Vida, como funciona, quem procura?

M.C. KUPFER O Lugar de Vida, hoje, é uma clínica de crianças, não somente psicóticas e autistas. Atende crianças neuróticas também. E entendemos o Lugar de Vida como uma clínica inteira. Não é uma soma de atendimentos. A partir do momento em que uma criança passa da porta de entrada, já está naquela clínica. Tudo ali é uma clínica.

Nos organizamos como uma associação. Isso fez uma enorme diferença em relação à USP. Temos estatuto, regimento interno, há regulação. Isso é muito importante do ponto de vista da equipe. Isso é um problema e é uma solução, como em toda instituição. Está tudo regulado, tudo escrito. São todos sócios. Todos trabalham e há categorias de sócios. Existem os sócios instituintes; os plenos, que têm os mesmos direitos, mas não instituíram; temos os auxiliares e os residentes. São quatro categorias com direitos e deveres diferentes. Nos dividimos em cotas. Os custos são divididos em cotas de sociedade e as cotas são diferentes. Há um tipo de progressão, mas a diferença em relação a outras instituições psicanalíticas é que no Lugar de Vida se trabalha ao mesmo tempo que se estão discutindo as coisas. Em uma instituição psicanalítica você não é um profissional trabalhando ali. Já o Lugar de Vida é uma clínica. É

7 O. Cesarotto; G. A. Ferreira; M. P. Souza (orgs.) *Associação Livre – Instituto Sigmund Freud*.

sempre essa ideia de aliar a experiência, o que é feito com o que é discutido...

PERCURSO Pode ser considerado um lugar de formação?

M.C. KUPFER Não. Já foi, hoje não é mais. Vai voltar a ser. Uma formação em outro sentido, uma formação *on the job*, quando voltarmos a ter nosso curso de especialização.

PERCURSO Como é o funcionamento do Lugar de Vida?

M.C. KUPFER É uma clínica que acontece o tempo todo. A ideia é que todos conheçam todas as crianças. Ela não é atendida somente na hora em que entra na sala de atendimento. Tudo que acontece ali dentro já é o atendimento da criança. Toda vez que ela vai para a clínica para ser atendida, quando está na sala à espera de um analista e passa outra pessoa da equipe, todos estamos olhando... A criança vai, invade a sala dos profissionais..., aí vem outra que quer tomar café... É importante que todos conheçam todas as crianças.

PERCURSO E qual é o tempo que a criança passa no Lugar de Vida?

M.C. KUPFER Duas vezes por semana, mas há variações, pelos tipos de atendimento: o atendimento de grupo, o individual, o de fonoaudiologia e as oficinas, como a de escrita, de música, além dos ateliês. Cada criança tem o seu projeto clínico, com atividades escolares misturadas com as terapêuticas. Este é o nosso projeto de educação terapêutica realizado através dos trabalhos de grupos clínico-educacionais. Por exemplo, o grupo da escrita é um grupo privilegiado nesse sentido, porque a criança vai lá para ser alfabetizada, e, ao mesmo tempo, a alfabetização é um instrumento terapêutico, clínico. A aquisição da escrita tem efeitos muito interessantes sobre a criança; à medida que se instala, pode instalar também o sujeito, já que a escrita tem um poder subjetivante. Todos que escrevem sabem disso: quantas vezes começamos uma frase para dizer



o grupo da escrita é um grupo privilegiado nesse sentido, porque a criança vai lá para ser alfabetizada, e, ao mesmo tempo, a alfabetização é um instrumento terapêutico

alguma coisa pré-determinada e ao final dela dizemos outra coisa, de modo inesperado?

PERCURSO Um dos dispositivos usados no Lugar de Vida com grupos de crianças é a diversidade que promove grupos mistos, heterogêneos, com crianças psicóticas, autistas e neuróticas. Você poderia nos falar sobre os efeitos positivos que resultam da convivência com essa diversidade?

M.C. KUPFER O fato de termos crianças de diferentes lugares, diferentes lugares subjetivos e diferentes lugares discursivos nos remete à diversidade. Temos crianças de abrigos, crianças neuróticas e crianças autistas. Todas juntas nesses grupos. Nós as colocamos juntas para que se produza um efeito que advenha dessa diversidade. O encontro em posições diferentes produz alguma coisa. E estamos ali para acompanhar, recolher, sublinhar e potencializar. São efeitos de mudança de posição, fruto do encontro com a diversidade. Um autista cedeu, por exemplo, aos movimentos de sedução de uma menininha do abrigo, e ao final do grupo chamou-a de amiga.

PERCURSO Isso nos leva a pensar que esse tipo de agrupamento vale para qualquer criança, não precisa ser psicótica para se beneficiar da diversidade...

M.C. KUPFER Vale para qualquer criança.

PERCURSO Considerando a importância da convivência com a heterogeneidade para a população em termos gerais – ou seja, pensando em escolas onde pobres e ricos, psicóticos e neuróticos poderiam conviver –, o que pensar das consequências



*não é que o mal-estar
vai embora. Não vai.
Mas que ele possa dizer,
falar sobre isso*

do sistema escolar que atualmente existe em São Paulo, onde cada grupo social é confinado a seu ambiente restrito? Como pensar a falta de heterogeneidade nas nossas escolas particulares?

M.C. KUPFER Penso em consequências políticas e psíquicas. A primeira delas é uma consequência política. Você não forma para a tolerância. Você só ressalta, potencializa a intolerância. Porque você reafirma o narcisismo das pequenas diferenças. No caso do Brasil não são pequenas, são muito grandes: os pobres e os ricos! Mas enfim, não só isso. Mas todas as pequenas diferenças. Você tem escolas muito homogêneas ou escolas para determinada formação discursiva, para determinado grupo social. Essas experiências, em termos psíquicos, não produzem identificações. Porque as identificações têm um lado paralisante e um lado maravilhoso. O lado paralisante é: “Ah, eu que quero ser como você!” Mas, ao mesmo tempo, quando você se separa, pode ser: “Ah, eu quero ser como ele, que é diferente de mim”. Quer dizer, existe a diferença. Eu posso estar em outra posição no mundo, não preciso ser igual a mim mesmo e aos meus pais o tempo todo. Existem outras opções. Isso me sacode da minha posição discursiva e da minha posição subjetiva...

PERCURSO Voltando ao funcionamento do Lugar de Vida, qual o alcance do atendimento realizado ali?

M.C. KUPFER O que eu espero e o que nós, no fundo, compartilhamos, é que uma criança possa dizer-se – que é um mau português –, é poder bem dizer. Isso é o alvo de todo tratamento psicanalítico. Não é que o mal-estar vai embora. Não vai. Mas que ele possa dizer, falar sobre isso.

Porque o instrumento do falar é um instrumento para fazer face para suportar. Eu só suporto quando eu posso falar. Porque falar me faz sair de lugares paralisados, me faz flexibilizar meu sintoma, retraduzi-lo, modificá-lo, transformá-lo, vamos dizer, em laço social. Então, é falar. No Lugar de Vida, damos grande importância ao falar... Então, que um psicótico possa dizer em um grupo “eu tenho medo de que minha cabeça caia”, que ele o diga endereçado a alguém, que alguém recolha isso, porque ele está falando do corpo despedaçado, isso é o meu alvo. Dou sempre como exemplo – e não é um exemplo do Lugar de Vida –, um menino de um colégio particular de São Paulo que chegou lá com um ano e nove meses, passou pela escola sem nenhum tratamento do tipo clínico e a escola, pode-se dizer assim, tratou dele. Fez com ele um trabalho terapêutico, embora a professora não seja, em sentido estrito, um terapeuta. Quando ele se alfabetizou, a primeira frase da primeira redação que ele fez foi “eu sou um diamante”. Isso foi uma elaboração dele, porque ele gostava de pedras. Passou três anos na escola, pra lá e pra cá com as pedras. Com “eu sou um diamante”, ele bem disse, ele disse algo a respeito dele. Conseguiu formular uma fala que dizia respeito ao seu lugar no mundo. Então, é isso que miramos no Lugar de Vida.

PERCURSO E a questão da transferência? Nos textos sobre a clínica do Lugar de Vida é visível a força e, ao mesmo tempo, a delicadeza das transferências que aí se estabelecem e que sugerem um manejo muito trabalhoso. Gostaríamos de saber como se dá esse trabalho do lado dos profissionais envolvidos nessa clínica assim como das equipes de trabalho.

M.C. KUPFER Há dois tipos. A transferência que é sua com o seu paciente, nos atendimentos individuais, e que, por ser maciça, justamente, é que nós trabalhamos em instituição. Não para dividir a transferência, porque transferência não se divide. A minha responsabilidade com meu paciente é só minha. O que eu divido é a fala a respeito disso na reunião clínica, é compartilhar, é

falar que eu estou em um momento de impasse. A reunião clínica deveria ser o momento mais importante do trabalho, e não é por uma questão resistencial. Esse é o lado negro da instituição. Tem o lado bom que é o compartilhar; eu, por exemplo, não atendo mais paciente psicótico sozinho em um consultório.

Assim como eu tenho que sustentar a transferência sozinho quando eu estou com um paciente no Lugar de Vida, a transferência que circula é pontual, é um a um. Se o paciente me dirige uma questão, tenho que aguentar ali sozinho. Isso é muito difícil.

Vou falar do ponto de vista do paciente, depois do ponto de vista da equipe. Eu estou na cozinha, que é o lugar de reunião da equipe, e ela é próxima à sala de espera. Estão quatro ou cinco pessoas conversando. Entra um menino do abrigo, que chegou agora, um menino difícil, não é psicótico, acabou de ser abandonado pela mãe no abrigo, com 11 anos, alto, um delinquente em potencial... – olha só a diversidade entrando ali – e nós vamos abordar isso de outro modo.

Eu preciso situar um pouquinho o contexto deste trabalho, ou seja, seu início. Quando esse paciente foi pela primeira vez ao Lugar de Vida, ele chegou assim, falando grosso: “Eu não quero tratamento nenhum! Eu vim aqui só para falar com você, mas eu não vou!”. Ele viera junto com uma menina do mesmo abrigo. Mas a profissional que o acolheu disse, no mesmo tom: “Ué, se não quer, não quer. Aqui ninguém é obrigado!”. Aí ele falou: “Mas eu nem tenho matrícula!”. Isso não é problema, disse a profissional, fazemos a matrícula! Foi assim que ele entrou para o grupo. Ao ver, porém, que sua companheira de abrigo fazia um atendimento individual comigo, ele simplesmente entrou junto com ela “Eu também quero. Eu vou ficar aqui!”. Cena seguinte. Ele decide que quer o atendimento individual e vai trabalhar com outra colega. Estamos todos na cozinha, inclusive a pessoa que o atende e ele entra e fala para mim: “Aí, você não quer me atender, não?”. Nesse momento, você tem que dar uma resposta, muito rapidamente, porque você



por ser uma clínica, ali, naquele momento, no fragor da batalha, porque é uma clínica ampliada, eu sou absolutamente responsável por aquele dito que ele me dirigiu

está ali, conversando com as colegas. A irrupção dele é diferente da irrupção do autista. Se o autista vem e irrompe, eu acolho na hora: “Venha, fale-me mais”. Para vocês verem a diferença. Um outro menino que passou ali para pegar um café me olhou e disse: “Vovozinha”. Mas não importa, eu acolho. E a gente prossegue falando. Qualquer outra situação não clínica eu perguntaria se ele estava me chamando de velha. O autista eu acolho correndo! Esse menino, qualquer coisa que eu diga ali, naquele instante, é tratamento, é trabalho. Eu não posso simplesmente dizer, como se fosse uma escola, para que ele voltasse para a sala de espera, que era o lugar dele. Essa é a questão. Não importa nem o que eu disse. O que eu quero dizer é que por ser uma clínica, ali, naquele momento, no fragor da batalha, porque é uma clínica ampliada, eu sou absolutamente responsável por aquele dito que ele me dirigiu. Há outras pessoas que trabalham com ele no grupo e no atendimento individual, e, de repente, ele me dirige uma demanda assim, na lata, à queima-roupa, na frente dessas pessoas... Durma-se com um barulho desses!!!... Portanto, eu sou responsável por esse momento transferencial, ali. O que quer que eu faça ali tem consequências para o tratamento dele.

Essa é uma transferência de todos e de cada um. Essa é a nossa leitura da transferência. E aí vou para a reunião clínica e vamos falar sobre essa cena. Vamos falar da minha implicação, da implicação dos colegas, do que fizemos, se demos conta ou se não demos conta. Certamente, quando ele entrou no meu atendimento, eu não dei conta. Embora eu diga que os atendimentos são explodidos.



ai é que está, o Lugar de Vida não é um lugar de formação dos profissionais. Os profissionais deveriam fazer suas análises e supervisões fora dali

Não temos mais o enquadre clássico. As paredes não são mais protetoras. Essa é a ideia. Porque o enquadre protege muito. O próprio Freud falava que ele colocava o paciente no divã porque, entre outras coisas, não aguentava ficar cara a cara com ele. Protege, mas permite que a fala apareça, e ao mesmo tempo pode ser fonte de resistência. Sabemos muito bem quais são as duas faces da transferência. Faz falar e faz resistir. Ela tem uma face resistencial também.

Na equipe temos dois mecanismos para trabalhar com a questão da transferência: a reunião clínica e nós tínhamos uma supervisão que paramos, porque toda supervisão de equipe se transforma facilmente em mestria, direção, aprisionamento. Depois de muito tempo resolvemos parar com essa supervisão e atualmente, de vez em quando, fazemos uma interlocução com um colega, mas acaba virando supervisão, embora o colega seja muito cuidadoso em relação a isso; ele não está lá para ensinar ninguém a trabalhar.

Aí é que está, o Lugar de Vida não é um lugar de formação dos profissionais. Os profissionais deveriam fazer suas análises e supervisões fora dali, mas muitos não fazem. E não temos mecanismos para obrigá-los. Ninguém obriga ninguém a nada.

PERCURSO E nem todos são psicanalistas? Vocês têm fonoaudióloga, psiquiatra...

8 No decorrer do ano de 2010, em comemoração aos 20 anos de seu funcionamento, o Lugar de Vida organizou um ciclo de eventos com conferências, mesas-redondas, e lançamento de uma biblioteca virtual e de um livro.

M.C. KUPFER Isso é um grande problema. Vocês estão entrando nas coisas espinhosas. Nós tentamos, miseravelmente, e não conseguimos. Agora, neste último período, passaram pelo Lugar de Vida três psiquiatras diferentes. O último foi um grande choque porque, embora seja uma pessoa que faz análise, que tem uma boa transferência com a psicanálise, o discurso era tão outro, tão psiquiátrico! Não conseguimos fazer diálogo. Com a fono, aconteceu uma coisa recentemente que está me deixando muito contente. Depois de uma das conversas do *Lugar de Vida 20 Anos*⁸, consegui entender que o trabalho da fono é outra porta de entrada para o mesmo trabalho que fazemos. Que não se trata de saber se essa criança precisa ou não de fono. Não é mais isso. De tal maneira que agora eu estou trabalhando junto com essa profissional. Nós entramos juntas para atender uma criança. E é absolutamente fantástico! Estou fas-ci-na-da! Ela tem uma sensibilidade para escutar as emergências... Ela escuta uma coisa que eu não escuto. Então, com um menino com estrutura aparentemente paranoica, o que nós fazemos? Por exemplo, uma brincadeira. Eu não posso me aproximar muito, não posso demandar muito. A demanda faz sumir. Mas, ao mesmo tempo, eu quero fazer o que chamamos de “oferta de gozo” Queremos brincar e que ele goste de estar com a gente. Todo mundo sabe o que é isso. Eu e a fono brincávamos com o menino, aí eu me escondi. E ela me chamava assim: “Criiiiiss!”. Ela pronuncia devagarinho, acentuando as letras, prestando atenção nisso. Daqui a pouquinho ele fala baixinho: “Iiiiiss!”. Isso me teria passado despercebido. Ela notou: “Ah, José, você também está chamando a Cris?”. E ele repete. Então, pronto, ganhamos o dia porque ele entrou no jogo. A fono escuta com toda uma leitura particular da fala, de como a fala se constrói... Então, é um outro tipo de entrada... Ela olha a fala de dentro da estrutura da fala. E eu olho a fala como o lugar mesmo da constituição do sujeito, a fala na relação com o outro... Quando trabalhamos juntas, ela me traz o aporte de como ela entende a fala. E tem horas em que ela também dá uma de psicanalista, mesmo não sabendo.

Uma vez, o menino chegou perto e daí fizemos um diálogo diferente. Quando falo com ela, minha demanda não é direta para ele, mas oblíqua. Chamamos de olhar oblíquo. Então eu falo para ela: “Sabe, o José ficou muito assustado. Ele ficou muito assustado com uma coisa que aconteceu. Mas, sabe, não foi culpa dele”. Aí ela diz para mim: “É, e ele ficou assustado com a força que ele achou que tinha”. Tudo muito absolutamente psicanalítico. E há uma hora em que ele ficava para cá e para lá. Ele vem, fica do lado, quietinho, escutando nossa conversa. Como quem diz: “Isso me diz respeito”. Sem saber bem como ou por que, não é?

PERCURSO Você coordenou uma pesquisa de indicadores de risco para autismo, psicose etc. em escala nacional⁹. Essa pesquisa alterou a relação entre a Psicanálise e a Pediatria? Teve efeito nos atendimentos dos pediatras? Houve mudanças nas relações de vocês com outras áreas do saber?

M.C. KUPFER Eu tenho tanta vontade de falar sobre isso fora da clínica que eu, de vez em quando, faço umas concessões. Nesta, especificamente falando, está acontecendo o que achávamos que iria acontecer. Os indicadores viraram protocolo. Mas isso foi uma concessão ao discurso médico. Porque eu acho que é muito difícil o diálogo com a psiquiatria, com a medicina. São outras línguas, é muito complicado. Então, eu tenho que aprender inglês para falar com o americano. Ele não aprende o português. Isso é completamente desigual. Já começa daí. Então, eu vou lá e falo a psicanálise na língua deles. Para usar a metáfora das línguas, eu falo o inglês. E aí o americano está contente porque eu estou falando a língua dele, e aí ele deveria dizer: “Bem, agora que eu ouvi, agora eu vou aprender português para eu poder entender o seu campo de dentro dele mesmo...”. Deveria acontecer isso. Não acontece. Porque se ele fizesse isso... Então, eu falo psicanalês. Então, vou falar com um médico, vou e falo na língua do médico e ele entende. Falo em termos de indicadores. Indicadores são a semiótica, a semiologia médica. Mas para fazer isso, eu



*viraram um protocolo
que facilita a pesquisa,
principalmente a AP3, que é
a avaliação psicanalítica
aos três anos de idade*

tive que deixar os termos da minha língua para trás. Coisas que só minha língua diz. Se ele quiser realmente entender o que eu estou dizendo, ele tem que fazer o movimento contrário. Por exemplo, você fala para os pediatras sobre subjetividade, não é nem de sujeito. Eles param de ler na hora. Não continuam lendo, não sabem o que é isso. “Ah, já atrapalhou, já complicou”.

PERCURSO Mas hoje, dez anos depois, os indicadores estão sendo usados pelos pediatras? Pela área de saúde mental?

M.C. KUPFER Estão sendo muito utilizados por psicólogos e pediatras. E tornaram-se um problema, pois esvaziam toda a questão psicanalítica. A ideia era que eles fossem usados sempre para uma formação. Isso desapareceu. Estão sendo utilizados principalmente em pesquisas. Viraram um protocolo que facilita a pesquisa, principalmente a AP3, que é a avaliação psicanalítica aos três anos de idade. Avaliação psicanalítica já é um contrassenso. Queria que se transformasse em roteiro para ver uma criança quando ela chega. Mas não, vira um questionário, vira um teste, mais um teste psicológico! Entenderam? Essa aproximação é difícil.

PERCURSO Mas de alguma forma a pesquisa com os indicadores não ajudou os pediatras a, minimamente, olhar de uma maneira diferente a relação mãe/bebê?

M.C. KUPFER Sim, para alguns. O que eu recolhi foi o seguinte. Alguns que disseram para mim assim: “A gente sabia que tinha alguma coisa que não ia bem, mas não tinha como olhar de forma sistemática”. A prática deles fazia aparecer algu-



*agora, sei que o efeito
psicanalítico propriamente
dito é esse pequeno, pontual,
e depende do sujeito*

ma coisa estranha, e os indicadores deram forma para poder acompanhar...

Recentemente, uma aluna fez uma pesquisa com um pediatra que tinha sido formado dez anos atrás, bem no começo. É bem interessante, porque ele diz que não segue mais o roteiro, mas ele sabe que a formação o marcou. Principalmente, ele disse, porque o filho dele nasceu naquela época. Embora eu lamente que os indicadores tenham caído nesse uso, que tudo que a gente faz se perde, que a sociedade distorce..., no fundo, no fundo, hoje eu penso que não é o mais importante. Tudo isso produz um resto. Então, o importante é no cada um, é no singular, é na implicação de um pediatra. Nós não conseguimos transformar os pediatras em trabalhadores que escutam... não conseguimos mudar a política de saúde mental, ela é em escala nacional, mas o efeito que a pesquisa produz, que me importa, é esse pontual pequeno da implicação. Claro, se um pediatra passou pelos indicadores, viu que tem uma desconexão entre o bebê e sua mãe, consegue encaminhar para um atendimento precoce, o que já é muito bom.

Agora, sei que o efeito psicanalítico propriamente dito é esse pequeno, pontual, e depende do sujeito. Depende do consentimento do sujeito. Uma categoria psicanalítica que eu acho muito importante. Nós sabemos disso. Não há política pública que possa ter sua raiz, seu fun-

damento, na psicanálise. Não tem. E não é para ter. Qualquer uma que tenha deixa de ser psicanálise. Qualquer universalização é contrária à psicanálise, não porque combata, porque ataca a psicanálise. É porque não é psicanálise. A mesma coisa com a educação. Não dá para propormos novas formas metodológicas de educação.

PERCURSO Mas educar de modo psicanaliticamente orientado foi a formulação criada por você para aproximar o campo da educação e o da psicanálise?

M.C. KUPFER Sim, mas essa aproximação visou, em primeiro lugar, ao tratamento da psicose e do autismo. Proponho que a educação seja entendida de forma ampliada, isto é, como o instrumento pelo qual se constrói um sujeito. Se para essas crianças o que está em jogo são problemas justamente na instalação desse sujeito, então tratar é educar, e educar é tratar!

No entanto, essa aproximação entre psicanálise e educação, essa discussão, serve também para outras crianças e para a escola. Não para propor políticas públicas, porque isso equivaleria a propor uma universalização, mas para pensar o lugar do sujeito que aprende na escola.

Fiz um levantamento das teses, dos trabalhos e dos livros na área de psicanálise e educação e recentemente apresentamos no LEPSI. A grande maioria dos trabalhos é de reflexão teórica. Não são trabalhos pesquisando a intervenção na escola, o psicanalista na escola, a psicanálise na escola. É muito mais a psicanálise da reflexão.

Lembro que em uma ocasião se deu uma grande discussão se tínhamos ou não que ir para a escola. A educação terapêutica é uma resposta para isso, é um campo de experiência voltado especialmente para as crianças psicóticas e autistas, mas ainda assim um trabalho educativo. É a tentativa de fundamentar teoricamente um trabalho clínico ampliado, porque ele inclui trabalho no tratamento, na instituição, mas também o trabalho na escola, o trabalho com o professor. Então, ele é ampliado. Mas é um trabalho de intervenção, não é uma reflexão psicanalítica sobre

9 Trata-se da pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil – IRDI – realizada em escala nacional através do Ministério da Saúde, no período de 2000 a 2008, visando construir e validar um instrumento composto por 31 indicadores clínicos de risco psíquico ou de problemas de desenvolvimento infantil observáveis nos primeiros 18 meses de vida da criança.



*a Educação Terapêutica
que desenvolvemos no Lugar
de Vida é um conjunto de práticas
interdisciplinares de tratamento*

o ato de educar. Ela é um ato, uma experiência, que tenta articular o tratar e o educar em diversas instâncias e une tudo que é feito para tratar e educar essas crianças.

A análise, eu penso, é um recurso dentre muitos que o campo social coloca na contemporaneidade. É uma possibilidade. Mas é uma entre outras. Os psicanalistas, acho eu, têm que parar de pensar que a via régia é a da análise. Temos que fazer um movimento contrário e pensar qual é o alcance possível da psicanálise, inclusive pensar até onde ela pode ir saindo do consultório. A psicanálise em extensão.

PERCURSO Nesse campo de articulação entre a psicanálise e a educação, que você chama de educação terapêutica, há espaço para as crianças “neuróticas?” Como você vê, por exemplo, os problemas de aprendizagem?

M.C. KUPFER O problema de aprendizagem está no discurso escolar. Ele é uma maneira de dizer, de falar, de se colocar no discurso: quem sou eu, qual é minha fantasia com relação a esse discurso. Eu a expressei assim: “Tenho um problema de aprendizagem. Não aprendo, não consigo escrever sem trocar letras, tenho uma inibição...” Isso é uma maneira de se colocar no discurso, e isso pode ser o ponto de partida para a análise de uma criança. Mas não para remover seu problema de aprendizagem. Porque seu problema de aprendizagem fala alguma coisa a respeito do seu lugar de sujeito, e ela quer falar mais sobre isso. Mas eu não tenho que me preocupar com isso, justamente porque o sintoma não tem necessidade intrínseca de ser removido. Ele está lá porque é uma economia para aquele sujeito. E aí ele, na análise, vai, revisita, pensa, sai daquela posição, enfim... Isso é uma coisa.

Outra coisa é o problema de aprendizagem concebido como um discurso, mais do que como um sintoma social. É uma formação discursiva que circula em nosso mundo e que aparece nessa escola, naquela escola, naquela outra... E aí a escola se posiciona em relação a isso. A primeira coisa que faz é, justamente, buscar remover.

Mas como eu removo uma formação discursiva que está entranhada nas pessoas, nas práticas, no cotidiano...? Eu não removo! Nós não somos cirurgiões...

Se você olha de outra perspectiva, você encara aquilo ali não como algo a ser removido, mas algo a ser reordenado, reposicionado... Você escuta de um modo diferente, e propõe pensar no que está acontecendo. Vamos escutar. Colocamos os professores para falar. Quando os deixamos falar, esse discurso se altera, gira, se modifica, permite que as pessoas ocupem outras posições nele. É assim que trabalhamos nas reuniões do grupo Ponte¹⁰. Será que eu consigo, quando vou para a escola e peço para os professores falarem sobre o problema de aprendizagem, que eles percebam o quanto um discurso é uma forma de bordejar um real no qual é difícil colocar a mão?

Tudo isso que eu acabo de dizer faz parte da produção desse campo que articula psicanálise com educação, mas se inspira também nos princípios da educação terapêutica. Então, a educação terapêutica pode ser estendida às crianças neuróticas e, nesse caso, nós a chamamos de “educação para o sujeito”.

A Educação Terapêutica que desenvolvemos no Lugar de Vida é um conjunto de práticas interdisciplinares de tratamento (atendimentos individuais, acompanhamento e inclusão escolar, alfabetização, ateliês, tratamento fonoaudiológico, grupo de pais e de professores), tudo isso visando à retomada do desenvolvimento global da criança, à retomada da estruturação psíquica interrompida. E se quase não houver sujeito ali constituído, sem possibilidade de que ele venha efetivamente a se instalar, então é uma prática que visa à sustenta-



é claro que eu gosto muito do que um menino de abrigo faz por uma criança autista. Vocês não sabem o que ele pode fazer!

ção desse mínimo de sujeito. É também uma resposta à fragmentação das práticas de tratamento a que submetemos as crianças. Mas é, sobretudo, a ideia de que para tratar é preciso educar, se entendermos educação como a prática ou laço social que institui o sujeito do inconsciente. Não me refiro aqui a práticas que transmitem as leis e as regras de conduta. Refiro-me ao fato de que, ao transmitirmos as leis, estamos transmitindo também o que se chama em psicanálise de a Lei do Pai, ou seja, a ordem simbólica.

PERCURSO Voltando mais um vez ao Lugar de Vida. Para além das questões com a USP, onde o Lugar de Vida tinha alguma sustentação, todas

10 O grupo Ponte foi criado por M.C. Kupfer, em 1995, inicialmente para auxiliar os educadores em suas dificuldades em relação a seus alunos de inclusão escolar que estavam em tratamento na Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida do Instituto de Psicologia da USP. Posteriormente, passou a se ocupar mais dos aspectos relativos ao enquadre escolar, procurando trabalhar na interface entre Psicanálise e a Educação, a partir da dificuldade vivida pelo educador com seu aluno, de forma geral. Para isso realiza uma série de ações como a manutenção de um fórum aberto a todos os interessados na discussão desse tema; a articulação de uma rede de parcerias e o acompanhamento da inclusão escolar de crianças que estão em tratamento com outros profissionais ou instituições que não o Lugar de Vida.

11 Oswaldo Dante Milton Di Loreto, médico, psiquiatra e terapeuta de crianças e adolescentes, foi um dos fundadores da Comunidade Terapêutica *Enfance*, localizada em Diadema, São Paulo, que funcionou de 1968 a 1987. Na época, o atendimento era dirigido a crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais graves, que recebiam tratamento psiquiátrico em regime de internação hospitalar integral, nos moldes de uma comunidade. Sua ideologia baseava-se na convicção de que em comunidade é que uma vida digna e saudável pode se desenvolver, tanto para os pacientes como para a equipe de atendimento.

12 Em 1969, Maud Mannoni, juntamente com o psicanalista Robert Lefort e os educadores Rose Marie e Yves Guerin, criaram a Escola Experimental *Bonneuil Sur Marne*, para crianças psicóticas, com problemas escolares e neuroses graves. Para ela, certos pacientes, mais que tudo, tinham necessidade de um lugar onde pudessem viver afetivamente.

as instituições que lidam com a loucura precisam correr arduamente atrás da própria sobrevivência, não?

M.C. KUPFER É verdade. Todas elas. Desde a Comunidade *Enfance*, criada por Di Loreto¹¹... eles tiveram a vida muita sacrificada. Todas elas... *Bonneuil*¹² vai bem porque tem subvenção do estado. Mas isso também matou a instituição. Enquanto a Mannoni estava viva ela impediu – e ela tem textos sobre isso – que o Estado viesse tomar conta com a sua lógica burocrática, a mesma coisa que a universidade. Mas eles tinham dinheiro do Estado. Hoje, esse dinheiro diminuiu e o controle aumentou. Dizem que *Bonneuil* morreu, não sei, faz muito tempo que não vou lá. Eu acho que podemos ganhar dinheiro, ter um trabalho digno ali, mas eu acho que nós temos que centrar fogo nos cursos, e eu quero repensar os cursos, para não fazer um transporte da universidade para o Lugar de Vida. Porque, senão, é uma bobagem. E centrar fogo também nas assessorias. Aí, acho que dá para dar uma boa sobrevivência para a instituição. Porque a clínica mesmo não rende muito, mas o que ela rende de trabalho!

A questão dos grupos, por exemplo, eu quero muito continuar pensando. Só que é um grupo que não rende muito, porque é um grupo para o qual vêm crianças de abrigo. Sabem, estava conversando com uma psicanalista sobre os grupos, aí ela disse que na França jamais conseguiriam grupos mistos de crianças, porque os pais jamais aceitariam ter crianças autistas trabalhando com seus filhos. Eu expliquei que nossos grupos mistos se sustentam com as crianças do abrigo. Aí ela disse que havia esquecido que no Brasil nós fazíamos o que queríamos com as crianças abrigadas.

Insisti que elas não são miniterapeutas... Não são! É claro que eu gosto muito do que um menino de abrigo faz por uma criança autista. Vocês não sabem o que ele pode fazer! É muito fantástico... E, para ele, isso tem um valor! Que o menino de abrigo “empreste” – bem entre aspas – ou ensine sua neurose, isso dá a ele um poder. Dá a ele um lugar que ele não tem na formação discursiva. Eles ganham um poder, uma potência. Deixam de ser



uma criança de abrigo, um objeto de assistencialismo, para se tornar alguém capaz de produzir outros laços, dentro de outras formações discursivas nas quais se encontravam fixados.

PERCURSO Mas crianças de abrigo são crianças com alguma questão a ser tratada, não? Há crianças psicóticas dos abrigos? Somente as crianças do abrigo não são psicóticas?

M.C. KUPFER Temos também crianças não psicóticas que não são dos abrigos, mas é mais raro, em geral são pais que pensam de outra maneira, que não estão preocupados com isso, que não dizem que o filho vai ficar contaminado só porque tem um que faz assim...

PERCURSO Como você pensa isso, então, com toda essa discussão em relação à questão da inclusão?

M.C. KUPFER Meu esforço é para que venham todos. Se houver recomendação, indicação para que o filho de uma família rica, neurótico, vá para o grupo, eu vou trabalhar nessa direção. Um grupo *mix* repete a ideia de inclusão no tratamento.

PERCURSO Mas parece que você está dizendo que existe ainda uma gigantesca resistência...

M.C. KUPFER Nas escolas particulares o mais difícil é os pais aceitarem um autista. Eles só topam porque é um em trinta. Aí falam: "Se conseguirmos deixá-lo lá, em um canto, achamos que não vai contaminar o meu filho".

PERCURSO Gostaríamos que você falasse um pouco sobre o aumento da incidência do autismo que se observa nas estatísticas pelo mundo afora. Trata-se de uma verdade? A que devemos atribuir isso? Os diagnósticos estão mais afinados, os critérios se alargaram mais, existem mais especialistas preocupados com isso?

M.C. KUPFER Eu já pensei muito nisso, mas eu precisava formular melhor. Vou tentar. É tudo isso... Não é que o diagnóstico tenha se precisado. O espectro autístico se ampliou. Agora, os transtornos invasivos do desenvolvimento (TID)

*dentro do espectro autístico,
há uma variedade muito
grande de criança. De tal forma
que hoje se fala em uma criança
TID em cada 100*

estão dentro de um espectro largo, que inclui psicose... Dentro do espectro autístico, você tem uma variedade muito grande de criança. O espectro aumentou. De tal forma que hoje se fala em uma criança TID em cada 100. Quando, 10 ou 20 anos atrás, se falava em quatro a cada 16 mil. Realmente houve uma reclassificação e ela fez aumentar. Mas não é só isso. Vemos, hoje, muito mais na clínica do que víamos 20 anos atrás. Eu observo a clínica psicanalítica desde 1989. A clínica recebia crianças de escola e não recebia crianças com essa problemática. Como eu circulo nas escolas, noto que elas aumentaram nas escolas também. E aumentaram nas escolas não somente por causa da inclusão, porque elas estão aparecendo desde cedo, sem que as mães ou as escolas saibam. Não foi movimento inclusivo, não é que a mãe escondia a criança: "Agora que eu sei que ela pode ir para a escola, agora ela vai!".

PERCURSO Apareceu na criança que está escola?

M.C. KUPFER Isso. Então, aumentou. Eu acho que temos que pensar em novas formas de subjetividade – ou de subjetivação, como vocês quiserem. E que essa nova forma aumente, que tenhamos, em nosso mundo, um número maior de crianças que, basicamente, dispensa o Outro/outro, isto não é qualquer coisa, isto não é banal! O que está sendo dito aí? Ah, falam que é de origem orgânica. Claro que é orgânico! No sentido em que tem uma predisposição. Obviamente. Só que isso não nasce do nada. Quando as pessoas dizem que é orgânico, é como se então fôssemos seres imutáveis desde os tempos das cavernas. Mas, na verdade, vamos nos alterando de acordo com o nosso mergulho na cultura.



*podemos pensar no autismo
como um não acordar
de certas estruturas
que deveriam
ser acordadas*

Altera-se a cultura, altera-se a genética. E a genética, hoje em dia, tem toda uma formulação completamente diferente. Hoje, os estudos falam da epigenética. A epigenética mostra o quanto o ambiente altera as manifestações da genética. E mais, o ambiente trabalha também na direção de acordar ou não acordar determinadas estruturas de DNA. Então, podemos pensar no autismo como um não acordar de certas estruturas que deveriam ser acordadas. Portanto, quando você trabalha, quando você trata, você faz isso aparecer. Você aciona o que, de outra maneira, não estaria acionado. Essa é uma questão discursiva, não tem a ver com o papai e a mamãe. É uma realidade discursiva moderna que produz um não acordar de certas estruturas que têm a ver com o relacional. E isso é seríssimo!!! Que novo narcisismo é esse? É uma forma de narcisismo no sentido antigo da palavra, não no sentido laciano, porque o narcisismo é sempre algo que implica o outro necessariamente. O que é isso? Libidinalmente, o outro não está incluído. Está incluído apenas instrumentalmente. O outro existe para me dar água e para me pôr um casaco...

Fui até aí, e acho que temos que ir muito mais longe. Agora, faço questão de discriminar uma coisa pois, se uma mãe for ler isso, não vai entender. Quando eu digo que se trata do não acordar uma estrutura que deveria ser acordada, imediatamente se pensa em um psicanalista que culpa as mães pelo autismo e tal... Aí falamos que não são as mães, que não é culpa das mães, mas é responsabilidade. Porque a mãe é função materna. Então, o eu dela não tem nada a ver com isso, ela pode amar seu filho, mas do ponto de vista psicanalítico a função materna não ope-

rou. E pode não ter operado porque a criança não deixou! Mas não adianta dizer isso, porque a mãe acha que estamos dizendo que a culpa é dela. Ela vai ouvir de uma maneira imaginária, não é? E aí vem toda a implicação disso e toda possível culpa. Eu digo que ela ouve imaginariamente porque se ela ouvisse de outra posição ela entrava em análise. Ela ouve a parte de culpa. O analista pergunta qual a parte dela nisso, perguntando pela responsabilidade, pelo sintoma. Quando você ouve isso do ponto de vista da responsabilidade, você entra em análise.

PERCURSO Que balanço você faz desses 20 anos do Lugar de Vida? Quais as mudanças significativas que aconteceram no decorrer desse tempo?

M.C. KUPFER Mudamos o tempo todo! Com o enquadre o tempo todo. As paredes de dentro se mexem. As paredes são de papel. Eu gosto disso, porque não deixa de ser por causa do movimento das crianças. São elas que nos fazem tirar parede por parede... já tiramos, depois vimos que era demais. Elas também não aguentam, elas querem paredes, ao mesmo tempo que têm dificuldade com as paredes. Elas entram e saem. Então, hoje, o Lugar de Vida tem uma configuração muito interessante para isso. Existem as salas e existe o quintal. Então, elas saem para o quintal e começam a andar, a perambular. Quando começam a deambular, digo para voltar. Voltamos. São as duas coisas: parede e sem parede. Assim como as diversas combinatórias nos diferentes projetos clínicos, em cada caso, isso também vai se mexendo. Aprendi com o Lugar de Vida que precisa ser assim, antes achava que era porque estávamos pesquisando, porque ainda não sabíamos, porque ainda não tínhamos achado a fórmula. A fórmula é não ter fórmula.

Mas só sabemos depois. Depois que colocamos o ponto final e olhamos para trás. Andei pensando nisso, pois estava muito perseguida por esse livro, *Lugar de Vida, vinte anos depois* em função de ele estar muito irregular. Tem trabalhos que estão interessantes, tem trabalhos que não chegam a lugar nenhum... Estava

muito preocupada com essa irregularidade. Fiz o seguinte raciocínio: “Mas é igual ao livro da Mannoni, 16 anos depois¹³, que também é irregular”. Porque é institucional, então tem os que escrevem bem, os acadêmicos... Lembrei também que o livro da clínica da Lídia Coriat, de Buenos Aires¹⁴, também é assim. Então, se ele é irregular, é bom. Eu olhei de outro jeito. Quer dizer que as pessoas entram e elas podem escrever de diferentes lugares.

Vamos comemorar, então, vinte anos de uma instituição que conseguiu se manter, existir, exatamente dessa maneira. Flexível, com seus altos e baixos, com o lado bom e o lado ruim da sua flexibilidade. Mas aí eu passei a ver como uma coisa boa. Ou seja, é flexível para as crianças e para nós. E mantivemos isso den-

tro dos muros da USP, que é justamente engessante... USP ou universidade, então isso é para comemorar. O esforço que fizemos para ficar, vamos dizer, fiel, coerente, não longe do seu próprio percurso, do desejo de cada um... Isso eu posso dizer que é bom no sentido que nos faz dizer bem... Porque, vocês sabem, a ética da psicanálise não é o bem, é o bem dizer. Podemos comemorar que, embora o livro seja irregular, refletindo uma instituição também irregular, a gente bem disse. Falamos esse tempo todo e esse nosso falar... é um falar flexível, não é um falar engessado... o falar de uma experiência e uma experiência que – eu sempre insisto nisso, não é qualquer experiência – está na borda... Vocês podem dizer do real, do âmago da experiência humana. Ou da loucura.

13 M. Mannoni, *Bonneuil, seize ans après*. Paris: Denoel, 1986.

14 A. Jerusalinsky, *Psicanálise e desenvolvimento*. O livro relata experiências da clínica Lídia Coriat, de Buenos Aires.

Diana Lichtenstein Corso & Mário Corso
 Lea B. Nuss de Bigliani & Guillermo Bigliani
 Patricia Vianna Getlinger & Nelson Coelho Junior

O futuro do presente

Diana Lichtenstein Corso e Mário Corso são psicanalistas, membros da APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre) e autores e parceiros nos livros *Fadas no Divã: psicanálise nas histórias infantis* (2005) e *Psicanálise na Terra do Nunca: ensaios sobre a fantasia* (2010), ambos pela editora Artmed. Diana Corso é colunista do jornal *Zero Hora* e da revista *Vida Simples*. Mário Corso é autor de *Monstruário – Inventário de Entidades Imaginárias e de Mitos Brasileiros* (2002) pela editora Tomo (Menção Honrosa do prêmio Jabuti). Os artigos, ensaios e crônicas de ambos encontram-se reunidos no site www.marioedianacorso.com.

Lea B. Nuss de Bigliani e Guillermo Bigliani são médicos psiquiatras e psicanalistas. Professores da Faculdade de Medicina e de Psicologia da Universidade de Buenos Aires e da Faculdade de Psicologia da PUCSP. Professores/fundadores do curso de Psicanálise do Sedes Sapientiae. Membros da Associação Psicanalítica de Buenos Aires (I.P.A.). Possuem textos publicados no país e no exterior.

Patricia Vianna Getlinger é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro filiado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. **Nelson Coelho Junior** é psicanalista, doutor em Psicologia Clínica (PUCSP) e professor do Instituto de Psicologia da USP. Autor, entre outros livros, de *A Força da Realidade na Clínica Freudiana* (Escuta) e *Ética e Técnica em Psicanálise* (Escuta), em coautoria com Luis Claudio Figueiredo.

Realização Gisela Haddad, Vera Zimmermann, Cristiane Curi Abud.

Na Folha de S.Paulo do dia 24 de março último, uma das manchetes anunciava que um grupo de cientistas japoneses seriam os primeiros a cultivar espermatozoides de um mamífero em laboratório desde os estágios iniciais. Na continuação, a ideia seria tratar seres humanos inférteis. As técnicas cada vez mais avançadas de reprodução humana criaram novos e complexos dilemas humanos ao alterar as tradicionais noções de maternidade, de paternidade e de família. Ao mesmo tempo que a utilização destas novas técnicas proporciona infinitas possibilidades de procriação, a tecnologia toma o lugar do ato sexual que deixa de ser o elo entre as gerações. As questões ligadas à filiação tornam-se complexas: uma criança pode ser gerada a partir da doação de esperma e/ou dos óvulos; pode ter herança genética de várias pessoas; pode ser gerada por um parente próximo ou por um desconhecido; pode ser filha de uma mãe solteira ou de um casal homossexual. No imaginário cultural, no entanto, o modelo de referência de procriação ainda é a relação sexual entre um homem e uma mulher, de preferência dentro da “família nuclear heteronormativa” (pai, mãe e filhos), remetendo ao que parece ser a ordem “natural” das coisas. Se por um lado o modelo familiar é tributário da ordem social que o produz – os ideais normativos, os valores e modos de existir, os novos homens e mulheres, os novos pais e mães – por outro, certas mudanças fazem ruir pilares de sistemas e estruturas teóricas que clamam por debates e reflexões. Os novos significados e valores que organizam e sustentam a identidade subjetiva de homens e mulheres, pais e mães suscitam indagações sobre temas caros à psicanálise, como a vontade e o desejo de ter filhos, o lugar do filho

para os pais, a origem e a constituição do sujeito, a importância da filiação. Desde Freud o conhecimento ou o encontro com o novo surge pelo processo de procura de algo que responda à interrogação sobre a origem. É a referência a este ponto de origem que permite a distinção entre o apelo do novo, que mantém vivo o desejo, e o retorno para reencontrar-se. A clínica nos impõe constantemente questões sobre aqueles que não podem se indagar sobre suas origens ou que por alguma razão precisam negar seu passado, incluídos aí os casos de filhos adotivos ou gerados artificialmente cuja verdade sobre sua origem pode estar interdita por diversos motivos. Por outro lado cabe questionar qual seria o diferencial na constituição subjetiva de um sujeito gerado adotado daquele gerado por um banco de espermas ou óvulos. É fato que a constituição de um sujeito está intimamente articulada ao lugar simbólico através do qual ele é falado e olhado e que a complexidade de seu processo de historização está relacionada também à sua adoção simbólica, já que ser filho biológico não garante uma adoção psíquica. Mas a curiosidade sobre a origem estende-se a todos e há nuances para cada caso, sejam estes filhos biológicos, adotados ou reproduzidos em laboratórios, com suas origens biológicas às vezes desconhecidas. Entre a visão futura de um ainda desconhecido mundo de “Barbarella” e a nostalgia que nos faz descrever incessantemente o que nos parece fora da norma, a sessão *Debates da Revista Percurso* convidou alguns casais de psicanalistas para contribuir com sua experiência, ampliando as trocas e diálogos sobre estas indagações, cuja frequência aumenta na clínica com crianças e famílias.

DIANA LICHTENSTEIN CORSO & MÁRIO CORSO
Com quantos lençóis se faz uma cena primária?

Uma das mais cômicas perguntas que as crianças pequenas fazem refere-se à incompreensível questão de onde estavam antes de existir. É possível pensar que em outros tempos não existíamos? Se sim, qual é nosso ponto de origem? Qual nossa razão de ser? Toda essa filosofia cos-



*melhor pensar que o mundo
 todo, e especialmente nossos pais
 conspiravam para nos convocar,
 que nossa ausência foi apenas
 temporária e muito sentida*

tuma apresentar-se precocemente sob a forma do questionamento que fazem a seus pais quando encontram uma foto do casal anterior ao seu nascimento, particularmente quando se trata da cerimônia de casamento: – “onde eu estava aqui?” ou a variante – “por que eu não apareço aqui?”. Na imaginação dos pequenos, o casal existe unicamente para dar-lhe origem, são eles os pontos de união e razão de ser daquela relação.

Não importa que idade se tenha, é duro acreditar que se é fruto de um acaso. Melhor pensar que o mundo todo, e especialmente nossos pais conspiravam para nos convocar, que nossa ausência foi apenas temporária e muito sentida. Como pensar, afinal, que se nunca tivéssemos nascido, jamais se saberia disso que somos, portanto, ninguém sentiria falta do que nunca conheceu? Por isso, é crível fantasiar que sempre fizemos parte da cena do casal parental, que damos sentido às suas vidas e à relação.

As respostas clássicas dos pais a esse tipo de indagação, de que o filho já vivia em seus corações, desejos ou pensamentos, parece natural aos pequenos, afinal, o pressuposto é que sempre existiram, mesmo que tenham demorado um pouquinho a nascer. Assim nos perpetuamos antecipadamente, como a realização de um sonho premonitório de nossa existência feito à nossa imagem e semelhança, como a encarnação dos ideais parentais, o objeto perfeito de seus anseios. A grande síntese



quanto mais popular
for uma ficção,
melhor ela vai traduzir
sonhos coletivos, desejos
e resistências comuns
aos homens de sua época

disso é nosso mito de origem, associado à fantasia do ato sexual que lançou a pedra fundamental de cada um de nós. Mas como fica quando não é possível associar esse ato diretamente ao amor de duas pessoas, nossos pais?

Não importa o método usado para uma concepção, até que a clonagem seja possível seremos sempre a combinação de dois para ser um, se não de uma relação sexual, indubitavelmente de duas cargas genéticas. Fazemos o possível para dar um revestimento imaginário que recubra essa incontornável realidade. O fenômeno da herança biológica, ser fisicamente parecido com os pais, filhos, irmãos e parentes, em geral é reconfortante, pois permite sentir-se parte de um grupo, linhagem, história. Mas também é sinistro, como se alguém estivesse usando nosso corpo ou traços para outros fins não determinados por nós mesmos. Entre gêmeos idênticos, urge estabelecer quaisquer detalhes que garantam uma diferenciação. Porém, são também os gêmeos idênticos que nos propiciam compreender o mito de origem como algo muito além do momento factual da cena primária, do ato sexual que lhes deu origem, pois do mesmo evento histórico são produzidas diferentes interpretações.

Biologia não é destino, mas gostaríamos que fosse, porque a extrema variedade de caminhos, escolhas e leituras que deixam nossa história em aberto, não determinada pelas premissas gené-

ticas, é angustiante. Assumir a autoria de nossa vida é um problema, preferimos o papel de personagem do que de autor, de vítimas do que algozes dos males que nos afligem. Por isso, por exemplo, é tão difícil fazer os leigos acreditarem que identidade sexual é uma coisa e escolha de objeto outra, que é possível ser feminino ou masculino sem que isso determine uma forma homo ou hetero afetiva de amar. Da mesma forma, ninguém gosta de saber que a concepção e o mito de origem que associamos a ela não estão necessariamente vinculados aos fatos concretos, quer seja uma relação sexual, as inseminações ou adoções. O modo como nossos futuros pais se organizaram para chegar a nos ter em seus braços é um dado, um fato histórico que vai influenciar os subsequentes, mas a vida é um labirinto com várias saídas.

Se não tivermos preconceito podemos ver que até nas comédias românticas mais previsíveis é possível encontrar novidades que tentam responder a esses impasses. Quanto mais popular for uma ficção, melhor ela vai traduzir sonhos coletivos, desejos e resistências comuns aos homens de sua época. Uma delas é particularmente eloquente quanto a esse tema: trata-se de *Minhas mães e meu pai* (*The kids are all right*, 2010). O filme é sobre uma nova disposição da família, baseada numa relação homoafetiva, com filhos gerados por inseminação artificial. Jules e Nic usaram o mesmo doador anônimo para terem filhos, cada uma, um. Portanto, os filhos compartilham um anônimo e mesmo genitor e são, através dele, irmãos de sangue.

O casal é previsível e puro clichê: Nic comanda a família por ser médica e ganhar mais, já Jules sacrificou a carreira para cuidar dos filhos, tarefa que está chegando ao fim. No meio da vida, ela já não sabe bem o que vai fazer, tem mais planos que um ponto sólido para começar. Um drama banal de tantos casais heterossexuais onde a mulher enterra-se na cena privada para o homem brilhar na pública.

As crianças chegam à adolescência sem maiores problemas, mas algo inquieta o menino Laser:

está um pouco perdido quanto a qual modelo de homem vai ser, tem um amigo idiota e bruto e lhe parece que a masculinidade passa por isso, porém duvida. Nesse momento começa a se perguntar por seu pai biológico e arrasta sua irmã na procura. Ao mesmo tempo, vasculhando no quarto das mães, Laser encontra material erótico que lhe parece estranho, pois elas se excitam com pornografia gay masculina. A preferência delas era ver homens transando e obviamente ele não entende o que isso significa. Essa intromissão dele na intimidade delas as deixa extremamente constrangidas, mas é interessante constatar que, independentemente das condições da concepção, é no leito parental que o filho busca sua “cena primária”.

Secretamente, os irmãos buscam e encontram o doador, querem saber quem é, mas também o que o levou a fazer essa doação. Como sempre, o sujeito busca informações no seu ponto de origem quando quer saber quem deve ser. Paul, o doador, é um *bon vivant*, nunca terminou os estudos, possui um restaurante natural, vive para seus temperos, plantas e relações sexuais passageiras. É bem sucedido em seu propósito de viver tranquilamente. Entre surpreso e simpático, recebe bem os filhos que nem sabia que tinha. Para surpresa das mães, esse personagem acaba convivendo um pouco com a família e conquista todos.

O doador transformado em pai é atencioso e delicado, ajuda Laser a encontrar-se como homem e escuta Joni quanto a seus impasses adolescentes. Mas nem tudo estava tão tranquilo quanto parecia, pois Nic vê seu lugar de chefe da família ser ameaçado pela suavidade inabalável de Paul e, enciumada, começa a beber. Suas suspeitas de que a ordem da família estava abalada se confirmam: Paul concede o primeiro emprego a Jules, que é paisagista, porém, a proximidade dos dois acaba na cama, como amantes improváveis e fogosos. Quando finalmente Nic estava apaziguada com a existência de Paul, descobre essa traição e o casal entra em crise. Como nas famílias mais conservadoras, a traição é devastado-



*como crianças
que sabem ser filhas
graças a um procedimento
médico constroem
seu mito de origem?*

ra e um pecado sem perdão. Os filhos se afastam do pai, colocando nele a maior parte da culpa pela eminente separação das mães, como se ele, que foi procurado, fosse o elemento de desagregação que veio de fora para estragar tudo.

O filme termina com a filha mais velha indo para a faculdade, ou seja, saindo de casa, e o casal mais Laser tentando recompor o que sobrou da família. A parte mais sofrida fica com Paul, que tomara afeto por todos e está excluído. Há uma cena em que Nic o expulsa e diz que, se ele quer uma família, que faça uma.

O pequeno drama e o reposicionamento de papéis, aparentemente tão inovador, não trazem nada de novo, pois a família homoafetiva se atém aos padrões clássicos. O que nos parece relevante é o desejo de Jules, que não parece ser bissexual, por Paul e, posteriormente, a rapidez com que ela se desliga dele e volta à esfera de Nic. O que ela foi fazer na cama dele?

Acreditamos que uma resposta possível está nos impasses que a reprodução artificial nos traz. Como crianças que sabem ser filhas graças a um procedimento médico constroem seu mito de origem? Nosso mito de origem sempre foi sexual, em geral somos, querendo ou não, o fruto de um encontro erótico e se possível amoroso. Na busca por saber quem somos e o que esperamos de nós vamos espiar a cama paterna para ver se encontramos alguma pista. Era exatamente isso



qualquer sujeito fará suas conexões, unindo elementos colhidos de sua curiosidade sexual com outros de sua história, índice dos ideais que ele supõe que foram investidos nele

que Laser estava fazendo: por um lado procurava seu pai biológico e ao mesmo tempo investigava a sexualidade das suas mães. Mas quem responde, a seu modo, a essa questão é Jules, que fornece, *a posteriori*, a cena sexual que faltou no engendramento desses filhos: através da traição ela sexualiza a fertilização artificial. O casal conseguiu dispensar um homem para ter sua família, mas não conseguiram evitar a encenação da cena primária heterossexual. É aí que esse filme aparentemente arrojado encontra seus limites.

Um menino criado por mulheres, como Laser, que necessite envolver outros interlocutores na construção de sua identidade, o fará com um avô, um amigo mais velho, um padrinho, professor ou tio. Neste caso o doador cumpriu esse papel e o filme providenciou, no caso da “cena primária” dos amantes, para retroagir essa identificação a um mito de origem. É claro que qualquer sujeito fará suas conexões, unindo elementos colhidos de sua curiosidade sexual com outros de sua história, índice dos ideais que ele supõe que foram investidos nele. Porém, a investigação só tende a priorizar premissas biológicas quando algum dos envolvidos aponta para a insuficiência de seu lugar ou desejo. Por exemplo, pode partir das dúvidas de pais adotivos quanto à sua legitimidade no papel. No caso de famílias monoparentais, pode haver um sentimento da mãe ou do pai que criam sozinhos, em torno da ausência de

alguém que tenha querido partilhar com eles essa experiência. Relaciona-se mais com a solidão da missão, sentida pelo pai, ou mãe “solteiros”, e partilhada com o filho.

Jules e Nic não pareciam encarnar algum desses impasses, nem outros que revelassem uma insuficiência da família por elas constituída. É o roteiro desse filme, tolerante de forma apenas superficial, que associa as crises adolescentes daquelas crianças, que, como diz o título original, estavam bem, com a falta de uma cena primária clássica. Faz isso frisando a busca do garoto por um pai homem, que deseje a mãe (a mais identificada com o papel clássico feminino) como amante, para propiciar a identificação masculina. Como se vê, ainda há muita dificuldade para descolar os fantasmas sexuais, a construção da identidade de gênero e a escolha de objeto amoroso, das premissas biológicas. De fato, existe a realidade da diferença dos sexos e da relação sexual, que o sujeito não deixa de levar em conta, de envolver a força real da carne com todo o imaginário que puder, mas elas não induzem a um destino certo e único. Por isso, quando alguém procura rastros nos lençóis parentais, são os traços do desejo que se investiga, daquele que por um belo acaso do destino criou as condições para nos fazer nascer. Nic tem razão, o que faz uma família é a vontade de que ela exista.

LEA B. NUSS DE BIGLIANI & GUILLERMO BIGLIANI

O romance/mito da origem versus a história da origem

... em uma praia de New Jersey o banner de um avião anuncia: “WOMEN EARN \$8000// AGE 20-30// 888-968 EGGS”. (Mulheres entre 20 e 30 podem ganhar até 8000 dólares, ligar para 888-968-ovos)

Pensar na temática proposta pela revista *Percurso* implica ingressar em um território delimitado pela família moderna tradicional, pelas configurações vinculares pós-modernas e sua intersecção com as novas técnicas reprodutivas. Em uma visada por nossa própria rede so-

cial deparamos com estas situações: 1) Um de nossos amigos – talvez um dos melhores psiquiatras da Califórnia – e seu companheiro arquiteto acabam de adotar um menino de seis anos. Estão muito felizes. 2) Outro amigo do Canadá tem quatro filhos, dois são gays. Uma delas é presidente da sociedade gay de uma importante cidade desse país e esteve visitando a cidade de São Paulo para entrevistar diferentes líderes sindicais. Ela e sua companheira tiveram várias gravidezes com o auxílio do banco de sêmen de sua cidade. 3) Em um congresso de psicanálise em Berlim, em uma mesa sobre homoparentalidade, duas colegas relatam detalhes de seu encontro e do enamoramento de ambas seguido da separação de seus respectivos maridos e da possibilidade de vivenciar uma relação explorando uma nova dimensão longamente reprimida. Constituíram uma nova família com novos filhos a caminho.

O casal moderno, aquele formado por gêneros distintos que por livre escolha se unem por sexo e amor para a reprodução foi uma “invenção moderna do ocidente” segundo Rougemont e, com exceção de histórias medievais e renascentistas como as de Romeu e Julieta (que não se deram tão bem), sua ampla difusão social não tem mais de 150 anos. Mas temos a sensação de que essa configuração vincular é eterna e única.

No entanto é um novo imaginário social (Castoriades) e uma moral coletiva pós-moderna que alimentam o sistema do ego dos atores das histórias que relatamos acima e facilitam todos esses novos projetos familiares.

Sabemos muito pouco sobre o sofrimento psíquico que pode surgir nestas famílias sob o efeito das fantasias originadas no encontro dos diferentes modelos de procriação assistida com as velhas e as novas configurações vinculares. Mas não temos dúvidas de que é fundamental para a prevenção deste sofrimento a transmissão da verdade entre gerações e para isto são necessárias a elaboração e simbolização dos fatos vinculados às formas de procriação nos pais ou nos sujeitos portadores das funções paterna e materna.



*a não produção de filhos
pelo método tradicional
pode ser algo incorporado
e metabolizado pelos pais,
ou não. Quando não o é,
o procedimento da procriação
não explicitado aos filhos,
pode transformar-se
em segredo de família*

A não produção de filhos pelo método tradicional pode ser algo incorporado e metabolizado pelos pais, ou não. Quando não o é, o procedimento da procriação não explicitado aos filhos (terceirização total do conteúdo genético, uso parcial do próprio conteúdo genético com modificações, uso de portador conhecido ou desconhecido da gravidez com as variações descritas do material genético, adoção pura e simples, etc.), pode transformar-se em segredo de família. Este segredo ocupa o lugar do “indesejado” na transmissão intergeracional.

No nordeste dos EUA, local bastante civilizado para diversos segmentos e em cujas praias passeava o avião com aqueles dizeres, desenvolve-se livremente a concorrência pelos melhores óvulos do mercado. Mas é provável que o piloto não se sentisse tão seguro se seu banner passeasse ao sul do país, local em que poderia ser alvo dos mesmos rapazes que, com seus AR 15, atingiram algumas clínicas de reprodução humana. Sendo o imaginário social diferente para as diferentes regiões, em consequência, o superego que se alimenta dele também o será. É ainda provável que neste momento histórico convivamos com mandatos originados tanto no “nordeste” quanto no “sul”! As condutas que se distanciam da moral familiar ou social reinante (imaginário) geram vergonha e estimulam o secreto (Bigliani).



Wittgenstein diz no prólogo de *Tractatus* que seu livro consta de duas partes: a que está ali exposta e uma segunda que não escreveu. Esta última seria a mais importante

Para Abraham e Torok, o segredo que não se incorpora, que envergonha, se transmite junto a outros conteúdos da mente e passa a ocupar um lugar topicamente “extraterritorial”, configurando uma cripta na mente dos membros da família na segunda geração e um fantasma inominado na terceira. Este “impensável” que às vezes se manifesta como “existência pressentida” poderia originar patologias que vão desde transtornos de aprendizado até condutas aditivas (vícios), problemas psicossomáticos e ainda delírios (Moguillansky).

Outros exemplos de produções que têm em comum este “privilégio” tópico (mas com um conteúdo moralmente reprovável) são a “consciência” clandestina do colonizador e a dupla consciência do torturador. Os filhos dos desaparecidos das ditaduras latino-americanas que foram incorporados às famílias dos repressores e aos quais não se comunicou a sua origem tinham uma sensação de que alguma coisa estava errada com eles em relação a sua origem e muitos deles apresentaram todo tipo de patologias, remetindo muitas delas após a revelação de sua origem.

Wittgenstein diz no prólogo de *Tractatus* que seu livro consta de duas partes: a que está ali exposta e uma segunda que não escreveu. Esta última seria a mais importante. Achamos também que o mais importante destas linhas poderia estar nas seguintes perguntas cujas respostas também não escrevemos:

1) Qual será o resultado da proibição de ter mais de um filho na mente de milhões de chineses, cujos pais sofreram a repressão estatal do desejo de procriação por esta proibição? Como pensar essa procriação em que não dá para errar, em que se tem uma só bala na agulha? O que vai acontecer com os filhos que nasceram depois que suas mães abortaram gravidezes do sexo feminino frente a hipervaloração de gênero que imperou e ainda impera nessa região?

2) É de se supor que o médico e especialista em fecundação humana Roger Abdelmassih – que nosso generoso sistema judiciário deixou em liberdade no meio de um processo por estupro de mais de duzentas pacientes – tenha gerado inúmeros filhos com seu próprio esperma em sua sofisticada clínica de fecundação na cidade de São Paulo. Vale dizer que ele não é o único migrante do Olimpo nesta área da medicina. Muitos especialistas em fecundação (sublinhamos um precursor francês, condenado por ter gerado mais de sessenta gravidezes com sua assinatura genética) sucumbiram a essa tentação, ainda que poucos sejam lembrados como autores do ato de fecundar. O que seria comunicado a esses filhos se seus pais se animassem a fazer testes de DNA?

3) Existem clínicas que reaproveitam os óvulos congelados? Como esse temor opera na mente dos pais que têm participado destes processos de procriação e na conseqüente relação com seus filhos?

4) Diante da afirmação de Winnicott de que os processos de simbolização sempre seriam afetados nas crianças adotadas, como se explica o adotado Steve Jobs, gênio da computação e criador da Apple?

Pichon Rivière afirmava ser um importante capítulo da terapia de família transformar os romances familiares em histórias familiares, “limpando” as distorções geradas pelos segredos de família. Até que a fecundação *in vitro* e a gravidez em incubadora sejam um fato generalizado e a incômoda e desconfortável gravidez uterina seja coisa do passado, pensamos ser cada vez mais importante nos ocupar de transformar os romances de origem em histórias da origem.

PATRICIA VIANNA GETLINGER & NELSON COELHO JUNIOR Uma primeira constatação: há novas maneiras de se formar uma família e de se conceber filhos. Avanços na genética, nos tratamentos para os vários tipos de infertilidade, mudanças nos valores, nas leis e nas convenções sociais têm permitido uma revolução no âmbito da constituição das famílias e das formas de se criar filhos. Do ponto de vista simbólico, isso gera transformações?

Uma primeira ideia psicanalítica: no mundo contemporâneo, tanto a ciência como as novas formas de organização social e legal têm permitido e alimentado novos níveis de fantasia onipotente. Agora tudo é possível para quem deseja ter um filho e não se enquadra nas condições para gerá-lo “naturalmente”. (E também para aqueles que se enquadram, há uma infinidade de exames que prometem garantir uma gestação sem surpresas e um bebê “perfeito”, com muitas das variáveis da natureza monitoradas ou mesmo controladas). Tem-se atualmente a certeza de que muitas barreiras culturais e biológicas podem ser suplantadas, contrastando com períodos históricos em que predominava a submissão aos limites colocados pela natureza e por modelos e valores sociais (crenças religiosas, costumes morais etc.). Se a parcial superação desses limites amplia as condições de realização de um desejo tão fundamental do ser humano, os modos pelos quais essa superação tem se dado – alimentando fantasias onipotentes de controle de todas as variáveis da natureza – podem chegar a diminuir as condições para lidar com limites em geral, equivalentes simbólicos da finitude e da morte, e suportá-los. Quais são as consequências psíquicas dessas mudanças e como a psicanálise pode ajudar a pensá-las?

Uma segunda constatação: em muitos dos casos em que a gravidez natural não é possível ou não é imediata, há uma perda da onipotência, da confiança e da esperança do casal (“o que desejo não acontece quando quero”). Essa perda da onipotência é muitas vezes vivida como fracasso narcísico (impotência), mas em muitos casos sua



em muitos dos casos em que a gravidez natural não é possível ou não é imediata, há uma perda da onipotência, da confiança e da esperança do casal

elaboração pode ajudar a aumentar os recursos do casal para lidar com essa e outras frustrações da vida. Por outro lado, ela pode gerar um aumento significativo da ansiedade. Em casos em que houve alguma tentativa frustrada nos processos de adoção e de inseminação artificial, mesmo após um posterior sucesso, é muito comum haver um pavor permanente de perder o filho tão desejado, seja durante a gestação, seja após seu nascimento, nas eventualidades comuns da infância (doenças infantis). A dinâmica onipotência/impotência pode ser perpetuada, caso não haja um grau mínimo de elaboração das experiências e das questões simbólicas envolvidas nas dificuldades do processo de engravidar ou de adoção.

Uma terceira constatação: os casais “tradicionais” que podem gerar filhos “naturalmente” têm sido expostos às mesmas doses de crença onipotente na ciência. Isso os leva muitas vezes a retardar a geração dos filhos (com consequências nem sempre positivas) e/ou a confiar que o “milagre” dos exames pré-natais vai garantir uma vida saudável e feliz para a família. A menor exposição às ansiedades e fantasias comuns à gravidez em função do acesso a recursos científicos e à confiança de que a ciência pode resolver/corrigir tudo enfraquece a necessidade de elaborar as intensidades emocionais geradas por essas fantasias – fantasias de onipotência e de impotência frente às limitações e aos limites humanos.



*é nesse equilíbrio
instável que o sujeito
se constitui, e a partir dessa
experiência ele pode encontrar
algum lugar possível entre
a onipotência e a impotência*

Ao lado destas constatações e ideias, seria possível enumerar mais algumas, para esboçar um cenário um pouco mais amplo do que está em jogo:

a) Sabe-se que muitos casais têm filhos por não conseguirem “breçar” uma ordem “natural”, seja em sua dimensão biológica, seja em seu aspecto social (no sentido daquilo que é esperado pelo meio social). Neste sentido, muitos casais não chegam a constituir o desejo de ter filhos antes de efetivamente tê-los; por outro lado, sempre é tempo de “adotar” o filho simbolicamente, e muitas vezes isso só se dá após o nascimento. b) Outro aspecto importante e recorrente é o desejo de ter um filho para poder transmitir o que se sabe ou o que se possui, seja essa posse herdada ou construída pessoalmente. Ter um filho, afinal, também carrega em si a esperança de poder perpetuar algo de si para além de sua própria vida ou para além da morte, e por esse motivo esse aspecto nos concerne nesse debate. De um modo ou de outro, o desejo consciente de maternidade/paternidade não garante as condições psíquicas para criar uma criança ou para evitar conflitos psicológicos maiores. Mais uma vez, mas por razões diferentes, encontramos o paradoxo da onipotência e da impotência diante da morte e da finitude.

Uma primeira evidência oferecida pela psicanálise: gerar biologicamente um filho não garante que ele tenha sido desejado (em última instância,

todo filho precisa ser “adotado”). Ou seja, um filho pode ter sido gerado pelo desejo sexual, mas isso não implica que o desejo de maternidade/paternidade esteja presente. Já no caso de adoções ou inseminações artificiais, predomina o desejo consciente de se ter um filho. Por outro lado, como o processo deixa de ser natural e “fácil”, para se tornar difícil, demorado, dispendioso, dolorido, isso deixa marcas. De um caso a outro, embora haja uma diferença importante quanto ao processo de se gerar um filho, a filiação simbólica nunca está garantida *per se*. O ponto central aqui é que não há como garantir que um modo ou outro de se gerar um filho e se constituir uma família seja um sucesso e traga felicidade garantida. Dito de outro modo, não há como garantir que os tratamentos para infertilidade, as possibilidades de adoção (incluindo a adoção por casais homossexuais) e também o controle científico de que tem sido cercada qualquer gestação, suplantem os diferentes níveis de impotência psíquica do casal.

Uma contribuição teórica psicanalítica: Ferenczi concebeu uma noção que pode ser útil para a continuidade de nosso debate. Para ele, o desenvolvimento do sentido de realidade envolve um paradoxo: a possibilidade de vivência da onipotência, que permite o surgimento de desejos cada vez mais ousados, é concomitante à necessidade de certa perda de onipotência. É nesse equilíbrio instável que o sujeito se constitui, e a partir dessa experiência ele pode encontrar algum lugar possível entre a onipotência e a impotência.

Embora a ciência e a sociedade, de forma geral, tenham ampliado limites importantes com relação à geração e criação de filhos, tornando os parâmetros dessa discussão cada vez mais amplos e livres, sabe-se que ter e criar filhos gera angústias e inseguranças por si só. Isso é inerente ao processo de gerar e ao processo de criar uma criança (independentemente de como e por quem ela é gerada biologicamente). A própria situação de ter filhos gera conflitos, angústias e ansiedades em qualquer circunstância. As novas formas de geração e criação de filhos colocam questões complexas quanto a essa tarefa e certamente

acrescentam dificuldades específicas para quem as vive. Nada garante a superação da tensão entre natureza e cultura, entre impotência e onipotência, entre vida e morte. Criar filhos pode justamente ser uma das experiências que nos coloca frente a frente com essas tensões incontornáveis e os paradoxos que elas geram. E, na melhor das hipóteses, não importa em que categoria o casal parental se encaixe, a criação dos filhos pode estimular o desenvolvimento pessoal e a relativização da onipotência rumo a níveis possíveis de

potência. Felizmente, a ciência e a sociedade têm ampliado os limites ditos naturais e assim possibilitado a muitos casais, dos mais diferentes tipos, realizarem o desejo de ter um filho. Mas, por outro lado, isso não garante a superação das tensões e dos conflitos e nem a suplantação dos diferentes níveis de impotência psíquica que existem em todos nós. Ao contrário, nos obriga a estar cada vez mais atentos a essas dimensões.

Um criado muito peculiar

Sergio Telles

Resenha de Robert Walser,
Jakob von Gunten, um diário, São Paulo,
Companhia das Letras, 2011, 152 p.

Robert Walser (1878-1956) é um escritor cujo prestígio tem crescido de forma significativa nos últimos tempos. Tendo tido algum reconhecimento no início de carreira, quando foi admirado por gente como Franz Kafka, Robert Musil, Bruno Cassirer, Walter Benjamin e Hermann Hesse, entrou em relativo ostracismo ao passar os últimos 23 anos de vida em um manicômio na Suíça, sua terra natal. Mais recentemente inspirou autores como J. M. Coetzee, W. G. Sebald e Enrique Vila-Matas, que sobre ele escreveram ensaios ou nele se inspiraram para criar seus próprios personagens.

A atenção que tem provocado deve-se às difíceis circunstâncias de sua vida e às características únicas de sua obra, cuja singularidade se deve não só a uma temática surpreendente e extravagante, a um estilo cheio de peculiaridades um tanto bizarras, além do trato peculiar que deu ao próprio ato de escrever. Tudo isso faz com que seu trabalho se situe no interessante e indefinido espaço entre a produção psicopatológica e a inovação artística.

Sergio Telles é psicanalista e escritor, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autor de *O psicanalista vai ao cinema* (Casa do Psicólogo / Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2004) e *Visita às casas de Freud e outras viagens* (Casa do Psicólogo, 2006), entre outros.

Walser era filho de um pequeno comerciante que vivia em permanente insolvência sem poder dar segurança à família, considerada na ocasião, segundo Coetzee, como “degenerada” ou “corrompida”, devido aos muitos casos de doença mental que nela havia. A mãe de Walser era tida como louca, provavelmente sofria de depressão grave e crônica, seus dois irmãos eram psicóticos e um deles suicidou-se. A irmã, elemento mais saudável da casa, também teria tido problemas emocionais.

Walser procurou trabalho em Berna, tentou ser ator em Stuttgart e em Berlin entrou numa escola para criados, experiência que usou em *Jakob von Gunten, um diário*, um de seus livros mais importantes, sobre o qual me estenderei em seguida. No início, os muitos contos e folhetins que escrevia para jornais e revistas tiveram relativo sucesso. Mesmo assim, vivia de forma despojada e distante não só das rodas literárias, mas de qualquer contato social mais significativo. Depois da Primeira Guerra, o tipo de literatura que escrevia perdeu seus leitores e Walser passou a beber muito, tendo então tentado o suicídio. Nesta época, por dizer que ouvia vozes, foi levado para um manicômio, onde passou os últimos anos de sua vida, quase por decisão própria, pois os médicos, levando em conta que os sintomas haviam arrefecido, muitas vezes tentaram fazê-lo sair da instituição, o que ele se recusou a fazer. Vivia ali de forma tranquila e tinha liberdade para sair quando quisesse, o que lhe permitia fazer longos passeios a pé pela região.

O início de sua doença mental se deu aos 30 anos, com um sintoma ligado justamente ao ato de escrever. Era tomado por câimbras nervosas toda vez que pegava a caneta, o que terminou por lhe impossibilitar qualquer escrita. Ele mesmo disse que isso se devia a conflitos frente ao ato de escrever. Passou a escrever a lápis, numa letra microscópica e de forma abreviada, dando a esta forma de escrita o nome de “sistema ou método do lápis”. Após sua morte foram encontradas mais de 500 folhas manuscritas neste sistema. Pensou-se inicialmente que deveria ser seu diário escrito

num código secreto. Somente anos depois os estudiosos Werner Morlang e Bernhardt Echte conseguiram decifrar esta escrita, realizando com isso o que Sebald considera ser um dos maiores serviços prestados à literatura mundial nas últimas décadas. Ao serem publicados por volta de 1970, estes textos foram chamados de “microgramas” ou “microescritos”. Coetzee comenta que esta parte da obra de Walser suscita permanente incerteza ou insegurança no leitor, por ser fruto deste paciente trabalho de deciframento. “O Saltador”, sua perturbadora novela na qual relata as experiências alucinatórias, foi escrita por volta de 1925 e publicada apenas em 1972, graças a este trabalho.

Na ocasião em que criava estes “microgramas” internado em Herisau, uma das poucas pessoas de fora da instituição com quem tinha contato era seu amigo Carl Seelig, para quem nunca mencionou a existência destes escritos. É significativa tal atitude, pois, numa ocasião em que Seelig tentava estimulá-lo a usar o tempo ocioso no manicômio para escrever, Walser respondeu: “Não estou aqui para escrever e sim para ser louco”.

Esta forma secreta e cifrada de produzir sua obra dá uma boa medida dos impedimentos internos que Walser tinha de superar para poder escrever. Ao que parece, não se sentia autorizado a pegar resmas de papel e livremente nelas escrever o que bem entendesse, usando sua caligrafia normal. Procurava restos de papel e ali escrevia microscopicamente seus textos. Escrevia como que desafiando uma cruel proibição, rabiscando mensagens secretas numa linguagem cifrada e as jogando ao mar, esperando que algum dia fossem encontradas e que alguém se desse ao trabalho de decifrá-las, o que de fato aconteceu. Essa característica da escrita de Walser dá especial relevo à “materialidade do texto”, à “fiscalidade da escrita”, no dizer de Coetzee, pois muitas vezes o tamanho do papel e a possibilidade de ser ele preenchido condicionam por completo o teor do escrito.

Sua produção chama a atenção não só pela forma pouco usual de abordar questões conhecidas, como também pela descrição simples e direta

com a qual relata acontecimentos inusitados. Não poucas vezes a pessoa física do autor se intromete inesperadamente no texto, tomando a palavra do narrador ou dos personagens, rompendo a trama e impondo a realidade factual do escritor às voltas com as dificuldades em redigir seu texto, aquele texto. Se por um lado isso pode ser visto como uma inovação estética geradora de efeitos cômicos, não se pode deixar de pensar que são manifestações de uma desagregação do pensamento, uma impossibilidade do autor em se defender de ideias parasitas que invadem o campo de forma indesejada.

Um exemplo de comentários do escritor além e fora da narrativa:

Tudo que é proibido ganha vida de centenas de maneiras; ou seja, tanto mais vívido se torna o que deveria estar morto. Assim é, no atacado e no varejo. Muito bem-dito, aliás, em linguagem cotidiana, e é no cotidiano que encontramos as verdades verdadeiras. Estou tagarelado de novo, não estou? Admito de bom grado que sou tagarela, mas tenho de preencher estas linhas de alguma forma. Fascinantes, deveras fascinantes são os frutos proibidos (p. 94/4).

Coetzee diz que a estranheza das narrativas de Walser fez Benjamin afirmar que seus personagens pareceriam habitantes dos contos de fada depois que a história acaba, quando o encantamento até então vigente se dissipa e eles têm de se haver com o mundo real. Haveria neles algo de “dilacerante, inumano e superficial”, pois, como se resgatados da loucura (ou do encantamento), tivessem agora de andar cuidadosamente para não voltar ao estado anterior.

Sebald aproxima Walser de Gogol, propondo a ideia instigante de que ambos escrevem com o objetivo de se despersonalizarem, de se livrarem definitivamente do passado, de o apagarem, como se cada frase escrita por eles tivesse o propósito de anular a anterior. Agiriam ao contrário da maioria dos escritores, que pretendem firmar suas personalidades com suas obras

Uma outra peculiaridade de Walser decorre daquilo que Coetzee considera uma situação

linguística sem equivalentes – o uso de uma mesma língua com dois registros diversos. Walser escrevia em Alto Alemão, uma manifestação desta língua bem diferente do mesmo alemão caseiro que falava domesticamente em seu cantão suíço. Algo semelhante ao uso do alemão cartorial por Kafka, em detrimento do tcheco, sua língua materna.

Com vários de seus livros publicados em Portugal, *Jakob von Gunten, um diário* é a segunda tradução brasileira. É episódio ficcional baseado numa experiência vivida pelo Walser, que, envergando libré, trabalhou como criado num castelo de Dambrau na Silésia.

O livro é tido como um de seus romances mais provocadores, dado a forma aparentemente ingênua e até simplória com que relata fatos sem grande importância, mas que revelam, se olhados com cuidado, uma insuspeitada profundidade.

Como indica o título, nele vamos ler as anotações íntimas do jovem Jakob, que tem como projeto de vida se despojar de todo e qualquer desejo próprio que não seja o de servir ao outro, a quem almeja obedecer de forma absoluta e subserviente. Com este fim, ingressa no Instituto Benjamenta, esperando ali aprender a receber ordens e cumpri-las sem questionamento e da melhor forma possível. No diário anota suas reflexões e fantasias, a relação com os colegas, suas opiniões sobre o programa de ensino e os professores, confessando grande admiração frente ao poder e majestade do Sr. Benjamenta e sua irmã, Srta. Benjamenta, diretores responsáveis que reinam incontestes pelos corredores e salas da instituição.

Escrito em 1907, *Jakob von Gunten* é uma bela comprovação de que os artistas são, de fato, as antenas da raça, como disse Ezra Pound. O aparentemente despropositado empenho de Jakob em ser um perfeito serviçal no universo confinado e tacanho do Instituto Benjamenta revela-se como extraordinária percepção crítica de uma sociedade que caminhava a largos passos para a hecatombe da Primeira Grande Guerra, que destruiria para sempre a ideia de um pro-

gresso linear, a fé na instrução como arma contra a barbárie. O Instituto Benjamenta é a ridicularização da ideia de que a escola é o lugar onde o conhecimento e a cultura são transmitidos de uma geração a outra, onde os talentos dos aprendizes são detectados e estimulados a produzirem o melhor, gerando crescimento e autonomia para cada um e para a sociedade como um todo. De que adianta o longo processo educativo, se o que se aprende se distancia radicalmente de uma realidade brutal que descamba na submissão ao Estado, ao qual se deve servir, indo-se morrer em guerras movidas por remotas motivações, alimentadas por irracionais patriotismos? Vai-se ao colégio para aprender a construir o futuro ou para se submeter às autoridades? Não é melhor simplificar, deixar a hipocrisia de lado e organizar escolas cujo objetivo explícito seja o ensino da servidão aos poderosos da ocasião? O estranho Instituto Benjamenta é como a grande barata de Kafka, uma imensa e complexa metáfora.

A esta leitura sociopolítica do livro de Walser pode-se acrescentar o enfoque analítico, pois a atitude de Jakob parece francamente masoquista, de completa submissão ao desejo do outro. Ele mostra o gozo da servidão voluntária, do abdicar de qualquer independência para garantir a proteção de um amo e senhor, figura representativa de um pai poderoso do qual não consegue fazer o luto necessário para ingressar na vida adulta, permanecendo uma eterna criança. Mas, ainda aí, Walser inverte o roteiro, pois Jakob passa da posição passiva e submissa à prática de uma tirania cínica e dissimulada com a qual triunfa sobre todos, percorrendo com isso o périplo que vai do masoquismo ao sadismo.

Coetzee diz que Jakob von Gunten é um personagem sem precedentes na literatura, dele aproximando apenas o narrador de *Memórias do Subsolo*, de Dostoiévski. Pensa ainda Coetzee que Jakob von Gunten teria inspirado Kafka a criar os interceptores do Inspetor K, em *O processo*. Da mesma forma, Lucia Ruprecht acredita que um dos personagens de W. G. Sebald, o Ambros Adelwarth de *Os emigrantes*, teria como modelo

o Jakob von Gunten. Como este, Adelwarth voluntariamente se interna numa clínica psiquiátrica no final de sua vida, após ter sido, por um longo tempo, companheiro e criado de um jovem milionário. Na linha próxima à que abordei, Ruprecht vê o confinamento de Jakob no internato do Instituto Benjamenta como um projeto oposto ao do ideal bélico da mobilização geral que logo tomaria toda a Europa. A relação entre as duas situações se mostraria no devaneio do personagem no qual se vê como um soldado de Napoleão, na campanha contra Moscou.

A acuidade psicanalítica com que Walser descreve determinadas situações merece ser ressaltada, como passo a fazer agora, pinçando alguns trechos do livro.

Seu desejo de subserviência e autodegradação é mostrado já no início. Referindo-se à escola, diz:

Aqui se aprende muito pouco, faltam professores, e nós, rapazes do Instituto Benjamenta, vamos dar em nada, ou seja, seremos, todos, coisa muito pequena e secundária em nossa vida futura (p. 7).

Seus conflitos identitários se explicitam quando fala do uniforme que os alunos do Instituto Benjamenta são obrigados a usar:

Vestimos uniformes. Usar uniforme é algo que, a um só tempo, nos humilha e enobrece. Parecemos pessoas privadas de liberdade, o que talvez constitua humilhação, mas ficamos bem de uniforme, e isso nos distancia da vergonha profunda dos que andam por aí em trajes mais que próprios e no entanto sujos e esfarrapados. Para mim, por exemplo, vestir uniforme é muito agradável, porque nunca soube ao certo que roupa usar. Também nisso, porém, sou, por enquanto, um enigma para mim mesmo. Talvez abrigue um ser humano bastante vulgar. Ou talvez corra sangue aristocrático em minhas veias. Não sei. De uma coisa tenho certeza: no futuro, o que vou ser é um zero à esquerda, muito redondo e encantador. Na velhice terei de servir a jovens grosseiros, arrogantes e mal-educados; do contrário, vou precisar mendigar para não perecer (p. 8).

Seu desprezo pela escola fica evidente quando diz:

Na verdade, nós, discípulos ou pupilos, temos muito pouco que fazer, quase não nos dão tarefa nenhuma. Aprendemos de cor as regras que aqui vigem. [...] Conhecimentos, não nos transmitem. Como já disse, faltam professores, isto é, os senhores educadores e professores estão ou dormindo ou mortos; ou parecem estar mortos, ou petrificados – tanto faz, o fato é que não nos ensinam coisa nenhuma (p. 9).

Vivências de desrealização aparecem num momento de descanso:

Durante a hora do almoço, com frequência me sento à toa num banco. As árvores no parque não exibem cor nenhuma. As folhas pendem feito chumbo, desprovidas de naturalidade. É como se, por vezes, todas as coisas se constituíssem de lata e de um ferro fino. Depois a chuva torna a cair e molha tudo (p. 22-3).

Seu desejo de autoimolação e subserviência se revela como uma formação reativa frente a in-submissão e rebeldia agressivas. São traços anais de oposição e controle, situados na transição entre neurose obsessiva e melancolia. Apresenta aspectos narcísicos de afastamento e indiferença pelo outro, com quem a relação é marcada pela desconfiança, pelo desejo de enganá-lo para melhor triunfar e tripudiar sobre ele. Muitas vezes isso é feito através do gozo masoquista de se apresentar como um tolo. Em se fingindo de bobo e em sendo tratado como tal pelo outro, goza por enganá-lo e sobre ele triunfar, ao mesmo tempo que cria uma situação para ser punido e castigado por sua própria agressão, desde que se oferece como presa indefesa ao sadismo do outro. Ilustra assim, de maneira muito clara, a íntima relação entre masoquismo e sadismo. Nestes momentos, Jakob von Gunten muito se assemelha a outro grande opositor, o Bartleby de Melville:

Quase nunca me deixo aturdir ou surpreender. A despeito das emoções a que estou sujeito, trago em mim

indizível frieza (p. 37). [...] Prestar serviço a alguém que não conhecemos, que pouco nos importa, é encantador, coisa que nos descortina paraísos envoltos em névoa divina (p. 21). [...] Gosto de ver pessoas adoráveis um pouco raivosas. Nada me agrada mais do que transmitir uma imagem inteiramente falsa de mim mesmo àquelas que guardo no coração. Talvez seja injusto, mas é ousado e, portanto, apropriado. É verdade que, no meu caso, esse comportamento é um pouco doentio. Eu, por exemplo, acho de uma beleza indizível morrer tendo na consciência o peso de haver ofendido e impregnado de opiniões ruins a meu respeito aqueles que mais amo neste mundo. Isso ninguém saberá entender, a não ser os capazes de sentir um calafrio de beleza na prática da teimosia, em ser do contra (p. 24). [...] Eu percebi com toda clareza, mas agradava-me que ela me tivesse por bobo. Que singular depravação: alegrar-se em segredo com a possibilidade de perceber que se está sendo surrupiado (p. 25). [...] A interdição de certas coisas é por vezes tão encantadora que não se tem como não fazê-las. É por isso que todo tipo de obrigação me é cara: porque me possibilita a alegria da transgressão. Se não houvesse nenhum mandamento neste mundo, nenhuma obrigação, eu morreria, pereceria de inanição, me estropiaria de tédio (p. 26). [...] É estranha essa vontade que sinto de provocar explosões de raiva nos poderosos. Será que, na verdade, desejo ser castigado por este Sr. Benjamenta? (p. 40-41). [...] Eu, justamente, é que preciso aprender a sentir admiração e respeito confiante pelas coisas do mundo; do contrário, onde vou parar, se me permitir desrespeitar os mais velhos, negar Deus, zombar das leis e enfiar meu nariz juvenil em tudo quanto é sublime, importante e grandioso? (p. 59). [...] Tudo que não é permitido, que sou obrigado a conter, me faz gosto. O que foi reprimido se torna mais penoso, mas, ao mesmo tempo, mais valoroso também. Sim, sim, eu confesso: gosto que me reprimam. E, aliás... Não, chega de aliás. Que o Sr. Aliás vá passear. O que eu queria dizer é: não poder fazer uma coisa significa fazê-la em dobro em alguma outra parte (p. 94-5).

Sua sexualidade ambígua o faz entrar num jogo sedutor simultaneamente com a Srta Benjamenta e o Sr. Benjamenta. Provoca o diretor com o desejo secreto de ser punido por ele, em claro

masoquismo erógeno que vai se insinuando até a franca paixão homossexual:

Sim, esse homem me encantou, ele me interessa. Também a professora me desperta profundo interesse. Sim, e é por isso, para descobrir alguma coisa em todo esse mistério, que o provooco, para ver se lhe escapa alguma observação descuidada. Que mal faz se ele me bater? Minha vontade de descobrir coisas adquire contornos de uma paixão dominadora, e a dor que a irritação deste estranho homem me causa é pequena, comparada ao desejo fremente de induzi-lo a se abrir um pouco comigo. Ah, até sonho com isso – que coisa mais magnífica: apossar-me da impetuosa confiança deste homem. Bem, vai levar ainda um bom tempo, mas acredito, sim, acredito que vou conseguir penetrar enfim no mistério dos Benjamenta. Segredos dão a pressentir uma magia insuportável, exalam perfume muito belo, indizivelmente belo. Quem sabe, quem sabe? Ah... (p. 41).

À medida em que constata a eficácia de sua sedução e com isso passa a ter acesso a todas as dependências da instituição, inicia-se o processo de desidealização:

Sim, os aposentos interiores tinham vida, e agora me foram quase roubados. A parca realidade: que tremenda ladra ela às vezes é. Rouba coisas com as quais, depois, não se sabe o que fazer. Ao que parece, diverte-se espriando melancolia. Melancolia que, aliás, torno a querer bem e que me é muito, muito valiosa. Porque forma (p. 120).

Walser dá uma possível pista sobre a conduta sadomasoquista de Jakob. Talvez venha da culpa pela violência contra o irmão a necessidade de punição que se expressa na impossibilidade de crescer. A confissão de Jakob de que “abriu um buraco na cabeça do irmão” adquire uma nova significação quando lembramos que Walser tinha dois irmãos psicóticos (um deles suicida), pois talvez ecoe sua própria culpa frente à doença deles:

Na verdade, nunca fui criança, razão pela qual acredito piamente que vou carregar comigo algo de infantil.

Cresci, é verdade, tornei-me mais velho, mas minha essência não mudou. Travessuras tolas ainda me dão tanto prazer quanto davam anos atrás, mas aí é que está: na verdade nunca fiz travessuras tolas. Ainda bem pequeno, abri um buraco na cabeça do meu irmão. Mas isso foi um acontecimento, e não uma tola travessura. [...] Que feliz sou eu por não conseguir enxergar em mim nada que seja digno de atenção ou contemplação! Ser e permanecer pequeno. E caso uma mão, circunstância ou onda me erguesse e carregasse até o primado do poder e da influência, eu destruiria as relações a me privilegiar e me precipitaria rumo à escuridão rasteira e insignificante. Só nas regiões inferiores consigo respirar (p. 131).

Uma derradeira observação sobre a questão educacional implícita na obra de Walser. Sob o prisma da psicanálise, o processo educativo – além da transmissão de conhecimento – se alinha entre os principais procedimentos repressivos das pulsões agressivas e sexuais, imprescindíveis para a viabilização da convivência social. Por isso mesmo auxilia indiretamente no momentoso trânsito psíquico entre o princípio do prazer (agir em função da busca imediata de satisfações) e o princípio da realidade (compreender que as satisfações devem ser adiadas até que possam ser realizadas sem que isso coloque em risco nossa segurança).

Apesar dos avanços realizados, a educação continua basicamente focalizada nos aspectos cognitivos racionais conscientes da mente, ignorando a dimensão inconsciente descoberta por Freud. Isso significa que, frente aos fortes senti-

mentos que nos inundam (ainda mais quando somos crianças), como medos, angústias, ódios, ciúmes, invejas, necessidade de dar e receber amor, o máximo que a escola faz é estabelecer os já referidos limites repressivos através da coerção física e da transmissão de princípios éticos, morais e religiosos. Nem sempre estas medidas são eficazes, resultando que no final cada um de nós vai ter de aprender a lidar sozinho com seus próprios demônios. Esta educação favorece a concomitância de aspectos cognitivos conscientes racionais que podem ser extraordinariamente desenvolvidos e uma gritante imaturidade emocional, um infantilismo afetivo – combinação neurótica que impede um manejo adequado da realidade. Todos conhecemos exemplos dessa discrepância interna, vivenciada em nós mesmos ou percebida em pessoas de nosso entorno, públicas ou privadas.

Recentemente dois casos ilustram bem o que estamos comentando: Paloci e Strauss-Kahn. Como entender que homens como eles, cuja inquestionável inteligência se evidencia no fato de terem chegado ao topo do poder, possam ter agido de forma tão estúpida, colocando a perder a posição pela qual seguramente se empenharam ao máximo para conseguir? Na ausência de explicações lógicas, podemos evocar duas hipóteses psicanalíticas. A insolência do narcisismo onipotente reforçado pelo exercício do poder, a crença na impunidade, o se crer acima da lei. Ou um ignorado desejo autodestrutivo, secretas culpas que impossibilitam o usufruir daquilo pelo qual tanto se lutou.

Diz-me, espelho meu, quem sou Eu?

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

Resenha de Diana L. Corso e Mário Corso,
A psicanálise na Terra do Nunca: ensaios sobre a fantasia,
Porto Alegre, Penso, 2011, 328p.

Passamos um terço da vida dormindo, portanto sonhando, e quando estamos despertos nossos devaneios ocupam um tempo muito maior do que imaginamos... Na prática somos casados com a realidade, mas só pensamos em nossa amante: a fantasia.

É desta forma que Diana e Mário Corso nos introduzem no espaço da *Terra do Nunca* onde ganhamos a liberdade, a coragem e o prazer de fazer parar o tempo e nos ocupar com histórias e projetos que nos fazem dormir e sonhar, mesmo quando estamos de olhos bem abertos para a realidade. Não é à toa, dizem eles, que “as ditaduras baniram boa parte dos artistas e suas obras, pois um rebanho que não sonha não transcende as cercas que o encarceram” (p. 20).

Além disso, as histórias contadas através das gerações criam laços, transmitem legados, garantem nossa pertença ao mundo dos homens... Quem não abre seus ouvidos e esboça um sorriso atento ao ouvir: *Era uma vez, muitos e muitos anos atrás...* Ou arregala olhos temerosos se a frase começa de outra forma: *Naqueles tempos, quando a terra ainda não era habitada por seres como nós,*

Maria Laurinda Ribeiro de Souza é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso de Psicanálise desse Departamento e autora de *Mais além do sonhar*, com aquarelas de Ada Morgenstern (Marco Zero, 2003) e *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005).

coisas muito estranhas costumavam acontecer... Ou, ainda, se estende magicamente no tapete, se é convocado a viajar para *Um país longínquo onde havia um rei e uma rainha que desejavam muito ter lindos filhos...* e, enquanto ouvimos ou rememoramos vamos nos constituindo nos personagens que habitam essas narrativas e reencarnando as impressões que deles nos engendraram. De onde vem esse poder constitutivo? Como é que ele se manifesta? Como é que o ouvir e contar histórias pode nos ajudar a crescer?

Com essas perguntas os leitores estão convocados a partilhar, com os autores, os conhecimentos adquiridos em sua experiência como psicanalistas e pesquisadores de outras áreas do saber – como a Pedagogia, a Antropologia, a História, a Literatura, o Cinema e a Filosofia –, e a avançar, numa outra dimensão do tema já tratado em uma publicação anterior: *Fadas no Divã: psicanálise nas histórias infantis*. Se naquele momento o acento estava dado na “investigação dos efeitos das histórias na vida das crianças”, agora, o convite é para a compreensão da origem do espaço da fantasia e para “a sutileza de seus mecanismos” (p. 21).

O livro se divide em duas partes; na primeira, trata das representações contemporâneas da família: configurações possíveis, quebra dos lugares tradicionais de parentalidade, idealizações e angústias decorrentes desses vazios identificatórios. Na segunda, analisam-se a origem e a eficácia da fantasia: as novas formas dos contos de fada, a persistência do fantástico e do humor nessas transformações e a sua ressonância no mundo mágico da infância e da adolescência. Se no trabalho anterior os contos de fada tradicionais eram o material básico de interesse, agora, este se expande para outras produções da cultura: filmes, seriados, peças publicitárias e livros que imprimem e revelam os múltiplos impasses e modelos constitutivos da subjetividade.

Essas produções culturais nos introduzem em temáticas pertinentes aos sonhos, mas também aos pesadelos sombrios de nossa existência. Como ser pai e mãe num mundo devastado

por tantas formas de violência e com tão poucas referências e formas de proteção para as angústias mais primárias presentes nos atos inaugurais da dependência humana? “Excessivamente conscientes de nossa fragilidade, vamos imaginando monstros, como uma criança pequena adivinhando o que se esconde nas sombras de seu quarto enquanto o sono não vem” (p. 55). O mundo dos sonhos, da fantasia nos confronta com os enigmas e impasses de nossa existência mas também nos ajuda a encontrar soluções para eles. Quando Alice visita o *País das Maravilhas* ou quando Bastian entra no mundo das *Histórias sem Fim* para salvar o reino de Fantasia que estava sendo devorado pelo Nada, eles se apropriam do segredo mágico que permite, no retorno, dar mais sentido à vida.

O que é ser um filho? O que se espera dele? Será uma figura encantada ou um monstro devorador e aniquilador? Na função de duplo, apresentada em filmes como *O bebê de Rosemary* ou em *A Profecia*, por exemplo, “a criança diabólica tem o papel de querer eliminar sua mãe na mesma proporção em que ela vivencia os aspectos insuportáveis de sua presença” (p. 47). E a mulher, como constrói a passagem de um lugar social passivo para a apropriação de um potencial subjetivo, que conviva com o exercício desejado e temido da maternidade? E o homem, pode ele escapar às demandas de um mundo cada vez mais exigente de sucesso e reconhecimento narcísico e ocupar de fato um lugar de legitimidade paterna, sem permanecer atemorizado pela convocação de suficiência que lhe é feita por parte dos filhos? E o encontro amoroso e sexual será semelhante ao vivido nos campos de guerra ou haverá, ainda, espaço para a ternura e a solidariedade?

Estranhamentos e desencontros são apresentados em alguns dos filmes e livros, analisados pelos autores, como inquietantes, alienígenas, demoníacos, mas, tal como os contos de fadas para as crianças, são telas preciosas para o reconhecimento e a elaboração de fantasias terríficas que revelam aquilo que se desejava manter como inexistente no interior de si. Em outros, o que se

apresenta é um modelo idealizado, compensatório das dissoluções e fracassos dos modelos tradicionais de família; uma construção isolada das demandas capitalistas e globalizantes contemporâneas. A família Robinson, por exemplo, apresentada pela leitura do romance de Johann David Wyss, mantém, na série de acréscimos feitos por outros autores, a ideia central de uma família nuclear – e não mais expansiva; com tios, avós, vizinhos – que vive num local isolado – uma ilha, ou um novo território, ou perdidos no espaço – em harmonia e sem sofrimentos ou grandes conflitos. Desta forma, busca-se preservar um resto ilusório do final dos contos de fadas: *E viveram felizes para sempre!*

A psicanálise, dizem os autores, já desfez esse mito quando encontrou na tragédia grega de Édipo “o esqueleto das ligações amorosas e perigosas, que são tão inadmissíveis quanto fundamentais, principalmente os desejos incestuosos e letais que circulam entre pais e filhos” (p. 63). Em Freud, o naufrágio com o qual temos que conviver é o dos vínculos. Crescer implica um trabalho contínuo de elaboração dos conflitos, das mágoas, dos ressentimentos, das fragilidades, das diferenças e das separações cada vez mais frequentes. A ideia do outro como estranho familiar, parceiro amigo e, às vezes, inquietantemente sinistro tanto aparece no reflexo do espelho, quanto no objeto mais próximo e amado.

Na análise apresentada por Diana e Mário Corso, há um trabalho de tessitura delicado mostrando como as modificações políticas e sociais são indissociáveis das representações subjetivas de cada personagem e do arranjo singular dos agrupamentos familiares. Por exemplo, quando discorrem sobre o seriado *Os Waltons*, da década de 1970, apontam para a chegada de uma série de conquistas: a liberdade sexual, a mudança do lugar feminino, a valorização da juventude, a diminuição da autoridade paterna, o movimento hippie, a quebra da tradição, as inovações tecnológicas e como isso se presentifica na construção do seriado, através de um ato tão simples como a organização da família para tirar uma foto, que é

a abertura da série: “Observamos que o centro da imagem que eles preparam para a posteridade é ocupado pelo rádio, grande novidade tecnológica que vivia o auge da popularidade no início do século passado... A filha caçula e o rádio, representante do novo e das inovações tecnológicas que a ciência trazia para dentro de casa, partilham o centro da foto com justiça. Tanto naquele passado hipotético da série como até hoje, é no futuro que todas as esperanças e idealizações estão colocadas.” (p. 72).

Com a quebra dos lugares tradicionais, mudam-se, portanto, as demandas internas e externas para o exercício possível da maternidade, da paternidade e das relações familiares. “Para ser mãe, hoje uma mulher precisa enfrentar a difícil negociação entre seus papéis históricos e as inclementes exigências sociais. Resultante desses impasses, a angústia, a insegurança e a culpa se incorporaram à identidade feminina.” (p. 77) Para pensar sobre a maternidade possível, as referências são *A noviça rebelde*, *Mary Poppins*, o conto *Amor*, de Clarice Lispector, e *Profissões para mulheres*, de Virginia Woolf.

Em *A noviça rebelde*, Maria, a jovem que conquistará o coração de seu patrão, pai de sete filhos órfãos de mãe, é o protótipo de uma mulher que se vê lançada na experiência materna tendo que construir um lugar para o qual não tinha sido preparada. Perdera cedo seus pais e o convento e as freiras constituíram-se para ela numa família. Mas não foi o espírito religioso que fez com que as freiras a indicassem para a função de preceptora daquelas crianças, mas, antes, um transbordamento de vida que não cabia nas regras da clausura. E essa era justamente a qualidade necessária para poder ser aceita na família Von Trapp; tanto o pai quanto as crianças viviam enlutadas e não conseguiam se abrir para a alegria de outras presenças maternas possíveis. A tristeza da mãe e pela mãe pode ter várias formas; nesta história, dizem os autores, ela “assumia a de um lugar vazio que parecia sugar a vivacidade daquela casa” (p. 80), daí a relevância da alegria que a jovem noviça trazia consigo.

Conquistando o amor das crianças, ela abre também o caminho para uma relação amorosa com o Capitão Von Trapp, realizando, desta forma, o desejo edípico de toda menina.

Tanto nesse filme quanto no de *Mary Poppins* fica explícita uma nova configuração familiar onde a mãe está ausente – seja pela morte ou pela entrada no mundo do trabalho – e onde as crianças reagem agressivamente a essa ausência convocando soluções mágicas para esse impasse. Mas, não é apenas ela que está ausente; o pai, embora presente, não consegue responder à nova demanda afetiva para a qual é solicitado; fica evidente que o papel estereotipado que lhe cabia até um tempo atrás tornou-se insuficiente e vazio. “A dificuldade atual provém do fato de que os homens pouco reconhecem em si do adulto que deveria sentir-se autorizado e em condições de ser pai, enquanto as mulheres sentem-se muito diferentes daquilo que se compreende como uma mãe. As famílias sofrem bastante por essa distância entre o ideal e a prática da função parental e eles respondem a isso sentindo-se paralisados, impotentes, assustados. Por isso não sabem reagir quando os filhos os convocam com suas travessuras...” (p. 87). Nos dois filmes tomados como referência, as babás cumprem esse lugar de uma forma idealizada, mas também oferecem uma referência confirmatória de que, apesar das dificuldades da mulher em conciliar seus diferentes papéis, ainda há uma maternidade possível, dentro de uma organização familiar estável. Mesmo que para isso seja necessário o uso de uma boa dose de dissociação, magia e criatividade!

Porém, devemos reconhecer que a representação de uma família estável tornou-se, cada vez mais, um mito. As demandas narcísicas de nossa contemporaneidade ultrapassam facilmente a construção do modelo familiar anterior, criando-se um deslocamento de valor para os laços que unem pais, mães e filhos, sendo estes que, agora, permanecem como ideais. Temos, neste movimento, uma tentativa ilusória de mudança: “engana-se quem pensa que a exaltação do núcleo familiar tenha sido abandonada; cederam-se

os anéis para preservar os dedos, a valorização é que mudou de lugar: já não é sobre o valor em si da família como instituição ou mesmo sobre a natureza de seus membros que recai a idealização, mas sobre o valor do laço familiar em si” (p. 95). *Os Simpsons* serão o exemplo da permanência desse mito: aconteça o que acontecer, eles estarão sempre reunidos no sofá da sala! O mesmo se dá com as famílias representadas pela estranheza de seus membros: *A família Adams* e *Os monstros*.

Na série de referências apresentadas ao longo do livro, evidencia-se o que alguns autores já apontaram como marcas da desordem – Roudinesco, *A família em desordem* –, ou de recomposição – Van Cutsem, *A família recomposta: entre o desafio e a incerteza* – e que Diana e Mário Corso preferem nomear como *mutações* – palavra que aponta para o imprevisto, a novidade, as novas possibilidades de existência e convivência, mesmo que as marcas originais reapareçam. Tal como acontece, por exemplo, nas famílias formadas por casais do mesmo sexo com filhos vindos de casamentos anteriores, adotados ou gerados por inseminações, em que se percebe a repetição tradicional de certos scripts de conjugalidade e parentalidade. Mas, mantendo ou não a tentativa de repetição, o que essas novas formas possíveis tentam garantir é a permanência de laços amorosos que confirmem sua existência. “A família está em mutação porque poucas coisas permanecem iguais, o que não muda é a necessidade dos laços – fraternos, comunitários, familiares ou similares – para a constituição do eu” (p. 141).

Na segunda parte do livro, ao se perguntar se os contos de fadas ainda se preservam como espaço mágico para as crianças – melhor seria dizer para o universo do infantil, já que ele não se restringe a uma idade específica –, os autores tomam como referência as novas narrativas do *Reino das Maravilhas*, destacando o aspecto de paródia dessas novas histórias e o lugar do humor como um componente importante da vida psíquica. A hipótese dos autores é de que ago-

ra os contos de fadas aparecem com um recheio diferente; eles tornaram-se mais intimistas: os personagens são mais complexos e há uma representação mais explícita para os afetos, ambivalências e contradições da vida interior. O processo de crescimento dos novos heróis é feito tanto das realizações efetivas quanto do reconhecimento de seus fantasmas internos e do desenvolvimento do controle de si. Não se levar muito a sério e poder rir das supostas verdades externas será um bom aliado nessa travessia.

Somos levados, então, a acompanhar muitas outras aventuras; entre elas, as de Shrek, seu burro falante e o encontro com Fiona, sua feia amada: “Como na amizade entre o burrinho e Shrek, o casal de ogros vive criticando-se e apoiando-se, construindo uma intimidade de mútua tolerância. É desse tipo de confiança, que se traduz em uma cumplicidade crítica, que as crianças precisam para confiar nos pais. Da mesma forma, espera-se que um casal se constitua a partir de algum aprofundamento, do progressivo conhecimento mútuo. O amor sai fortalecido e é mantido no novo conto de fadas, mas a paixão, movida pela idealização superficial das aparências, é a derrotada da vez.” (p. 171).

O caminho oposto aparece quando se trata da idealização da adolescência, já que ela insiste como utopia contemporânea de adiamento mágico da idade adulta. Neste terreno o parecer é uma tentativa ensandecida de sustentar o ser, negando-se toda a angústia e incertezas próprias desse momento da vida. Em *O Apanhador no Campo de Centeio* é o lado B dessa idealização que se torna visível: “O protagonista critica a tudo e a todos, duvida de qualquer solução, e uma das alternativas que se coloca é a de desistir” (p. 199). Nos filmes de terror, tais como *Pânico*, *A Hora do Pesadelo* ou *Sexta-feira 13*, que tanto atraem a população jovem, também se configura outro dos pesadelos dessa passagem: o impacto violento da sexualidade, do sadismo e das perdas inevitáveis – da infância, da imagem corporal, da onipotência, dos pais. Esses filmes nos colocam diante do sinistro tão familiar – o inquietante

estranho – polo de atração e repulsa – que queremos expulsar e controlar.

A fantasia de autonomia, a ideia de que não precisamos dos outros para crescer, pode ser uma forma de se lidar com essas perdas e de construir um contraponto à dependência e ao temor do desamparo. Nessas construções, revela-se, também, o lugar ativo de todo filho na sua própria constituição subjetiva. Algumas perdas, no entanto, ultrapassam o inevitável; tornam-se traumáticas e, para que seja possível sua superação, é necessário que algum fragmento da vida, um registro residual da função materna, seja suficientemente significativo para permitir o ato criativo da resiliência. *O Jardim Secreto*, *Matilda* e *Pippi Meialonga* são algumas das narrativas analisadas como modalidades dessa experiência. A autonomia dessas crianças pode também ser vista como “uma versão caricatural do desprendimento do sujeito contemporâneo da sua origem, e da ideia de fazer-se por si só” (p. 236), uma das quimeras sustentadas pelo capitalismo.

Ao final do livro, a aventura nos leva para outras terras: *O País das Maravilhas*, o mundo paralelo de *Nárnia*, a *Terra Média* do *Senhor dos Anéis*, o mundo dos brinquedos animados de *Toy Story*, o *Reino das Trevas*, onde habitam os vampiros, heróis extremamente populares em nossa atualidade, e, como não podia deixar de ser, o mundo de *Fantasia*, onde Bastian, menino órfão e pouco valorizado, realiza a busca de sua identidade e onde corre o risco de se ver aprisionado em seu delírio de grandeza. Inicia-se, então, outra aventura – criar forças para deixar o mundo da fantasia e retomar seu lugar na vida real. É assim que esse mundo vai sendo apontado pelos autores, como um espaço de passagem, um oásis, uma terra intermediária, um espaço potencial, onde é vital poder entrar,

mas onde pode ser mortal querer permanecer. Talvez seja por isso que muitos contadores de estórias preferam um fim que dá lugar à passagem, à alternância no papel central de narrador: *Entrou por uma porta, saiu pela outra; quem quiser que conte outra!* Após o retorno dessas terras mágicas, o “vivido reduz-se às narrativas, às palavras, que são as últimas que morrem” (p. 321), e que, como diz o poeta, “são as que sustentam o mundo”¹.

“O difícil não é crescer, disse-me certa vez uma pequena adolescente, o difícil é reconhecer que meu pai não é um super-herói”. Abandonar a *Terra do Nunca*, viver os sonhos e pesadelos da realidade implica, como já dissemos, suportar muitos lutos – o de nossa infância, o das imagens corporais, o dos brinquedos favoritos, a onipotência de nossos pais, os ideais impossíveis de realizar, mas, implica também reconhecer que há um caminho criativo a percorrer e muitas figuras possíveis a partilhar com nossos companheiros de viagem.

O livro escrito por Diana e Mário Corso é um rico guia dessa viagem: ele nos entretém, nos dá de volta o prazer do reencontro com as fantasias, a linguagem e a lógica infantis, nos convoca a revisitar histórias que já vivemos ou a procurar conhecer aquelas a que ainda não fomos apresentados. Essas histórias são a tela ou o espelho onde podemos encontrar os traços que nos respondem ou apenas nos tranquilizam ao dizerem que não há respostas prontas e que, se as há, elas serão sempre insuficientes, incompletas: o Eu e as relações que estabelece estão em contínua “mutação”. Contínua é, também, a busca de um olhar de reconhecimento que confirme nossa possibilidade de existência. Na sombra, subjaz o temor inelutável do desamparo; o fantasma de que nossa imagem provoque a desaprovação de nossos criadores, e que estes, tal como Frankenstein, não suportem o impacto de nossas imperfeições. Mas, também para estas, a *Terra do Nunca*, com suas histórias, suas mágicas, suas loucuras, suas aventuras sem fim, oferece, (e)ternamente, seu alento.

1 “A linguagem é coisa delicada, de se pegar com a ponta dos dedos./ Um gesto mais brutal, e pronto: o nada./ A qualquer hora pode advir o fim./ O mais terrível de todos os medos. Mas, felizmente, não é bem assim./ Há uma saída – falar, falar muito./ São as palavras que suportam o mundo,/ não os ombros.” [P. H. Britto, Macau, São Paulo, Companhia das Letras, 2003].

Últimas palavras – uma nota divertida: como um bom guia, este livro tem dois marcadores de leitura – um deles está nas próprias páginas, com os símbolos de cada história impressos em alturas diferentes e, o outro, como num livro de corte

e recorte infantil, encontra-se na capa do final, com o símbolo da tesoura indicando o local onde deve ser destacado! Um belo lembrete de que o lúdico é, também, um dos aspectos importantes do mundo da Fantasia.

Direito e psicanálise, algumas intersecções

Márcio José de Moraes

Resenha de Antonio Cezar Peluso e Eliana Riberti Nazareth (coord.), *Psicanálise, direito, sociedade, encontros possíveis*, São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2006, 256 p.

O interesse pela intersecção entre psicanálise e direito tem aumentado sobremaneira nos últimos anos. Basta ver o incremento no meio editorial de textos e trabalhos sobre temas que tratam do inter-relacionamento entre tais ramos do saber¹. O mesmo ocorre nos simpósios, congressos e ciclos de debates em que essas culturas se apresentam.

Curioso que à primeira vista pode soar estranha a intersecção entre o direito, que muitos consideram uma ciência, com a psicanálise, tida pelo seu próprio criador como uma teoria de abordagem terapêutica, em que pese a nítida intenção de Freud, nos primórdios de sua obra, de estabelecê-la na cultura também como uma ciência.

Assim é porque, enquanto o direito edifica um mundo normativo com o fito de, mediante sanção, adequar a conduta humana para o convívio social, a psicanálise trafega em mão oposta.

Márcio José de Moraes é desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com formação em psicanálise.

¹ A título de exemplo vale citar, na esteira editorial, G. C. Groeninga; R. C. Pereira (coord.), *Direito de família e psicanálise – Rumo a uma nova epistemologia*, Imago, 2003; M. Caffé, *Psicanálise e direito*, São Paulo: Quartier Latin, 2003.

Sua preocupação direta é com o indivíduo, singularmente considerado, tirante quaisquer propostas normativas.

A conhecida Lenda de Procusto constante da mitologia grega sugere essa diferença de trato do humano nessas duas abordagens. Habitante das montanhas da Grécia que se apresentava aos viajantes e os levava ao seu castelo para alojá-los, Procusto os prendia a uma cama de ferro feita às suas medidas. O que sobejava dos viajantes às medidas de Procusto, ele decepava. O que faltava, ele esticava até que se igualassem a elas. Nem Direito, nem Psicanálise têm a ideologia de Procusto, mas ambos diferem pelo método de abordagem; enquanto o primeiro busca a ordem social pela normatização através das medidas da lei, a outra almeja a integração psíquica pelo encontro da singularidade individual na análise.

A despeito de diversos, esses dois mundos culminam por encontrar-se em muitas frentes quando se defrontam com a mais humana das questões do existir: o sofrimento humano. Na psicanálise nem há a dizer: ele é a razão do método terapêutico. No Direito há um sem-número de situações, principalmente aquelas que estão submetidas ao Poder Judiciário, que geram angústia e sofrimento. A questão da demora das soluções das ações judiciais, que se eternizam algumas vezes, é uma das angústias mais atuais entre os que buscam a tutela jurisdicional. No Direito Penal, os temas dos menores infratores, dos encarcerados no nosso sistema prisional, das patologias mentais, relativamente às práticas criminosas e à dosimetria penal e hoje, principalmente, o problema das drogas, geram conflitos não só para as partes, como também para os juízes, advogados e membros do Ministério Público. No Direito de Família, sobretudo, há temas cujo trato é por vezes doloroso: a separação conjugal e a situação dos filhos nessa circunstância, a guarda dos filhos menores, a prestação de alimentos, servem de exemplo.

Dentre os livros que tratam da intersecção entre Direito, especialmente o de Família, e Psicanálise, merecem destaque os textos colecionados

na obra de que ora nos ocupamos, qual seja, *Psicanálise, direito, sociedade, encontros possíveis*, editada pela Quartier Latin do Brasil em 2006, coordenada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antonio Cezar Peluso e pela psicanalista Eliana Riberti Nazareth, do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

De início, a apresentação da coletânea vem subscrita por Paulo Sandler, então Diretor da Divisão de Publicação da Sociedade Brasileira de Psicanálise, que aponta, diante da concepção da unidade do conhecimento, a necessidade de obras transdisciplinares e não apenas interdisciplinares, estas geradoras de isolamentos ainda mais profundos entre os ramos do saber. Convida assim o leitor a adentrar aos textos da obra que intercambiam experiências, no Direito e na psicanálise, acerca das múltiplas formas de vicissitudes da família.

A coletânea sob comento é significativa nessa seara. Ela se distingue sobretudo por ter sido coordenada pelo atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antonio Cezar Peluso, que é magistrado desde 1968 e foi Juiz Titular de Vara de Família e Sucessões de 1975 a 1982 e desde 1986, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo integrante da 2ª Câmara de Direito Privado, até 2003, ano em que foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Ministro Antonio Cezar Peluso e a psicanalista Eliana Riberti Nazareth, no texto introdutório da coletânea, ressaltam a questão que permeia a obra, qual seja, como construir a conexão entre esses dois métodos – direito e psicanálise – que têm visões tão distintas – a normativa e a singular – para as mesmas indagações? “De que maneira se envolvem e entrelaçam esses dois planos do existir, o ser jurídico e o ser psicanalítico que habitam em cada um de nós e que fazem, no rigor da palavra, sujeitos assim da regra, como do inconsciente?”, perguntam-se os autores.

Essas questões, especialmente na medida em que resvalam no campo de Direito de Família, ani-

maram um grupo de interessados que passaram a se reunir para discussões, e acabaram por fundar o Instituto Brasileiro de Estudos Interdisciplinares de Direito de Família – IBEIDF. “Sem falsa modéstia” (p. 18), como dizem os coordenadores, esse Instituto inaugurou o pensamento interdisciplinar sistemático entre direito e psicanálise, do qual essa obra, em forma de coletânea, é fruto direto. Outro Instituto com objetivos próximos àquele veio a sucedê-lo, o Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, que, em cooperação com a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, realizou colóquios e mesas de debate, lançando algumas obras sobre psicanálise e direito de família².

Dos textos componentes da obra, alguns tratam diretamente de aspectos da miscigenação entre direito e psicanálise; outros circunscrevem-se com mais exclusividade em cada qual das disciplinas, para delas realçar pontos relevantes ao intuito do livro.

Dentre os primeiros, a matéria da própria coordenadora, Eliana Riberti Nazareth, juntamente com Paulo Henrique Fernandes Silveira, cuida do tema do amor e alteridade na sociedade contemporânea, sob o título “Configurações psíquicas vinculares do narcisismo à alteridade”. Perpassam observações sobre a subjetividade na sociedade do espetáculo, marcada essencialmente pelos cultos à beleza, à juventude e à celebridade. Nesse “theatrum mundi”, as relações são fugazes e levianas e a cultura que lhes permeia traz a marca do narcisismo. Amor sem reconhecimento da alteridade, escolhas narcísicas de objeto. Ou seja, ama-se a sombra do próprio eu como objeto idealizado, onipotente, que, à medida que frustra, posto que é outro, colhe o ódio.

As observações desse texto, que se circunscrevem à área psicanalítica, mais exatamente a concepções metapsicológicas, mostram-se fundamentais para que a proposta do livro possa ser desenvolvida, qual seja, compreender-se o direito de família no aspecto relacional do inconsciente dos seus integrantes.

2 Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/>

Outro artigo da mesma obra complementa o anterior. É o produzido pela psicanalista Ana Maria Andrade de Azevedo, sob o título “Uma nova família?”. Aqui se cuida ainda da concepção da família na contemporaneidade, caracterizada pela cultura do narcisismo. Considera que, efetivamente, a família tradicional, hierárquica, patriarcal, não mais existe, pelo que desapareceu a ordem simbólica específica decorrente do poder do pai. Seus componentes, pois, sem reconhecimento de suas identidades social, sexual, afetiva, não simbolizadas, carecem de sentido para os seus registros subjetivos, daí resultando as patologias denominadas de “borderlines” ou “falso self”, por exemplo. Aí se encontra o nó górdio da questão, pois se a família é, ao ver da autora, a única instância capaz de assumir os conflitos, as irrupções violentas dessas patologias, como fazê-lo nessas circunstâncias intestinas narcísicas do próprio seio familiar contemporâneo?

Há na coletânea um trabalho que, como diz o próprio nome, tenta, a exemplo de outros, uma proximidade entre os saberes: “Família, psicanálise e direito”, de Alysso Leandro Mascaro. Principia por uma proposta de visão filosófica da família, apartada da perspectiva religiosa e jurídica da família burguesa. Hoje, considera o autor, o vínculo familiar reside no afeto que se põe além do direito, na ordem política de uma sociedade que busque uma aliança revolucionária socialista na distribuição das riquezas e na circulação dos afetos.

Na mesma seara trafega o artigo de Ceneide Maria de Oliveira Cerveney, terapeuta de casal e família. Propõe que o homem guarda duas funções básicas: o ser alguém em sua individualidade e o pertencer a uma família, grupo, sociedade, de modo que nessa dança do ser e do pertencer se põe a dialética da união familiar. Centra-se

nas ideias de M. Bowen (*Perda, tristeza e depressão*, São Paulo, Martins Fontes, 1985) e Nagy Borzomeniy (*Lealtades invisíveis*, Buenos Aires, Amorrortu, 1983), para concluir que os principais fatores de união familiar são a confiança e a lealdade.

Outros artigos da coletânea são mais específicos ao campo do direito. Escritos por professores dessa área e advogados militantes no direito de família, esclarecem o leitor quanto a questões técnico-jurídicas e instigam sua curiosidade ao resvalarem nos aspectos psicológicos que cada tema suscita.

É o que ocorre com os textos “A dor e o dinheiro no dano moral”, de Ademir Buttoni, e com “Questionando dois sagrados: o direito de visitas e a obrigatoriedade sucessória”, de Marcial Barreto Casabona e de Maria Carolina Bermond.

O primeiro artigo propõe a inconveniência da condenação da indenização em dinheiro, por dano moral. A jurisprudência nessa matéria é pacífica em indenizar o dano moral em pecúnia por não encontrar, na maioria dos casos concretos, outra forma de repará-lo. Em casos específicos, como, por exemplo, relacionados aos interesses ou direitos difusos ou transindividuais³, são possíveis outras formas de reparação, critérios também utilizados nos processos criminais para substituição das penas privativas da liberdade, como, por exemplo, prestação de serviços à comunidade nos casos em que a lei permite. O que está ínsito ao artigo, segundo nos parece, é uma sugestão deveras interessante, qual seja, dimensionar-se o dano moral, em casos específicos, não por critérios judiciais empíricos, mas por perícia psicológica ou psicanalítica, sempre que a quantificação do dano se mostre dependente da estrutura psíquica singular de determinada vítima.

O outro artigo mencionado diz com questões familiares das mais conturbadas, o direito de visitas e a obrigatoriedade sucessória. Citando Zigmunt Baumann (“A sociedade líquida”, *Folha de S. Paulo*, 19.out.2003) e Christopher Lash (*A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*, Ed. Imago, 1983, p. 64),

3 Lei nº 8.078/90

“Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I. interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”

aponta duas causas para o esfacelamento das relações duradouras: o narcisismo e o hedonismo impostos ao imaginário coletivo pela sociedade de consumo. Pois a família assim constituída, incapaz de reconhecer em si a causa das dificuldades e de superá-las, como, exemplificativamente, com a guarda compartilhada dos filhos, escolhe um outro para se lhe atribuir a solução, que nunca se apresentará satisfatória para todos os envolvidos e para assumir a culpa daí decorrente: o Poder Judiciário.

A análise da família contemporânea como pressuposto das implicações subjetivas que daí decorrem é a tônica comum dos artigos dessa coletânea. Assim também o texto bastante instigante de Jassanan Amoroso Dias Pastore, então editora da revista *Ide* da SBPSP, denominado “A família contemporânea: ludicidade, educação e subjetividade”, trilha esse caminho. Preocupa-se em esquadrihar os modos pelos quais os conhecimentos psicanalíticos podem contribuir para o processo educacional que ocorre no seio familiar e seus desdobramentos na comunidade e na cultura. Cita Freud (“Psicologia de grupo e a análise do ego”, de 1921, “O futuro de uma ilusão”, de 1927, “O mal-estar na civilização”, de 1929), dentre outros, para considerar que o destino individual traz a marca do social e que a Lei é elaborada em tese para integrá-lo ao convívio social, conforme Helio Pellegrino (“Pacto edípico e pacto social”, in L.A. Py (org.), *Grupo sobre grupo*, Rio de Janeiro, Rocco, p. 195-205). Ora, sendo a lei o elemento cultural que determina a conexão ética entre o individual e o social, propõe a autora que a sustentação da constituição do sujeito se agregue num “pacto lúdico”, isto é, “na produção de formas criativas de sustentação da Lei – a lei que rege a modulação das pulsões, a lei que rege a formação dos laços afetivos e familiares, a lei da alteridade”.

Há vários artigos da coletânea que valorizam a mediação como forma de solução dos conflitos familiares, em vez de ações judiciais, mais conflituosas, maniqueístas, e plenas de ressentimentos, posto que instituem sempre um ganhador e um perdedor. São eles: “Mediação – Uma

pequena cartografia do conflito”, de Ana Lúcia Pereira Cardoso; “Psicanálise e mediação familiar”, de Lia Rachel Colussi Cypel; “Em nome de quem”, e “Família: o litígio vale a pena?”, de Sandra Helena Alves Lazzarini Carola.

Todos são muito ilustrativos das vantagens do sistema de mediação nos conflitos familiares. Os mediadores, geralmente dois profissionais, um da área jurídica, outro da área de saúde mental, procuram conduzir os envolvidos a retomarem o diálogo e a assumirem o papel principal na solução dos embates. A eventual solução não vem imposta por um terceiro, ainda que seja pelo Estado-Juiz através do processo judicial. Pelo contrário, é resultante da escolha dos envolvidos, sob a condução sigilosa e quanto possível neutra dos mediadores. Nem por isso o acordo daí resultante relega a jurisdição, já que poderá ser submetida à homologação do juiz competente, caso em que valerá tanto quanto uma sentença judicial transitada em julgado⁴.

A experiência de economistas adensa a obra com o artigo “Trabalho e exclusão social no Brasil e a experiência de São Paulo”, de Márcio Pochmann (professor livre-docente do Instituto de Economia da UNICAMP e então secretário do desenvolvimento, trabalho e solidariedade da prefeitura municipal de São Paulo) e Alexandre de Freitas Barbosa (doutor em economia pela UNICAMP). Os autores trazem relevantes levantamentos estatísticos para demonstrar a estratégia de inclusão social paulistana então em andamento para redução da violência, a evasão escolar, maior dinamismo econômico e a redistribuição de emprego em direção à periferia.

4 Lei n. 9.099/95

“Art. 57. O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.

Parágrafo único. Valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.”

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

“Art. 475-N. São títulos executivos judiciais:

[...]

V. o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente;”

A coletânea traz, também, um artigo do Frei Beto, Carlos Alberto Libânio Christo, com o título de “O amor como critério moral”. Sua conclusão é de índole ético-religiosa, pela qual “na doutrina evangélica, o eixo da vida moral gira em torno do amor” e fora dele não há salvação. Baldados seriam todos os esforços fora da via evangélica do amor, à medida que a estrutura econômica da sociedade, sobre a qual se ergue o ordenamento jurídico e político, visa apenas, segundo o autor, assegurar a ideologia da minoria dominante.

Por fim, a coletânea traz matéria de autoria do então Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sidnei Agostinho Beneti, sob o título “Personalidade e opções psicológicas de julgamento”. A proposta do texto é inovadora porque, à parte suas considerações psicanalíticas sobre as instâncias psíquicas (“id”, “ego” e “superego”) e seu inter-relacionamento, à

moda freudiana, propõe a produção do inconsciente na motivação das decisões judiciais.

Sob nosso ponto de vista, as decisões judiciais podem se apresentar cartesianamente silogísticas, como de há muito se acreditou. Mas esse aspecto nos parece meramente mecânico, formal, pois que, materialmente, as decisões judiciais são muito mais. São produtos da intelectualidade do juiz, da sua formação ética, de sua cultura jurídica e humanista. São também produto da arte do juiz, no sentido criativo da expressão, pois que se trata de um processo de criação singular do direito previsto em tese no ordenamento jurídico para o caso concreto submetido pelas partes à jurisdição.

Sobretudo – e aqui existe um universo a desvendar – as decisões judiciais são também emanadas daquele estranho em nós – o Inconsciente – e assim jurisdição e psicanálise coexistem.

O livro vale, pois, pelo que instiga.

Herança e apropriação

Daniele John

Resenha de Tatiana Inglez-Mazzarela, *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações*, São Paulo, Escuta, 2006, 176 p.

152

PERCURSO 46 : junho de 2011

Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações é um livro para ser celebrado. A intensidade das inquietações clínicas que o inspiram marca a dimensão de sua força como valioso instrumento para os que se dedicam à clínica psicanalítica, bem como para os que se propõem a pensar os fenômenos da cultura a partir deste referencial. Sua autora, Tatiana Inglez-Mazzarella, não mediu esforços para tentar dar voz, palavra, contorno, ao que na clínica se apresenta como silêncio, como não dito, como ato, enfim, como o que se recusa a entrar para o campo representacional. Sua dedicação ao tema durante o mestrado permitiu-lhe a produção de uma dissertação instigante, recheada de questões clínicas relevantes que mereciam vir a público também em forma de livro.

A psicanálise tem como premissa que um sujeito se constitui a partir de um outro. Tatiana investigará tal premissa em todas as suas facetas, demonstrando que é de vários outros que se faz um sujeito:

Estamos, todos nós, humanos, atrelados a uma origem que nos diz respeito, embora a ela não tenhamos acesso. Não a criamos, apenas temos notícias, por meio do que será reconstruído *a posteriori*. Somos o elo em uma cadeia muito anterior a nossa chegada, com a

qual temos uma dívida. Há uma origem que nos é concomitantemente inacessível e determinante (p. 59).

Não é apenas das histórias contadas, das palavras repetidas, dos sonhos revelados das gerações anteriores que se faz um sujeito. Não herdamos apenas aquilo que é passado às claras de geração para geração, mas as gerações anteriores podem fazer-se presentes no sujeito até mesmo pela “via negativa”. Ou seja, não basta que levemos em conta o tecido das histórias que se contam no seio familiar como herança para um sujeito, não basta que tomemos a dimensão do que se transmite pela via positiva, mas é preciso que consideremos os não ditos, o que se coloca como proibido de dizer, o que se coloca como indizível:

Na transmissão do negativo, opera aquilo que não pode ser contido, o que não se retém, o que não se lembra; o que não encontra inscrição na vida psíquica dos pais e/ou das gerações precedentes e que vem depositar-se ou enquistar-se na psique da criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória, pelos quais não se realizou trabalho de luto e, na maioria das vezes, dos quais nem se falou. Assim, o que não se pode pôr em palavras nas situações de excesso, sejam elas pulsionais ou da ordem da realidade, fica aprisionado no retorno da *coisa* sob a égide da repetição (p. 86-87).

Privilegiando o aspecto da negatividade na transmissão psíquica, a autora pensa a interface entre constituição do sujeito e herança, chamando a atenção do leitor para a possível ampliação da escuta que um analista pode fazer quando está atento às questões geracionais.

Se o tema aparece para Tatiana com especial intensidade na clínica com crianças, não é por acaso. Não só temos como especificidade de tal clínica a presença concreta, seja dentro do consultório, seja na sala de espera, de gerações anteriores, como

Daniele John é psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela PUCSP, mestre em Estudos Psicanalíticos pela Tavistock Clinic, Londres, especialista em Psicanálise pela UFRGS, psicóloga pela UFRGS, docente do curso de Psicologia da UNIP e do curso de Formação em Psicanálise do CEP (Centro de Estudos Psicanalíticos).

também sabemos o quanto as crianças se prestam a ser porta-vozes do sintoma familiar, depositárias do não elaborado que permanece de uma geração para a outra. Quantas vezes é justamente o sintoma na infância o último recurso, a última tentativa de dar voz, de revelar algo que vinha sendo mantido em silêncio?

A leitura do livro de Tatiana, aliás, ajudou-me bastante a pensar especialmente em um caso de minha própria clínica. Um menino de 5 anos vem para análise por enfrentar uma enorme dificuldade em acatar qualquer regra ou combinado. Eis que em seu brincar surge repetidamente, e de inúmeras formas, a questão da adoção. Um bebê é jogado no lixão, mordido e mal tratado repetidamente enquanto o menino diz a ele: “seus pais não querem você!”. Um E.T., filho adotivo de uma mãe da terra, e que não sabe que é adotado, não pode acatar as leis da terra, pois as leis do seu lugar de origem são outras. Um personagem, encarnado pelo menino, é jogado junto de outras crianças abandonadas, cujos pais as deixaram ali por “não serem aquilo que os pais esperavam”. E assim por diante. Bem, este menino não é adotado; sua mãe, sim. E o mais incrível é que ele nada sabia da história dela. Sua mãe nunca havia lhe contado sobre sua própria história, já que os pais adotivos dela, avós do menino, também nunca haviam falado nada a ela sobre a adoção. Ela descobrira sua origem por conclusões próprias, já adulta. A mãe adotiva, avó do menino, confirmou para a filha a adoção, mas nunca trataram do assunto, que seguiu como assunto proibido, até ressurgir na análise do menino. O que a mãe do menino não esperava é que essa história não contada estaria absolutamente entrelaçada aos sintomas do filho que, em sua última sessão de análise, me diz: “eu pensava que *eu* era adotado”.

Mas se as crianças têm habilidade especial para portar este retorno do recalcado, se elas tendem a dar a ver, a *apresentar*¹ o que só pode ser repetido por não ter sido elaborado, isso não é seu privilégio. O estudo ao qual nos referimos de maneira alguma fica restrito ao campo do trabalho com crianças, sendo de fundamental importância para pensar a psicanálise com adultos, uma vez que, como já foi dito, a dimensão intersubjetiva precisa ser levada em conta na constituição de qualquer sujeito. Também um adulto está exposto a sofrer na carne a repetição de algo que vem do outro, algo que lhe é aparentemente alheio, *estranho*², herdado, mesmo sem saber, das gerações anteriores.

Aliás, acredito que um dos méritos de Tatiana nesta obra seja justamente o de fazer um resgate para a psicanálise de um tema que lhe diz respeito diretamente. Como fica claro na excelente revisão teórica que a autora faz sobre o assunto da transmissão psíquica entre gerações, é no âmbito da teoria sistêmica que esta temática se faz mais presente. Tatiana consegue trazer o debate para o campo da psicanálise, articulando a questão da transmissão psíquica com conceitos freudianos fundamentais, tais como recalque, identificação, narcisismo, Édipo, compulsão a repetição e pulsão. Para tanto, não se restringe a uma determinada escola da psicanálise, mas norteia-se pelo tema em questão, circulando bem através de vários autores e de diferentes linhas teóricas.

Assim, trabalha com René Kaës, Granjon, Nicholas Abraham e Maria Torok, trazendo os conceitos de cripta e fantasma para pensar os aspectos patológicos da transmissão. Com Lacan pensa a divisão da repetição em *tiquê* e *autômaton*, o que lhe permite diferenciar uma repetição que se dá como encontro com o Real e a repetição que encontra inscrição através do significante. Com Safra pode debater a herança que chega à criança como *missão*, *enigma* ou *questão*, sendo esta última colocada como a posição que mais favorece o sujeito a fazer o trabalho de apropriação daquilo que recebe.

1 A autora coloca que utilizará o termo *apresentação* como algo que se dá a ver sem ser simbolizado, em oposição ao conceito de representação (p. 21).

2 Utilizamos aqui o termo *estranho* no sentido em que trabalha Freud (1919), ou seja, o que é ao mesmo tempo familiar, ideia que é retomada também por Tatiana Inglez-Mazzarella (2006) na obra aqui resenhada (ver p. 43).

E aqui a palavra apropriação é importante para que não entremos no fácil equívoco de compreender a herança transgeracional como um destino imutável do qual o sujeito não pode escapar. Não se trata de receber passivamente o que vem do outro/Outro. Aliás, é justamente esse o trabalho de análise, implicar o sujeito, fazer com que ele perceba a maneira como se engata na posição subjetiva que lhe é oferecida como destino, que possa mover-se desse lugar criando outras posições possíveis, saindo das amarras da pura repetição do não elaborado.

O último capítulo, intitulado “O não dito e a transmissão”, é, a meu ver, o ponto alto do trabalho. Ali a autora traz um belo caso de Radmila Zygoris, vinhetas de sua própria experiência clínica e um caso de psicose, de Bernard Penot. Enriquecendo ainda mais essa discussão clínica, trabalha a partir da série de documentários criada por Steven Spielberg e pela *Survivors of the Shoah Visual History Foundation*, “Rompendo com o Silêncio”; bem como com um livro intitulado, *Tu carregas meu nome: a herança dos filhos de nazistas notórios*, de Norbert e Stephan Lebert. Todo este material revela-se uma seleção feliz no sentido de auxiliar a autora a desbravar seu tema. É através dele que Tatiana dividirá o segredo em pelo menos duas categorias: o proibido de dizer e o inominável:

Um saber inconsciente é capaz de acompanhar gerações subsequentes pelo que não foi dito e ficou proi-

bido de ser dito. Como segredo, segue insistindo até que se possa atribuir a essa insistência algum sentido, até que se possa dizer algo sobre isso, ou seja, colocar palavras e criar história onde só existia a possibilidade de repetição (p. 116).

Assim, mesmo quando diante do inominável, quando diante do horror e do excesso faltam as palavras, a aposta da psicanálise é na ampliação do campo representacional, na busca em dar contorno ao que não tem forma. Em tal busca, o sujeito não é passivo; é convocado a falar e a encontrar um lugar possível para si na cadeia geracional:

Afinal, o que se transmite? Vale a pena insistir na pergunta. Toda a vida psíquica encontra-se no impulso para transmitir algo: afetos, mecanismos de defesa, sintomas, traumas... Como? Pelas mediações verbais e não verbais, conscientes ou não. Mas não é preciso lembrar que a transmissão não é passiva: remanejamentos frequentes e sucessivos permitem sua apropriação por parte dos membros da família (p. 80).

O próprio título já aponta para a saída na qual Tatiana aposta: *fazer-se herdeiro*, apropriar-se da própria história, sair da condição daquele que simplesmente porta algo que não é seu e o repete, para a condição de autor. É isso que, como diz a autora, Freud já dizia ao citar Goethe: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”.

Primeiro tratado brasileiro de psico-oncologia

Camila Salles Gonçalves

Resenha de Vicente Augusto de Carvalho, Maria Helena Pereira Franco, Maria Julia Kovács, Regina Paschoalucci Liberato, Rita de Cássia Macieira, Maria Teresa Veit, Maria Jacinta Benites Gomes, Luciana Holtz de C. Barros (orgs.), *Temas em psico-oncologia*, São Paulo, Summus, 2008, 645 p.

Parece difícil alguém discordar quanto a haver interesse, por parte de psicanalistas e psicoterapeutas, em tomar contato com o campo da psico-oncologia, o que, às vezes, torna-se crucial a partir de circunstâncias da clínica. Mas por onde começar?

Do ponto de vista compartilhado por autores da coletânea que compõe este livro, organizada segundo doze temas, a “psico-oncologia constituiu-se em uma área do conhecimento da psicologia da saúde, aplicada aos cuidados com o paciente com câncer, sua família e os profissionais envolvidos no seu tratamento” (p. 15). Foi-se definindo à medida que se passou a admitir, no decorrer da prática médica, “que aspectos psicossociais estavam envolvidos na incidência, evolução e remissão do câncer” (p. 18). Médicos teriam começado a se preocupar com aspectos psicológicos presentes no adoecimento por câncer. Primeiro, teria sido convocada a psiquiatria, sobretudo para lidar com o impacto dos diagnósticos e de tratamentos, às vezes, aterradores. Aos poucos, também o diálogo com a psicologia, com a psicanálise e com psicoterapias teria ganhado aceitação por parte do meio médico. Hoje, com o trabalho interdisciplinar e com a frequente

formação de equipes multidisciplinares, também fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, como os que assinam artigos neste tratado, têm o reconhecimento de sua participação imprescindível.

Sem dúvida, se lemos as criteriosas definições do campo da psico-oncologia apresentadas por Maria Teresa Veit e Vicente Augusto de Carvalho, da perspectiva de uma história do saber e de dispositivos sociais de poder, inspirada em Foucault, podemos encontrar traços do que já se documentou em relatos de preconceitos e superstições em relação ao câncer, muitas vezes arraigados na visão dos próprios doentes. Do fim do século passado em diante, vêm-se constatando efeitos favoráveis ao tratamento, quando o paciente quer se informar sobre o modo de a doença se instalar e expandir, sobre a finalidade dos procedimentos médicos, sobre o modo de funcionar das medicações. No dizer dos autores, o “segredo a ser ocultado, ao impedir uma comunicação aberta, acabava por comprometer o contato mais amplo com o paciente, deixando-o numa condição de isolamento, além de infantilizá-lo” (p. 16).

A superação de preconceitos e imperativos de *não saber e não contar*, junto com campanhas de informação, possibilitam que o doente tenha acesso à cura, muitas vezes tida como impossível. Um exemplo, digno de nota, de tumores que podem ter prognóstico favorável, quando tratados no início, é o de certos tipos de câncer ósseo. O tempo é decisivo, como nos faz ver um dos autores, já que, às vezes, por diversas circunstâncias, o diagnóstico pode ser equivocado ou ficar suspenso em dúvidas, por parte dos próprios médicos: “o diagnóstico diferencial com trauma e osteomielite é muitas vezes a causa no retardo da indicação da biópsia” (p. 121).

Destaco agora uma definição bem clara dos tumores denotados pelo nome *câncer*, retirada de outro artigo: “Os tumores constituem um grupo de doenças caracterizado por desarranjo celular, relacionado ao núcleo celular, sobretudo ao DNA. Dessa forma, deve-se interpretar o câncer como uma doença molecular” (p. 135).

Camila Salles Gonçalves é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Proseguindo, parece-me útil acompanharmos os termos em que outro autor explica a relação entre a descoberta do DNA e os avanços na oncologia. Os “complexos problemas de química e biologia apresentados pelo câncer” (p. 159) começaram a ser solucionados quando, em meados do século XX, “os cientistas tiveram em suas mãos os instrumentos necessários” (p. 159), sobretudo, com a “exata estrutura química do DNA, o material básico na composição dos genes” (p. 160). Dispondo do código genético que dá origem a todas as células, o DNA, os cientistas tornaram-se capazes de entender o modo de funcionar dos genes e de estes serem lesados por mudanças em sua estrutura, ou seja, *mutações*. Assim, à medida que o conhecimento aumentava, “aprendia-se que o dano ao DNA por agentes químicos e radiação ou a introdução de novas sequências por vírus, associados a mutações herdadas, estavam envolvidos na formação do câncer” (p. 160).

É claro que os profissionais da área *psi* não têm que se haver com o estudo sistemático da multiplicidade dos tipos de câncer, como se isto fizesse parte de sua primeira formação profissional, muito menos, tendo-se em vista o que um dos autores desta obra nos diz: “o complexo denominado câncer engloba mais de duas centenas de doenças, com grande variedade” (p. 145). Entretanto, se um paciente nosso depara com o diagnóstico de câncer e é levado a considerar tratamentos e a enfrentar sequelas prováveis, indagações reverberam para além da sessão de análise, onde o abalo da ilusão de imortalidade também se propaga, pois, nas palavras de Freud, “nosso inconsciente não crê na própria morte, conduz-se como se fosse imortal”¹.

Podemos ser levados, no que se refere ao conhecimento objetivo, a buscar informação sobre alterações celulares, superação de tratamentos tradicionais, novos recursos farmacológicos, transtornos de humor decorrentes da utilização destes. Isto, não com a pretensão de dominarmos qualquer segmento do vasto assunto, e sim, admitindo que é preciso pesquisar, em caso de necessidade, quando se instaura um novo pano de

fundo, para além de nossa escuta dos sentidos e questões que a existência, a vida e a morte vão apresentando para nosso paciente.

Não creio que sempre caiba ao analisando definir, para nós, cada termo, que passa a empregar, do vocabulário, metafórico ou esclarecido, que vai adquirindo com o câncer. Assim, penso que quem, como eu, não tem formação em ciências biológicas, também pode considerar proveitosa a leitura da parte do livro em que predomina a abordagem médica. Outros exemplos de dados que podem nos convir conhecer: listam-se atualmente mais ou menos cinquenta síndromes diferentes de cânceres hereditários, que equivaleriam a cinco por cento do total de casos diagnosticados. Há estratégias de prevenção, levantamento das síndromes mais comuns e, hoje, mais pesquisas em relação a aspectos psicossociais do aconselhamento genético e abordagens dos aspectos psicodinâmicos do aconselhamento genético.

A meu ver, quando a situação de ter paciente com câncer enseja nossa procura por mais conhecimento sobre o organismo e aquilo que o altera, isto também nos confronta com nossas próprias inquietações. Contudo, nos deixa mais à vontade para perguntar a um analisando, diante de certo modo de suas associações se perderem em reticências, sobre aquele momento de seu *enfrentamento* da doença. Para reconhecer em si e para si o que transcende a doença, julgo que ele vai precisar saber, quando tiver condições psíquicas, o que é esta. É que o psicanalista ou psicoterapeuta também, não para lhe dar aulas ou definições científicas, completar algo de que o paciente sentiria falta, mas para não evitar a pontuação da dúvida ou interrogação que surge.

A respeito de câncer, sempre já ouvimos, lemos, aprendemos algo, até por ouvir dizer. Quando entramos em contato com um diagnóstico, sem dúvida, em nossos dias, podemos nos servir do *Google* para maiores esclarecimentos. Entretanto, até para não nos perdermos na navegação, temos o que consultar de imediato: o conjunto

1 Freud, S., “De Guerra y muerte. Temas de actualidad”, in *Obras Completas*, vol. XIV, Buenos Aires, Amorrortu, 1993, p. 297.

de artigos de oncologistas que este livro apresenta, seus ensinamentos, dados pesquisados e respectivas bibliografias. A meu ver, trazem-nos ou a elucidação ou o ponto de partida suficiente. Ainda, permitem-nos retomar o que, na época da sua publicação (2008), era de divulgação recente e escassa. Exemplifico com o caso dos *anticorpos monoclonais*, utilizados em tratamento biológico do câncer e do *Mabthera*², medicamento a respeito do qual procurei me informar, a partir de uma situação na clínica psicanalítica, de paciente com linfoma.

A produção de anticorpos monoclonais tornou-se possível a partir dos anos 1970. Os antígenos, substâncias capazes de criar anticorpos, podem, hoje, ser introduzidos nas próprias células cancerosas. Um dos artigos nos ensina que “com relação ao tratamento, os anticorpos monoclonais têm a capacidade de se unir a um antígeno específico na superfície da célula tumoral, sendo por isso chamado terapêutica de alvos moleculares” (p. 169). Há vários anticorpos monoclonais utilizados atualmente. Pacientes com linfoma avançado “podem ser tratados com quimioterapia, eventualmente com radioterapia para doenças localmente extensas, e com imunoterapia com rituximabe (Mabthera)” (p. 169).

O mesmo estado de coisas, que me fez valorizar as informações acima, levou-me a *conversas-supervisão* com uma colega especialista em psico-oncologia. Não preciso dizer que esta oportunidade foi essencial para meu trabalho.

Dentre os temas da obra, encontramos comentários sobre supervisão, grupos de apoio de profissionais, grupos de apoio a famílias, grupos de apoio mútuo de pacientes. Não são deixadas de lado as limitações e a atmosfera penosa vivida por *cuidadores* e pacientes. As autoras do texto

“Estresse e Síndrome de *Burnout*³ em equipes que cuidam de pacientes com câncer” lembram-nos de que os profissionais de saúde, seguindo uma espécie de mandamento da formação médica, muitas vezes, têm arraigada a ideia de que sempre se deve combater a morte. A face desfavorável desta convicção estaria em os cuidadores sentirem a morte do paciente como fracasso próprio, em quaisquer circunstâncias, sem diferenciá-las. Esta é uma questão que merece destaque e, o estudo em que se insere, mais atenção. Cito: “é preciso sensibilizar e conscientizar os cuidadores quanto à importância do autocuidado, de um olhar diferente para a imagem refletida no espelho da alma” (p. 570).

Os mais de oitenta autores deste livro compartilham o reconhecimento da importância de equipes multi e interdisciplinares e a preocupação com a *qualidade de vida* dos pacientes. Mas o que é isto?

Dois autores assinam o artigo “Qualidade de vida do enfermo oncológico: um panorama sobre o campo e suas formas de avaliação”. Um deles nos conta que, presente ao Congresso Brasileiro de Cancerologia, em 1995, escutou vários finais de exposição em que o participante aduzia: “E isto melhorou a qualidade de vida do paciente” (p. 195). Deteve-se no uso da expressão. Relata que já trabalhava na área havia anos e indagava. “O que era aquilo que muitos diziam obter de seus pacientes, mas na experiência como psico-oncologistas e psicólogos hospitalares com pessoas que passavam por intervenções médicas similares não víamos (nunca se constatava tal grau de satisfação)” (p. 195). Junto com colegas, encontrou uma forma de pesquisa afim com suas indagações.

Um histórico é apresentado, “Produção de medidas clínicas de qualidade de vida (QV) de enfermos oncológicos e não oncológicos” (p. 198). Somos postos a par de métodos de construção de categorias e avaliações a partir destas. Construtos permitem, dentro de delimitações especificadas, medir o que definem como QV ou qualidade de vida. Não podemos, é claro, concluir que um paciente nosso tem condições de tornar proveitosa

2 Aprovado no Brasil, pela Anvisa, em 1998 e, segundo noticiado pela imprensa, no segundo semestre de 2010, seria um dos novos tratamentos incluídos no SUS (Sistema Único de Saúde).

3 Síndrome de *Burnout* (do inglês *to burn out*, queimar por completo), também chamada síndrome do esgotamento profissional, foi assim denominada pelo psiquiatra nova-iorquino Freudenberg, após constatá-la em si mesmo, no início dos anos 1970. Cf. [http://Wikipédia.org/wiki/Burnout_\(psychology\)](http://Wikipédia.org/wiki/Burnout_(psychology)).

para si a vida que lhe resta ou que se prolonga indefinidamente, a partir de sua avaliação segundo tabelas, e não é este o propósito dos autores. Estes consideram que são os “estudos de caso que legitimam o conhecimento” (p. 205)” e que “uma prova viva da potencialidade desse tipo de estudo para a formulação de teorias, conceitos e técnicas de natureza ideográfica é o próprio conhecimento psicanalítico” (p. 205). Ou seja, o que a metodologia de investigação permite observar, medir e generalizar não implica que deva haver “obediência positivista às médias de scores” (p. 205). Os autores fundamentam-se na forma de avançar do método psicanalítico, que, a partir de seu modo de conhecimento da singularidade, formula suas teorias de abrangência universal.

Quero também indicar o estudo do teste TAT (Teste de Apercepção Temática) aplicado a adolescentes com câncer. Além da sistematização experimental, suas realizadoras nos põem em contato com as interpretações que os jovens fazem de sua vivência. Elas adotam a perspectiva da psicologia fenomenológico-existencial, assumindo “que é fundamental considerar a singularidade de cada pessoa, buscando sua forma particular de perceber, significar e vivenciar as diferentes situações existenciais a que está exposta” (p. 218). Há um trabalho posterior, “com o objetivo de buscar uma compreensão das convergências e divergências entre os casos individuais” (p. 223), que chega a vinte categorias temáticas. Este procedimento e sua exposição, que não é possível resumir aqui, traz, a meu ver, um panorama estruturado, favorável a quem tem por objetivo começar a adentrar na psico-oncologia. Além disso, entrevejo que a expressão possibilitada aos adolescentes, no próprio procedimento de lhes trazer as figuras do teste projetivo e a disponibilidade das psicólogas para a escuta, pode ter efeito terapêutico, por lhes oferecer a oportunidade de falar de si de forma inaugural, a partir de um estado de consciência inusitado.

O leitor já deve ter constatado que este *primeiro tratado de psico-oncologia brasileira*, elaborado por um número grande de colaboradores, grande a ponto de não ser possível nomeá-los numa resenha, exigiu uma *costura*. Maria Margarida de Carvalho (Magui), que assina o prefácio, comenta sua feitura: “o livro focaliza as propostas e os objetivos da psico-oncologia, costurando suas partes para esclarecer o conjunto; divulga a importância da compreensão e do amparo psicológico aos pacientes de câncer, à sua família e aos profissionais de saúde que os têm sob seus cuidados” (p. 9).

Em 1993, realizou-se, no Instituto Sedes Sapientiae, o primeiro curso de expansão cultural em psico-oncologia, com a duração de seis meses, sob a direção da prefaciadora. Com a resposta favorável dos que o frequentaram, no ano seguinte, o curso passou a ter a duração de um ano, já sob a direção de Vicente Augusto de Carvalho. Assim, “mais temas puderam ser abordados e outros foram aprofundados” (p. 622). Em 1998 o Ministério da Saúde publicou portaria da qual consta a exigência de presença de psicólogos clínicos “em todos os centros oncológicos do governo ou prestadores de serviços” (p. 623).

A Sociedade Brasileira de Psico-Oncologia elaborou, em 2003, “algumas recomendações mínimas para a formação de profissionais nessa especialização” (p. 552). Também encontramos, no livro, os critérios adotados e o conteúdo básico de vários cursos de especialização e de aperfeiçoamento agora existentes.

Espero ter indicado alguns dos modos de os *Temas* nos trazerem esclarecimentos e atualizações. Minha leitura resultou de um viés, no qual a perspectiva da experiência subjetiva manteve-se presente na escolha de exemplos e na exposição. Esta resenha não pretende constituir uma síntese do tratado, mas apenas sugerir efeitos de percorrê-lo e consultá-lo a partir de questões despertadas pela prática profissional.

Vergonha e Humilhação, duas emoções centrais

Valeria Bigliani Ferreira

Resenha de Carlos Guillermo Bigliani,
Rodolfo Moguillansky, Carlos E. Sluski,
*Humilhação e Vergonha, um diálogo entre
enfoques sistêmico e psicanalítico*,
São Paulo, Zagodoni, 2011.

Vergonha e humilhação são emoções centrais, das quais derivam sofrimentos pessoais e incontáveis conflitos interpessoais e sociais. Aparecem como pano de fundo de histórias bíblicas, tal como no assassinato de Abel por Caim, e se evidenciam na emergência de movimentos sociais como o nazismo, uma decorrência reativa ao Tratado de Versailles.

Sendo um tema fascinante, surpreende que tais emoções tenham sido abordadas tão timidamente pelas diversas disciplinas.

Humilhação e Vergonha – um diálogo entre enfoques sistêmico e psicanalítico é produto de um seminário sobre o tema, realizado em 2008 na cidade de São Paulo. Os autores compartilham uma história, desde que são psiquiatras e psicoterapeutas formados na Argentina, onde Rodolfo Moguillansky permanece, enquanto os outros dois imigraram – Carlos Guillermo Bigliani para o Brasil e Carlos Sluski para os Estados Unidos. Os dois primeiros desenvolveram um trabalho teórico, clínico e docente predominantemente na área da psicanálise, enquanto Carlos Sluski contribuiu com avanços na teoria e na prática da terapia sistêmica.

Valeria Bigliani Ferreira é médica psiquiatra no HCFMUSP, PhD pelo King's College London, com graduação em Psychoanalytic Studies na Tavistok Clinic (London).

O livro segue o modelo do seminário. O intercâmbio amistoso entre as ideias psicanalíticas e sistêmicas se organiza em capítulos da autoria de cada um dos participantes, ao que se seguem comentários por parte dos outros dois.

Bigliani apresenta no primeiro capítulo algumas reflexões sobre pontos de encontro e desencontros das distintas teorias que alimentam o trabalho dos autores. São apresentadas hipóteses sobre um período de fechamento da psicanálise em torno de uma hiper-valorização do intrapsíquico, o que teria provocado, no início dos anos 1950, uma reação contrária fortalecendo uma concepção pragmática e criativa que, deixando entre parênteses tais determinações intrapsíquicas, enfatizava como principais determinantes da psicopatologia as interações interpessoais e os sistemas nos quais faziam parte os sujeitos. Esse movimento fez com que muitos terapeutas deixassem de lado o “interior da mente” e se dedicassem ao estudo dos sistemas de relações nos quais os pacientes se encontravam imersos e dos mecanismos mediante os quais o próprio sistema estaria doente e os fazendo adoecer. Boa parte do desenvolvimento da terapia familiar sistêmica é tributária deste movimento.

Diversos autores psicanalíticos destacaram também a importância da cultura, da sociedade, da família e do “outro” na constituição do sujeito e na produção de sua patologia, afastando-se das determinações estritamente intrapsíquicas. Além de Freud, com suas profundas reflexões sobre as massas, a cultura e a história, muitos outros teóricos da psicanálise passaram a reavaliar, dentro do conjunto de determinantes da patologia mental (“séries complementares”), as variáveis da família e da sociedade. Nesses espaços foram descritas, por exemplo, as resistências por repetições complementares que se somariam, em sua sobredeterminação, às resistências intrapsíquicas descritas classicamente pela psicanálise, às estruturas vinculares de repetição melancolizadoras ou segregadoras, e foi enfatizada a questão da transmissão do psiquismo entre gerações. O problema da humilhação transgeracionalmente

reforçada, que pode facilitar condutas autodestrutivas, é exemplificado com um episódio que envolve o fundador da psicanálise em suas reflexões suicidas junto com sua filha Ana, durante a invasão de Viena pelas tropas alemãs.

Bigliani discute também como as reiteradas experiências de humilhação às quais um adolescente pode ser submetido têm o potencial de facilitar sua transformação num sujeito capaz de perpetrar crimes coletivos (assumindo o papel de vingador) ou num suicida, e como as experiências de humilhação de um povo podem facilitar a produção de “homens (e mulheres) bomba”. O problema do *bullying* escolar, empresarial, o *cyberbullying* é visitado através de exemplos que consideram como os grupos refletem e potencializam uma intolerância ao diferente que também pode ser alimentada pelos estados.

O autor sugere que para produzir intervenções terapêuticamente eficientes é necessário fazer a análise na interseção dos processos intrapsíquicos e familiares com os processos coletivos e sociais.

Bigliani revisa a problemática da vergonha, mostrando com exemplos clínicos como esta emoção pode anunciar uma tentativa de diferenciação da submissão às pessoas ou aos valores de outros significativos. E também como esta diferenciação pode gerar angústia, o que leva à evitação da diferença procurada, estimulando um movimento regressivo da simbolização em direção ao narcisismo e à anulação dessa desejada diferença. Casos clínicos e discussões teóricas exemplificam alguns destinos para a vergonha, entre eles a fuga ou a reclusão, a ausência de vergonha, a vergonha permanente e a invasão do Eu pela vergonha automática com descontrole corporal.

Sluzki nos lembra em seu capítulo que viver em sociedade requer a construção de uma identidade caracterizada, dentre outras coisas, por uma seleção de comportamentos que evitam a eclosão, no sujeito e nos outros, de emoções sociais desagradáveis e maximizam a eclosão de emoções sociais agradáveis. O autor nos convida a refletir sobre a noção de construção social do *self* (Mead, 1982) e

sobre seu corolário, a teoria dos rótulos. Esta trata do impacto das profecias negativas realizadas pelos outros na construção da identidade dos sujeitos.

Sluzki desenvolve a dimensão terapêutica aplicada às emoções de humilhação e vergonha e propõe uma forma criativa de intervenção parcialmente estruturada para modular o sofrimento do Eu ocasionado por elas. Em seu caminho, percorre temas éticos, políticos e religiosos que, envolvidos nessas dinâmicas, marcam as relações dos sujeitos, das famílias e das nações.

Ao tratar da construção de uma realidade compartilhada e da luta por posições privilegiadas, Sluzki destaca que a disputa pelo lugar de vítima possui um papel fundamental nas narrativas interpessoais, institucionais e internacionais. Existem muitas situações clínicas nas quais essa disputa adquire dimensões específicas que merecem ser levadas em conta no processo de programar as intervenções terapêuticas. As narrativas traumáticas que ancoram os sujeitos (ou grupos, instituições e até mesmo nações) em práticas centradas na vergonha (e seu correlato, a retração social e a inação) ou na humilhação (e seu correlato, a vingança impune), uma vez reveladas, abrem as portas a alternativas terapêuticas enriquecedoras.

Vale destacar que a ideia de transformar uma história que evoca vergonha em uma que permita recuperar a autoestima *sem* passar por histórias intermediárias de humilhação (e seu correlato, as fantasias de vingança que a legitimam) costuma não ser viável por sua trivialidade – é como se o terapeuta exortasse: “não se sinta tão assim como se sente!” –, visto que não desafia o estilo estereotipado, ou seja, não modifica a relação entre o *self* e o outro, nem favorece um equilíbrio ético entre a responsabilidade própria e a alheia. O mesmo se pode dizer de tentativas de mobilizar uma história da qual deriva a experiência de humilhação *sem* incluir componentes de vergonha, na qual a passagem a histórias de reivindicação é trivial – como se o terapeuta recomendasse: “Não o mate, processe-o!” –, a menos que se resgate a humanidade da experiência de vergonha (tanto diante dos outros quanto do *self*).

Assim, ao tratar da direção do processo de mudança no contexto terapêutico, o autor propõe uma estrutura de passagem via intervenção psicoterápica de situações de vergonha a estados emocionais de humilhação (e vice-versa). Propõe resgatar e redirecionar o Eu submisso a sentimentos negativos e autoacusações, oferecendo com esse fim uma vasta exemplificação clínica. A transformação terapêutica de histórias de vergonha e humilhação em histórias que incluem responsabilidade, autoria e mudança é frequentemente longa e trabalhosa, dada a coesão sistêmica de toda narrativa, ainda mais as ligadas a experiências extremas ou a sintomas persistentes, assim como a vantagem social ou a pressão social que algumas podem gerar. As orientações terapêuticas propostas constituem uma possível diretriz para facilitar não só a desestabilização das histórias de vergonha ou humilhação, como também sua transformação em direção à solução de muitos conflitos presos nessa dinâmica.

Moguillansky sintetiza praticamente as bases teóricas da Psicanálise, em especial, os conceitos que posteriormente são usados para caracterizar humilhação e vergonha. Para ele, vergonha e humilhação são emoções fundamentais nas relações consigo mesmo e com os outros, operando sobre a autoestima (que se mede pela distância que sente o Eu em relação ao Ideal do

Eu) e sobre a percepção da estima dos outros. Frente às perfeições que propõem os sistemas de ideais internalizados, o Eu sente uma insuficiência que experimenta como “menos-valia” ou desproteção (“menos-valia” estética: lindo/feio ou “menos-valia” ética: bom/ruim). O Eu estaria assim condenado a não alcançar ou nunca coincidir com seu próprio Ideal. A vergonha é a tomada de consciência da inadequação do Eu perante o Ideal do Eu.

A vergonha afetaria o Eu em função do juízo de atribuição (ter ou não ter algum atributo), enquanto na humilhação o Eu se veria afetado em seu juízo de existência (ser ou não ser de alguma maneira).

No caso da humilhação, existiria uma distância dolorosa com o Ideal. O mesmo ocorre com a vergonha, mas aqui o Eu seria também afetado por uma ofensa causada pelo poder do outro (ou outros), o que provocaria uma coisificação do Eu. A humilhação, ao produzir essa ferida narcísica no Eu, pode levar o sujeito a uma identificação heroica (Lagache), de onde emergem desejos de destruir o outro ou a si mesmo (suicídio), podendo o perdão, nessas circunstâncias, autorizar o Eu a um distanciamento e “cicatrização” da vivência de humilhação. Dois exemplos de psicanálise aplicada a um filme e a uma produção literária finalizam seu capítulo.

Pesquisa e clínica no campo da violência sexual contra a criança

Flávio Carvalho Ferraz

Resenha de Cassandra Pereira França (org.), *Perversão: As engrenagens da violência sexual infantojuvenil*, Rio de Janeiro, Imago, 2010, 184 p.

162

PERCURSO 46 : junho de 2011

A universidade pública tem como objetivos o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços à comunidade. Um desafio grande para os que nela militam é a conciliação destes três tópicos, de modo que sejam integrados entre si e levados a cabo com qualidade acadêmica e, simultaneamente, em prol do interesse coletivo.

O projeto CAVAS – Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual – foi implantado no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2004, com a intenção de encarar tal desafio. E a publicação que agora temos em mãos, organizada pela professora Cassandra Pereira França – criadora desse serviço – pode ser tomada como um documento que atesta o sucesso dessa empreitada.

O serviço de atendimento psicológico às vítimas de abuso sexual, conforme se lê na apresentação do livro, partiu tanto de premissas teóricas quanto da demanda que se verificava na clínica da universidade, uma vez que, nos últimos dez anos, foi ficando evidente o aumento da procura dos serviços de atendimento psicológico em virtude desse tipo de abuso. Do ponto de vista teórico-clínico, por sua vez, o abuso sexual contra a criança – particularmente o abuso intrafamiliar, geralmente perpetrado pelo pai ou seu repre-

sentante – era e vem sendo encarado como uma espécie de violência peculiar, que se diferencia sobremaneira de outros tipos de problemas enfrentados por essa população. Isso porque, em outros tipos de traumas, como a perda de pessoas significativas, o reconhecimento oficial do sofrimento da criança permite que haja um consolo adequado. No caso da violência sexual, ao contrário, pode ocorrer um silenciamento que em nada favorece o processo de elaboração. Além disso, como afirma a organizadora, “a sustentação do funcionamento psíquico fica no limite, pois o incesto afeta o núcleo mais pessoal e básico da identidade, o corpo, e provoca uma devastação psíquica maior ainda porque quebra os vínculos fundamentais para os processos de identificação” (p. 13).

Os casos graves, relacionados ao abuso sexual, passaram a exercer uma pressão sobre a clínica social da universidade, uma vez que exigiam um pronto atendimento, o que, numa clínica pública, significa ter que “furar a fila” de espera. E, como agravante, a clínica não contava com estagiários qualificados para esse tipo de atendimento psicoterapêutico. Foi quando surgiu a ideia de implantar um serviço especializado, que pudesse, concomitantemente, abrigar essa população e aproveitar psicólogos estagiários ávidos por dar início a uma formação clínica. Foi assim que nasceu o CAVAS, um serviço de atendimento clínico que era também um projeto de extensão universitária.

Como deve acontecer na universidade, a prestação de serviços à comunidade, além de atrelar-se à formação de profissionais, obedece à necessidade de um acúmulo de conhecimentos que venha culminar na produção científica acadêmica. Após estes anos de trabalho, já com uma equipe constituída e com uma produção já atestada – artigos, trabalhos apresentados em reuniões científicas e dissertações de mestrado que refletem a experiência – veio à luz o presente li-

Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; autor do livro *Perversão* (Casa do Psicólogo, 2000), entre outros.

vro, que contempla tanto a área da clínica *stricto sensu* como a teorização acerca do seu objeto.

A primeira parte do livro é dedicada ao enquadre sociocultural da problemática abordada. Trata-se de um conjunto de capítulos que privilegiam uma visão do abuso sexual contra a criança sob o prisma teórico, sociológico e, por assim dizer, epidemiológico. Não se trata apenas de um enquadre sociocultural, mas, sobretudo de um enquadre teórico compreensivo do problema enquanto algo que não se circunscreve a uma psicologia individual. Pode-se dizer que os artigos dessa parte do livro buscam fazer, para o leitor, um pano de fundo cultural sobre o qual o problema se encenará. Produções de autores ligados à UFMG e ao CAVAS, algumas em coautoria de estudantes de pós-graduação em colaboração com a professora organizadora do livro, abrem o leque do trabalho. E o fazem também em diálogo com o mundo exterior, com a inclusão de um capítulo de Renata Udler Cromberg – pesquisadora ligada ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, já bastante conhecida por seus trabalhos sobre o tema – que situa a violência sexual e a pedofilia dentro do mal-estar da contemporaneidade. Para isso, explora diversos casos midiáticos que descarnam a problemática do abuso diante dos modernos meios de comunicação e de contaminação social pela violência, como o uso da internet tanto na divulgação da pedofilia como na publicidade de atos de violência para o qual ela tem servido. Como eixo teórico, aporta a inestimável contribuição do psicanalista norte-americano Robert Stoller, autor seminal para o tema da perversão.

Ainda nesta primeira parte do livro, Cassandra Pereira França estabelece o enquadre teórico psicanalítico sob o qual o problema será tomado enquanto manifestação psicopatológica. Assistimos aí a um esclarecimento sobre a psicopatia e a perversão, que sustenta, em síntese, que esta se assenta sob os eixos da clivagem do ego, da recusa da castração e da encenação erótica. Sem muitos rodeios, a perversão é aqui tomada como causa do abuso sexual contra a criança e o jovem.

Outros colaboradores dessa parte do livro são Liliane Camargos, Ana Lúcia Modesto, Izabela Roman e Larissa Bacelete, trazendo temas como a pulsão escópica, o tabu do incesto e silêncio familiar sobre as situações de abuso, todos fundamentais ao programa de estabelecimento das bases teóricas sobre as quais vão se desenvolver, a seguir, as linhas da coletânea.

A segunda parte – central, em todas as acepções do termo – versa sobre as políticas públicas destinadas ao problema da exploração sexual da criança. Aqui os colaboradores (Marlise Matos, Edite Cunha, Valter Ude e Daniela Rezende) fazem um levantamento dos diversos serviços que já foram implantados, tanto no nível federal como no nível estadual de Minas Gerais, na tentativa de combate da violência sexual e no tratamento de suas consequências. Não se trata de uma parte do livro que traga aspectos teóricos nem psicanalíticos, mas que cumpre quase uma obrigação, no plano da informação, para o leitor especializado. E que tem por virtude a honestidade de fornecer uma espécie de mapa das políticas públicas, dentro do qual se pode situar o momento da emergência do CAVAS e compreendê-lo dentro de uma rede que o antecede e o contém.

Por fim, a terceira parte do livro é que traz propriamente o enquadre psicanalítico do problema tematizado. Aqui, novamente, encontramos uma síntese da produção teórico-clínica já desenvolvida pelo grupo liderado por Cassandra Pereira França dentro da universidade, em trabalhos assinados por ela própria e em colaboração com outros membros da equipe (Diogo Henrique Rodrigues e Anna Paula Njaime Mendes, que é também autora de uma dissertação de mestrado que reflete especificamente o projeto clínico do CAVAS, cuja banca examinadora teve a oportunidade de integrar). A exemplo do que se deu na primeira parte do livro, esta terceira parte traz também um convidado externo à UFMG que, tal como Renata Cromberg, tem estabelecido um diálogo com o grupo mineiro. Trata-se de Lucía Barbero Fuks, também membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes

Sapientiae, de São Paulo, que aborda especificamente as consequências psíquicas do abuso sexual intrafamiliar. Mais uma vez, a organizadora da coletânea demonstra um espírito de abertura para fora, mesclando a artigos da lavra particular de sua equipe a produção de autoras que têm se destacado no tratamento do problema do incesto e do abuso sexual.

Nesta última parte do livro vêm à tona as questões mais estritamente clínicas envolvidas nesse tipo de atendimento tão delicado e tão mobilizador ao terapeuta nele envolvido. A começar pelo problema do psicodiagnóstico de crianças abusadas. E culminando com as sérias interferências contratransferenciais que desafiam o profissional nos campos da técnica e da ética. Além desses temas, ressoam ainda aqui questões teóricas relevantes como o problema do Édipo consumado no caso do incesto, a “inundação” pulsional e suas resultantes psicopatológicas e, finalmente, o complicado problema da identificação com o agressor. Este último, desafio teórico lançado por Ferenczi, pode ser o

elo de reprodução da violência que se estabelece entre as gerações e pode ser o elemento responsável pela perpetuação do abuso. Trata-se do objeto do último capítulo do livro, escrito em coautoria da organizadora com Anna Paula Njaime Mendes, e que vem a ser uma forma sucinta do trabalho de mestrado da segunda autora, que mencionei acima.

Enfim, trata-se de um livro necessário, que atesta o trabalho de um grupo sério que se debruçou sobre um desafio difícil. E cuja relevância social não precisamos sequer discutir. Como na boa tradição da prática universitária, no que esta contém de plural, aqui a psicanálise dialoga com as políticas públicas de saúde mental e profilaxia. E os aportes de diversos outros campos – como os dados provenientes do tratamento estatístico e epidemiológico do abuso sexual da criança – são buscados e processados como elementos necessários ao desenvolvimento da clínica. Só nos resta saudar a aparição de trabalhos como este e, sobretudo, das práticas da clínica social que o engendraram.

Lutando por nossas reservas florestais: a clínica psicanalítica

Miriam Chnaiderman

Resenha de Sílvia Leonor Alonso,
O tempo, a escuta, o feminino: reflexões,
São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011, 458 p.

Sobre o que autor e leitor esperam obter de um escrito psicanalítico, Pontalis, afirma: “não é, como no caso do escrito científico, uma verdade conclusiva, nem mesmo um fragmento único de verdade, mas a ilusão de um começo sem fim” (p. 117). Não por acaso, essa citação encontra-se à página 117 do generoso livro de Sílvia Leonor Alonso, *O tempo, a escuta, o feminino*. Há, nessa citação, uma tomada de posição em relação ao que é, em se tratando de uma psicanalista, escrever. Mas, não só em relação à escrita. Evidencia-se toda uma proposta de um permanente construir-se, pela vida afora, que vai nos tornando psicanalistas, em um trabalho cotidiano. É a ilusão de um começo sem fim que fica presente na clínica, no contato com a teoria freudiana e pós-freudiana, na pertinência institucional. Sílvia L. Alonso, partindo de “uma clínica cotidiana de quatro décadas” (p. 11), reúne textos de vários momentos de sua vida. O título que escolhe dar ao livro reafirma, de algum modo, essa sua escolha, onde um eixo de trabalho, com toda sua riqueza, vai sendo desvelado. São seus temas a passagem do tempo, com suas diversas inscrições,

Miriam Chnaiderman é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, documentarista e ensaísta, doutora em Artes pela ECAUSP.

a sua clínica na sua indagação sobre o que constitui a escuta específica à psicanálise, e o contato com sua longa pesquisa sobre o feminino no contemporâneo. Por fim, a sua história institucional, num enfrentamento dos paradoxos que permeiam a transmissão em psicanálise.

Esses grandes temas vão constituindo os quatro grandes módulos que constituem o volume. No primeiro, a partir da noção de ressignificação, indaga-se sobre a possibilidade de reconstruir a história de uma vida numa análise: “pois o passado factual – a *realidade material* – não se encontra arquivado em lugar nenhum. O *presente* é sempre *reminiscente*; o *passado* ao qual temos acesso é fruto da *ressignificação*, que dá lugar não apenas ao surgimento de novas significações, mas também de mudanças no interior da tópica.” (p. 59).

Na segunda parte, a escuta analítica na sua especificidade é questionada. Se abandonamos as definições do que constitui uma análise, a partir do setting, temos que deixar mais claro o que é que fazemos no lugar da transferência. Busca-se, no processo analítico, uma história. Mas, uma história da erotização: a dos movimentos pulsionais e dos lugares de identificação, condensados num pequeno traço, resto de uma história vivida e convertida em realidade psíquica. É devolvendo ao corpo erógeno sua força pulsante e o contato com o estrangeiro em nós que o processo de análise acontece.

Sílvia Alonso, em suas “Palavras Preliminares”, nos conta da importância que o tema do feminino e do materno teve em sua vida: na década de 1970 desenvolveu, com uma equipe, um trabalho em uma maternidade em Buenos Aires: “eram tempos de intensa efervescência e de importantes mudanças na psicanálise argentina” (p. 14). Ocorre então a cisão na APA (Associação Psicanalítica Argentina ligada à International Psychoanalytical Association) em torno de posições políticas e concepções do que seria a formação e o trabalho psicanalítico. Alguns psicanalistas vão trabalhar em instituições públicas ampliando o escopo da prática e levando a importantes questionamentos. Esse momento – juntamente com a força

do retorno a Freud – marcou Sílvia Alonso, que afirma: “São heranças dessa época [...] algumas posições teóricas [...] e clínicas que nunca abandonei e fundamentalmente posições éticas que me constituem como analista” (p. 15).

Já no Brasil, exilada, Sílvia L. Alonso continua trabalhando com a temática do feminino, até articular, em 1997, um grupo de trabalho e pesquisa intitulado “O feminino e o imaginário cultural contemporâneo”, dentro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Seu pertencimento institucional é objeto de instigante reflexão, na parte final do livro.

Assistimos ao movimento de uma bailarina, por entre textos de Freud e de pós-freudianos, expondo sua clínica, seus passos sutis por entre áridas questões institucionais. Temos, como se diz em artes cênicas, um *work in progress*. A forma de exposição é poética, flui, temas complexos vão sendo abordados com a destreza de alguém que passou pelo árido processo de deciframento da complexa metapsicologia freudiana. Sílvia L. Alonso reconhece “uma forma circular entre a teoria e a clínica”, quer “quebrar dogmatismos fazendo trabalhar os conceitos, as interrogações que persistem, mesmo quando os contextos são outros ou as problemáticas diferentes” (p. 12). Tem como meta transitar entre as teorias sem cair em dogmatismos; para ela, é preciso acabar com qualquer “fantasma de mestria” (p. 414).

É uma psicanalista que não paira, ilhada, no mundo de hoje. Quer contribuir para um pensamento que deve suportar imiscuir-se no que vai acontecendo em nossa realidade (não só psíquica). Aliás, nessa sua posição, Sílvia L. Alonso está acompanhada por Freud, que, conforme aponta, desfaz a oposição radical entre fantasia e realidade, interioridade e exterioridade. Ele não postula uma formação solipsista da fantasia.

A pergunta sobre o mal-estar no contemporâneo permeia o livro todo, mostrando a inserção e engajamento de Sílvia L. Alonso, na busca de um mundo melhor, e se explicita quando a autora diz que, em seus textos, quer “reconhecer posições éticas em relação ao trabalho, ao co-

nhecimento e à vida que me acompanham todo esse tempo”. (p. 12). Prova de sua militância é a metáfora que utiliza para referir-se à clínica psicanalítica: reserva florestal. Claro, pois vivemos em um mundo cada vez mais medicalizado, sem espaço para o sofrimento psíquico. Assim como as florestas estão ameaçadas, os espaços onde a interioridade tem lugar podem desaparecer. O que buscamos, como psicanalistas, é “propiciar processos elaborativos e criativos de subjetivação, opondo-se assim às práticas dessubjetivantes – tão presentes na atualidade – que deixam de fora o sujeito” (p. 422). Como a luta pela preservação das florestas, batalhamos por nosso ofício artesanal, onde as singularidades encontram forma de expressão.

Ao estruturar seu livro, Sílvia L. Alonso dá continuidade ao seu papel formador no movimento psicanalítico. Não se furta de enfrentar grandes questões, tais como, na transmissão, manter a “permeabilidade entre processo primário e processo secundário” (p. 399), algo tão fundamental à escuta analítica. Como manter, na escrita e na transmissão, a invenção e a criatividade, instrumental necessário tanto para aquele que escreve, como para o leitor. É preciso, na escrita, não ocupar o lugar do pai idealizado, evitar a ilusão narcísica de plenitude. É preciso dissolver o lugar de saber, seja na escrita, seja na análise, seja na transmissão. Pensando em como mudou o lugar da psicanálise no mundo – “a psicanálise ocupa lugar de peso em nosso mundo cultural” (p. 384) – Sílvia L. Alonso quer resgatar “a potência disruptora que germinou desde o nascimento da psicanálise na marginalidade e a fez fecunda” (p. 384).

Essa potência disruptora se faz presente na sua concepção do que venha a ser o inconsciente. Não há um inconsciente armazenador de conteúdos, uma essência que nos constitua. No seu trabalho com o tempo, a partir da sua análise da Carta 52, e do seu trabalho com “Uma lembrança infantil de Leonardo” e do texto “Sobre as lembranças encobridoras”, afirma que pode afirmar a existência de um inconsciente aberto, pois se o material de marcas mnêmicas pode ser

transcrito, os traços não são fixos. Toma o texto freudiano sobre Leonardo Da Vinci buscando sempre as linhas de força do desejo. Cita Gallende, numa tomada de posição bastante radical: “A história em psicanálise são pontos de condensação em que as tramas do vivido entrelaçam-se e pulsam.” (p. 45). Não é preciso negar a existência do inconsciente, como toda uma linha, ligada à fenomenologia, faz, para desessencializar o inconsciente. Toda a construção teórica de Isaías Melsohn tem essa meta. A partir de um crítica de um consciente conteudístico, Isaías propõe que pensemos em consciência não reflexiva. O que vemos, através do texto de Sílvia L. Alonso, é que, colocando em primeiro plano a teoria das pulsões, encontramos em Freud um inconsciente em movimento. Uma teoria derridiana do aparelho psíquico, o inconsciente como máquina de escritura, a reorganização dos traços expressando movimentos do desejo. Desejo encarnado, ligado ao corpo pulsional.

Para Sílvia L. Alonso, o aparelho psíquico transforma-se perante as solicitações dos novos processos histórico-vivenciais. As marcas mnêmicas vão sendo reordenadas, movidas pela multiplicidade de dimensões pulsionais. No processo analítico, a pulsão deve ecoar, sendo necessária uma escuta com capacidade de ressonância.

Não se trata de um encontro com uma paz interior. É a força da carne, atualizada no encontro analista-paciente, e o tecido da trama simbolizante que possibilitam a aceitação de um funcionamento não amparado na oposição entre corpo e alma, tão típica da metafísica ocidental, conforme Derrida demonstrou em seu texto “Freud e a cena da escritura”. De fato, esse jogo entre o verbal e o não verbal constitui, para Sílvia L. Alonso, um dos eixos do trabalho psicanalítico. Em uma análise, colocamos em palavras algo que até então não podia ter lugar no discursivo. O irrepresentável, aquilo que não está escrito, esse é o objeto da análise. Aí entra a “capacidade imagética da escuta do analista” (p. 131). Fiel a Fédida, Sílvia afirma a possibilidade do analista de figurar, tornando possível o não dito na fala

de uma sessão. A figurabilidade é condição para que algo possa ser sonhado. Ser sonhado, ou seja, passar a ser parte da vida psíquica.

Um dos ensaios, já no módulo III, “Sobre o feminino e o materno”, intitula-se “Novos arranjos para a melodia”. Sílvia explica ter se baseado no texto “A história do movimento psicanalítico” quando Freud polemiza com Jung. Cita Freud: “Da sinfonia de alcance universal alcançou-se escutar só um par de acordes culturais, e não se escutou a potente, primordial, melodia das pulsões” (p. 205). Resgatando essa frase de Freud, Sílvia marca sua posição na psicanálise contemporânea: a presença do corpo, a escuta da pulsão, o trabalho com intensidades afetivas. Tudo isso sem desconsiderar o contexto histórico onde o sofrimento psíquico acontece. “Não há materialidade da carne que não esteja atravessada pela linguagem” (p. 342), afirma. Daí a importância do trabalho com a histeria, que, no nascimento da psicanálise, levou Freud a reconhecer as causas sociais do sofrimento. Sílvia L. Alonso já se aprofundara na questão da histeria. Juntamente com Mário Fuks, publicou, nessa mesma coleção, o livro *Histeria*.

Claro que esse percurso tem a ver com a afirmação de Sílvia de que “A construção do feminino e do materno não pode ser pensada fora da cultura” (p. 340).

É interessante observar e apreender de que forma, no pensamento de Sílvia L. Alonso, as filigranas teóricas formam uma trama com as questões de cultura e com a preocupação histórica. Por exemplo, no ensaio “Encontros entre imagens e conceitos: reflexões sobre a temporalidade em psicanálise”, a questão do visual e do imagético é profundamente discutida em finas análises do “Manuscrito M”, o “Manuscrito K”, bem como importantes citações de Fédida e Pontalis. Mais adiante, Sílvia vai nos falar da devoração pelas imagens em nosso mundo contemporâneo; “o domínio das imagens e o seu uso pela mídia, na sua função hipnótica de captura e fascinação, favorecem uma passivação ao mesmo tempo que acentuam a identificação especular

com o apagamento das diferenças entre o eu e o outro” (p. 216). Afirma: “As imagens devoram o eu, nós devoramos os objetos” (p. 216). Sílvia vai nos mostrando como o corpo virou o único ideal. Politiza a discussão, citando Cohn-Bendit, líder de Maio de 68 que afirma cuidar do corpo “como antes cuidava da revolução” (p. 214).

Assim vamos acompanhando esse ir e vir, da metapsicologia para o dia a dia de um mundo

onde a distância entre Ideal do Eu e Eu Ideal fica apagada, destruindo a possibilidade de ter uma história que nos permita projetar um futuro. O trabalho teórico, a desenvoltura com conceitos instrumentam Sílvia L. Alonso para intervir nesse mundo. Intervenção necessária e na contramão do imediatismo veloz de uma sociedade consumista. Fiel ao que propõe, sua escrita instiga o pensamento.

O novo no velho: ruptura ou continuidade?

Leda Maria Codeço Barone

Resenha de Maria Cecília Pereira da Silva,
A herança psíquica na clínica psicanalítica,
São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003, 184 p.

O livro *A herança psíquica na clínica psicanalítica*, de Maria Cecília Pereira da Silva, em linguagem clara e elegante, trata de questões da transmissão transgeracional e intergeracional com base em três contextos diferentes: a intervenção precoce com um bebê e seus pais, por meio de consultas terapêuticas; a análise individual de três pacientes em consultório privado e o atendimento familiar de uma adolescente em uma instituição. Em que pese a diversidade dos trabalhos apresentados, um eixo comum os articula – a questão da transmissão –, e outro dá a identidade – o método utilizado, o psicanalítico –, marcando com isso dois pontos importantes do trabalho: a relevância do problema estudado e a unidade do método utilizado.

No primeiro estudo, a autora nos conta o atendimento de Maria Clara, um bebê de apenas um ano, encaminhada para consultas terapêuticas por seu pediatra devido a sua grande dificuldade em dormir. Foi possível à analista, durante

as consultas terapêuticas, relacionar a dificuldade de dormir da pequena a angústias da mãe em lidar com separações violentas e com o intenso medo de morte vivenciado pelo pai, medo esse presente na linhagem parental desde os avós. A analista observa ainda que fantasias edípicas e incestuosas dos pais dificultavam à dupla se constituir como casal.

As consultas terapêuticas tiveram como resultado esclarecer o lugar de receptáculo – das identificações inconscientes dos pais e avós – ocupado pela menina enquanto submetida ao mandato transgeracional de clarear (Clara = luz) o que ficou obscuro na história dos pais. Ao mesmo tempo, ao fim das consultas, a menina pôde deslocar-se do lugar de “depositária dos fantasmas ancestrais”, o que permitiu que ocupasse “seu lugar na família deixando de ser um *self* sem ‘berço’”¹.

No segundo estudo a autora narra o trabalho analítico com três pacientes adultos: Beatriz, Ana e Lia. A partir da história clínica dessas pacientes, e utilizando vinhetas de sessões, a autora discute questões técnicas específicas desses atendimentos nos quais a relação transferencial é perpassada por identificações com um objeto materno indeterminado ou deprimido e com um objeto paterno cruel. O trabalho analítico revela que “a intrusividade dos objetos parentais e as identificações mórbidas decorrentes dessas relações, que habitam o *self* dessas pacientes, as impedem de construir um psiquismo próprio, entravando o processo de subjetivação”².

E finalmente, o terceiro estudo trata de uma paciente adolescente e sua família, em que a análise chega à descoberta de um mandato, que se explicita desde o bisavô, passando pela avó e pela mãe da adolescente, que a impede de ser mulher. Trata-se de uma adolescente de quinze anos, com graves transtornos emocionais, que procura a instituição.

O livro chama a atenção do leitor ainda para questões referentes à formação do analista. A autora destaca na formação do analista “a necessidade de reconhecimento do caráter efetivo do

Leda Maria Codeço Barone é psicanalista, membro associado da SBPSP e do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO – UNIFIEO.

¹ M. C. P. da Silva, *A herança psíquica na clínica psicanalítica*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003, p. 44.

² M. C. P. da Silva, *op. cit.*, 83.

fenômeno transgeracional: do contrário, o conluio entre o nível do que é fantasia e do que é o real acontecido, na escuta, enlouquece o outro”³. Nesse sentido,

o reconhecimento, ou a discriminação do que é fantasia e o que é o real acontecido deve orientar o analista em sua intervenção técnica bem como na assunção de uma ética diante dos fenômenos transgeracionais.

Tomando em consideração o eixo que articula o livro: a transmissão psíquica, cabe ressaltar que ela é prenhe de interesse para o psicanalista, tanto na clínica quanto nas reflexões técnico-teóricas, porque coloca novamente em cena duas questões antigas e entrelaçadas: a do traumático e a da realidade para a psicanálise. E se este é um ponto alto do texto, ele pode enganar o leitor fazendo-o crer que a questão está resolvida. Pelo mesmo motivo – por colocar em cena a questão da realidade do trauma –, a leitura provoca no leitor inquietações que se espraiam para além do texto.

Para esta leitora em especial, a questão que tocou de forma contundente (entre muitas outras) foi pensar sobre o novo no velho; quer dizer, procurar a ancoragem do conceito de transmissão psíquica transgeracional, tão bem abordada pela autora no livro, na célebre disputa entre Freud e Ferenczi sobre a realidade do trauma e o manejo da técnica, no alvorecer da psicanálise. O conceito de transmissão psíquica, tal como tratado no livro, é herança ou algo novo? Está numa relação de continuidade ou de ruptura com o pensamento de nossos ancestrais? Refletir sobre transmissão psíquica pareceu-me importante porque é uma forma de levantar o véu de esquecimento estendido sobre o passado de nossa disciplina e evitar a onipotência de sustentar a fantasia de engendramento no vácuo, dos conceitos novos, ou mesmo evitar a negação das produções das gerações anteriores. Importante também porque o conceito nos ajuda a construir pontes que possam articular o presente ao passado de nossa disciplina de modo que, ao acolher a

herança recebida, possamos transformá-la, projetando-a no futuro.

À célebre frase de Freud na carta 51 a Fliess na qual assevera não acreditar mais em sua *Neurótica*, destinada a marcar a passagem da consideração da realidade do trauma da sedução para a da fantasia de sedução, Ferenczi responde com: “As fantasias histéricas não mentem, elas nos contam como pais e adultos podem, de fato, ir muito longe em sua paixão erótica pelas crianças”⁴, de maneira a marcar o valor que atribui ao caráter de realidade do trauma na transmissão da herança psíquica.

Ao ceticismo de Freud sobre a adequação da psicanálise a neuroses narcísicas, Ferenczi contrapunha: “Uma espécie de fé fanática nas possibilidades de êxito da psicologia da profundidade fez-me considerar os eventuais fracassos menos como consequência de uma ‘incurabilidade’ do que da nossa própria inépcia [...]. Fórmulas tais como ‘a resistência do paciente é insuperável’ ou o ‘narcisismo não permite aprofundar mais este caso’, ou mesmo a resignação fatalista em face do chamado estancamento de um caso, eram e continuam sendo inadmissíveis”⁵, dando início a importantes mudanças na técnica de maneira a atender demandas diferentes de seus pacientes.

Sobre a questão da transmissão entre gerações, Schneider⁶ aponta diferenças marcantes entre os pontos de vista de Freud e de Ferenczi. Enquanto se pode apreender nos escritos de Freud uma concepção de filiação que sustenta a crença de que o ancestral entrega incólume a herança a seus filhos, nos escritos de Ferenczi, a questão é outra: há uma relação estreita para este último entre a teoria do trauma e a questão da filiação. Para esse autor, o trauma está na essência do encontro entre uma geração e outra.

3 M. C. P. da Silva, *op. cit.*, p. 163.

4 S. Ferenczi, “Princípio de relaxamento e neocatarse”, in S. Ferenczi, *Obras completas*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, vol. IV, p. 64.

5 S. Ferenczi, “Análise de crianças com adultos”, in S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 71.

6 M. Schneider, “Trauma e filiação em Freud e em Ferenczi”, *Percurso*, n. 10, São Paulo, 1993.

7 M. Schneider, *op. cit.*, p. 34.

Schneider, reconhecendo que o ponto central da problemática da filiação para Ferenczi é o encontro da criança com o adulto, e na tentativa de compreender o jogo intersubjetivo desse encontro, reitera que ele está mais próximo “do choque do que da passagem ritualizada de um bem ou de um objeto: a cena é de um impacto violento entre o adulto e a criança, não a de uma entrega tranquila em que o primeiro oferece ao segundo uma terceira coisa, justamente a herança. Em poucas palavras, este encontro é da ordem do trauma”⁷, conclui Schneider.

A concepção de herança psíquica defendida por Maria Cecília transita pelo campo da discussão Freud/Ferenczi e deixa entrever que a questão não está resolvida mas continua aberta a novas investigações. Reconhecendo que os fenômenos transgeracionais estão presentes em todos uma vez que participam da constituição subjetiva –

não sendo, portanto específico a nenhuma entidade nosológica em especial –, a autora sugere que eles se sobressaem naqueles pacientes psicóticos ou com funcionamento psicótico, quando, muitas vezes, paralisam o processo de constituição subjetiva.

A leitura do livro de Maria Cecília é instigante de diferentes vias de reflexão. A preocupação com o tema surge dos impasses da clínica, o que reforça a ideia de ser ela – a clínica – o que move o analista, levando-o a teorizar, a modificar sua técnica e a repensar a sua formação.

Para mim foi importante refletir sobre a ancoragem do denso trabalho clínico da autora no solo das produções das gerações anteriores. A leitura do livro poderá servir como exercício do que nos ensinou Goethe: “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para possuí-lo”. Fica o meu convite à leitura.

Colaboradores deste número

Adriana Campos de Cerqueira Leite

R. Emílio Ribas, 491, cj. 6
3025-141 Cambuí Campinas SP
Fone: (19) 3254.7054
adrianacl@uol.com.br

Andréa Carvalho

R. do Livramento, 67
04019-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3889.9406
andrea@construnet.com.br

Bela M. Sister

R. Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Fone: (11) 38245.3470
belasister@terra.com.br

Camila Salles Gonçalves

R. Dr. Flávio Américo Maurano, 810
05656-020 São Paulo SP
Fone: (11) 3742.7185 / 3739.4464
camila_salles@uol.com.br

Carlos Guillermo Bigliani

R. Atlântica, 836
01440-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3085.6734
gbigliani@gmail.com

Daniele John

R. João Moura, 1096
05412-002 São Paulo SP
Fone: (11) 30 83 65 32
djohn@uol.com.br

Danielle Melanie Breyton

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Fone: (11) 3873.3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan de Cardoso

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Fone: (11) 3873.3457
deborah@santacruz.g12.br

Diana Lichtenstein Corso

R. Felipe Néri, 382, cj. 206
90440-150 Porto Alegre RS
Fone: (51) 3331.7649
dianamcorso@gmail.com

Eugênio Canesin Dal Molin

R. Senador Souza Naves, 626, cj. 26
86010-170 Londrina PR
Fone: (43) 3323.3355
eecdm@yahoo.com.br

Evandro Fernandes Alves

R. 904, 146, cj. 503
88330-590 Balneário Camboriú SC
Fone: (47) 9624.5356
alvespsy@ibest.com.br

Flávio Carvalho Ferraz

R. João Moura, 647, cj. 121
05412-911 São Paulo SP
Fone: (11) 3088.9606
ferrazfc@uol.com.br

Heitor O'Dwyer de Macedo

hdemacedo75@gmail.com
hdemacedo@wanadoo.fr

Judit Mészáros

Szent István körut 13, Budapest
1055, Hungria
juditmeszaros@t-online.hu

Lea B. Nuss de Bigliani

R. Atlântica, 836
01440-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3085.6734
leabigli@terra.com.br

Leda Maria Codeço Barone

R. Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 46,
cj. 38
04544-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3045.9064
ledabarone@uol.com.br

172

PERCURSO 46 : junho de 2011

Márcio José de Moraes
Av. Angélica, 1399, cj. 142
01227-100 São Paulo SP
Fone: (11) 3853.5727
mjmoraes@trf3.jus.br

Maria Cristina Kupfer
R. Miragaia, 174
05441-020 São Paulo SP
Fone: (11) 3097.2965
mckupfer@usp.br

Maria Laurinda Ribeiro de Souza
R. dos Otonis, 120
04025-000 São Paulo SP
Fone: 5572.3589
mlrsouza@uol.com.br

Mário Corso
R. Felipe Néri, 382, cj. 206
90440-150 Porto Alegre RS
Fone: (51) 3331.7649
mariofcorso@gmail.com

Miriam Chnaiderman
R. Maranhão, 620, cj. 62
01240-001 São Paulo SP
Fone: (11) 3666.4537
chnaide@uol.com.br

Nelson Coelho Junior
Al. Lorena, 1359, cj. 52
01424-001 São Paulo SP
Fone: (11) 3288.8202
ncoelho@usp.br

Patricia Vianna Getlinger
Al. Lorena, 1304, cj. 608
01424-001 São Paulo SP
Fone: (11) 3064.2339
pgetlinger@uol.com.br

Paula Regina Peron
R. São Vicente de Paulo, 95, cj. 53
01247-060 São Paulo SP
Fone: (11) 3667.9913
prperon@uol.com.br

Sérgio Scotti
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
88040-500 Florianópolis SC
Fone: (48) 3721.9984
sscotti@mbox1.ufsc.br

Sérgio Telles
R. Maestro Cardim, 560, cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3283.5767
setelles@uol.com.br

Silvio Hotimsky
R. Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Fone: (11) 3862.7743
silvohotimsky@hotmail.com

Susan Markuszower
R. Cristiano Viana, 441, cj. 65
05411-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3062.5224
susanmark@uol.com.br

Terezinha Maria de Mélo Barros
R. Ipê Amarelo, 120. Condomínio Rio
das Pedras
13085-170 Campinas SP
Estrada da Rhodia – Cidade Universitária
Fone: (19) 3287.7384
tmelobarros@uol.com.br

Valeria Bigliani Ferreira
R. Atlântica, 836
01440-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3085-6734
biglicon@terra.com.br

Vera Blondina Zimmermann
R. Joazeiro, 175
01253-030 São Paulo SP
Fone: (11) 3673.6104
vera@tekowam.com
www.verabzimmermann.com.br

Vera Iaconelli
R. Ferreira de Araújo, 221, cj. 96
05428-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3032.6905 / 9942.1912
atende@institutoogerar.com.br /
viaconelli@ajato.com.br

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista Percurso pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por uma página de rosto contendo:

- + o título e o nome do autor
- + sua qualificação
- + endereço (incluir CEP)
- + telefone (incluir DDD)
- + e-mail
- + um resumo de cinco linhas em português e inglês
- + até seis palavras-chave em português e inglês
- + número exato de caracteres do texto, com espaços
- + data de remessa.

2. A página de rosto é destacada quando o trabalho é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido na primeira página do texto.

3. Os trabalhos deverão ser entregues em sete cópias, pessoalmente ou por correio (sem SEDEX), à Coordenação Editorial de Percurso: Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. Todos os trabalhos são analisados em detalhe pelo plenário da Comissão Editorial ou da Comissão Editorial de Resenhas, que poderão solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito, um membro destas transmite ao autor eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, em particular – mas não só – a fim de adequar aos padrões gráficos da revista.

5. **Recomenda-se que os artigos enviados tenham até, no máximo, 35.000 caracteres, e as resenhas até 15.000 caracteres (em ambos, incluídos os espaços).**

6. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por Percurso:

- + o que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- + colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- + palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: estilo itálico, sem aspas.
- + títulos de artigos mencionados no texto: estilo normal, com aspas;
- + citações: entre aspas, com chamada de nota.

7. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

a. **Nome do autor:** em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

b. **Artigos e capítulos de livros:** título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em itálico o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa in antes do nome de um periódico).

c. **Livros:** título em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página(s) citada(s). Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, “Object Relations”, in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 377 (ou: p. 377-378).

d. **Textos citados mais de uma vez:** a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder Bacha, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder Bacha, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1009, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; quinta citação, Bacha, *A arte...*, p. 136; e assim sucessivamente.

e. **Referências bibliográficas:** Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

8. **Para resenhas:** título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone

e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Uma vez atendidas as recomendações das Comissões Editoriais, os trabalhos serão entregues no endereço acima, em CD, no formato Word (.doc), acompanhados de uma cópia impressa.

10. O autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos; o *copyright* dos aceitos pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista, www.uol.com.br/percurso.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Tel.: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsico
logo.net

Campinas

Livros Neli
R. Dr. Pelégio Lobo, 131
Guanabara
Fone/Fax: (19) 3243.7649
livrosneli@ig.com.br

Fortaleza

176 Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Tel.: (85) 3214.5488

Goiânia

Dimensão
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

São Paulo

FNAC Brasil – Pinheiros
Praça Omaguás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271
revistaria@fnac.com.br

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Tel.: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigoh@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 loja 222
Tel.: (11) 3474-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073 loja 153
Conjunto Nacional
Tel.: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila

R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Tel.: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional

Rua Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel.: (11) 3865.8950 / 3675.1190
pulsional@uol.com.br

Maura Book's

Vila Guilherme
Rua José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 2909.1959 / 3865-1232
mbooks@uol.com.br

Resposta Editorial

R. Texas, 658
Brooklin
Tel.: (11) 5044-7565

Salvador

Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Tel.: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
Rua Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312-7761

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 120,00 (dois números)
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Revista Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME:	_____	DATA:	___/___/___
ENDEREÇO:	_____		
CEP:	_____	CIDADE:	_____
ESTADO:	_____		
TELEFONE	RES.: () _____	COM.:	() _____
CIC:	_____	RG:	_____
E-MAIL:	_____		
Mastercard:	nº <input type="text"/>	val.:	<input type="text"/> / <input type="text"/>
Visa:	nº <input type="text"/>	val.:	<input type="text"/> / <input type="text"/>
AmEx:	nº <input type="text"/>	val.:	<input type="text"/> / <input type="text"/>
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em Aparecida SP, em setembro de 2011,
no parque gráfico da Editora Santuário,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae